



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

JHONATAS LIMA MONTEIRO

**INTERESSES HEGEMÔNICOS NA MARGEM DA PERIFERIA
Ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana
(1963-1983)**

**FEIRA DE SANTANA
2009**

JHONATAS LIMA MONTEIRO

INTERESSES HEGEMÔNICOS NA MARGEM DA PERIFERIA
Ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana
(1963-1983)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Doutor Eurelino Texeira Coelho Neto

FEIRA DE SANTANA

2009

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado (UEFS)

Monteiro, Jhonatas Lima

M777i Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963–1983) / Jhonatas Lima Monteiro. – Feira de Santana, 2009.

200 f.

Orientador: Eurelino Teixeira Coelho Neto

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

1. História. 2. Industrialização – Feira de Santana - História. 3. Empresários – Feira de Santana. 4. Modernização. I. Coelho Neto, Eurelino Teixeira. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

JHONATAS LIMA MONTEIRO

INTERESSES HEGEMÔNICOS NA MARGEM DA PERIFERIA

Ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana

(1963-1983)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Dissertação defendida e aprovada em 31 de agosto de 2009.

Banca examinadora:

Prof. Doutor Eurelino Texeira Coelho Neto (Orientador)

Prof. Doutor Gildásio Santana Júnior

Prof. Doutor Rossine Cerqueira da Cruz

Aos meus pais. Ao meu pai, insurgente mesmo sem o saber, pelo estímulo ao pensamento a contrapelo. À minha mãe pelo aprendizado, refeito todos os dias, de que não se deve desistir mesmo diante do peso do mundo nas costas.

A todos aqueles, próximos ou anônimos, que vêm, para as tarefas do presente, algum sentido na crítica da “febre visionária do progresso” de outrora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pelo “pão nosso de cada dia” durante boa parte do mestrado, sem o qual não só a pesquisa teria sido inviável, mas o próprio curso como um todo. Nesse âmbito institucional, é preciso registrar também o devido agradecimento ao Programa de Mestrado em História da UEFS por atender, sempre que possível, as minhas solicitações de apoio institucional para facilitar o acesso a algum arquivo ou participação em eventos. Especialmente Juleval colaborou, em muito, para minha tranquilidade enquanto pesquisador, tornando leves os trâmites burocráticos do curso e através de manifesta presteza no auxílio sempre que necessário.

Um obrigado aos funcionários da Biblioteca da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), pela solicitude e exatidão no fornecimento das informações desejadas por mim. Mais especificamente, minha gratidão à companheira Daniela Franco pelo auxílio e paciência que permitiram o acesso às fontes que colocaram a pesquisa em novo patamar qualitativo. Agradeço aos funcionários da Biblioteca Setorial Renato Galvão, da UEFS, pela organização e agilidade no manejo de informações vitais a todos aqueles interessados na investigação da história de Feira de Santana. O mesmo às funcionárias da Biblioteca Municipal Arnold Silva pela disposição em auxiliar, mesmo ao custo de sacrifícios particulares, este pesquisador um tanto quanto atrapalhado. Registro também minha dívida com Paulo Ribeiro e Aline Aguiar por facilitarem, em muito, o acesso à documentação do CIFS, imprescindível ao desenvolvimento da pesquisa. Sentimento análogo expresso por Kátia, bibliotecária da FIEB, pelo acompanhamento e esforço na tentativa de viabilizar o acesso à documentação privativa dessa entidade. Nesse sentido, Carlos Melo merece menção especial pela presteza em colaborar com a pesquisa, mas, notadamente, pelo aprendizado propiciado em meio às circunstâncias de pesquisa no Folha do Norte. É no mínimo um alento, diante do habitual descaso com a conservação de fontes e outras dificuldades do fazer historiográfico, o convívio com alguém dotado de compromisso tão vívido com a produção da memória histórica local. Por sinal, Fernanda, funcionária do Folha do Norte, foi de uma gentileza sem tamanho ao possibilitar meu contato com ele e em todas as ocasiões em que estive no jornal.

Não poderia deixar de salientar a contribuição, menos recente e pontual que as precedentes, da experiência formativa em espaços coletivos de pesquisa na UEFS. Nesse

sentido, embora de forma diferenciada na minha trajetória, o Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Economia e Administração Pública (NIEAP) foram espaços de aprendizado dos diversos âmbitos da vida acadêmica e, mais particularmente, da investigação científica. Mais recentemente, os colegas da turma de mestrado também propiciaram, voluntária e involuntariamente, momentos coletivos que ajudaram no amadurecimento de certos posicionamentos teóricos. Inclusive, além dessa contribuição mais geral, especialmente Aruã, Jeedan, Larissa e Rodrigo tornaram menos inóspito o ambiente acadêmico.

Além disso, é inevitável tentar fazer, ao menos, uma ligeira referência às pessoas que se engajaram comigo no processo de pesquisa e no verdadeiro processo de mobilização “jacobina” para que desse conta dos prazos finais. Dessa forma, Niltinho, Igor, Alexandre, Maria José, Isana, Liliane, Enia, Rafaela, Helen e Maiara deram contribuições distintas e inestimáveis ao andamento da pesquisa e/ou ao trabalho de confecção da dissertação. Agradeço também à Silvana França pela solicitude em auxiliar em tudo o que necessário para “fazer acontecer” a dissertação, sempre muito além da minha própria organização para corresponder. Ao companheiro Cléo Emídio não só pela ajuda no momento extremo de redação, mas, especialmente, por assumir solidariamente um conjunto de tarefas concernentes aos outros âmbitos fundamentais da vida deste pesquisador. À Isolda Gumes, ponto de equilíbrio em meio ao turbilhão, meu agradecimento pela inquantificável ajuda. Também seria difícil encontrar qualquer punhado de palavras que desse conta, com alguma razoabilidade, do apoio oferecido pelos irmãos “fundomarianos”. Não obstante, como bem diz a sabedoria popular, “a gente trabalha com o que tem”. Nesse caso, meu muito obrigado para Caetano, Eduardo, Paulo, Marco, Edney, Rogério e demais companheiros. Cada um deles, ao seu modo, fez o seu máximo (e às vezes bem mais que isso) para ajudar um irmão em apuros. Aos irmãos distantes, Ginaldo e Otton, meu agradecimento pelo incentivo e “orientação espiritual” sempre presente. Agradeço também à Manuela Muniz, companheira em tantos momentos que basta dizer que sem seu apoio e estímulo este trabalho não existiria.

Um muito obrigado, por tudo, ao professor Rogério Fátima *in memoriam*. As suas opiniões, ainda à época das primeiras aulas da graduação e passos iniciais de pesquisa, continuaram incidindo, poderosamente, sobre o meu intuito de pesquisar e sobre as minhas próprias concepções de vida no sentido de ter em vista, sempre, os fenômenos sociais a partir da luta de classes como “critério de interpretação”. Dois outros professores também foram presenças fundamentais nesses últimos anos. O professor Rossine Cruz pelo estímulo inicial, pela sempre presente disposição em apoiar o trabalho que ajudou a nascer e pelos conselhos

mais sensatos (nem sempre seguidos) ao longo do curso de mestrado. Sem qualquer exagero, foi a sua orientação que transformou incipientes perguntas em verdadeiras questões de investigação. Nesse sentido, seria inviável indicar esse ou aquele aspecto desta dissertação onde sua influência se faz sentir. Afinal, ela atravessa o conjunto do trabalho. Ao professor Eurelino Coelho, meu orientador durante a experiência do mestrado, meu agradecimento, especialmente, pela sempre renovada abertura para o diálogo e leituras precisas. Também nesse caso, definir os aspectos em que influenciou esta dissertação seria inviável, uma vez que foi graças a sua paciente orientação que me defrontei com as minhas muitas limitações teóricas e, como desdobramento, com as incongruências nos argumentos da pesquisa. Além disso, sem dúvida, a sua acolhida foi sempre maior que a contrapartida do seu atribulado orientando.

Importante também é o registro da salutar contribuição oferecida por outros professores. Henrique Lyra, orientador na minha experiência de tirocínio docente, possibilitou que o reencontro com uma disciplina da graduação, História Econômica Geral, se tornasse um momento rico em aprendizado sobre a relação entre história e economia, bem como sobre o fazer do ensino de história. A professora Adelaide Motta, na circunstância da qualificação, contribuiu de maneira importante para a pesquisa apontando alguns dos principais pontos frágeis e, na mesma oportunidade, alguns das leituras que ajudaram a enfrentá-los. O professor Gildásio Santana Júnior, da UESB, que no encontro e reencontro com minha pesquisa, primeiro de maneira fortuita e depois de modo deliberado, primou pelo compromisso com a franqueza crítica e pela intenção de ajudar na superação dos pontos débeis da argumentação do trabalho. Vale também o registro da colaboração do professor Jorge Almeida, da UFBA, que propiciou momentos importantes de estudo sistemático de conceitos centrais para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim (ou quase), também não poderia deixar de mencionar a minha família. O apoio e carinho familiar foram desmensurados ao longo desses anos de estudo e, mais ainda, nos últimos e tortuosos momentos da redação. Especialmente tia Dora e vó França contribuíram para minorar as muitas agruras. Por sua vez, minha mãe colaborou, como de costume, com tudo o que podia e “não podia” para a consecução do mestrado, inclusive como co-pesquisadora. Nesse sentido, sem sua ativa participação também não haveria dissertação a ser defendida.

Como últimas palavras, cabe ressaltar ainda que todas essas pessoas, bem como outras que não puderam ser citadas, foram imprescindíveis para a maturação das idéias encontradas nas páginas seguintes. Essa partilha intelectual aconteceu em momentos formalizados, mas

fundamentalmente ao longo dos múltiplos encontros cotidianos, das estimulantes conversas “desinteressadas”. Com isso não se quer imputar aos outros os possíveis problemas encontrados nas páginas vindouras, mas chamar à atenção para a certeza de que o que há de positivo nelas foi resultante dessa constante reflexão coletiva.

A vida se acumula no entulhar das horas
por justaposição, a haurir processos mortos,
como um canal de estabilização de esgotos
correndo a céu aberto, atravessando a história.

Trecho de *Morfologia*, de Luís Antônio Cajazeira Ramos

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a ação dos dirigentes industriais de Feira de Santana, na Bahia, em torno da política de industrialização local, entre 1963 e 1983. O intuito central do trabalho foi analisar de que forma esses agentes, articulados com frações de classe e agentes políticos a nível nacional e regional, ao construir uma estratégia de consenso *para si* em uma área *periférica*, operaram as condições de hegemonia do tipo de desenvolvimento capitalista que marcou o Brasil nesse período. Observou-se que a própria definição do “lugar” específico dos industriais, em meio às “classes produtoras” feirenses, se deu através desse processo, já que o seu traço político distintivo foi o engajamento no projeto de transformação do conjunto da vida feirense *via industrialização*, sob comando econômico dos capitais do Centro-Sul. Portanto, este trabalho acompanha a trajetória desse engajamento, inclusive as suas oscilações e mudanças qualitativas, ao longo das duas décadas em observação. O conceito de *hegemonia* fundamentou a interrogação desses movimentos de classes e de suas frações que, através de disputa, tornaram seus interesses a política pública adotada na circunstância. Com base nessa perspectiva teórica, para entender a sua representação diferenciada no *Estado restrito* foram observadas as formas de organização, de interação, bem como a força desses interesses na *sociedade civil*. Grosso modo, a movimentação dos dirigentes industriais, na segunda metade dos anos 1960, buscou institucionalizar os interesses industrializantes enquanto eixo do desenvolvimento local. Porém, esse projeto de hegemonia foi “truncado” por duas contradições crescentes: por um lado, o desmanche da particular combinação de condições macro que possibilitaram a “gestação” do projeto industrializante articulado pelos industriais feirenses; por outro lado, como a maior expressão desse projeto, o Centro Industrial do Subaé (CIS), foi criado como uma autarquia sob controle do poder executivo municipal, também esteve no âmago das disputas políticas locais, o que inviabilizou a *institucionalização* dos interesses industrializantes nos termos exigidos pelos dirigentes industriais. Nesse sentido, a movimentação desses agentes orientou-se, na década de 1970, pela tentativa de “despolitizar” o processo de industrialização, embora sob essa mesma cobertura discursiva a ação dos industriais tenha oscilado de pretensões à hegemonizar o desenvolvimento local para, a medida que afloraram as contradições do seu projeto, a intenção prioritária de “blindar” seus interesses corporativos. Para subsidiar tal percurso analítico o escopo de fontes foi diversificado, envolvendo periódicos, documentação das agências e instâncias do Estado restrito, bem como registros e formulações de entidades de representação de interesses dos industriais.

PALAVRAS-CHAVE: Hegemonia; Empresariado Industrial; Industrialização; Modernização; Feira de Santana.

RÉSUMÉ

Cette dissertation a comme thème l'action des dirigeants industriels de Feira de Santana, dans la Bahia, autour de la politique de l'industrialisation local, entre 1963 et 1983. Le but central du travail a été analyser de quelle forme ces agents, articulés avec de fractions de classe et agents politiques de niveau national et régional, à la construction d'une stratégie de consensus *pour lui* dans un secteur périphérique, ils ont opéré les conditions d'hégémonie du type de développement capitaliste qui a marqué le Brésil dans ce période. On a observé que la propre définition du "lieu" spécifique des industriels, dans moyens aux "classes productrice" feirense, s'il en a donné à travers ce processus, depuis que son trait distinctif a été engagé au projet de transformation d'ensemble de vie feirense *voie l'industrialisation*, sous commande économique des capitales du Centre-Sud. Donc, ce travail accompagne la trajectoire de ces engagements, ainsi que leurs mouvements e changements qualitatifs, au long de deux décennies en observation. Le concept d'hégémonie s'est basé l'interrogation de ces mouvements de classes et de leurs fractions qui, à travers dispute, ont rendu leurs intérêts la politique publique adoptée dans la circonstance. Sur base de cette perspective théorique, pour comprendre leur représentation différenciée dans *l'État restreint* ont été observées les formes d'organisation, d'interaction, ainsi que de la force de ces intérêts dans la *société civile*. Grosse mode, le mouvement des dirigeants industriels, dans la seconde moitié des années 1960, il a cherché institutionnaliser les intérêts articulé tant que l'axe de développement local. Néanmoins, ce projet d'hégémonie a été "tronqué" par deux contradiction croissants: d'une côté, le démonte de la particulière combinaison de condition macro qui a possibilité la "gestation" du projet industrialisant articulé pour les industriels feirenses; d'une autre côté, comme la plus grand expression de ce projet, le Centro Industrial do Subaé (CIS), a été créé comme une autarcie sous contrôle du pouvoir exécutif municipal, il était aussi dans le cœur des disputes politiques locales, le qui empêché *l'institutionnalisation* des intérêts industrialisant dans les termes exigés pour les dirigeants industriels. Dans ce sens, le mouvement de ces agents s'est orienté, pour la tentative de "dépolitiser" le processus de l'industrialisation, bien que sous cette même couverture discursive l'action des industriels ont oscillé de prétention à hégémoniser le développement local pour, à mesure que affleurent les contradictions de son projet, l'intention prioritaire de "blinder" leurs intérêts corporatifs. Pour subventionner tel parcours analytique l'étendue de sources a été diversifié, impliquant des périodiques, documentation des agences et des forums de l'état limité, bien comme registres et formulations des entités de représentation d'intérêts des industriels.

MOTS-CLÉ: Hégémonie; Entreprise Industriels; Industrialisation; Modernisation; Feira de Santana.

LISTA DE SIGLAS

ACB – Associação Comercial da Bahia
ACFS – Associação Comercial de Feira de Santana
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AIFS – Associação das Indústrias de Feira de Santana
AIMMEFS – Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana
ALIMBA – Produtos Alimentares da Bahia S. A.
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BANDEB – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
BANEBA – Banco do Estado da Bahia
BANFEB – Banco de Fomento do Estado da Bahia
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMAB – Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia
CASEB – Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado da Bahia
CASEMBA – Companhia de Alimentos e Sementes da Bahia
CDL – Clube de Dirigentes Lojistas
CEDIN – Centro de Desenvolvimento Industrial
CEEB – Companhia de Energia Elétrica da Bahia
CEPLAB – Centro de Planejamento da Bahia
CIA – Centro Industrial de Aratu
CIFS – Centro das Indústrias de Feira de Santana
CIS – Centro Industrial do Subaé
CNI – Confederação Nacional da Indústria
COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
CPE – Comissão de Planejamento Econômico
DERBA – Departamento Estadual de Estradas de Rodagem da Bahia
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DPI – Departamento de Promoção Industrial da FIEB
ECFIB – Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia
ECOSAMA – Empresa de Conservação de Solos e Mecanização Agrícola
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras
EMBASA – Empresa Baiana de Saneamento e Esgoto S. A.
ESG – Escola Superior de Guerra
FIDENE – Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste
FUNDAGRO – Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial
FUNDINOR – Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCOVEG – Indústria e Comércio de Óleos Vegetais S. A.
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MAFRISA – Matadouro e Frigoríficos S. A.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NORSUL – Serviços Técnicos de Economia e Finanças Ltda
OPEC – Organization of the Petroleum Exporting Countries
PAC – Programa de Ação Concentrada
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PDS – Partido Democrático Social
PEI – Política Externa Independente
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S. A.
PIB – Produto Interno Bruto
PLANDEB – Plano de Desenvolvimento da Bahia
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRODEFESA – Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana
PROINTER – Programa de Industrialização do Interior
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria
SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESI – Serviço Social da Indústria
SESP – Fundação Serviço de Saúde Pública
SIC – Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia
SIMMEB – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Bahia
SIMMEFS – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Feira de Santana
SRFS – Sindicato Rural de Feira de Santana
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SURFEIRA – Superintendência de Urbanização de Feira de Santana
TELEBAHIA – Telecomunicações da Bahia S. A.
UDN – União Democrática Nacional
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UNIDO – United Nations Industrial Development Organization
USAID – United States Agency for International Development
VTI – Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DESVÃO DA NOVA INDÚSTRIA FEIRENSE	36
2.1 Prólogo: industriais em meio à “anarquia”	36
2.2 O que o “Nôvo Nordeste” tem para Feira	50
3 AS BOAS NOVAS DO DESENVOLVIMENTO	77
3.1 A promoção do desenvolvimento em benefício do futuro	77
3.2 Por que Feira não tem um jornal?	97
4 O CENTRO DAS PAIXÕES	116
4.1 O Subaé é de João?	116
4.2 Quase epílogo: a “transferência” como avesso da política	142
5 REFLEXÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE A	193
APÊNDICE B	194
APÊNDICE C	195
APÊNDICE D	196
ANEXO A	197
ANEXO B	198
ANEXO C	199
ANEXO D	200

1 INTRODUÇÃO

Feira de Santana tem uma área de 1.338 quilômetros quadrados e os seus mais de 500 mil habitantes colocam o município como o segundo mais habitado da Bahia. E não somente sob esse aspecto, mas ele está em segundo lugar também em importância econômica e social. Assim, Feira é o mais importante município do interior baiano, seguido de longe por Vitória da Conquista e Itabuna.

Estudos e análises sobre o perfil de Feira de Santana e as razões de seu crescimento nos últimos 25 anos, fazendo-o distanciar-se cada vez mais de outros importantes centros urbanos do estado, apontam inicialmente o comércio e, hoje, mais do que este, a pujança de sua indústria, como causas de um continuado processo.¹

A condição de importante e estratégico entroncamento rodoviário, principalmente após as obras de pavimentação da Rio-Bahia, há 42 anos, bem como a conseqüente e forte atração migratória desde então, especialmente de nordestinos, podem ter sido fatores preponderantes no desenvolvimento de Feira de Santana. Mas o vetor de maior peso desse processo, nas últimas quatro décadas, sem qualquer dúvida, tem sido a atividade industrial, gerando milhares de postos de trabalho, ampliando a renda dos feirenses e as receitas públicas, produzindo a expansão urbana e o crescimento do comércio. “Feira se viabiliza através da indústria”, é o que pensa o administrador de empresas e feirense Alfredo Falcão, diretor geral do Centro Industrial do Subaé (CIS).²

As epígrafes são extratos de textos publicados em um caderno comemorativo, referente aos 173 anos de Feira de Santana, publicado pelo jornal baiano A Tarde. Na perspectiva colocada por ambos, o CIS, desde 1983 administrado pelo governo estadual, propiciaria ao município o ponto mais sólido para sua arrecadação fiscal, geração de renda e empregos, bem como para a formação de um mercado consumidor. Como é perceptível, mesmo ao leitor mais desatento, o diretor geral do Centro Industrial do Subaé (CIS), Alfredo Falcão, foi ainda mais enfático na sua avaliação que, embora o comércio seja a atividade econômica local mais em evidência, a indústria se constitui no efetivo pilar de sustentação do desenvolvimento feirense: “Feira se viabiliza através da indústria”. O caderno d'A Tarde, em que pese não especificar de onde partiu a intenção, foi realizado dentro de um “projeto especial de marketing”, mas há motivos para considerar que a opinião do dirigente do CIS, à época, expressa bem mais que uma posição “de momento” para fins de propaganda. O próprio

1 CARMO, Judélio. O comércio e a indústria são o forte da economia feirense. **A Tarde**. Caderno Especial Feira de Santana. 18 de setembro de 2006, p. 2.

2 CARMO, Judélio. Industrialização promove o desenvolvimento de Feira. **A Tarde**. Caderno Especial Feira de Santana. 18 de setembro de 2006, p. 3.

fato de ser esse o agente da declaração não é fortuito: trata-se, como se verá ao longo das páginas seguintes, de um indício recente de um determinado projeto para Feira de Santana, cuja existência passada pulsa no presente. Este trabalho é uma história desse projeto e de suas transformações, no período entre 1963 e 1983.

Concretamente, o processo de industrialização, de que o CIS é a expressão mais palpável, implicou transformações relativamente profundas na realidade local.³ As modificações na economia, em sentido estrito, evidenciam o impacto da *nova indústria feirense*, afinal, com a implementação do núcleo piloto CIS, em 1969, a indústria feirense, que era composta por estabelecimentos de pequeno porte e majoritariamente de capital “familiar”, crescentemente passou a receber unidades produtivas de porte médio, ligadas aos grandes grupos nacionais e internacionais. As unidades menores, em geral, produziam bens de consumo finais ou intermediários voltados para os mercados local e micro-regional. As maiores produziam, prioritariamente, bens intermediários, destinados às indústrias do Centro Industrial de Aratu (CIA), ou mesmo, ao mercado nacional e à exportação.

Apesar da existência do CIS, a maioria dos estabelecimentos industriais de Feira de Santana continuou dispersa por todo o tecido urbano. Além do tamanho mínimo, adequado aos custos de localização no CIS, era mais operacional aos pequenos estabelecimentos industriais a proximidade da rede de distribuição e do mercado consumidor. Por sua vez, as unidades de porte médio preferiam as áreas abrangidas pelo CIS. A lógica da industrialização feirense teve duas determinações econômicas mais imediatas: por um lado, principalmente, o desempenho industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS), mas também, por outro lado, a demanda do interior do estado, que alimentava o crescimento das pequenas unidades, espalhadas pelo município. A proximidade com o parque industrial de Salvador era forte razão para que as maiores unidades buscassem manter a produção voltada para as demandas do CIA.

Entre a segunda metade dos anos 1960 até fins da década subsequente, Feira de Santana foi transformada em mais um *sítio* do capital industrial nacional e internacional em operação no estado que, inicialmente concentrado no entorno imediato de Salvador, buscou

3 As considerações seguintes, acerca do impacto econômico da nova indústria feirense, retomam *ipsis verbis* as interpretações contidas em trabalho publicado em co-autoria com R. Cruz. Por sua vez, o referido trabalho teve como maior parte de seu suporte a tese de doutorado do parceiro aludido. Respectivamente: CRUZ, Rossine Cerqueira e MONTEIRO, Jhonatas Lima. Ação Política e Transformações Estruturais: a economia política da modernização industrializante em Feira de Santana, Bahia, Brasil (1970-1985). In: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local: desenvolvimento e gestão social de territórios** [Anais]. Salvador: CIAGS-UFBA, dezembro, 2006. [CD ROM]; e CRUZ, Rossine. **A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional**. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, 1999.

novos espaços para sua realização. Entretanto, como apontou R. Cruz, não obstante uma nítida atração da indústria produtora de bens intermediários, a *diversificação setorial* e a *complementaridade* com o CIA eram as principais marcas da nova indústria em Feira de Santana.

Ao longo do período 1970-1985, o setor secundário feirense impulsionou o crescimento econômico micro-regional, com mais de 66% dos estabelecimentos e mais de 82% do pessoal ocupado. Os 541 estabelecimentos que ocupavam 3.150 pessoas, no início dos anos 1970, empregavam menos que os 471 estabelecimentos existentes no ano de 1975, que ocupavam 5.580 pessoas. No espaço micro-regional, a indústria produtora de bens finais de consumo não-duráveis conseguia realizar sua produção com mais intensidade, principalmente pela oferta de móveis, confecções, alimentos e bebidas (vide ANEXO A). Ao mesmo tempo, esta indústria encontrava nos municípios vizinhos um mercado de matérias-primas adequado aos custos de suas unidades produtivas.

Predominantemente produtora de bens de consumo não-duráveis, em poucos anos, a indústria de Feira de Santana passou a transformar mais produtos destinados ao consumo intermediário – insumos para outras atividades produtivas. Até 1980, a produção de bens de consumo não duráveis, que contribuía com 59% do Valor de Transformação Industrial (VTI) local, no início dos anos 1970, perdeu participação até alcançar apenas 28%. Inversamente, a produção de bens intermediários, que respondia por 31% do VTI, em 1970, aumentou sua participação para 50%, até 1980, enquanto a produção de bens de capital e de consumo duráveis quase triplicou nesses quinze anos. Destarte, como aconteceu nas economias regionais periféricas do Brasil à época, a nova indústria criada em Feira de Santana especializou-se na produção de bens intermediários. Tanto mais, em 1980, o número de estabelecimentos produtores de bens de consumo não-duráveis havia aumentado em quase 80%, com relação a 1970 (Cf. ANEXO B).

Dessa forma, a alteração do perfil econômico local foi substancial em um período relativamente curto, corroborando, inclusive, para o tom dos textos utilizados como epígrafe. Alguns trabalhos se voltaram, justamente, para a explicação dessas transformações de Feira de Santana. De um modo geral, essas interpretações constataram que a experiência feirense de industrialização tardia, representada na nova indústria feirense, foi resultante da inserção, após longo período de articulação através das relações comerciais, no processo mediante o qual a acumulação de capital integrou, via investimentos produtivos, as diferentes regiões brasileiras em um espaço econômico nacional uno. Uma das principais facetas desse processo

foi aquilo que W. Cano qualificou de *desconcentração industrial regional*, o desenvolvimento de parques industriais em várias áreas da periferia nacional.⁴ A industrialização de Feira de Santana, em fins dos anos 1960 e especialmente ao longo da década de 1970, seria um “rebatimento” local desse processo mais amplo. Mais especificamente, a nova indústria feirense seria “filha diletta” da política de industrialização via incentivos fiscais articulada pela ação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Essa política de incentivo tornou, aos olhos dos investidores do Centro-Sul⁵ do país, extremamente atrativa a realização de inversões produtivas no Nordeste brasileiro.

Em que pese, as vantagens locais de Feira de Santana terem desempenhado um papel importante no processo de industrialização dos anos 1970, foram as possibilidades oferecidas pelo CIS de inversões baseadas em incentivos fiscais que o potencializaram. O amplo campo de incentivos fiscais aos investimentos no Nordeste, em especial os artigos 34/18 e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), funcionou enquanto mecanismo sistematizado, fundamental, para redução do capital de risco necessário à expansão oligopólica dos capitais do Centro-Sul, na medida em que os *maiores aplicadores* eram justamente os *maiores dedutores*. As principais inversões produtivas realizadas no CIS, no período 1970-1985, também se reproduziram dentro desse padrão, o que implicou, como dito acima, que a direção econômica do processo de expansão industrial feirense estivesse no centro dinâmico do capitalismo nacional. Segundo pesquisa realizada em 1981, o controle acionário das empresas beneficiadas pelo sistema FINOR instaladas no CIS era de 9%, para grupos locais; 54,5% de grupos do Centro-Sul; 27,3% de grupos do Nordeste e 9% de grupos do exterior.⁶ Ainda entre as empresas beneficiadas pelo FINOR, em 1981, a compra de matéria-prima era realizada 35% no próprio estado, 50% fora do estado e 15% no exterior; já em relação ao objetivo de distribuição das mercadorias os números são ainda mais evidentes: “13% comércio local, 13% comércio regional, 21,7% Centro-Sul, 30,4% Nordeste, 8,7%

4 CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1998.

5 Mesmo sob o risco de cometer certo anacronismo, foi mantida a designação Centro-Sul para se referir a área que concentrava, ainda em meados da década de 1960, a maioria absoluta dos empreendimentos dos grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais em atividade no Brasil. A partir de 1969, com a adoção de uma nova regionalização oficial pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa região deixou de existir. Não obstante, manter a expressão se mostrou pertinente por ser de uso corrente em parte da bibliografia básica utilizada (notadamente as formulações de Francisco de Oliveira); porque o processo de expansão capitalista, aqui analisado, teve como ponto de partida um momento em que ainda existia uma região Centro-Sul; e, especialmente, porque ressalta as relações *centro-periferia* presentes no processo de integração produtiva brasileira.

6 DANTAS, Jorge Aliomar Barreiros. **Desempenho das empresas beneficiadas pelo Sistema FINOR em Feira de Santana**: uma abordagem financeira. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFPB, 1982, p. 105-106.

exterior, 8,7% região e Centro-Sul e 4,3% todo Brasil [sic]”.⁷ Embora esses números tenham que ser relativizados, principalmente por terem como base uma amostra das empresas beneficiadas pelo FINOR e não o conjunto dos estabelecimentos instalados no CIS, ainda assim, servem para expressar o quanto a nova indústria feirense estava vinculada à acumulação de capitais *exógena* ao circuito micro-regional. Essa dinâmica da estrutura industrial do município era expressão do processo pelo qual a produção local deixava de ser comandada pelo capital mercantil, local e regional, em face do capital industrial, nacional e transnacional, cujo poder de decisão localizava-se fora do município e do estado.

Provavelmente, por essas características estruturais, *a nova indústria feirense* foi analisada enquanto uma experiência, em certo sentido, “malograda”. Para Edelvino Góes Filho, apesar da dinamização da atividade industrial resultante da atração de indústrias de maior porte e ênfase na produção de bens intermediários, o CIS não conseguiu ter o “alcance que era esperado”. Uma das expressões disso seria um perfil industrial “extremamente heterogêneo e diversificado”, oriundo da expansão de unidades produtivas mais articuladas ao circuito micro-regional de realização de mercadorias que se manteve paralelo à industrialização induzida. Dessa maneira, o CIS significou mais algo viabilizado a partir de um “marco regulatório” que, espelhado na “política de integração nacional”, não potencializou a possibilidade colocada para a “vocação industrial” de Feira de Santana de formação de um complexo agroindustrial.⁸ Sob essa perspectiva, uma questão que emerge é aquela referente aos *propósitos* da industrialização feirense. Em certo sentido, como se verá, essa interrogação constitui a própria problemática do presente trabalho, mas antes de explicitá-la se faz necessário referência   outra interpretação correlata.

Em análise historiográfica sobre o “sonho da industrialização” em Feira de Santana, A. Santos apontou os “descaminhos” desse processo, destacando que

Para uma boa parte dos empresários locais, donos de indústrias tradicionais de pequeno e médio porte, a expansão industrial significou exclusão, exclusão dos programas de benefícios fiscais concedidos pelo poder público e dos financiamentos fornecidos pela SUDENE em ação conjunta com o BNB.

[...]

Para os grupos empresariais que vieram de fora da cidade, a instalação do CIS significou a possibilidade concreta de ampliação de sua área de atuação e de altíssimos lucros, assegurados pelas facilidades concedidas pelo poder público e órgãos financiadores.

Em Feira de Santana as indústrias tradicionais se constituíam maioria esmagadora até os anos sessenta, essas indústrias perteciam aos grupos

7 Idem, p. 110-111 e 114.

8 GÓES FILHO, Edelvino da Silva. **Condições da industrialização em Feira de Santana (1969-1989)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFBA, 2001, p. 93.

locais vinculados a agropecuária e ao comércio em geral, que haviam diversificado parte de seus investimentos. Com a chegada do CIS assistimos a uma mudança significativa de rumos, pois as novas empresas instaladas pertenciam a grupos empresariais de fora da cidade e até mesmo de fora do estado.

No decorrer dos anos, se percebeu que as expectativas realizadas em torno dos pólos industriais começam a ser diluídas e as metas descritas pelo Plano Diretor do CIA e pelo Plano Diretor do CIS, de um mercado estável para o trabalhador, além de uma cidade mais próspera e humana fica cada vez mais distante.⁹

Interessante notar dois aspectos. Primeiro, que também aí está presente a percepção das “expectativas” que não foram cumpridas. Mas, há um segundo aspecto que permite “decantar” mais diretamente a problemática colocada aqui: a visão de uma “exclusão” do empresariado industrial local dos rumos da industrialização em curso à época. Efetivamente, ao longo da década de 1970, como salientado acima, passaram a operar em âmbito feirense uma série de grupos econômicos forâneos que sobrepunham, em muito, as proporções do “parque industrial” local, em desenvolvimento ascendente desde a década de 1940 (vide Anexo 3). Como dito acima, bem como na própria citação, esses estabelecimentos eram indústrias tradicionais, de pequeno e médio porte, com capital “familiar” e resultantes da *diversificação de investimentos* de agentes ligados às outras atividades econômicas. Nesse quadro, as inversões produtivas realizadas no bojo da industrialização induzida destoaram, grandemente, desse ambiente “de família”. Entretanto, ainda assim a interpretação de “exclusão” somente se sustenta se mantida a polaridade de interesses capital do Centro-Sul *versus* interesses locais. Não obstante, esse último pólo, nessa homogeneidade presumida, é ilusório: é mais pertinente pensá-lo seguindo a perspectiva teórica de que palavras como “industrialização” ou “desenvolvimento” indicam aprofundamento das relações capitalistas e, portanto, engendram vínculos contraditórios entre classes e frações de classe, bem como relações de dominação. Destarte, esse “pólo” local era atravessado por diferentes e conflitivos lugares sociais.¹⁰

9 SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade**: o sonho da industrialização. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2002, p. 145-146.

10 A. Santos também percebe a dimensão homogeneizadora, mas na avaliação conclusiva reproduz a tônica da “marginalização” aludida acima. Cf. Idem, especialmente p. 109-110. P. Miceli apontou, acerca de problemática semelhante, a perspectiva teórica aqui salientada: “Ora, esse projeto de industrialização [de substituição de importações] está 'colado' a uma sociedade específica e a um momento específico, com um conjunto de forças e interesses também específicos. Trata-se, portanto, de uma categoria histórica que – por ser histórica – é social e, sendo social, diz respeito ao indivíduo. E sendo as relações entre indivíduos relações de poder, é nesse contexto, ou a partir dele, que as questões sociais, dentre as quais a tecnológica, devem ser consideradas. Uma dada opção econômica, que espraia seus efeitos por toda a sociedade, é uma *política*, no mais amplo e abrangente sentido do termo”. Muito embora o autor se refira, especificamente, ao aspecto político da forma como o “padrão de desenvolvimento” brasileiro, no século XX, importou *saberes técnicos* de modo a ampliar a subordinação

Nesse sentido, se insinua o horizonte de que, ao menos parte, desses interesses não estiveram em pugna com os “capitais forâneos”, mas se articularam a eles ou mesmo foram articuladores de sua chegada. O que redimensiona também a questão do propósitos e expectativas ligadas à industrialização em Feira de Santana: se se lida com interesses distintos, trata-se de equacionar o “malogro” nos termos dos próprios interesses que impulsionaram o processo. Considerando isso, ambas as interpretações aludidas acima foram tomadas como “negativo” de um problema que deveria ser enfrentado, qual seja: que o tipo de industrialização que se processou em Feira de Santana, entre as décadas de 60 e 80 do século XX, foi resultante da “marginalização” dos industriais locais. A pesquisa, da qual esta dissertação é uma das expressões, partiu da possibilidade de analisar, historiograficamente, qual a relação dos industriais locais com a integração feirense na rota dos capitais em expansão do Centro-Sul, bem como quais expectativas balizaram essa relação. Afinal, inicialmente, pelo menos um indício possibilitou pensar a existência de consistentes interesses locais na articulação desse processo: o próprio “formato” institucional do CIS.

No cenário de políticas de estímulo nacionais, regionais e estaduais, a experiência feirense guarda uma especificidade em relação a outros casos análogos de distritos industriais no país: o CIS foi criado em 1969 enquanto *autarquia municipal*, via decreto do executivo local. A imensa maioria dos distritos industriais criados na região Nordeste o foi por iniciativa estadual, quando não por articulação expressa do governo federal. No próprio caso baiano, o CIA, os distritos industriais do interior e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) obedeceram à “engenharia institucional” desse tipo. Nesse caminho, Noélio Spínola salientou essa peculiaridade feirense.

Tratava-se de um fato inédito na história econômica do Estado, notadamente no período mais autoritário do regime militar, que uma prefeitura ousasse interferir na área de planejamento que era um “feudo” da tecnocracia federal e estadual.¹¹

A criação do CIS, como “alternativa municipal” é, via de regra, atribuída ao “ímpeto” administrativo de João Durval Carneiro quando prefeito, entre 1967 e 1971, e pouco foram interrogados quais interesses sociais específicos amparavam essa resolução política de

nacional ao centro do capitalismo, a íntima conexão ressaltada entre industrialização e política pode ser generalizada para outras circunstâncias correlatas. Cf. MICELI, Paulo. Histórias da história da industrialização no Brasil: o projeto nacional-desenvolvimentista. In: _____. **História, histórias: o jogo dos jogos**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1996, p. 135.

11 SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2003, p. 184.

industrializar Feira de Santana.¹² Portanto, apesar da peculiaridade referida indicar, no mínimo, um empenho local em atração dos investimentos forâneos, o processo de industrialização ainda assume a forma de uma “fastasmagoria”, em que os empreendimentos industriais correspondem ao movimento dos capitais em expansão e se manifestaram em Feira de Santana como “aparições de espíritos”: operam entre os vivos, mas obedecem às razões do além. Evidentemente, o processo de industrialização feirense foi, sem dúvida, resultante de importantes determinações estruturais que extrapolam em muito o âmbito local. Mas, isso não significa, por sua vez, a nulidade total da ação dos sujeitos na *modulação* particular dessas mesmas determinações. Essa perspectiva implica aqui não na desconsideração do Estado como elemento central no encaminhamento da industrialização feirense, mas no redimensionamento teórico de sua abordagem. Trata-se, nesse sentido, de uma concepção de Estado que o entende como bem mais amplo do que o aparato estatal em sentido *restrito*. Assim, as iniciativas estatais são vistas como resultado da complexa interação, conflitiva, entre diferentes interesses sociais que disputam sua inscrição nesse aparato. É através dessa *institucionalização* de interesses específicos que eles são universalizados, ao tornarem-se ação estatal, na medida em que aparecem como regramento para o conjunto da vida social. Para esse último processo, a denominação é *hegemonia*, com referência nas formulações de Antonio Gramsci, cujas reflexões possibilitam o entendimento da movimentação dos diferentes grupos sociais na tentativa de dirigir os rumos de uma formação social capitalista ou, em muitos casos, apenas de uma área dela.

A problemática da hegemonia se desenvolveu mais intensamente ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, o amplo e complexo conjunto de notas produzidas por Gramsci durante sua vida enquanto preso político do regime fascista italiano. Aliás, o próprio contexto de ascensão fascista, que marca o seu período mais ativo como dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), consubstancia uma inquietação teórica e política quase que obsessiva nos *Cadernos*: por que os “grupos subalternos” aderem aos projetos dos “grupos dominantes”? Ou, em outras palavras, como as classes dominantes *dirigem* as classes dominadas? Nesse sentido, a preocupação teórica de Gramsci, derivada do comprometimento político em pensar uma alternativa para a ação revolucionária nos quadros de um país “ocidental” – uma nação capitalista central – foi teorizar o modo de dominação burguesa que conta com a inserção ativa das massas.

12 Emblemático disso é PINTO, Raimundo A. C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Siela, 1971.

Dessa forma, a hegemonia no pensamento de Gramsci aparece sobre um duplo registro: ligadas às relações de aliança de classe que definem de que forma uma determinada classe obtêm o consentimento ativo de classes e frações de classe que lhe são aliadas; além da apreensão do processo pelo qual essa mesma classe domina uma dada formação social capitalista através da universalização do seu projeto específico, isto é, transforma sua “concepção de mundo” no “senso comum” de uma determinada época histórica. Nas palavras do próprio Gramsci

[...]esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos, uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.¹³

Assim, a reflexão a partir da perspectiva das relações hegemônicas pode apreender, em processo, a forma específica de elaboração de interesses sociais no transcurso da auto-constituição do grupo social que lhe é subjacente, ou, para retomar a expressão de Ilmar R. Mattos, enquanto “intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual forja a si própria como *dirigente* no movimento dessa intervenção”.¹⁴ Hegemonia designa, dessa forma, os aspectos coesionadores mobilizados na luta entre as classes sociais e, por isso, não se constitui em uma teoria da dominação *em abstracto*, como insinuam certas interpretações da obra de Gramsci.¹⁵ Todavia, é importante a referência a esse tipo de

13 GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, V. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 41-42.

14 Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 2.

15 Oliveiros Ferreira, por exemplo, a partir do trânsito por uma série de autores não marxistas do campo da ciência política chega a uma reivindicação teórica de hegemonia que não é mais remetida, especificamente, à dominação e à relação entre as classes. Sua leitura de Gramsci desvincula a problemática dos partidos da dinâmica das classes, já que segundo ele não existiriam “classes hegemônicas”, mas sim (e apenas) “grupos”. O autor faz uma boa exegese que reconstitui, inclusive, as reelaborações feitas pelo marxista italiano ao longo dos

interpretação porque ela evidencia, por contraste, um ponto importante de reflexão que é a centralidade da luta de classes enquanto “critério de interpretação” no pensamento de Antonio Gramsci. Tanto mais que, como bastante expresso na citação acima, a hegemonia não é, de modo algum, reduzida aos aspectos “ideológicos” ou “culturais”, já que articula necessariamente interesses *materiais* de classes sociais e frações de classe, definidas a partir do lugar na produção social. O deslocamento que Gramsci operou, nesse campo, foi ampliar e enriquecer a apreensão teórica do movimento através do qual as classes universalizam seus projetos na “vida estatal”, tendo como *conditio sine qua non* a necessidade de exceder os limites econômico-corporativos.

Nesse sentido, Gramsci ampliou a compreensão do Estado, na medida em que este não se restringe aos aparelhos de coerção utilizados pelas classes dominantes para o exercício da repressão, legalmente institucionalizada, para assegurar a “disciplina” daqueles grupos sociais que não consentem com a dominação em curso. Dessa forma, o sistema de agências burocráticas, arenas formais de representação e decisão política, bem como as forças regulares legalmente instituídas de repressão, conformam apenas parte das relações estatais, a *sociedade política* ou *Estado restrito*. Essas relações encontram completude a partir da observância do conjunto de aparelhos privados, no sentido de adesão (relativamente) voluntária de seus agentes, que elaboram e difundem, sistematicamente, as diferentes ideologias necessárias à obtenção da direção política e do consenso pelas classes sociais. Assim, partidos políticos, sindicatos, centros educacionais, grupos religiosos, associações profissionais e de classe, jornais, dentre outros tipos de *aparelhos privados de hegemonia*, cumprem também a função de produzir a “vida estatal”, já que é sua permanente atividade de “tecitura” das relações hegemônicas na *sociedade civil* o que possibilita a sustentação dos interesses na sociedade política. Essa perspectiva, se associa à própria historicidade do Estado capitalista, cujas transformações motivadas pelos conflitos sociais implicaram no “alargamento” da autonomia da esfera ideológica em face do Estado restrito. As “democracias modernas” são transpassadas por esse “alargamento”, não só em relação aos aspectos funcionais cumpridos por essas organizações coletivas, mas, especialmente, no que se refere ao aspecto material e organizativo. Nesse sentido, a apreensão da atividade estatal precisa perscrutar esse campo de

Cadernos, mas todo o trabalho teórico vai no sentido inverso do próprio Gramsci: as categorias *hegemonia* ou *intelectuais*, por exemplo, são pensadas fora da concretude histórica da luta de classes e, portanto, tudo acaba se resumindo a uma variante da *teoria das elites*, com ênfase no papel dos intelectuais tradicionais na produção do consenso. Cf. FERREIRA, Oliveiros S. **Os quarenta e cinco cavaleiros húngaros**: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Hucitec, 1986, p. 176.

mediação entre “a estrutura econômica e o Estado-coerção”.¹⁶ Não à toa, ao analisar as possibilidades de um projeto contra-hegemônico, Gramsci considerou que

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc.¹⁷

Dessa forma, o olhar metodológico se desloca da simples observância sobre o aparato institucional de Estado, o *Estado restrito*, para a interrogação dos movimentos de classes e frações de classes que, através de sua disputa, determinaram a adoção desse ou daquele interesse como política pública. Nesse caso, a análise do processo de industrialização de Feira de Santana necessita do esforço em localizar os agentes sociais concretos que se mobilizaram para a inscrição de um projeto industrializante na sociedade política local. Esse caminho possibilita, a um só tempo, a crítica do “mito” de criação do CIS como fruto da vontade particular de um único agente individual e, por outro lado, permite elucidar as articulações entre esse agente, bem como de outros da sociedade política, com as classes dominantes feirenses. Não obstante, a consideração de interesses hegemônicos locais, em uma área na margem da periferia da formação social brasileira, relaciona-se necessariamente às determinações mais gerais do arranjo de forças sociais que conduz nacionalmente o projeto de hegemonia em curso. Nesse sentido, a análise da situação particular de Feira de Santana remete, inevitavelmente, à vinculação desses interesses locais com o *bloco no poder*, a unidade contraditória das classes e frações de classes politicamente dominantes, cuja expressão era a forma particular de Estado capitalista naquele dado momento histórico.¹⁸ Sob esse viés analítico, o interesse foi perscrutar, em um *espaço periférico*, as injunções que soldaram grupos sociais dominantes locais com as frações centrais da formação social brasileira.

Essa inquietação teórica se mostrou, conceitualmente, pertinente se considerado que a especificidade da construção social dos espaços regionais obedece a um complexo processo de interação e afirmação hegemônica dos diferentes grupos sociais dominantes nas distintas áreas abrangidas pelo território de um país. O próprio espaço, nessa ótica, longe de ser um dado “natural”, obedece ao movimento incessante das classes dominantes para afirmação do seu domínio. Nesse sentido, a definição de Alain Lipietz é particularmente significativa pela

16 COUTINHO, Nelson Carlos. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 129.

17 GRAMSCI, **Cadernos de Cárcere**, V. 3..., op. cit., p. 24.

18 POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 229.

sua validade heurística para a análise de localidades em processo de “integração” capitalista. O *espaço sócio-econômico concreto* se apresenta ao mesmo tempo como um produto, um “reflexo” da articulação das relações sociais, e enquanto espaço concreto já dado, como um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações. Dessa forma, o espaço é socialmente recriado sobre a base de um espaço concreto, sempre já dado, herdado do passado. Como pressuposto da própria noção de espaço que fundamenta a de *espaço sócio-econômico concreto*, está a de que a *espacialidade* é senão “a dimensão espacial da forma de existência material que rege a relação considerada”.¹⁹

Contudo, se a definição de Lipietz contribui para explicitar a produção do espaço pelas relações sociais e *pari passu* o constrangimento objetivo deste sobre as próprias relações sociais, a sua noção de espacialidade é fundamentalmente remetida à articulação das espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes “instâncias” de um modo de produção presente em uma dada formação social.²⁰ A recorrência, na definição de Lipietz, da problemática “da articulação das instâncias” não deixa de revelar o diálogo prioritário que tem com a obra de Louis Althusser para a construção de suas formulações. Por sua vez, interessa aqui uma definição de espaço que considere a forma de existência material das relações, mas se atenha, particularmente, às diferentes formas que assume dentro de uma formação social sem enredar a realidade histórica em “instâncias” tão estanques. Afinal, se considerado que ao longo dos anos 1950 até os anos 1980 no Nordeste brasileiro se encontravam muitas formas de relações de produção subsumidas de maneira bem *peculiar* ao capital, não se pode dizer daí que a região, nesse período, não se encontrava nos marcos da produção capitalista, ao menos *formalmente*. Nesse caso, a contribuição de Francisco de Oliveira acerca da problemática regional parece particularmente acertada por seu caráter heurístico profícuo.

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.²¹

Destarte, a visão se desloca das contradições entre as “instâncias” do modo de produção para a articulação historicamente diferenciada com que se *realiza* o capital em um determinado espaço. Francisco de Oliveira defendeu a hipótese de que o processo de

19 LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço**. Trad. Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988, p. 24-25.

20 Idem, p. 24.

21 OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia pa uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 29.

homogeneização sobre as regiões, produzido pela expansão do capital monopolista no Brasil, implicaria na dissolução ontológica das mesmas, bem como na dissolução heurística da categoria explicativa *região*. Esta hipótese já foi refutada de diferentes maneiras; em alguns casos mais por “fervor regionalista” do que razões teóricas.²² No entanto, o próprio Lipietz ofereceu uma perspectiva crítica e complementar a essa visão: sua explicação sobre a região está baseada na especificidade política que ela tem enquanto fenômeno sócio-histórico. Por um lado, a unicidade atribuída ao “espaço político” que se deve ao “quadro nacional único”, coesionado pelo Estado; por outro, essa intervenção unificadora não implica uma uniformização total. Ao invés de um processo de homogeneização, a ação do Estado e do projeto de hegemonia que a viabiliza, estão condicionadas pelos esquemas de poder sócio-político regionais e locais que lhe dão uma “coloração” espacialmente específica.

Se, em última instância, a principal contradição da sociedade (burguesia/proletariado) se regula ao nível do Estado nacional, como detentor do monopólio da força que aplica o direito da classe dominante [...], em compensação, o *sistema hegemônico*, que não somente enquadra massas populares submissas a formas de exploração variadas, mas ainda associa ao capital monopolista classes dominantes, elas também variáveis segundo regiões, o sistema de hegemonia, portanto, pode e deve ser modelado conforme regiões.²³

O substrato teórico subjacente à perspectiva de Lipietz são as reflexões de Antonio Gramsci, notadamente suas formulações acerca do Sul da Itália, o *Mezzogiorno*.²⁴ Portelli também chamou à atenção para que, em Gramsci, são encontrados diversos elementos que possibilitam pensar o fenômeno da *regionalidade* das relações de hegemonia, na medida em que é possível encontrar referências nos textos do autor italiano acerca de “blocos históricos regionais”, como é o caso do *Mezzogiorno* ou mesmo “blocos de classes urbano-locais”.²⁵ Dessa forma, é coerente inferir que as alianças entre classes dominantes centrais e periféricas, em que pese o lugar homólogo na estrutura social, pela multiplicidade de interesses que envolvem, não é nem automática e nem monolítica. Efetivamente, as modificações no bloco no poder correspondem a essas diversas configurações de arranjo de interesses em um dado momento histórico. Se assim o é, também torna-se possível *analisar a historicidade*

22 Cf. MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.

23 LIPIETZ, op. cit., p.158-159.

24 Cf. GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. In: _____. **A Questão Meridional**. Seleção e Introdução de Franco de Felice e Valentino Parlato; Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.135-165.

25 Cf. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Trad. Angelina Peralva. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.14.

específica de uma dada aliança de classes que integrou agentes centrais e periféricos ao mesmo processo nacionalizado de hegemonia.

A análise da movimentação dos industriais requisitou uma perspectiva teórica que possibilitasse a delimitação de sua atividade, enquanto um grupo específico, dentro das “classes produtoras” feirenses. Nesse sentido, as formulações de Nicos Poulantzas propiciaram subsídios significativos para a interpretação dos indícios, muitas vezes extremamente fragmentários, encontrados nas fontes. Principalmente, se considerado que a emergência de uma “fração industrial” foi percebida, não por coincidência, nos marcos mais gerais de uma determinação política, em 1963, e não de um desdobramento automático de transformações econômicas em Feira de Santana. Isso porque a geração de *efeitos pertinentes*, traço distintivo de uma dada *fração autônoma de classe*, segundo Poulantzas, remete invariavelmente ao cruzamento de aspectos econômicos, políticos e culturais em uma dada circunstância histórica. Tal perspectiva foi tomada como referência para analisar o surgimento e desenvolvimento de interesses industriais específicos, entre as classes dominantes locais, com especial ênfase sobre seu núcleo diretivo formalmente organizado em diferentes associações patronais.

Para Poulantzas, utilizando em parte a sua terminologia, “efeito” não tem sentido de posteridade cronológica, mas de *determinação*. Sob essa perspectiva, o conceito de classes sociais indica “os efeitos de conjunto das estruturas” sobre os agentes que constituem os seus “suportes”. Obviamente, pela matriz estruturalista em que se inscrevem, essas formulações reservam um lugar “diminuto” a consciência dos agentes, vistos fundamentalmente enquanto *suportes* das determinações estruturais. O que, sem dúvida, não torna pacífica a sua apropriação em um trabalho sobre a *ação política* dos industriais em Feira de Santana. Contudo, dentro desse campo teórico, o que interessou foi a idéia que os agentes sociais são produzidos pela combinação concreta das “instâncias” de um modo de produção e entre os modos de produção constitutivos de uma formação social. Esses processos de combinatória admitem resultantes, extremamente, complexos, já que os efeitos de combinação, que estão presentes nas determinações estruturais de uma formação social sobre seus agentes, originam toda uma série de fenômenos dotados de *historicidade particular*. O que, para Poulantzas, indica que esses fenômenos “nem sempre podem ser localizados pelo exame dos modos de produção puros que entram na combinação”. Um desses fenômenos é, justamente, o fracionamento de classe.

Interessou, mais particularmente, a possibilidade de especificar uma dada fração de classe enquanto “força social”, ou seja, como agente político relevante no processo de

industrialização de Feira de Santana. Nesse sentido, Poulantzas aponta como critério a *reflexão* do lugar no processo de produção social sobre os outros “níveis” da realidade social, através de efeitos pertinentes. Estes se definem por uma reflexão que se constitui em *elemento novo*, ou seja, “não pode ser inserido no quadro típico que estes níveis apresentariam sem este elemento”. O autor ainda, do ponto de vista metodológico, chama a atenção para que a caracterização dos efeitos pertinentes e da sua novidade em relação à tipicidade dos “níveis” depende, sempre, da conjuntura concreta de uma situação histórica.

É claro que a caracterização dos “efeitos pertinentes” e da sua novidade em relação à tipicidade dos níveis depende sempre da conjuntura concreta de uma situação histórica concreta. Só através do seu estudo se poderá circunscrever as relações dos limites e das variações, e assim caracterizar os “efeitos pertinentes”. Esta pertinência pode refletir-se tanto em modificações importantes das estruturas políticas e ideológicas como em modificações do campo da luta política e ideológica de classe. Ela pode manifestar-se por uma importante modificação das relações de “representação” de classe, refletindo-se a existência econômica de uma classe através de mudanças importantes de estrutura ou de estratégia do partido de *uma outra classe*, de tal modo que este possa também apresentar-se como representante da primeira, no caso em que este partido tem um papel importante na luta política de classes [...]; ou ainda através de um deslocamento da contradição no quadro da luta política de classes, etc. O que importa ver bem é que a existência de uma classe em formação supõe a sua presença a nível político por “efeitos pertinentes”, que, no entanto, não têm necessidade de se desenvolver até a organização política “própria”, estritamente falando”, ou à constituição de ideologia “própria” desta classe.²⁶

Notadamente, a interpretação acerca dos industriais locais enquanto “fração autônoma” é, no presente trabalho, construída sob a perspectiva de que a intervenção desses agentes, em meados da década de 1960, se configurou em um *elemento novo*, cuja emergência foi simultânea a uma *nova modulação* das relações de hegemonia em Feira de Santana. Nesse sentido, a consideração, inclusive, das características particulares dos industriais foi fundamental à melhor explicação de sua dinâmica de ação. A atenção sobre essa dimensão foi essencial para a ultrapassagem de uma interpretação presente sobre a interação dos grupos sociais dominantes feirenses com a nova indústria dos anos 1960/1970, que interpretou a primazia econômica dos empreendimentos sob comando dos capitais do Centro-Sul como uma “marginalização” dos industriais locais do processo de industrialização em curso no período.

Ao se atentar para a especificidade histórica do padrão de ação das frações burguesas, equacionou-se a posição teórica de buscar os vínculos que contraditassem a visão de uma

26 POULANTZAS, op. cit., p. 79.

“industrialização sem industriais” e que, mais particularmente, fundamentasse uma investigação da atividade dos *dirigentes industriais feirenses*.²⁷ Nesse campo, a partir de M. A. Leopoldi, a perspectiva interpretativa adotada foi a leitura da ação do empresariado industrial no Brasil não como “frágil” diante de um Estado hipostasiado, mas como historicamente específica na sua presença nas arenas decisórias da sociedade política, adotando diferentes formas ao longo do século XX. Dessa perspectiva, a estrutura corporativista de representação de interesses, oriunda do Estado Novo, não foi vista enquanto subordinação da “classe industrial” à burocracia estatal, mas a forma de ação mais compatível com o pragmatismo industrial. Afinal, o próprio “formato” do sistema corporativista, não foi imposto, revelando-se muito mais uma “pactuação” funcional entre os industriais brasileiros e os agentes do Estado restrito, que permitiu acesso privilegiado às suas instâncias de decisão econômica e, inclusive, admitiu a existência de uma série de associações paralelas cuja tendência foi, justamente, o aumento de poder com o processo de industrialização no pós-1964. Por outro lado, como se verá adiante, foi elucidativa das relações entre dirigentes industriais locais e outras associações de classe, em âmbito estadual e regional, a perspectiva que o sistema corporativista desempenhou função *integradora* das frações industriais periféricas, via Confederação Nacional da Indústria (CNI).²⁸ Nesse sentido, analisar a dinâmica de constituição e desenvolvimento das entidades de representação dos interesses industriais, em Feira de Santana, adquiriu ainda mais centralidade para situar a relação local/nacional no processo de industrialização feirense.

Esse percurso teórico, brevemente sintetizado aqui, possibilitou a composição de uma abordagem de interesses hegemônicos em uma área na margem da periferia do capitalismo

27 Para fins de análise, sob a nomenclatura de *dirigente industrial feirense* foram considerados aqueles agentes que exerceram a função de representação específica dos interesses da atividade industrial em Feira de Santana. Tal delimitação abarcou industriais de origem local, mas também, necessariamente, os que pertenciam aos grupos econômicos do Centro-Sul que se instalaram na cidade no período em vista. A escolha exclusiva por um ou outro se mostrou descabida, em relação ao processo analisado, uma vez que o exercício da aludida função diretiva foi realizado tanto por proprietários do capital industrial, em sua maioria locais e de pequeno porte, quanto por executivos e administradores profissionais, em sua maioria forâneos e responsáveis pelas maiores unidades produtivas em operação no CIS. Essa escolha metodológica teve como referência a abordagem de A. Bianchi acerca da crise da representação empresarial, através da análise da trajetória do Plano Nacional de Bases Empresariais (PNBE), no contexto da crise político-econômica da década de 1980. O autor, fundamentado nas formulações gramscianas sobre a função dos *intelectuais* enquanto *organizadores*, indica que “A idéia fundamental que é preciso reter é que os empresários são organizadores do capital. Ou seja, eles ocupam um papel determinado no processo de produção e reprodução ampliada do capital, que os vinculam de maneira indissociável à classe dos capitalistas. Seu pertencimento à classe dos capitalistas não é, portanto, definido por uma relação jurídica de propriedade e sim pelo lugar ocupado no conjunto das relações de produção”. Cf. BIANCHI, Alvaro. **Hegemonia em construção**: a trajetória do Pensamento Nacional de Bases Empresariais. São Paulo: Xamã, 2001, p. 31.

28 LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000, especialmente p. 87-90.

nacional. A preocupação heurística com a historicidade passou, prioritariamente, pela busca em apreender, o mais concretamente possível, os vínculos entre organizações e indivíduos envolvidos no processo de construção de um projeto industrializante para Feira de Santana. O que se objetivou, a partir desse ângulo, foi localizar esses “pontos de injunção” que formalizaram, ou, pelo menos, explicitaram os vínculos diretos entre agentes locais e o bloco no poder. O horizonte foi contribuir para a análise, geralmente pouco empreendida, dos “pontos de injunção” que nacionalizam processos sociais locais em um momento de aprofundamento das relações capitalistas no país, como o era a segunda metade da década de 60 do século XX. Grosso modo, as transformações capitalistas no Brasil foram explicadas, predominantemente, com inferências dos movimentos da periferia que desconsideraram as diferentes possibilidades que os ritmos desiguais de desenvolvimento acarretam na conformação das classes sociais, bem como de suas frações. Além disso, uma visão desde a periferia possibilita entender de maneira mais complexa o padrão burguês de ação, já que esse aspecto é também geralmente visto a partir daqueles agentes que têm escala de atividade nacionalizada. O que, efetivamente, contribui para o entendimento das tendências que orientam, como limites estruturais, os movimentos dos outros frações regionais e locais dos grupos sociais dominantes, mas não explica *a priori* como essas tendências se concretizaram na práxis dos agentes de cada área específica.²⁹ Obviamente, um outro enfoque disciplinar que não historiográfico, consideraria menos esse aspecto *morfológico* dos processos sociais aqui em vista. Contudo, sob essa perspectiva, é central a própria percepção que os agentes têm do que vivenciam e de que forma isso fundamenta a sua prática dentro das condições históricas oferecidas em uma dada época. Destarte, além dos “pontos de injunção”, os indicadores dessa percepção dos agentes acerca dos processos em que estavam imersos adquiriram especial relevância analítica nesta dissertação.

Entretanto, a intenção de “descer” a esse nível de detalhamento da prática dos agentes sociais envolvidos com o projeto industrializante feirense somente se mostrou viável à medida

29 A reflexão tem em como referência o trabalho de O. Dulci que também criticou as abordagens homogêneas e lineares dos processos de modernização industrial. Para esse autor, muito embora as relações “centro-periferia” sejam intrínsecas ao desenvolvimento capitalista, a dinâmica dos espaços periféricos admitem uma grande variedade de configurações. Notadamente nos casos de industrialização retardatária, a interviniência de variáveis políticas no processo é o próprio *fiat lux*. A partir do diálogo crítico com as abordagens inspiradas pelas teorias do *desenvolvimento desigual, modernização conservadora e revolução passiva*, O. Dulci formulou a hipótese do alto nível de “direção organizada” nos processos de desenvolvimento econômico que marcaram Minas Gerais, do início dos anos 1940 até meados da década de 1950. DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Outro trabalho, referente a Bahia, abordou a experiência de criação da Comissão Estadual de Planejamento (CPE), em 1955, destacando os choques das “elites locais” com a iniciativa. A problematização ressalta as particularidades que o planejamento econômico possui na periferia de uma formação social capitalista. SANTANA, Carlos Henrique Vieira. **Intelectuais, planejamento e clientelismo**. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

mesma em que implicou na seleção da trajetória de apenas um desses agentes. Não se desconhece que, pelo próprio caráter mais amplo que interesses corporativos, um projeto de hegemonia abarca a mobilização, ainda que desigual, de diversos grupos sociais e agentes com funções específicas. Não obstante, optou-se pela circunscrição de apenas um dos agentes cujo movimento, por ser considerado central ao processo, foi tomado como o “objeto” a ser perseguido: a trajetória da fração industrial das classes dominantes feirenses.³⁰ Diante da escassez relativa de informações e trabalhos referentes à industrialização de Feira de Santana sob ótica da hegemonia,³¹ o detalhamento requerido exigiria múltiplas frentes de trabalho para incorporar e sistematizar os indícios singulares das outras frações de classes locais, bem como de outros agentes profundamente relevantes, como é o caso da “elite política” local. Ante a impossibilidade de realizar tal tarefa, operou-se a delimitação referida acima, tendo como pressuposto que a movimentação desses agentes estava integrada em um campo de relações e, portanto, permitiria, se não ver, ao menos “entrever” todos os outros aspectos envolvidos no projeto industrializante feirense. Nesse sentido, o procedimento metodológico foi pensado como o *destaque*, quase que como por sua pintura com tinta fosforescente, de um dos elementos do fenômeno para, a partir da sua movimentação específica, entrever um processo mais amplo que o ponto destacado. Dessa forma, as mudanças na posição relativa dos industriais locais foram tomadas como indicadores das modificações no próprio projeto industrializante em curso.

De acordo com essa opção, o primeiro capítulo aborda a emergência dos industriais locais enquanto força social específica, tendo em vista para isso a criação da primeira organização de defesa de interesses com autonomia organizativa em relação à tradicional Associação Comercial de Feira de Santana (ACFS). Nesse mesmo capítulo, considera-se também a criação de outra entidade dos industriais, que conquistou a primazia sobre a representação do conjunto dos interesses industriais e foi um *locus* fundamental para a

30 Sem entrar aqui na seara da aplicabilidade e os limites do categoria *elite*, é importante o registro do que pode ser tomado como ponto de apoio do argumento: o procedimento historiográfico de análise de “elites” como compreensão “através da análise mais ‘fina’ dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com outros setores da sociedade”. HEINZ, Flávio M. Introdução. In: _____ (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 8.

31 Sob a perspectiva teórica das relações de hegemonia, bem como observando período correlato ao aqui analisado, Andrei Valente e Guilherme Lopes produziram trabalhos com contribuições específicas acerca da ação das classes dominantes locais ao investigar, respectivamente, os interesses subjacentes ao desenvolvimento industrial planejado e a movimentação dos comerciantes no momento mais agudo da tônica industrializante em âmbito feirense. Cf. VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006 (Sem publicação); e LOPES, Guilherme Augusto Almeida Santos. Pequenas disputas, grandes desdobramentos: um debate sobre as particularidades da hegemonia. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006 (Sem publicação).

elaboração do projeto industrializante que marcou o desenvolvimento feirense ulterior. No segundo capítulo, é enfocada a convergência da agenda de prioridades da sociedade política local com os interesses industrializantes, que encontrava nos dirigentes industriais um dos seus sustentáculos. Por outro lado, também é tomada como alvo de análise a relação dos dirigentes industriais locais com o principal aparelho de disputa pública do projeto industrializante na sociedade civil, o jornal *Feira Hoje*. Já no terceiro capítulo, é explorado analiticamente tanto o contexto adverso, aos interesses industrializantes, resultante das modificações no cenário político feirense, ao longo da década de 1970, quanto as táticas adotadas pelos industriais dentro da sua estratégia geral de dar continuidade à institucionalização dos seus interesses. Somado ainda a isso, aborda-se o processo de estadualização do CIS, interpretando-o como desenlace de uma intensa mobilização dos dirigentes industriais para assegurar o “insulamento” de seus interesses ante as “paixões políticas”, no quadro de crise do início da década de 1980.

Para sustentar tal percurso interpretativo os indícios foram levantados em um escopo de fontes bastante diverso quanto à origem. Em linhas gerais, uma fonte fundamental foi a documentação alocada nos Centros das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), constituída de um número relativamente reduzido de documentos, mas essencial para o acesso às próprias percepções dos industriais sobre sua atividade, bem como de suas relações com o momento de redefinição da hegemonia na cidade. Entretanto, essa documentação teve que ser complementada, necessariamente, por material encontrado na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), na medida em que quase não havia registros disponíveis da atividade do CIFS no período que vai de 1965 a 1973, momento rico em questões sobre o processo analisado. O problema foi, particularmente, agravado pela destruição do livro (ou livros) de atas da entidade referente a esse período. Dessa forma, o *Boletim Industrial* da FIEB forneceu informações vitais para a recomposição, ainda assim fragmentária, das atividades dos dirigentes industriais feirenses nesse momento. Além disso, no próprio CIFS foi encontrada documentação da Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana (AIMMEFS), no que tange ao período 1963/1965. Essa documentação permitiu a análise do comportamento industrial no momento de aguçada tensão política do pré-1964 e, também, alguns elementos para a interpretação das disputas internas pela direção da representação setorial. Mesmo assim, o primeiro capítulo é notadamente “impressionista” por força dessas circunstâncias. Esse bloco principal de fontes foi composto também pelos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje*. No caso do primeiro, por se constituir no principal periódico feirense na década de 1960, trouxe informações diretas sobre a sociedade política

local, tanto porque publicava sistematicamente os atos oficiais do executivo municipal e atas da Câmara Municipal, quanto era órgão de expressão direta da União Democrática Nacional (UDN). No caso do segundo, por se constituir em aparelho orgânico do projeto industrializante feirense, com sólidas conexões com os dirigentes industriais, propiciou indícios sobre a percepção desses agentes, acerca da construção do consenso sobre a modernização industrializante em curso e sobre as disputas políticas que envolveram o encaminhamento político da industrialização. Aliás, isso motivou a existência de uma seção específica para a análise do Feira Hoje.

Um segundo bloco de fontes, que teve composição mais eclética, serviu muito mais para o enquadramento da percepção dos agentes locais, encontrada principalmente no primeiro bloco, do que para o acesso às informações centrais. Assim, foram utilizadas diretrizes institucionais produzidas pelas múltiplas instâncias e arenas decisórias do Estado restrito, formulações de intelectuais vinculados às agências estatais, registros memorialísticos, outros periódicos de circulação nacional e estadual, bem como, em menor medida, obras artísticas. Essa miscelânea documental, via de regra, possibilitou observar as determinações estruturais que circunstanciavam a percepção dos industriais locais e, em menor proporção, a indicação de elementos pontuais que corroboraram certas interpretações efetuadas sem um lastro de fontes mais amplo.

Cabe ainda uma brevíssima consideração quanto ao método de exposição adotado, uma vez que guarda certa peculiaridade. Com exceção desta seção introdutória, a menção aos aspectos conceituais foi deslocada para as notas e, especialmente, permeiam a estrutura analítica que ordena os acontecimentos em vista. Nesse sentido, é possível afirmar que a perspectiva teórica que informa esta análise foi utilizada menos como recurso de citação e muito mais enquanto a própria “ossatura” do trabalho. Além disso, sempre que possível a narrativa segue uma *dérmache* cronológica para evidenciar na ação dos dirigentes industriais feirenses as suas transformações *ao longo do tempo*, aí inclusas as inflexões motivadas por alterações no contexto em que agiam. Não obstante, cada capítulo também apresenta uma ênfase temática referente ao aspecto considerado mais relevante para a análise do projeto industrializante local em determinado momento histórico. De forma correlata a essa opção expositiva, foi priorizada a demonstração das percepções dos agentes como requisito recorrente para situar quem lê no campo da visão de mundo que informava a práxis cuja análise está nas páginas subseqüentes.

2 DESVÃO DA NOVA INDÚSTRIA FEIRENSE

2.1 Prólogo: industriais em meio à “anarquia”

O ano de 1963 foi marcado pela conclusão do asfaltamento da rodovia Rio-Bahia, acontecimento bastante expressivo da dinâmica de transformações nacionais a que Feira de Santana, inelutavelmente, encontrava-se vinculada por sua “natureza” comercial. Contudo, um outro acontecimento mais sutil, mas também expressivo dessa mesma dinâmica, ocorreu nesse mesmo ano: a criação da Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana (AIMMEFS), em 22 de junho de 1963. A primeira, ao que parece, associação específica de industriais indicava os “novos ventos” que conduziram os projetos econômicos, as exigências de sociabilidade, e as disputas políticas na “Princesa do sertão” nos anos vindouros.

Como aponta o próprio nome, Feira de Santana tem sua trajetória associada ao “mercadejar” desde, pelo menos, o século XVIII, na medida em que, se configurava como ponto de abastecimento de víveres e de comercialização de gado, bem como seus derivados, para os tropéus que atravessavam o Vale do Jacuípe, indo para o alto sertão baiano ou em direção ao litoral.³² A partir da década de 70 do século XIX, essa condição de entreposto foi potencializada pela vinculação, através da rede ferroviária da cidade ao fluxo principal de mercadorias da então província da Bahia.³³ Todavia, foi o “momento rodoviário”³⁴ desse processo de ligação de Feira de Santana com outros pontos da formação social brasileira que configurou um dos elementos necessários à emergência de uma incipiente indústria local.

Esse “momento” foi uma das expressões da conformação de um mercado interno para indústria alocada no Centro-Sul do Brasil, cuja pressão integradora se intensificou no pós-1930. A restrição ao acesso de produtos industrializados, provocada pela 2ª Guerra Mundial, e as demandas infra-estruturais da indústria nacional condicionaram, ainda mais imperativamente, a estreita relação entre a ação estatal e acumulação de capital, expressa na manutenção de uma política cambial pró-indústria, obras de infra-estrutura, ensaios de planejamento econômico, investimentos produtivos estatais, dentre outras iniciativas.

32 Cf. ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana**: um estudo de história colonial. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA. Salvador, 1990.

33 ZORZO, Francisco Antônio. **Transporte e desenvolvimento urbano**: Feira de Santana e os fluxos de capital. Texto cedido pelo Autor, [s.d.], [s.p.].

34 Idem.

Processo acelerado ainda mais na gestão Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1959), com a definição de um outro padrão de acumulação, ensejou uma ruptura, em dois níveis, com a trajetória industrializante anterior: a adoção de um novo setor industrial privilegiado pelo Estado – de bens de consumo duráveis – e uma estratégia que internacionalizou o financiamento da industrialização.³⁵ Em consonância com esse movimento, no período entre 1957 e 1962, o índice de produção industrial aumentou 11,9% média ao ano. Desagregado, por ramo de atividade, o indicador é ainda mais impressionante: material de transporte, 27% a.a; material elétrico 27% a.a; química 16,7% a.a; mecânica, 16,5% a.a; borracha 15% a.a; têxtil, 8,8% a.a; e alimentos 7,5% a.a.³⁶

Dois aspectos correlatos merecem atenção nesse crescimento industrial: sua concentração no estado de São Paulo³⁷ e a busca de mercado para escoamento da produção da industrial aí concentrada. Foi a partir desse último aspecto que a região Nordeste foi crescentemente entrelaçada, em primeiro modo, ao centro dinâmico do capitalismo nacional; uma articulação cuja dimensão predominante foi a das relações comerciais inter-regionais, em um processo que corroeu a situação de “arquipélagos”, para usar a expressão de Francisco de Oliveira,³⁸ dos espaços econômicos nacionais. Foi no bojo dessa *articulação comercial*, em que se intensificou a troca de mercadorias sob o comando do capital produtivo Centro-Sul em expansão, que Feira de Santana foi “solidarizada” aos movimentos centrais da economia brasileira em formação.³⁹

Uma materialização dessas transformações foi a ampliação do sistema rodoviário, cuja extensão em 1928 era 113,6 mil quilômetros e passou para 459,7 mil em 1955. Sintomaticamente, a frota de caminhões em circulação passou de 54,8 mil, em 1937, para 210,2 mil em 1951.⁴⁰ No período entre as décadas de 1940 e 1960, Feira de Santana tornou-se ponto de convergência de rodovias fundamentais a articulação comercial em curso.⁴¹

35 MENDONÇA, Sonia Regina de. Dez anos da economia brasileira: história e historiografia (1954-1964). *Revista brasileira de história*, v. 24, n. 3, 1994, p. 88.

36 SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil republicano*, v. 4: economia e cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 (História geral da civilização brasileira), p. 225.

37 Cf. CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2 ed. Campinas: EDUNICAMP, 1998.

38 Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

39 Cf. GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste* (da articulação comercial à integração produtiva). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

40 Idem. p. 94-95.

41 O autor oferece uma visão panorâmica sobre esse processo: “No período de 1945 a 1960, no campo de atuação do governo federal (DNER), o avanço se deu na construção das rodovias Norte-Sul, como a BR-4 (atual BR 116) e no campo do governo estadual (DERBA), a interiorização alcançou a pavimentação das vias interiores, como a Salvador-Feira de Santana, a BR-28 (atual BR 324) Salvador-Feira, o que se cocluiu em 1960.

Um dos efeitos desse lugar de articulação foi a absorção de parte do fluxo migratório Norte-Sul, duplamente determinado pelas necessidades de *força de trabalho* no centro dinâmico da acumulação nacional e as péssimas condições de vida da população rural associadas à estrutura agrária do Nordeste. Essa absorção precedeu, inclusive, o processo de industrialização local em maior escala, que só seria desencadeado em fins de 1960 e início de 1970 (ver ANEXO C).⁴²

O crescimento populacional, a maior ligação inter e intra-regional, bem como a canalização de parte do capital oriundo dos negócios vinculados à articulação comercial, se combinaram de tal maneira a proporcionar um “surto industrial” feirense entre as décadas de 1940 e 1960 (vide ANEXO D). Efetivamente, há registros sobre atividades de uma variada gama de fábricas ligadas à produção de fumo, couro, farinha, cerâmica, tijolos, óleos de algodão. Chamando atenção para que um fator conjuntural, a 2ª Guerra Mundial, ao dificultar o acesso de certos produtos manufaturados, propiciou o surgimento de um número substancial de pequenas fábricas.⁴³ Inclusive, R. Poppino aponta que nos anos 1950 Feira de Santana se constituiu em um importante centro de produção de óleos de caroço de algodão. Entretanto, como indica R. Cruz esse “parque industrial” feirense se caracterizava pelo baixo nível de capitalização e pela produção de bens de consumo não duráveis, em fábricas tradicionais, “de baixo valor agregado” e, portanto, não tinha condição de modificar substancialmente o conjunto das relações de produção em Feira de Santana.⁴⁴ De qualquer sorte, foi dentro desse quadro estrutural que emergiu uma associação de industriais.

As conexões rodoviárias parecem ter uma correlação íntima com o surgimento de uma organização autônoma de industriais, em relação à Associação Comercial de Feira de Santana (ACFS). Sintomaticamente, essa iniciativa dos industriais locais congregou ramos diretamente ligados à atividade rodoviária e, não à toa, a AIMMEFS surgiu primeiramente

Sob a atuação do DERBA, foram construídas a BR-4, ligando Feira de Santana a Juazeiro, inaugurada em 1967, e os 437 km da BR 242, ligando o vale do Paraguaçu ao médio São Francisco (posteriormente prolongada até Brasília). Em 1975, foram concluídas as obras da BA 052, a Estrada do Feijão. [...] Em termos logísticos, o Anel de Contorno de Feira de Santana [avenida que circula a área central da sede do município] veio interligar o movimento das diversas rodovias, BR 324, BR 101, BR 116, BR 487, e outras estradas locais e regionais como as estradas BA 052, BR 084 e a BA 502” Cf. ZORZO, op. cit.

42 Cf. FREITAS, Nacelice. **Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA, 1995.

43 POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana.** Salvador: Itapuã, 1968, p. 235-236.

44 Cf. CRUZ, Rossine. **A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional.** Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, 1999.

enquanto Associação Profissional dos Proprietários de Oficinas Mecânica, Industrial e Electro-mecânica de Feira de Santana.⁴⁵

Dessa forma, a criação de um núcleo organizativo de industriais iniciou-se pela articulação de uma entidade setorial, ligado a um segmento diretamente relacionado aos fluxos rodoviários, já que essas “oficinas”, ao que indicam as discussões internas da entidade, seriam unidades de reparação e fabrico de peças simples para veículos. Entretanto, não é essa faceta que interessa por ora, mas dois aspectos que atravessaram os três anos de atividade inicial da AIMMEFS e que conformam o tempo em análise neste “prólogo”: a reivindicação de um “Bairro Industrial” e a forma como a conjuntura política transpassava os debates organizativos desse grupo de industriais, ambos presentes desde o momento da fundação da entidade.

A proposição de um “Bairro Industrial” surgiu em meio à busca de soluções para o impasse estabelecido entre os industriais e o Executivo Municipal acerca da regulamentação das atividades das oficinas, até então consideradas em lugar impróprio, pelo prefeito Francisco Pinto (1963-1964), por estarem “no meio da rua”, em áreas centrais da cidade. Ainda na sessão de fundação da AIMMEFS, o associado João da Cruz Fernandes, após “entusiástica saudação à Diretoria”, solicitou apreciação

[...] com a devida urgência, [d]o memorandum do sr. Prefeito desta cidade, distribuído as Oficinas, através do sr. Secretário da Viação e Obras Públicas, proibindo a prática de consertos de veículos nas vias públicas, ou sejam, às portas das Oficinas e anexos, e, num prazo de trinta dias, para a retirada dos veículos e peças de veículos das vias publicas.⁴⁶

Uma vez posto em discussão o assunto, o 1º Secretário da entidade, Raimundo Oliveira Almeida criticou a atitude do Executivo Municipal

[...] acrescentando que, ao em vez de encaminhar as soluções viáveis para o caso, as quais seriam de primeira linha, a desapropriação de áreas de terras, para loteamento a longo prazo aos proprietários de Oficinas, criando assim, o Bairro Industrial de Feira de Santana, o Senhor Prefeito, encaminha soluções incompatíveis com o Parque Industrial de nossa cidade, pondo em um verdadeiro clima de desassossego os Proprietários de Oficinas.⁴⁷

Já na segunda reunião da entidade, em 25 de julho de 1963, o assunto colocaria novamente parte dos associados em posição de confronto com Executivo Municipal, em que pese o apoio recebido por este dos associados Antônio Inácio, Estevão Santos e Miguel

45 Ainda durante a sessão de fundação da Entidade, houve a mudança para Associação das Indústrias, Mecânica, Metalúrgica e de Material Elétrico de Feira de Santana. AIMMEFS. 20 de junho de 1963, Ata nº 1/63. **Livro de Ata** [1963], p. 1.

46 AIMMEFS. 20 de junho de 1963, Ata nº 1/63. **Livro de Ata** [1963], p. 1.

47 Idem, p. 1-2

Maier. Diante da franca hostilidade do 1º Secretário da entidade com o prefeito, o então recém nomeado procurador da AIMMEFS, José Falcão, se comprometeu com a confecção de um memorial sobre a questão das oficinas destinado ao prefeito e sugeriu, “como medida terapêutica”, “[...] a aquisição de uma área de terra à margem da BR-4, ou na Transnordestina, para instalação das oficinas ora no Centro da cidade”.⁴⁸

Na sessão seguinte, em 1º de agosto do mesmo ano, José Falcão informara que na mesma tarde esteve com o prefeito para entregar o memorial, mas desistiu diante dos encaminhamentos dados. Reiterou a sua proposta de aquisição de terreno e argumentou que o prefeito se comprometeria “a dar toda a assistência nos recursos indispensáveis para a finalidade”⁴⁹. Raimundo O. de Almeida, por sua vez, reafirmou a necessidade de entrega do memorial, já que a resposta do prefeito não foi “por escrito”. O mesmo industrial sistematizou um conjunto de iniciativas que deveriam ser adotadas pela entidade, entre as quais duas são especialmente relevantes: propôs a reivindicação de inclusão de “um dos membros da Diretoria [...] na Comissão de Planejamento Urbanístico, no que dis [sic] respeito ao Bairro Industrial”; e, além disso, um

[...] convênio com a Prefeitura, no sentido de conseguir na Estrada Contorno [sic], duzentas tarefas de terra para estabelecimento do Bairro Industrial, sendo que a Prefeitura doará cem tarefas para construção do referido Bairro, e esta Associação custeará as outras cem tarefas e ainda em convênio com o mesmo Executivo, estabelecerá e disciplinará o loteamento das terras em razão de lotes aos sócios legais de nossa Associação.⁵⁰

Aqui, duas observações são pertinentes. Primeiro as citações acima indicam que, por mais vaga que fosse, a noção de um espaço específico destinado à atividade industrial não era uma “novidade”, já nos idos de 1963, entre os industriais locais, ou pelo menos, para a sua parte aglutinada na AIMMEFS. Além disso, em segundo lugar, em que pese o sensível avanço na sistematização da proposta, entre junho e agosto do mesmo ano, do “Bairro Industrial”, ela era substancialmente expressa em termos estritamente corporativos, ou seja, a questão era vista como encaminhamento *técnico* necessário ao bom andamento da atividade econômica imediata. Os anos posteriores foram aqueles em que, justamente, essa pauta técnica tornou-se um *projeto integral* para Feira de Santana.

Se os aspectos estruturais da expansão capitalista, e, conseqüentemente, formação de um mercado interno nacionalizado fornecem algumas coordenadas interpretativas para pensar a emergência dos industriais em Feira de Santana, por sua vez, a mutação descrita no

48 AIMMEFS. 25 de julho de 1963, Ata nº 2/63. **Livro de Ata** [1963], p.4.

49 AIMMEFS. 1º de agosto de 1963, Ata nº 3/63. **Livro de Ata** [1963], p. 5.

50 Idem, p. 6-7.

parágrafo anterior forçosamente só encontra sentido mais completo se relacionada também a outra coordenada: o contexto de crise que marcou o imediato pré-golpe de 1964.

“Instabilidade”, provavelmente, é o termo que melhor define o ano de 1963 no Brasil. Do ponto de vista econômico, mais estrito, o processo de aceleração inflacionária, relacionada a expansão monetária do governo Juscelino Kubitschek, em conjunto com as sucessivas tentativas de estabilização levaram a uma “onda recessiva” no início da década de 1960. No final de dezembro de 1962 foi apresentado, pelo governo Goulart (1961-1964), o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, mas a própria instabilidade política vivida pelo governo federal, bem como suas oscilações, inviabilizaram as medidas.⁵¹ Efetivamente, a crise econômica não era somente do “modelo econômico”, que ademais seria aprofundado no pós-1964, mas do esgotamento do “modelo político”. O governo não tinha autoridade para assegurar sua própria participação no produto social, no nível correspondente as suas necessidades de recursos, e muito menos para impor sacrifícios a qualquer setor da sociedade.⁵²

Por sua vez, as contradições econômicas eram expressão de contradições sociais muito mais amplas que cindiam o país. Em específico, o recrudescimento da mobilização em torno das “Reformas de Base” e, em geral, o conflito sobre qual o “projeto nacional” para o Brasil, constituíram um cenário de intensa disputa ideológica. Na década de 1960, as forças sociais que se aglutinaram sob uma perspectiva anticomunista não avaliavam que o presidente João Goulart fosse “comunista”, mas sim que o reformismo que cercava importantes setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) poderia viabilizar “a tomada do poder pelo comunismo”. Dentro desse horizonte, somava-se a crença na crescente inserção de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em diferentes esferas governamentais e o temor, cada vez maior, frente à mobilização popular radicalizada.⁵³ O conhecido desdobramento desse campo de tensões, vigente em 1963, foi o golpe em 31 de março do ano seguinte, depois de longo e

51 Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: _____(Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 197-212.

52 SINGER, op. cit., p. 240.

53 Cf. MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **Locus: Revista de História**, v.10, n. 1, p. 79-97, 2004. Ainda sobre a tensão social no pré-1964, A. Rago Filho, a partir de uma perspectiva teórica que enfatiza o traço *exclusivista* da burguesia no Brasil, oferece uma avaliação sintética que corrobora para a linha argumentativa aqui desenvolvida: o que estaria em curso, no período referido, era “[...] a luta pela tentativa de ruptura da nossa modernização subordinada e excludente, assentada num evoluir nacional sem progresso social, por uma alternativa democrática com forte apoio de massas. Esta é a essência do trabalhismo que, apoiado amplamente nas camadas populares, buscava integrá-las democraticamente num mercado interno ampliado. Por isso, sentindo-se ameaçados em seu poder exclusivista, os proprietários brasileiros se valeram de todos os recursos a fim de entronizar um poder burguês bonapartista, poder indireto exercido pelo grupo militar hegemônico”. RAGO FILHO, Antonio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. **Cadernos AEL: tempo de ditadura**, v. 8, n. 14/15, 2001, p. 168.

complexo processo de “desestabilização” civil, com ampla participação dos meios de comunicação e do empresariado.

Feira de Santana também teve o seu quinhão na “Revolução de 64”. O então prefeito, Francisco Pinto, do Partido Social Democrático (PSD), realizava uma gestão de forte coloração “popular”, marcada pela intensificação das mobilizações populares e por uma maior sensibilidade do Executivo Municipal aos problemas sociais locais, em consonância com o movimento das “Reformas de Base”. Ainda que o aspecto “popular” presente na gestão Francisco Pinto seja carente de análise mais específica, uma visão retrospectiva do próprio “Chico Pinto” fornece um indicador acerca do “espírito” com que esse agente chegou ao comando do Executivo Municipal

Abri um escritório com Agnaldo Bezerra, que hoje está no Paraná, e o doutor Demóstenes Brito, que é advogado em Salvador. Ao lado do escritório havia vários sindicatos dos fumageiros, associações dos feirantes, e outros. O único que não estava lá era o dos bancários, que ficava na rua Monsenhor Tertuliano Carneiro. Naquela ocasião, os trabalhadores não contavam com nenhum advogado disposto a defender a causa deles. Então, passei a ser este advogado. Não tinha a concepção teórica, mas vivia a prática. Daí em diante, passei a dar passos a frente. Na campanha para prefeitos eu radicalizei de forma brutal porque naquele momento não queria nenhuma conciliação com a burguesia e até dizia que não queria votos da burguesia. Foi assim que ganhei a eleição, sem contemporizar e sem conciliar.⁵⁴

É possível entrever aí um processo de convergência da trajetória de Francisco Pinto com a movimentação das organizações populares de Feira de Santana, intensificada pelas condições políticas do momento histórico. Efetivamente, a espécie de “frente política” que sustentava essa gestão, composta por uma ala “progressista” do PSD, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por diversas organizações populares representou algo singular na história política municipal até então. Por outro lado, o *slogan* de campanha “Francisco Pinto na Prefeitura é o povo governando” se transformou, relativamente rápido, em iniciativas do Executivo Municipal para organizar *sociedades de bairro* para discussão e deliberação sobre o orçamento municipal; articulação de *mercado popular* e *farmácia popular*; e a criação do ensino secundário gratuito através do Ginásio Municipal.⁵⁵

Essas iniciativas políticas ampliaram o nível de tensionamento com as forças sociais conservadoras representadas politicamente, em especial, na União Democrática Nacional (UDN). Com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, Francisco Pinto foi cassado e o prefeito de Feira de Santana passou a ser Joselito Amorim, presidente da Câmara Municipal e

54 CHICO Pinto, a voz do contra. **Panorama**, ano 2, n. 44, 20 ago./04 de set. 1985, p. 15-16.

55 Cf. SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Sitientibus**, n. 24, p. 31-44, jan./jun. 2001.

membro da UDN. Assim como nacionalmente, em âmbito feirense a “Revolução” desarticulou a maior parte dos setores mobilizados que tensionavam por reformas democratizantes na estrutura político-social.

Destarte, a criação da AIMMEFS se deu nos marcos de circunstâncias nacionais, com rebatimentos locais bastante diretos, de conflitos de classes significativamente intensos. Embora, a documentação analisada indique a ausência de discussões políticas mais estritas, havia uma presença de pontos de atrito que merecem ser considerados mais de perto.

No começo de agosto, mais precisamente no dia 1º, o industrial Raimundo O. de Almeida informou que foi convidado pelo presidente do Sindicato dos Bancários “[...] para dar seu apoio em nome [da] Associação, ao deputado Aristeu Nogueira, em seu programa de esclarecimentos sobre as reformas de base e ainda na campanha contra o alto custo de vida, no que se [retraiu], em virtude de não se achar autorizado para tal”.⁵⁶ Não há registro do possível debate provocado pelo informe, mas dois pontos podem ser evidenciados no episódio: em primeiro plano, a presença em âmbito local do principal móbil das batalhas político-ideológicas do período, a questão das “Reformas de base”. Em segundo, o sutil desvencilhar da posição de apoio, mas sem configurar (pelo menos ao nível do registro) uma hostilidade aberta ao assunto.

Se as relações com o prefeito já eram no mínimo de “desconfiança”, como no ocorrido em relação ao memorial sobre o “Bairro Industrial”, em 5 de setembro, o registro foi que, nas palavras de José Felsemburg “[...] positivamente há uma determinada animosidade entre o Prefeito do nosso município e os Proprietários de Oficinas visto como hoje a [minha] casa foi visitada por fiscais da Prefeitura, sem qualquer princípio de urbanidade na missão que lhes são atribuídas”.⁵⁷ O sócio Miguel Maier também endossou tal posição, informando que também recebeu uma visita assim.⁵⁸ Apesar dos indícios fragmentários, é possível delimitar um cenário provável que, se se mostra carente de comprovação empírica abundante, ao menos é pertinente se relacionado ao quadro mais geral de tensões sociais do período.

Importante ressaltar, como visto acima, que gestão de “Chico Pinto” teve como tônica, ainda à época de campanha, um governo onde a “burguesia” não teria lugar. Sem pretender uma análise exaustiva das circunstâncias pré-golpe em Feira de Santana, é possível observar um processo articulado de radicalização em dois sentidos: de um lado, a ascendente agressividade do “bloco conservador” expresso no jornal Folha do Norte, e de outro o

56 AIMMEFS. 1º de agosto de 1963, Ata nº 3/63. **Livro de Ata** [1963], p. 6.

57 AIMMEFS. 05 de setembro de 1963, Ata nº 7/63. **Livro de Ata** [1963], p. 11.

58 Idem.

também crescente alinhamento da gestão Francisco Pinto com o campo dos defensores das “Reformas de base”.

Principal periódico local nos anos 1960, com uma considerável força na centralização da vida intelectual da cidade e atribuições de prestígio daí decorrentes, o *Folha do Norte* se constituía em um típico jornal liberal udenista.⁵⁹ Tribuna fundamental das hostes da UDN, o jornal desde, pelo menos, o início de 1963 realizava uma campanha sistemática contra o Executivo Municipal com ataques que iam desde a suposta corrupção do PSD, passando pela inoperância administrativa, até o favorecimento do comunismo. Pauta essa, como tem salientado um bom número de análise sobre a ação da imprensa no golpe, comum em vários outros jornais no país envolvidos com a “desestabilização” do governo João Goulart e daqueles considerados seus aliados.⁶⁰

Ainda em meados de janeiro, seu principal articulista, bem como proprietário do *Folha do Norte*, Hugo Silva afirmava não ter intenção de fazer uma “oposição sistemática, quase sempre prejudicial aos interesses do povo”, para logo adiante dizer

Acreditamos, até que o futuro prefeito esteja prenhe de boas intenções. Seus primeiros passos, entretanto, demonstram insegurança, fraqueza, incerteza, como se pressionado, tentado por todas as manhãs de Satanás, fraquejasse, suando sangue, apavorado diante das tremendas responsabilidades, indeciso entre romper com a quadrilha e deixar envolver pelo banditismo [que atribuía ao PSD].⁶¹

59 Em matéria de 1984, foi possível encontrar uma série de informações explícitas sobre a linha político-ideológica do *Folha do Norte* que reafirmam essa assertiva. Após ressaltar a fidelidade do jornal “aos princípios de seus mentores”, a matéria reproduz fala de Hugo Navarro Silva, principal articulista do Periódico desde a década de 1960, em que este informava que alcançou o *Folha do Norte* na década de 1930, “lutando contra o Estado Novo. Havia uma ditadura no país e a **Folha** tinha uma linha contra Getúlio Vargas, contra o integralismo, que era muito forte, e tinha uma linha anti-comunista. Com a redemocratização, Arnold ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e nós seguimos esta linha e que permanecemos até hoje, passando pela Arena e agora o PDS”. Cf. TESTEMUNHO de uma época. **Panorama**, ano 2, n. 25, 16-30 set. 1984, p. 32. O *Folha do Norte* também exercia uma forte “centralização” da vida literária feirense, na medida em era um ponto de afirmação de prestígio através das “letras”. Para análise minuciosa dessa faceta do jornal vide SANTOS, Grazyelle Reis dos. **Literatura e cultura em Feira de Santana**: práticas, usos e tendências em impressos da *Folha do Norte* (1951-1969). Dissertação (Mestrado em Literatura) – UEFS, 2008, especialmente p. 49-68.

60 Esse processo de “desestabilização” foi efetuado tanto através de jornais de, estritamente, penetração local quanto daqueles que tinham alcance nacionalizado. De um modo geral, essa atividade jornalística apresentava o momento atravessado pelo Brasil como “caótico” e resultante da “fraqueza” do presidente Goulart, que seria “conivente” com as greves e outras manifestações populares, bem como com a “infiltração comunista”. O *Folha do Norte* transpôs essas linhas gerais para seu combate permanente com a gestão de Francisco Pinto. Para uma análise de periódicos de circulação nacional: Cf. FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. ESG e Estadão em 1964: limites autoritários do liberalismo. **Revista Adusp**, [s.n.], p. 85-98, mai. 2005; e DIAS, Luiz Antonio. O poder da imprensa e a imprensa do poder: a folha de São Paulo no Golpe de 64 [Resenha]. **Pós-História**: Revista de pós-graduação em História, [s.n.], p. 247-249, 1994. Para um comparativo do interior da Bahia: ARAÚJO, Ana Paula Queiróz. A Ditadura Militar em Itabuna (1964–1968). **Cadernos do CEDOC**. Publicação do centro de documentação e memória regional da UESC, v. 2, p. 57-60, jul. 2004.

61 SILVA, Hugo Navarro. As clarinadas dos sinos. **Folha do Norte**. 19 de janeiro de 1963, p. 1.

Além disso, o jornal publicava sistematicamente matérias cujo conteúdo era o alerta ante o perigo da “bolchevização” em curso no país e sobre o caráter “demagógico” do movimento em prol das “Reformas de Base”.⁶² Embora não muito clara, o jornal guardava alguma conexão com o órgão de ação anti-comunista Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), presente na cidade através de “Posto Médico e Dentário” instalado em agosto do ano anterior. Foi através das páginas do Folha do Norte que João Mendes da Costa Filho, em nota ao “Povo e Autoridades de Feira”, anunciou que pretendia descumprir o decreto federal que colocou o IBAD na ilegalidade, depois que a organização “sofreu a mais tremenda, desonesta e cínica campanha que, em qualquer tempo, se moveu contra alguém ou alguma coisa aqui ou fora daqui”.⁶³ A própria definição, dada por J. M. da Costa Filho, acerca do IBAD, é bastante ilustrativa do grau de polarização política e social nacional atravessava a cidade: “órgão de defesa da democracia contra o comunismo e contra êsse govêrno demagógico e subversivo, que pretende afundar êste País num mar de sangue, depois de havê-lo feito atravessar um mar de lama”.⁶⁴

No mês anterior, em 12 de agosto, o IBAD também havia motivado áspera discussão na Câmara Municipal. Em meio a uma exposição sobre as iniciativas do Executivo Municipal para minorar o custo de vida, o vereador Altamir Lopes concluiu falando das resistências que o presidente João Goulart encontrava para realização das Reformas e outras medidas, ao que arrematou o vereador Humberto Mascarenhas dizendo que de “[...] um congresso formado de deputados eleitos pelo I.B.A.D. não pode o povo nada esperar”. O contraponto foi imediato: o vereador Godofredo Filho afirmou logo em seguida que “[...] muitos deputados são também eleitos pelo dinheiro vindo da União Soviética”. Ambos os comentários foram suficientes para desencadear forte debate sobre o IBAD, bastante revelador de como a situação política local encontrava-se crivada pelas tensões nacionais.⁶⁵

Os episódios arrolados, não são exaustivos, mas fornecem indícios que Feira de Santana, além de estar sobre influxo crescente de mercadorias e migrantes, tinha agentes sociais significativamente sintonizados com a movimentação política mais conservadora do país, em meados daquela década. Entrementes, a contenda com os setores alinhados ao movimento pró-Reformas ganhava contornos cada vez mais radicalizados, em virtude desse alinhamento torna-se também, progressivamente, mais explícito. No mesmo mês de setembro

62 Cf. A GREVE como instrumento de assalto ao poder. **Folha do Norte**. 23 de fevereiro de 1963, p. 1; e SANTOS, Agenor. As reformas e os seus reformadores. **Folha do Norte**. 06 de julho de 1963, p. 1.

63 AO POVO e as autoridades da Feira de Santana. **Folha do Norte**. 14 de setembro de 1963, p. 1.

64 Idem.

65 ATA da 76ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 12 de agosto de 1963. **Folha do Norte**. 23 de novembro de 1963, p. 3.

em que foi publicada a nota do IBAD, o prefeito Francisco Pinto convidou o governador de Pernambuco Miguel Arraes (PTB) para um encontro de lideranças do PSD que seria realizado na cidade. O convite a uma figura pública, de expressão nacional, intimamente vinculada ao movimento pró-Reformas causou mais atrito com a UDN local, mas, inclusive, algumas tensões dentro do próprio PSD.⁶⁶

Em 29 de novembro, aconteceu um “quebra-quebra” na câmara de vereadores motivado pela insatisfação popular com a suspensão da sessão que apreciaria o orçamento elaborado por bairros.⁶⁷ Por sua vez, o *Folha do Norte* explorou o acontecimento como confirmação de sua própria interpretação da “infiltração comunista” na vida política do município. Acusou o prefeito de ser o “artífice de todos os vergonhosos fatos” ocorridos no “quebra-quebra” e prosseguiu

A Feira de Santana é, hoje, uma cidade convulsionada, sob o regime do terror. A confusão, a desordem, o cerceamento das liberdades públicas, a coação a mão armada contra a Câmara é parte do desenvolvimento do plano comunista que visa engolfar em sangue todo o País.

[...]

A questão do orçamento foi, apenas, pretexto para enganar incautos. Por trás de tudo está o insensível banditismo comunista, de que o prefeito, é, hoje, arauto, pregoeiro e defensor.⁶⁸

Para concluir ameaçador:

A Feira está destinada a viver momentos de terror e de apreensões, enquanto durar o atual govêrno.

Pode ficar ciente, entretanto, o povo feirense, de que os democratas não se entregarão sem luta e de que estão dispostos a revidar golpe por golpe, parta de onde partir a agressão e, para isso, contam com o apoio de todos os que ainda não perderam a fibra e a coragem⁶⁹.

Portanto, é sobre esse “pano de fundo” que pode ser melhor equacionado o início de uma delimitação específica, no conjunto das “classes produtoras”, de uma fração de industriais locais. O evidente recrudescimento dos conflitos políticos entre projetos para o Brasil que marcou período em tela, esteve intrinsecamente relacionado a um ascenso na

66 “DIREÇÃO do PSD desaprova Pinto” convite a Miguel Arraes. *Folha do Norte*. 28 de setembro de 1963, p. 1.

67 Cf. SANTOS, O Ginásio... op. cit. Pela memória de um dos participantes é possível entrever a dimensão de mobilização massiva que o acontecimento teve. Se referindo ao “quebra-quebra”, depois de comentar que na época Feira de Santana era um “campo de guerra”, o então suplente de vereador pelo PTB, José Ferreira Pinto diz que “Não, eu não corri. Eu fiquei junto, eu fiquei junto. Aliás, confesso: não se tinha por onde correr. Ninguém podia correr. A Câmara era onde hoje é o Salão Nobre da Prefeitura, não tinha por onde sair rapidamente. Nós ficamos lá em cima até que o doutor Antônio Navarro, que era delegado regional de polícia, chegasse em socorro do irmão dele, doutor Hugo Navarro, e dos amigos. Nós descemos escoltados, mas confesso que tão logo ganhei o meio da multidão e não fui agredido”. Cf. JOSÉ Pinto. Tudo começou no velho PTB. *Panorama*, ano 1, n. 4, 1º nov. 1983, p. 9.

68 PINTO comanda a desordem. *Folha do Norte*. 30 de novembro de 1963, p. 1.

69 Idem.

organização autônoma dos grupos sociais subalternizados, mas também por um movimento análogo entre as classes dominantes.

Dois indícios, extraídos da discussão entre esses industriais, propiciam julgar pertinente para Feira de Santana essa linha interpretativa: o primeiro diz respeito à forma como aparecia a relação patrão-empregado no âmbito da AIMMEFS e outro sobre a percepção desses industriais sobre a sua própria organização no período. No espaço de tempo compreendido entre 1963 e 1965 houve duas circunstâncias em que foram registradas, mais explicitamente, menções sobre a relação desse estrato dominante com o “mundo do trabalho”. Uma delas é referente ao comentário, em 9 de janeiro de 1964, de Vicente de Paula Moraes sobre o funcionamento da Delegacia do Trabalho, alegando que a função desta seria “jogar o Empregador contra o Empregado”. Não houve maiores esclarecimentos registrados sobre de que forma isso acontecia, mas é possível pensar, pela tônica do relato que se tratava de uma crítica a uma posição pró-trabalhadores dos responsáveis pelo órgão arbitral.⁷⁰

Outra ocasião, anterior e mais direta, foi referente ao conflito com o “Sindicato dos Mecânicos, Metalúrgicos e [Trabalhadores] de Material Elétrico de Feira de Santana”. Em uma sessão da AIMMEFS em outubro de 1963, Raimundo O. de Almeida, informou sua presença na posse da diretoria daquele Sindicato e relatou, com irritação, que o presidente dessa Entidade, Manuel Pereira, “dentro de sua falta de ética social” usou

[...] palavras descorteses e grosseiras para com a nossa Associação, sob a rasão [sic] de que dentro de nossa Sociedade, tem proprietários de Oficinas que ainda pagam Cr\$ 100,00 – cem cruzeiros –, por semana a seus operários e chegando a verberar em sua linguagem rustica que a nossa Associação foi criada com o fim exclusivo para combater os direitos dos operários.⁷¹

Raimundo de Almeida propôs que, diante de “tamanha injúria”, a AIMMEFS rompesse relações com o Sindicato laboral, salientando que “o seu presidente é um agitador reconhecido”. Na continuidade da discussão, Miguel Maier diz que a questão “se prende mais a sua pessoa” já que tinha raízes em um “incidente ocorrido em sua Oficina”: “cinco dos seus operários se rebelaram”, entrando em greve.⁷²

Quaisquer que fossem as relações entre patrões e operários antes, o ano de 1963 foi marcado pela elevação das “zonas de atrito” entre esses “lugares” sociais. Aliás, sob certo ângulo, o episódio é revelador não só disso, mas também de como era percebido o movimento organizativo dos industriais pelos trabalhadores, ou pelo menos, uma parte deles naquela conjuntura: um movimento de ataque.

70 AIMMEFS. 09 de janeiro de 1964, Ata nº 14/64. **Livro de Ata** [1963], p. 28.

71 AIMMEFS. 03 de outubro de 1963, Ata nº 10/63. **Livro de Ata** [1963], p. 20.

72 Idem, p. 21.

Entretanto, antes de sintetizar algumas interpretações, ainda se faz necessário observar aquela que é a mais longa e contundente “exposição de motivos” acerca da organização dos industriais e sua relação com o tenso contexto pré-golpe. Um discurso retrospectivo do primeiro presidente da AIMMEFS, Temístocles Texeira da Costa, em 1965, traz indícios significativos da percepção e reação dessa parte das classes dominantes locais ante um contexto de mobilização popular e acirramento dos conflitos políticos.

No dia 20 de junho de mil novecentos e sessenta e trez, a classe patronal do setor da metalurgia, [das] mecânicas e de Eletricidade de Feira de Santana, entrou no processo de organização das classes produtoras, constituindo-se num só corpo, através da sigla da Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana. Ante a conjuntura política e social daquela ocasião: operários insuflados pelo processo de agitação comunista, que atingiu em cheio os sindicatos Brasileiros, a acendência de comunistas notórios às organizações de classe do trabalhador, e até mesmo aos mais importantes postos da vida Pública Nacional, e a insegurança da propriedade privada, fez que convergisse para esta região, as nossas atuações dispersas por todos os quadrantes do País, e ao contemplarmos o cenário da vida política e social locais, vimos que o mesmo processo de comunização dos trabalhadores de outras regiões, estava sendo posto em prática pelos inimigos da tranqüilidade pública, tendo o mesmo como Q. G. o passo municipal, na gestão do governo deposto.

Sentimos meus senhores, então, a necessidade de armar-mos um sistema de defesa capaz de fazer frente, a qualquer investida ilegal contra os nossos direitos de cidadãos livres e contra a propriedade privada, e assim, nasceu, sob a égide desse sentimento amparado pela constituição Brasileira, a 20 de junho de 1963 a Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana.

Não obstante a luta desencadeada contra nos pelo[s] sindicatos da categoria oposta, obstante a luta desigual desencadeada contra nos pelo Governo Municipal deposto, sobrevivemos, e aqui estamos para empossar a nova diretoria para o biênio 65/67.

Mas, meus senhores, vale ressaltar, somente a tranqüilidade reinou definitivamente em nosso meio, com o advento da revolução eclodida a 30 de Abril de 1964, quando nossas gloriosas Forças Armadas deram um basta aquele clima de Anarquia.⁷³

Após essa extensa citação, já é possível apresentar um primeiro argumento sintetizador do breve caminho até aqui percorrido. A articulação comercial de Feira de Santana ao centro dinâmico de acumulação do país, implicou um crescente fluxo de mercadorias, com afirmação da cidade como ponto nodal da expansão rodoviária em curso e espaço de atração para os contingentes populacionais em trânsito migratório no sentido Norte-Sul do Brasil. Um dos principais desdobramentos disso foi a dinamização, ainda mais intensa, da vida comercial de Feira, seja através do aumento considerável do mercado consumidor local e intra-regional, seja através dos renovados vínculos que seus “capitães de comércio” estabeleceram com o

73 AIMMEFS. 27 de julho de 1965, Ata nº 23/65. **Livro de Ata** [1963], p. 43-44.

centros de produção extra-regionais. Essa dinamização propiciou o “desvio” de capitais para a então incipiente indústria local,⁷⁴ que cresceu nos interstícios da articulação comercial, em uma cidade com acelerada “dilatação”, atendendo à produção daquelas mercadorias ainda não diretamente concorrentes com as do Centro-Sul, ou naquelas atividades de caráter semi-artesanal que só poderiam ser supridas por unidades produtivas locais.

Nessa última “brecha” industrial surgiram oficinas de reparo e pequenas indústrias de peças de reparo. Este segmento organizou-se ainda sob demanda de uma solução *técnica* para sua atividade, na medida em que, nos termos colocados pela AIMMEFS, a reivindicação de um “Bairro Industrial” era algo semelhante à função desempenhada por um “campo do gado” ou um “mercado municipal”: um espaço reservado para uma determinada atividade econômica. Entretanto, e é isso que interessa primordialmente aqui, essa reivindicação indicava a presença de agentes dominantes com interesses distintos (mas não antagônicos) aos do comércio. Mas, qualquer “automatismo” que considere uma transição linear da existência de atividades industriais para conformação de um espaço organizativo específico de industriais, desconhece que o comportamento político historicamente particular das classes sociais, assim como de suas frações, não pode ser deduzido exclusivamente do lugar econômico, *stricto sensu*, ocupado pelos agentes no terreno imediato da produção da vida social. A outra variável introduzida aqui, é o contexto de forte tensão social e conflito político do pré-golpe de 1964. O momento de ascenso da mobilização popular em geral e dos trabalhadores em particular, ensejou um forte movimento reativo das classes dominantes cuja reverberação organizativa se fez sentir em diferentes formas de enfrentamento da emergência popular. Em Feira de Santana, como indicam as citações de Raimundo O. de Almeida e Temístocles Teixeira da Costa, essa reverberação implicou na criação da primeira entidade especificamente ligada a uma identidade industrial, provavelmente para lidar com os conflitos específicos que já não poderiam ser mais satisfatoriamente resolvidos nos marcos da tradicional representação da ACFS.

Contudo, esse cenário altamente politizado que marcou o período permite extrair outra consideração fundamental. Se for atentado para a percepção que Temístocles T. da Costa tem do período de fundação da AIMMEFS, o cenário descrito é bastante convergente com o expresso pelo Folha do Norte. Embora, pudesse ter muito de “ajuste de contas” pragmático com o passado baseado nas condições políticas do presente (do pós-golpe), indica ainda assim o quanto esse segmento das “classes produtoras” locais estava centralizado pelo *script* da

74 Cf. CRUZ, op. cit., p. 202.

“Revolução redentora”: a percepção que no “antes”, o tempo da “infiltração comunista” viveu-se um momento de “terra arrasada”. Agora, portanto, que pela via “revolucionária” houve uma relativa “pacificação” do quadro que angustiava a “família feirense”, restava a questão: como reconstruir o que foi destruído no tempo dos “comunistas” e seus “lacaiois”? Foi dentro dessa problemática que a antiga reivindicação de um “Bairro Industrial” encontraria uma de suas condições de “germinação”.

2.2 O que o “Nôvo Nordeste” tem para Feira

A Associação das Indústrias de Feira de Santana (AIFS) foi fundada em 12 de maio de 1965. O edital que convocava para a assembléia de constituição foi assinado por Waldemar da Purificação, Theodiano Bastos, Nilton Melo, Arnóbio Martins e Antônio Cajaiba e, significativamente, convidava os industriais dos ramos de serraria, cal, padaria, móveis, torrefação, estufaria, cerâmica e frigorífico.⁷⁵ Significativamente porque o movimento de constituição das primeiras entidades de industriais feirenses, AIMMEFS e AIFS, ao que parece, correram em leitos distintos inicialmente. Tanto mais, que se for observado a composição de ambas, por ramo de atividade, é perceptível a pretensão de ocupar espaços distintos na representação de interesses industriais. Esses movimentos, a princípio díspares, se mostraram em pouco tempo complementares e convergentes. O advento do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), ainda no ano de 1965 também, como desdobramento da AIFS e com intenção de hegemonizar a representação dos interesses específicos dos industriais locais foi o corolário desses movimentos.⁷⁶ Destarte, essa crescente representação geral exercida pelo CIFS, se as considerações da seção anterior guardam alguma coerência, confluuiu para a problemática da “reconstrução” no pós-golpe. Contudo, para explicar a forma histórica que essa confluência adquiriu na segunda metade da década de 60 do século XX se

75 ASSOCIAÇÃO das Indústrias de Feira de Santana – Assembléia de Constituição. **Folha do Norte**. 08 de maio de 1965, p. 1.

76 A referência inspiradora do raciocínio é S. R. Mendonça. Em análise sobre a movimentação das classes dominantes agrárias no Brasil, a autora delineou a disputa entre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) por aquilo que denominou de *hegemonia setorial*, ou seja, a tentativa de certos aparelhos privados de monopolizar a “fala legítima” de todo o conjunto de uma determinada fração de classe. No caso de Feira de Santana, apesar da escala de “operações” muito menor, alguns indícios sugerem a pertinência da analogia para pensar a consolidação do CIFS. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. Entidades patronais rurais no Brasil recente: indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial. In: _____(Org.) **O Estado brasileiro**: agências e agentes. Niterói: EDUFF/Vício de Leitura, 2005, p. 141-157.

faz necessário explicitar alguns pontos de partida, teóricos, que auxiliam a situar a experiência em análise.

Já não é exatamente nova a preocupação em tentar entender as formas específicas de ação dos industriais no Brasil. Ainda que, com variações terminológicas significativas (burguesia, empresariado industrial, elites empresariais, burguesia nacional, dentre outros).⁷⁷ Um considerável número de trabalhos criticaram as interpretações que defenderam uma suposta debilidade estrutural e incapacidade hegemônica da “burguesia” na formação social brasileira. A crítica se baseia, pertinentemente, na refutação de um posicionamento teórico cujo parâmetro de análise era o que a burguesia “não é”; e, portanto, na adoção de uma perspectiva interessada na especificidade histórica da burguesia no Brasil.⁷⁸

Dentre essas análises, a interpretação de R. Dreifuss interessa mais particularmente ao desenvolvimento da presente argumentação já que, ao contrário de boa parte de literatura sobre o golpe de 1964 cuja atenção recaiu sobre os militares, seu foco analítico foi sobre o lado “civil” do movimento golpista, mais precisamente sobre a ação do empresariado transnacional e associado no processo de “desestabilização” do governo Goulart. Segundo Dreifuss, a condição de maturidade do padrão de acumulação de então, viabilizado a partir da internacionalização da economia brasileira, já demonstrava a predominância do capital internacional nos principais ramos de atividade industrial. Diante da inviabilidade, em um contexto de forte mobilização popular, da introdução legal de reformas estruturais necessárias ao aprofundamento do controle transnacional sobre a economia do país, os “agentes sociais modernizantes conservadores” passaram à conspiração golpista sistemática.⁷⁹ Esse “bloco modernizante conservador” engendrou um complexo de fóruns de deliberação, centros de formulação, agências de propaganda, frentes político-partidárias com o objetivo de “minar” as bases sociais de sustentação social o governo Goulart e centralizar o conjunto das classes dominantes em torno de seu projeto. No pós-golpe o “poder de classe” dos interesses multinacionais foi expresso através da hegemonia dentro do aparelho de Estado brasileiro,

77 CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: EDUNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995, p. 22.

78 Cf. BARBOSA, Agnaldo de Souza. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira: um breve balanço. **Estudos de sociologia**, n. 15, p. 31-44, 2003.

79 Para Dreifuss, nessa fase “[...]os canais político-partidários e administrativos não obtiveram êxito em atingir as reformas necessárias pronunciadas pelo bloco modernizante-conservador, e quando os interesses multinacionais e associados notaram as dificuldades crescentes em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve que recorrer a outros meios. As várias organizações da sociedade civil e política foram reconciliadas como expressão da consciência coletiva de classe pelo núcleo organizado do bloco multinacional e associado em seu estágio militante, desenvolvendo conjuntamente formações ideológicas e políticas capazes de alcançar seus objetivos estratégicos, traduzindo-os em ação política e estabelecendo a si próprias firmemente no poder”. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 107.

onde ocuparam postos chave na área econômica do regime ditatorial os agentes ligados ao “complexo” encimado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).⁸⁰

De fato, a política econômica dos governos ditatoriais do pós-1964 se notabilizou pelo incontestável aprofundamento do padrão de acumulação “herdado” do governo Juscelino Kubitschek, mas agora a salvo das pressões redistributivas que marcaram a primeira metade da década de 1960. Em relação ao Nordeste, foi dentro desse processo que a região foi economicamente “solidarizada” ao centro dinâmico do capitalismo nacional. Da forma prevalente, via articulação comercial, passou a integrar-se produtivamente, através da transferência de capitais. A adoção de planos nacionais, tendo como componentes a “integração nacional” e redução dos “desequilíbrios regionais”, e uma ampliação da política de incentivos, colocou a região Nordeste na rota expansiva dos grupos oligopólicos, até então quase que só alocados no Centro-Sul do Brasil.⁸¹

No entanto, se tal descrição é acertada, uma questão que se impõe sobre os industriais em Feira de Santana: é possível, assim como R. Dreifuss o fez sob um ângulo mais nacionalizado e observando o período pré-1964, encontrar os “pontos de junção” entre o tipo de capitalismo em expansão no Brasil da segunda metade da década de 1960 e os interesses desses industriais periféricos? A procura é de um caminho alternativo à visão que deduz, mecanicamente, os empreendimentos industriais “migrantes” do Centro-Sul para Feira de Santana da ambiência do “milagre econômico” e da geopolítica do regime ditatorial. Nesse sentido, é evitada a adoção da interpretação que os protagonistas exclusivos do processo de industrialização nordestina, nas décadas de 1960 e 1970, foram o grande capital extra-regional e, especialmente, a “tecnocracia” do Estado restrito, sendo que essa última faria às vezes de “*junkers* tupiniquins”. O possível resultado de enveredar por esse caminho seria uma interpretação em que aos industriais da região coube a submissão passiva aos desígnios dos burocratas. Sob essa perspectiva, as sucessivas inversões do capital do Centro-Sul “fantasmagoricamente” apareceram Nordeste adentro, alijando os estratos dominantes regionais de qualquer interação importante com as mudanças em curso.⁸²

Em primeiro lugar, mesmo considerando que as condições autoritárias do período favoreciam decisões “insuladas” de grande relevância econômica, o aparato estatal restrito é o

80 Idem, p. 419.

81 OLIVEIRA, **Elegia...** op. cit., p. 119.

82 Considerações amparadas pela análise, sob outro enfoque teórico, de L. Frota sobre a atividade de mediação exercida pelos agentes da sociedade política na industrialização no Nordeste. Cf. FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. **Empresários e políticos na industrialização do Nordeste**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1989.

ponto de inscrição dos conflitivos interesses sociais e, portanto, cabe sempre perscrutar as formas de interação e a força desigual desses interesses em disputa na sociedade civil para entender a sua representação diferenciada na sociedade política. Em segundo lugar, por mais que a acumulação de capital fosse comandada de fora do Nordeste, é de se supor que o fluxo de capitais para a região jamais se livrou da “ingerência” dos interesses locais, na medida em que a ostensiva dependência de amparo estatal, que tem marcado a iniciativa privada no Brasil, “politizaria” obras de infra-estrutura, articulação de parcerias locais, a coordenação de investimentos complexos e escolha de áreas prioritárias.

Em texto que tentou apreender como o processo de industrialização baiano, à época (1980), incidiu sobre a dinâmica das classes sociais do estado, Francisco de Oliveira chamou à atenção para o fato de que o investimento produtivo estatal, bem como a extraterritorialidade do controle das inversões, “truncavam” o que denominou de *representação* das classes sociais na Bahia.⁸³ Contudo, mesmo sem objetar por completo o raciocínio, parece coerente com o exposto acima indicar que a própria presença das inversões já engendrava vínculos hierárquicos dos agentes representantes desses investimentos, “pontos de injunção”, para voltar à expressão, com os agentes locais que merecem análise *per se*.

Muito embora essas brevíssimas considerações teóricas ensaiem “passos maiores que as pernas”, há uma íntima relação entre ela e o objeto em análise: foi uma observação dos referidos vínculos na trajetória dos industriais em Feira de Santana o que a possibilitou. Como dito na seção precedente, a organização da AIMMEFS expressou no interior das “classes produtoras” feirenses, ao nível organizacional, os “novos tempos” vividos pela cidade. Não obstante, uma outra iniciativa, originalmente também segmentada, canalizaria mais adequadamente as pressões da modernização em curso: a AIFS. Algumas características diferenciaram esse esforço organizativo do que lhe era precedente.

A primeira foi ter envolvido agentes mais centrais da estrutura de dominação local⁸⁴, a presença da família Falcão é ponto mais aparente dessa característica. Desde, pelo menos a década de 1950 esse núcleo familiar apresentava uma forte liderança nas atividades comerciais, agropecuárias, bancárias e industriais em âmbito local, mais em algumas delas

83 Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

84 Na medida em que esta análise não se concentrou nas outras entidades de representação das classes dominantes não foi possível sistematizar um indicador mais amplo dessas relações ao nível das diretorias, mas um forte indício disso é que o primeiro signatário da convocatória de criação da AIFS foi Waldemar da Purificação, presidente da ACFS no período. Além disso, cargos centrais no CIFS, pelo menos nos seus anos iniciais, foram exercidos por agentes que ocuparam (ou ocupariam na década seguinte) posições análogas no Sindicato Rural de Feira de Santana (SRFS) e na própria ACFS (Cf. APÊNDICE A).

com expressividade regional.⁸⁵ Além disso, essa família possuía uma considerável força política, sendo o mais expressivo governo municipal da UDN até então realizado pelo seu patriarca, João Marinho Falcão, entre 1955 e 1959. Dessa forma, a iniciativa da AIFS teve um grau de capilaridade econômica, social e política bem maior que a AIMMEFS. Não à toa, Manoel Falcão, filho de João Marinho Falcão, foi o primeiro presidente da AIFS.⁸⁶

A segunda característica que necessita destaque, é que, muito embora a convocação original que deu origem a AIFS fosse seletiva e abarcasse ramos diferentes da AIMMEFS, ainda assim é possível delimitar um movimento, por parte da primeira, no sentido de obter a primazia na representação do conjunto dos interesses industriais emergentes na Feira de Santana de então. Um indício que autoriza a pensar dessa maneira foi o esforço precocemente empreendido pela AIFS visando “unificar” a classe. Ainda em setembro de 1965, Manoel Falcão em visita à AIMMEFS, depois informar sobre o processo da vinda do Serviço Social da Indústria (SESI) para Feira de Santana e do objetivo de viabilizar o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI) na cidade, “sitoû [sic] que em vez de uma associação como esta [AIMMEFS] seria melhor que congregas[s]emos todas as industrias, para formarmos sindicatos e sitou varias vantagens”.⁸⁷ Para finalizar Manuel Falcão afirmou “que a associação está a nosso inteiro dispor”.⁸⁸ Em que pese o relato ser bastante sumário, pelo desenrolar posterior da atuação da AIFS, é perceptível intuito de absorver a AIMMEFS sob sua a direção mais geral.⁸⁹

85 Uma listagem, não exaustiva, dos empreendimentos em que João M. Falcão esteve diretamente envolvido dá alguma dimensão disso: Adalberto Pereira e Cia (comércio); Marinho Santos e Cia (comércio); Associação das Empresas de Carnes Verdes da Bahia; Bartholomeu Santos e Cia (fumo); Gonçalves, Falcão e Cia (ferragens); Bernadino Carneiro e Cia Ltda (secos e molhados); Gráficas Reunidas; Editora Jornal da Bahia; Marinho, Santos e Cia (serviços bancários); Usina Itapetinguí; Banco Bahiano da Produção S.A/Banco Comercial da Produção S.A. (resultado da fusão do anterior com dois outros bancos.); e S.A. João Marinho Falcão (diversas áreas). FALCÃO, João. **A vida de João Marinho Falcão**: vitória do trabalho e da honra. Brasília: Pax Editora Gráfica e Fotolito Ltda., 1993, p. 61-81.

86 CONVITE. **Folha do Norte**. 15 de maio de 1965, p. 1; ASSOCIAÇÃO das Indústrias de Feira de Santana. **Folha do Norte**. 15 de maio de 1965, p. 1.

87 AIMMEFS. 21 de setembro de 1965, Ata s/nº. **Livro de Ata** [1963], p. 51.

88 Idem.

89 Atualmente, a antiga AIMMEFS é o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Feira de Santana (SIMMEFS), que provavelmente não ao acaso o CIFS considera “parceiro estratégico”. A Ata referente ao período 1963-1965 da AIMMEFS foi encontrada em meio à documentação do CIFS, sendo incorporada ao escopo da pesquisa. A ressonância pública da AIMMEFS, pelo menos nas fontes consultadas, é quase inexistente. Somente no ano de 1982, foi possível encontrar alguma referência relacionada a entidade. No dia 20 de dezembro desse ano, na sede do CIFS, aconteceu a posse da nova diretoria do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Bahia (SIMMEB), sindicato estadual de representação dos mesmos ramos reunidos no SIMMEFS. Embora, demandasse uma análise acerca dos meandros do processo, é bastante ilustrativo da “absorção” sugerida que o novo presidente do SIMMEB fosse Ulisses Barbosa Filho, ex-diretor da FIEB e da FUNDINOR, mas também que a cerimônia de posse foi uma “homenagem aos pioneiros da industrialização de Feira de Santana, João Durval Carneiro e Manoel da Costa Falcão”. Como será visto, ambos os agentes têm lugar central no processo aqui em análise. POSSE e

Outra característica a ser considerada foi o esforço de “promoção pública” da AIFS. Desde a posse da primeira diretoria, em 17 de maio de 1965,⁹⁰ até a comemoração do primeiro aniversário houve nada desprezível esforço em dar visibilidade à organização recém nascida. Tal esforço passou, inclusive, pela publicação de uma homenagem ao prefeito Joselito Amorim, no Folha do Norte. Depois de saudar como “um dos maiores prefeitos de Feira de Santana, em todos os tempos”, a mensagem prosseguiu: “Apoiando as iniciativas que beneficiam o Município e liderando um movimento da Feira de Santana, o Chefe da Comuna é credor da admiração dos que participam da luta industrial em nossa terra”.⁹¹ Importante observar que, ainda que possa se ressaltar o grau de deliberação disso, a mensagem foi publicada lado a lado com a mensagem análoga da ACFS, a mais influente entidade corporativa de então. O que indicaria, em caso de cálculo cômico, uma meticulosa intenção de representar-se vinculada à idéia de prestígio e influência.

Característica também das intenções de primazia da AIFS, foi a sua transformação efetiva em uma entidade de *representação geral* dos industriais locais, com pouco mais de um ano de sua criação. O edital de convocação da assembléia geral, publicado em 9 de julho de 1966, indicava o acontecimento de uma reforma estatutária em que um dos efeitos foi a criação de novos cargos.⁹² No período entre 14 de maio de 1965, data do jantar de comemoração do primeiro aniversário de sua fundação, e 9 de julho do mesmo ano, se processou a transformação da AIFS no CIFS. Não obstante, o único registro, da própria entidade, que foi encontrado sobre o assunto registra a transformação estatutária sob a justificativa da AIFS “dar-lhes a forma definitiva de sociedade civil” e que “Ainda acompanhando o movimento, das congêneres, efetuamos a troca do nome Associação para CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FEIRA DE SANTANA”.⁹³ A intenção de manter-se como “sociedade civil” era fundamentada, no texto de *Apresentação* aos novos estatutos, assinado por Theodiano Bastos, diante do possível ônus provocado pelo enquadramento da entidade pela estrutura sindical corporativista

Os sindicatos e federações das indústrias e outras categorias econômicas, vêm criando entidades paralelas, a fim de não sofrer solução de continuidade com a extinção do Imposto Sindical — razão quase sempre preponderante para a manutenção do vínculo com o Ministério do Trabalho e o consequente

homenagem. **Feira Hoje**. Caderno 2. 22 de dezembro de 1982, p. 7; e OS PRESENTES à festa do SIMMEB. **Feira Hoje**. Caderno 2. 22 de dezembro de 1982, p. 7.

90 CONVITE. **Folha do Norte**. 15 de maio de 1965, p. 1; HÉLDER Alencar informa. **Folha do Norte**. 22 de maio de 1965, p. 1.

91 MENSAGEM [AIFS]. **Folha do Norte**. 04 de setembro de 1965, p. 2.

92 CENTRO das Indústrias. **Folha do Norte**. 09 de julho de 1966, p. 1.

93 CIFS. **Estatutos**. Março de 1966, [n.p.].

bitolamento das atividades associativas, o que não acontece com a forma jurídica da sociedade Civil que ora adotamos.

[...]

Assim é que já existem Centro das Indústrias de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, diversas cidades industriais, principalmente Juiz de Fora, Santo André, etc. Já estando em formação, segundo nos consta, o Centro das Indústrias do Estado da Bahia. De forma que Feira de Santana — mantendo a vanguarda nos movimentos inovadores, acompanha de perto tôdas as modificações — para melhor que apareçam nas diversas atividades produtivas.⁹⁴

Inclusive, o intuito de não deixar-se “bitolar” é expressivo de que a AIFS, apesar de surgida a partir de uma aglutinação concentrada em alguns ramos, se moveu rapidamente no sentido de ser uma iniciativa bem mais ampla que um “sindicato” específico, restrito a um determinado número de ramos. Efetivamente, a posição reivindicada pelo, então nascente, CIFS era uma função coordenativa de potenciais sindicatos industriais específicos, ou seja, a sua disputa era pela hegemonia da representação geral da fração industrial das classes dominantes de Feira de Santana. Tanto mais, a sua autodefinição estatutária pode ser lida como uma demonstração disso

O CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FEIRA DE SANTANA é uma sociedade civil [...] constituída para fins de estudo, coordenação, defesa e proteção das indústrias, atuando ainda, como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais entidades, no sentido de solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais.⁹⁵

Uma outra característica de distinção entre a AIMMEFS e a AIFS, e que propiciou a própria transformação descrita acima, era a bem maior articulação extra-local da segunda. Dois episódios podem ilustrar o fundamento dessa percepção. Em sessão da AIMMEFS, em 1º de agosto de 1965, informou-se sobre uma reunião ocorrida na cidade com representantes da SUDENE: Raimundo O. de Almeida procurou saber qual dos sócios teria participado, ao que o presidente Temístocles T. da Costa respondeu taxativamente “não fomos convidados”. O mesmo R. O. de Almeida apontou que a AIMMEFS havia perdido “uma grande oportunidade, em não ter estado presente”.⁹⁶ Em contrapartida, já na sua atividade de posse de primeira diretoria, a AIFS registrava presença do presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Jaime Vilas Boas Filho.⁹⁷ No jantar do primeiro aniversário da AIFS, o *Folha do Norte* anunciou que “estarão presentes o governador Lomanto Junior, diretores da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, diretores do SENAI, SESI,

94 Idem.

95 Idem, p. 1.

96 AIMMEFS. 10 de agosto de 1965, Ata nº 25/65. **Livro de Ata** [1963], p. 47-48.

97 HÉLDER Alencar informa. **Folha do Norte**. 22 de maio de 1965, p. 1.

[Comissão de Planejamento Econômico] CPE, [Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial] FUNDAGRO, [Banco de Fomento do Estado da Bahia] BANFEB e [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste] SUDENE, além de autoridades e representantes das classes produtoras locais”.⁹⁸

Mesmo que nem todas essas presenças tenham se confirmado, a simples expectativa concreta de sua vinda denota vínculos muito mais estruturados que os de uma entidade, como a AIMMEFS, que se ressentia de não ter sido convidada para uma reunião considerada estratégica para viabilizar seus interesses. Particularmente, a vinculação com a FIEB foi determinante para o CIFS ser aglutinado a um movimento de classe muito mais abrangente que os estreitos limites do corporativismo local. A FIEB atuou, ao longo da segunda metade da década de 60 do século XX, com a diretriz de propagar a industrialização pelo interior do estado. Esse processo de “agitação” se desenrolou no quadro de duas coordenadas mais gerais: aproveitar as possibilidades oferecidas pelas agências estatais em atuação na região e fomentar a atratividade de investimentos do Centro-Sul do país para a Bahia. Obviamente, diante do amplo consenso que o entorno mais imediato de Salvador era a área central para as inversões na Bahia, a propagação pelo interior tinha tônica, pelo menos a princípio, relacionada prioritariamente à modernização da lógica empresarial nas pequenas e médias indústrias. Dessa forma, no segundo quinquênio da década de 1960 a Federação desenvolveu várias iniciativas coerentes com essa linha de atuação: visita de técnicos da entidade à Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Ipiaú e Jequié (1966);⁹⁹ firmou convênio FIEB/SUDENE de assistência a pequena e médias empresas (1967);¹⁰⁰ a Federação realizou uma incursão pelo Centro-Sul através da Missão Econômica Itinerante Bahia 68 (1968);¹⁰¹ Realizou o Simpósio de Mão-de-Obra Industrial, em Salvador (1969);¹⁰² dentre outras.

Entretanto, a própria atuação da FIEB estava sincronizada com a de uma outra entidade, a Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR). Os rebatimentos dessa relação em âmbito feirense foram variável crucial na redefinição da perspectiva dos industriais locais e nova modulação da hegemonia em Feira de Santana.

Sediada em Recife, a FUNDINOR foi criada através de convênio entre o SESI, a SUDENE e a United States Agency for International Development (USAID), segundo sua

98 ASSOCIAÇÃO das Indústrias comemora 1º aniversário. **Folha do Norte**. 14 de maio de 1966, p. 1.

99 FIEB. Notícias. **Boletim Industrial**, ano I, n. 02, fev. 1966, p. 29; FIEB. A Federação vai ao interior. **Boletim Industrial**, ano I, n. 3, mar. 1966, p. 3; FIEB. Notícias. **Boletim Industrial**, ano I, n. 5, mai. 1966, p. 35.

100 NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia**. Salvador: FIEB, 1997, p. 121.

101 Idem, p. 120.

102 Idem.

própria versão oficial.¹⁰³ Contudo, dois relatos encontrados sobre a entidade enfatizam um ou outro desses agentes. Em texto memorialístico sobre o industrial José Raimundo Godin, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) assim se referiu:

[José Raimundo Godin] Além de vice-presidente da FIEC, exercia, então, idênticas funções na FUNDINOR- Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste, órgão instituído pela Confederação Nacional da Indústria [CNI] com o objetivo de influir nas decisões governamentais no sentido de assegurar investimentos em novas fábricas e na modernização das já existentes, como providências imprescindíveis a uma economia nordestina em condições de superar o atraso e a excessiva fragilidade às crises em geral.¹⁰⁴

Por outro lado, em um misto de resenha e memória o jornalista Marco Aurélio de Alcântara, criticando o autor do livro resenhado, revela que:

O autor [Francisco de Oliveira] derrama-se contra o programa de Kennedy, a "Aliança para o Progresso" no Nordeste e a colaboração técnica dos Estados Unidos, que chegou a ser uma das mais eficientes na América Latina. É verdade que, nos anos 60, os escritórios do Consulado Americano e da Usaid - Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos tinham algumas centenas de conselheiros e assessores; e trabalhei com um deles, George Gellhorn, na criação da Fundinor - Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste mantida com recursos do Sesi - Nacional, Confederação Nacional da Indústria e da verba do trigo (PL 480, dos Estados Unidos, que permitia a venda de trigo ao Brasil, internando os recursos financeiros para a cobertura de projetos econômicos e sociais).¹⁰⁵

Cada um dos relatos, até por enfatizarem aspectos distintos explicitam dois pontos complementares: por um lado, o caráter eminentemente político da Fundação, expresso na objetivo de “influir nas decisões governamentais” e, por outro, a sua operacionalização vinculada à política de “estabilização via desenvolvimento” própria da política externa anti-comunista dos EUA, evidenciada pela participação da USAID na sua criação. Antes mesmo de considerações mais gerais sobre a extensão dessa confluência, é importante ressaltar como a estrutura corporativista brasileira, aí visualizada na presença da CNI, pôde gerar iniciativas organizacionais favoráveis a livre ação dos industriais.¹⁰⁶

Aliás, a idéia de propiciar trânsito aos capitais do Centro-Sul em expansão era a própria meta estruturante da FUNDINOR, já que seu objetivo inicial era “[...] a atração, através de métodos promocionais comprovados, de capital e ‘know how’ do Centro-Sul para

103 FUNDINOR. **O papel da iniciativa privada no desenvolvimento do Nordeste**. Recife: FUNDINOR, 1965. p. 8.

104 FIEC. **José Raimundo Godin**: Interinidade proveitosa. Disponível em: <http://www.fiec.org.br/documentacao/hpre/jrg_t.htm> Acesso em: 7 de julho de 2009.

105 ALCÂNTARA, Marco Aurélio. **A Noiva da Revolução** [Resenha]. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/2009/02/04/opiniao.asp>>

106 Cf. LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000, passim.

novas operações de manufatura e/ou linhas de montagem no Nordeste”.¹⁰⁷ Enquanto “organização promocional” a FUNDINOR reivindicava o papel de “centro de indicação das oportunidades para investimentos no Nordeste”.¹⁰⁸ Com base nessa definição a entidade, inclusive, delimitou seu arco de atribuições de maneira bastante precisa (ainda que não exaustiva, como se verá) em: i) prover informação e publicidade sobre oportunidades de investimentos e incentivos fiscais federais, estaduais e municipais, bem como recursos financeiros disponíveis, sob os artigos 34 e 18 das Leis do I e II Planos Diretores da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste; ii) levantar, a nível profissional e de forma organizada, dados relativos a investimentos nos 9 estados da região Nordeste; iii) divulgar as oportunidades específicas para investimentos, recursos financeiros e vantagens existentes e relacionadas aos estados nordestinos; iv) assistir as Comissões Estaduais de Planejamento na execução de suas tarefas; v) preparar brochuras e outros materiais promocionais; vi) identificar e manter contato pessoal direto, através dos seus representantes, com investidores privados potenciais; vii) realizar esforços contínuos para melhorar o “clima de investimentos” do Nordeste; e viii) empenhar-se para identificar áreas geográficas ou setoriais onde estudos adicionais de viabilidade seriam de grande valor para indústria e procurar recursos financeiros destinados ao seu financiamento.¹⁰⁹

Sob certo ângulo, a auto-definição enquanto “organização promocional” poderia indicar, antes de mais nada, de uma espécie de consultoria de investimentos, um daqueles “escritórios de assessoria técnica” aos quais R. Dreifuss indicou o grande crescimento no período imediatamente anterior ao golpe.¹¹⁰ Todavia, sem deixar de realizar a produção de subsídios técnicos para possíveis investidores na região, a FUNDINOR se notabilizava pela direção, estritamente “classista”. Aliás, a própria divulgação da Fundação chamava atenção para esse aspecto:

A Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste–FUNDINOR, é uma entidade sem fins lucrativos, sediada em Recife–Pernambuco, cuja finalidade é promover o desenvolvimento industrial da Região através da orientação aos investidores locais ou de fora nos seus investimentos.

107 FUNDINOR. **O papel da...** op. cit., p. 8.

108 Idem.

109 Idem, p. 8-9.

110 DREIFUSS, op. cit., p. 86-100. É muito provável que esse aspecto corresponda à continuidade, em novas circunstâncias e diante e outras demandas, da situação pré-1964. O recrudescimento das tensões sociais, à época, tinha como umas de suas dimensões a proliferação de aparelhos privados de hegemonia. Essa tendência à organização, como se verá adiante, foi especialmente forte no empresariado que intensificou esforços para se contrapor à mobilização popular. A análise de C. Toledo exemplifica essa tendência, ao reconstituir o esforço empresarial em criar uma organização que fosse capaz de fazer frente, especialmente do ponto de vista da qualidade técnica de suas formulações, à organização progressista Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). TOLEDO, Caio Navarro de. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. **Idéias**, ano 12 (2)/13(1), p. 41-52, 2005/2006.

Mantida pela indústria e dirigida por líderes da classe de toda a Região, utiliza das mais modernas técnicas de promoção industrial e já tem carreado inúmeros empreendimentos para todos os Estados nordestinos.

Seus técnicos têm realizado os mais estudos de oportunidades e viabilidades industriais, dirigindo-os diretamente aos investidores do sul do País. Paralelamente têm realizado Simpósios, Conferências, Exposições, Missões Econômicas, Campanhas de Desenvolvimento Industrial de Municípios etc., em toda parte do território nacional.

Recentemente vem se fazendo presente a exposições internacionais e participando de visitas de natureza científica a diversos países.¹¹¹

Uma análise sobre os dirigentes da Fundação, com as informações disponíveis, apontou que todos os nomes aos quais foi possível encontrar outra referência eram também dirigentes das entidades do topo da estrutura corporativista de representação dos interesses industriais de seus respectivos estados. Notadamente, nomes ligados a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) e Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) foram os mais recorrentes nas posições centrais de comando da FUNDINOR.¹¹²

Antes de uma volta à ação da FIEB e sua relação com os industriais de Feira de Santana, se faz pertinente a delimitação no que diz respeito à visão que informava a atividade “promocional” da FUNDINOR. De um modo geral, a apresentação da região era de um produto a ser vendido sob “nova embalagem”. Esse “Nôvo Nordeste” era conformado pelas melhorias em infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra e incentivos viabilizados pelas agências estatais. Essa nova situação era apresentada como “clima de investimentos” ou, nas palavras da própria Fundação

O Nordeste está motivado para o desenvolvimento econômico e receptivo, ao ingresso de capitais e assistência técnica do Centro-Sul. Já existe o desejado “clima de investimento”: estabilidade política, paz trabalhista, ordem e segurança, que constituem os fatores de indução do comportamento empresarial sem falar em toda uma escala de incentivos, que vai desde a isenção total do imposto de renda para empreendimentos industriais e agrícolas pioneiras, que se estabelecerem até 31 de dezembro de 1968, até a isenção de impostos estaduais e municipais, vantagens locais de

111 FIEB. Promoção é com a FUNDINOR. **Boletim Industrial**, n. 42, 2ª quinzena-abr. 1971, p. 8.

112 As informações são referentes a diretoria eleita em 1971, mas pelas referências ao período anterior é possível considerar que esse era o padrão recorrente de composição dos cargos de comando da entidade. Os cargos executivos eram presidente, vice-presidente, secretário tesoureiro. Não foi possível encontrar informações sobre o presidente, Renato Brito Bezerra de Mello. Quanto ao vice-presidente, Raimundo Godin, desde 1962 ocupava cargos na direção da FIEC e, desde 1966, compartilhava posições diretivas em ambas as entidades. O secretário geral, Ulisses Barbosa Filho, era presidente da FIEB desde 1967. Já o tesoureiro, Miguel Vita, foi diretor da FIEPE em 1954, seu presidente entre 1956/58, e, a partir de 1966, novamente presidente sem interrupções até 1974. As fontes cruzadas foram: FIEB. FUNDINOR tem nova diretoria. **Boletim Industrial**, n. 50, 2ª quinzena-ago. 1971, p. 2; BARBOSA, Antonio. **Réquiem para o decano Miguel Vita**. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/10/18/opiniaio.asp>> Acesso em: 7 de julho de 2009; FIEC. José **Raimundo Godin**: Interinidade proveitosa. Disponível em: <http://www.fiec.org.br/documen_tacao/hpre/jrg_t.htm> Acesso em: 7 de julho de 2009; e NASCIMENTO op. cit., p. 113-124.

terrenos às margens das principais rodovias e uma atitude geral favorável dos Governos Estaduais e das comunidades.¹¹³

Note-se que não se tratava simplesmente da visão “salvacionista” do golpe de 1964, de indubitável presença entre as “classes produtoras” no período, mas de uma perspectiva que advogava o aproveitamento da “paz” *manu militare* instaurada pela ditadura para o avanço da iniciativa privada do Centro-Sul sobre a região. Em conexão com isso, um segundo elemento, já bastante evidente nos objetivos e atribuições da entidade, era a ação pautada na integração Centro-Sul/Nordeste. Nesse tocante, as “brochuras promocionais” são bastante explícitas em dois âmbitos: convencer o possível investidor do “Nôvo Nordeste” e “municia-lo” com o máximo de informações técnicas sobre prováveis áreas de investimento. No aspecto do convencimento, o texto de apresentação de *Por que investir na Bahia*, do então presidente da FIEB, Ulisses Barbosa Filho, era ilustrativo da tônica geral dos textos

A importância desta publicação está nas respostas ao seu próprio título: “POR QUE INVESTIR NA BAHIA”. Trata-se de mais uma brochura promocional editada pela FUNDINOR, entidade que se vem constituindo indispensável no desenvolvimento do Nordeste como área de investimentos favorável à empresa privada. A Federação das Indústrias do Estado da Bahia vê neste trabalho uma perfeita identificação com os seus propósitos de ampliar, através da aplicação de novos recursos financeiros, o parque industrial e concorrer para a efetiva integração econômica do Nordeste com o Centro-Sul do país.¹¹⁴

Quanto às informações técnicas, os textos abordavam desde o potencial de modernização em determinadas áreas até todos aqueles fatores considerados estratégicos à decisão de investimento, como localização, comunicações, energia, recursos naturais e recursos humanos.¹¹⁵

Em consonância, e esse é o terceiro elemento destacado da visão da Fundação, com início da atribuição pela SUDENE de pontos às indústrias incentivadas que se instalassem em

113 FUNDINOR. **O papel da iniciativa privada no desenvolvimento do Nordeste**. Recife: FUNDINOR, 1965, p. 2.

114 FUNDINOR. **Por que investir na Bahia**. Recife: FUNDINOR, 1966, p. 4

115 Cf. FUNDINOR. **O “Nôvo Nordeste” lhe oferece mais**. Recife: FUNDINOR, 1967. A título de ilustração, mais minuciosa, sobre o quão “totalizantes” eram os materiais de orientação de investimentos produzidos pela FUNDINOR, vale reproduzir os itens da brochura *Por Que Investir na Bahia: Nôvo Nordeste/Bahia de ontem e de hoje/Surto Industrial baiano/Mais de 156 bilhões de investimentos/Produção industrial/Produção extrativa/Zonas produtoras/Amplas facilidades e muitos incentivos/Incentivos federais e estaduais/Por que investir na Bahia/Posição geográfica/Bahia abriga 26,62% da população nordestina/Características regionais — Concentração demográfica/Um mercado em expansão/Perspectiva que se abrem/Nível econômico da população/Exportações/Apôio do Governo Estadual/Cidade industrial/Outras vantagens/Banco de Desenvolvimento/Mão-de-obra e salários/Educação e treinamento/Matérias primas e recursos naturais/Produtos agrícolas/Pesca/Energia elétrica/Transporte e comunicações/Correios e telégrafos/Rodovias/Transportes/Abastecimento d'água/Habitação — Vida cultural — Diversões/Vida social/Turismo/Igrejas/Facilidades médicas/Topografia e clima/Orgãos que devem ser contactados*. FUNDINOR. **Por que investir na Bahia**. Recife: FUNDINOR, 1966. p. 3.

distritos industriais, a FUNDINOR pautou fortemente sua ação pela valorização da existência desse tipo de “pólo”. Em publicação de 1967, chamava atenção para que

A criação de um Distrito Industrial compreende o planejamento e o desenvolvimento ordenado de terrenos, de modo a permitir a localização e expansão de unidades industriais, e evitar que o empresário aumente os custos do investimento total com serviços de infraestrutura de responsabilidade do Estado.

O Distrito Industrial favorece a urbanização, pois concentra as indústrias e serviços comunitários, eliminando problemas de dispersão e longas jornadas de trabalhos, causas de baixa produtividade da mão-de-obra, principalmente nas áreas subdesenvolvidas.¹¹⁶

Os elementos destacados referem-se a atuação da entidade “para fora” do Nordeste, mas dão um parâmetro essencial para situar, por sua vez, sua ação intra-regional. Embora a gestão de Jaime Vilas Boas Filho (1964-1966), enquanto presidente da FIEB, tenha sido voltada para a estruturação operacional da Federação, organizando o funcionamento efetivo das assessorias aos associados e das instâncias de elaboração técnica, ainda assim, a “relação com a FUNDINOR foi de colaboração e assistência”.¹¹⁷ Não obstante, foi na gestão subsequente, de Ulisses Barbosa (1967-1968), que as relações se estreitaram ainda mais. Antes mesmo de ser presidente da Federação, Barbosa Filho já era representante da Fundação no estado e, uma vez eleito, “passou a uma cruzada pelo interior da Bahia com a intenção de criar comitês de fomento à industrialização”.¹¹⁸

Foi nesse ponto que as pretensões do CIFS se cruzaram com o movimento de classe em escala nacional e, sob essa perspectiva, se processou o início da “nacionalização” dessa fração (em formação) das “classes produtoras” feirenses. Feira de Santana foi o primeiro lugar onde foi organizado um “comitê de fomento”. O *Boletim Industrial* da FIEB registrou o acontecimento, em 1966, salientando que “A primeira caravana de fomento à industrialização destinou-se à cidade de Feira de Santana com resultados bastantes positivos.”¹¹⁹

Vista dessa forma pode passar despercebida a real dimensão da ação da FUNDINOR para centralizar organicamente, em torno da sua política de integração Centro-Sul/Nordeste, as classes dominantes de centros urbanos periféricos nordestinos. Destarte, a exposição dos objetivos, métodos e rotina operacional proposta para os “comitês de fomento” desvanece qualquer impressão de uma atividade propagandística “superficial”. Nesse sentido, ainda a

116 FUNDINOR. **Distritos industriais no Nordeste**. Recife: FUNDINOR, 1967, p. 5.

117 NASCIMENTO, op. cit., p. 107.

118 Idem, p. 113.

119 FIEB. Caravana para fomento da industrialização no interior do Estado. **Boletim Industrial**, ano I, n. 3, mar. 1966, p.6.

mesma publicação, ao referir-se as visitas à Jequié, Ilhéus e Itabuna, especificou no que consistiam os comitês:

Aproveitando os estímulos alentadores já verificados em outros países da América Latina, organizou a FUNDINOR em nosso Estado, a sua segunda incursão para o interior, nesse sentido.

O objetivo; estimular, intensificar e despertar a atividade industrial; o meio ou processo: organização de comitês locais que se encarregam de dar continuidade a êste fomento à industrialização.¹²⁰

Quanto ao *modus operandi* de constituição dos “comitês de fomento”, é ainda mais elucidativo das intenções centralizadoras da FUNDINOR e do seu efetivo aspecto de “grupos operativos”. Inicialmente, os participantes eram esclarecidos sobre as finalidades da Fundação e “[...] sua atuação nesse período inicial de atividades, seu propósito de incentivar as comunidades à industrialização, com auxílios em diversas formas, em especial a promoção em outros centros da idéia de investir no Nordeste”.¹²¹ Em seguida, era exibido um filme produzido pela Fundação “[...] relatando de forma elucidativa como os participantes de uma comunidade podem contribuir para seu desenvolvimento”. Demonstrando-se também “[...] a necessidade de se organizarem devidamente e apresentados os pontos de ação imediata de um comitê que se destinaria a levantar as condições locais, estudando a maneira de torná-las mais adequadas à industrialização”.¹²² Após isso, a exposição prosseguia proporcionando dados específicos e outros aspectos técnicos da formação de um “comitê de fomento”. Representantes da SUDENE, CPE, do Centro de produção Industrial e do Setor de Orientação Financeira (ambos do Departamento Econômico da FIEB), apresentavam suas ações em prol da industrialização e “de que maneira poderiam contribuir para a proposta apresentada”.¹²³ Eram ainda recolhidos “nomes de figuras representativas da localidade” com o objetivo de compor a comissão que organizaria o comitê e, também, anunciado a oportunidade de um representante seu “[...] participar de viagem oferecida pela USAID a países da América Latina com o fim de serem observados Comitês já existentes e em funcionamento positivo”.¹²⁴

A exposição acima explicitou apenas a parte mais padronizada da operacionalização dos comitês para demonstrar que o sentido, não confesso, dos “comitês de fomento” era organizar e mobilizar a adesão das classes dominantes locais e suas elites políticas ao processo de expansão econômica do capital do Centro-Sul. Mas, uma última nuance merece atenção: a composição dos “comitês de fomento”. Se a iniciativa era protagonizada por

120 Idem.

121 Idem, p. 7.

122 Idem.

123 Idem.

124 Idem, p. 8.

industriais, já que a FUNDINOR aglutinava dirigentes do topo da estrutura corporativista de representação dessa fração de classe no Nordeste, e a tônica central (se não exclusiva) era “industrializante”, de modo algum a diretriz organizativa primava por qualquer exclusivismo: “Para formação dos comitês, são convocadas lideranças do município, associações comerciais, industriais e rurais, clubes de serviço (Lions e Rotary), profissionais liberais, etc.”¹²⁵

Duas coisas podem ter influenciado essa diretriz. Na medida em que se tratava de organizar grupos sociais dominantes em cidades que, embora consideradas “pólos de desenvolvimento”, possuíam industrialização incipiente (ou mesmo inexistente, em sentido estrito), uma diretriz muito “fechada” quanto à composição poderia se tornar inoperante pela falta de sustentação social. Em segundo, sem necessidade de exclusão da anterior, tratava-se de organizar “aparelhos” não para defesa de interesses corporativos, mas para propor modificações no desenvolvimento *de conjunto* de suas respectivas localidades, de modo a integrá-las aos imperativos do capitalismo do país. Em menos palavras, o que estava em questão eram “fábricas de hegemonia”, ou pelo menos, a hegemonia possível na margem da periferia da formação social brasileira.

Como dito acima, Feira de Santana foi a primeira cidade, em âmbito baiano, a constituir seu “comitê de fomento”, a Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana (PRODEFESA). Antecipando uma ilação final, o argumento é bastante simples: a “captura” da emergente direção dos industriais locais, pela política da FUNDINOR, viabilizou a transformação relativamente rápida das reivindicações de um “Bairro Industrial”, já presente tecnicamente no horizonte local, em um programa de desenvolvimento com pretensões de dirigir os rumos do conjunto da cidade. O relato mais preciso, quanto ao início da PRODEFESA, indica o final de fevereiro de 1966.¹²⁶ A partir daí, foi possível observar a crescente ampliação do “raio de ação” do CIFS, em relação direta com o funcionamento da PRODEFESA, em um movimento conjugado de articulação de um projeto para Feira de Santana, cujo centro fosse a industrialização.

Em maio de 1966, os técnicos Aristeu Almeida e Sérgio Ribeiro, visitaram a cidade para verificar “de que forma a FIEB poderá ser mais útil” à PRODEFESA.¹²⁷ Em 12 de abril, no seu pronunciamento à Câmara Municipal, depois de afirmar que “a luta em prol da

125 FIEB. **Campanha de motivação dos municípios para o desenvolvimento industrial**. Salvador: DPI/FIEB, 196[6], [s.p.].

126 FIEB. Feira de Santana ganha Centro de preparação de mão de obra industrial. **Boletim Industrial**, ano III, n. 28, jul. 1968, p. 20.

127 FIEB. Notícias. **Boletim Industrial**, ano I, n. 5, mai. 1966, p. 35.

industrialização do município, constituiu uma das grandes aspirações do Govêrno Municipal, nêste período”, o prefeito Joselito Amorim disse que apoiava “[...] as iniciativas da nova Associação das Indústrias, inclusive abrindo crédito de ajuda à recém-criada PRODEFESA”.¹²⁸ No mês de junho, CIFS e PRODEFESA organizaram conjuntamente uma palestra com o diretor da NORSUL – Serviços Técnicos de Economia e Finanças Ltda, sobre as possibilidades da implantação de novas indústrias na cidade, “utilizando-se dos incentivos concedidos pelos artigos 34 e 18 das Leis 3.995/61 e 4.869/65” da SUDENE¹²⁹. No entanto, é um documento produzido pelo CIFS, em julho de 1966, que permite visualizar modificações substanciais no modo como a indústria era associada aos caminhos locais. Segundo o cabeçalho do texto, seu propósito era “alertar os associados e as autoridades e os Feirenses em geral”, para um “exame do processamento industrial da região”. A citação, do dirigente industrial Vicente de Paula Moraes,¹³⁰ é um tanto extensa, mas somente a sua visualização integral permite apreender o conjunto de aspectos que conformavam um “embrião” de um novo projeto para Feira de Santana.

Sendo Feira de Santana a única cidade da região que tem mantido o seu ritmo de progresso, decorrente da influência do seu entroncamento rodoviário, e bem sabemos que esta influência poderá a qualquer momento desaparecer com as inúmeras estradas que estão em construções, ligando à Rio-Bahia passando por fora de Feira, como também, dentre em breve, teremos Salvador ligado aos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara, e a saída para o sul do País. Como bem vê os senhores estamos caminhando para o isolamento igual aos que já existem por aí.

Os Senhores não ignoram a preocupação dos dirigentes do Centro das Indústrias de Feira de Santana no sentido de alertar os homens de emprêsas e as autoridades no devido tempo; mas ao lado dos dirigentes [e] dos Poderes Públicos devem estar presentes ao problema, os homens de negócios do município e da região e é o que devemos fazer para superar o problema em questão — nos colocarmos ao lado de tódos aqueles que queiram encarar o problema com a devida seriedade — orientando os novos industriais que queiram se agrupar para a instalação de novas emprêsas, incentivar as pequenas indústrias para se transformarem em um grande consórcio, com capital superior a Cr\$ 10 bilhões, evitando assim a fuga de capitais da região que com o tempo também levará o seu investidor, por conseguinte em prejuízo da região, se atinarmos para a nova política empresarial do govêrno veremos a necessidade de nos organizar em grandes grupos — como fazem os Bancos e as grandes emprêsas do Sul do País.

128 MENSAGEM do Prefeito provoca entusiasmo popular. **Folha do Norte**. 16 de abril de 1966, p. 1.

129 PALESTRA sôbre implantação de novas indústrias nesta cidade. **Folha do Norte**. 18 de junho de 1966, p. 1.

130 Como visto na seção anterior, Vicente de Paula Moraes foi associado ativo da AIMMEFS. Inclusive, em julho de 1965 foi eleito presidente dessa entidade para mandato de dois anos. Não obstante, não foi possível determinar a forma específica com que a sua adesão ao CIFS implicou na sua relação com a AIMMEFS, mas a sua trajetória é um indício que corrobora a idéia que o CIFS monopolizou a representação geral da fração industrial em formação. AIMMEFS. 20 de julho de 1965, Ata nº 21/65. **Livro de Ata** [1963], p. 39-41.

Por outro lado devemos aproveitar os incentivos decorrentes do Imposto de Renda, e os favôres do Banco do Nordeste, mas nunca desprezando o capital próprio vindo através de ações que sem a qual nada se pode fazer.

E nesta hora em que ouvimos o toque de reunir, pedimos a todas as classes que cooperem com a emancipação industrial de Feira e participem como dirigentes ou como capitalistas.¹³¹

O período, 1966, era caracterizado por políticas macroeconômicas com incidência negativa sobre as pequenas e médias empresas, perfil majoritário dos industriais feirenses à época. No entanto, o motivo do “alerta” não se devia à circunstância imediata, mas às possibilidades colocadas no médio prazo. A posição de entroncamento rodoviário de Feira de Santana, variável essencial ao seu desenvolvimento econômico, era considerado sob ameaça de dissolução. Mas, mais que isso, a avaliação se fundamentava sobre a perspectiva que essa vantagem locacional era *instável*, na medida em que os vínculos rodoviários, progressivamente, se direcionavam para a perda do seu peso relativo enquanto interconexão de parte das principais estradas do país. Essa análise da situação local, por sua vez, implicou na proposição de intervir, seja “como dirigentes ou como capitalistas”, para garantia do “ritmo do progresso”. As duas medidas indicadas apontaram em dois sentidos complementares: ampliar o nível de capitalização dos empreendimentos locais e, como extensão, aproveitar as políticas de incentivos fiscais e de financiamento público. Por seus desdobramentos posteriores, esse horizonte assumiu conotações cada vez mais programáticas. Entrementes, a percepção que o município caminhava para um “isolamento” que colocaria em risco “seu ritmo de progresso”, levou ao engajamento desses agentes na remodulação das bases econômicas da hegemonia local para “superar o problema em questão”. Esse *telos*, em que a “emancipação industrial” feirense adquiriu centralidade, foi subsidiado pela sincronização da fração industrial feirense com a movimentação da FUNDINOR.

No mês de novembro, foi organizada a I FEIRAM-Feira Regional de Amostras: segundo a FIEB, “grande oportunidade” para a constatação do “surto” de desenvolvimento que a cidade passaria a época, bem como das “[...] possibilidades futuras da região no setor industrial, através dos produtos de fabricação local em exposição”. A organização do evento coube ao CIFS, via seu secretário geral Theodiano Bastos.¹³² Contudo, foi no ano de 1967 que a sistematização de um projeto industrializante para Feira ganhou coerência sistemática e amplitude social, em relação às iniciativas públicas esporádicas precedentes. Dois eventos, até onde foi possível entrever com as fontes disponíveis, cumpriram a função de espaço de

131 CIFS. **Materiais da Comissão Organizadora da Campanha pró-Construção da Sede Própria do Centro das Indústrias de Feira** [Anexo]. 28 de julho de 1966, [s.p.].

132 FIEB. 1ª FEIRAM. **Boletim Industrial**, ano I, n. 11 e 12, nov./dez. 1966, p. 31.

formulação e coesão política em torno desse programa: o I Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia (ECFIB), em Vitória da Conquista, e o I Encontro para o Desenvolvimento da Região de Feira de Santana.

Promovido pela FUNDINOR e pelo Departamento de Promoção Industrial da FIEB, entre 13 e 15 de março de 1967, o I ECFIB teve por objetivo a “determinação de uma política de industrialização e desenvolvimento da Bahia”.¹³³ Para tanto, os participantes discutiriam “como vincular o Programa de industrialização do Setor Público aos trabalhos da iniciativa privada” para integrar “no mesmo sentido” os esforços do governo estadual, SUDENE e FIEB.¹³⁴ O Encontro reuniu os comitês de Feira de Santana, Ilhéus, Ipiaú, Jequié, Itapetinga e Vitória da Conquista, todas cidades consideradas “pólos de desenvolvimento”.¹³⁵ Ao seu término, sintetizou 25 proposições que expressavam, grosso modo, um programa mínimo bastante sistemático e predominantemente voltado aos interesses das pequenas e médias indústrias.

Não parece fortuito que a delegação da PRODEFESA fosse composta de três representantes, diretamente, ligados ao CIFS: Manoel da Costa Falcão, presidente do Centro; Godofredo Navarro da Silva, do Conselho Fiscal do CIFS; e Argemiro São Leão Franco, diretor da Indústria e Comércio de Óleos Vegetais S. A. (INCOVEG) (e futuro vice-presidente do CIFS na gestão 1968/1969).¹³⁶ O seu eixo de atuação no evento, a julgar pelas propostas publicadas no *Boletim Industrial* da FIEB, pautou-se por duas temáticas centrais: orientação técnica e financiamento, matizados pela defesa dos interesses das “pequenas empresas”. Mais especificamente as propostas versavam sobre: i) orientação para canalizar dedução de 50% do Imposto de Renda em aplicação no Nordeste, segundo mecanismo 34/18; ii) que os bancos oficiais (BNDE, BNB, BANEV e BANDEB)¹³⁷ estendessem e realizassem redução de taxa de juros nos projetos de financiamento para ampliação e formação de capital de giro; iii) facilitação nos critérios de empréstimos do BANDEB e BANEV; iv) estudar junto a SUDENE e seus órgãos técnicos a maneira de melhor atender as pequenas empresas; v) que o total de empréstimos a longo prazo contraído pelas pequenas empresas, pudesse ser integralmente coberto com recursos dos artigos 34/18, na forma de ações preferenciais; e vi) que a SUDENE orientasse as pequenas empresas na elaboração dos projetos (sob justificativa

133 FIEB. FIEB e FUNDINOR promovem encontro em Conquista buscando industrialização do interior. **Boletim Industrial**, ano II, n. 14, fev. 1967, p. 10.

134 Idem.

135 Idem.

136 FIEB. 1º Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia, em Conquista, foi sucesso e apresentou sugestões para melhorar industrialização. **Boletim Industrial**, ano II, n. 15, mar. 1967, p. 15.

137 Respectivamente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Estado da Bahia e Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia.

que elas não teriam condições de contratar empresas especializadas na elaboração desse tipo de projeto).¹³⁸

Em que pese a postura defensiva em relação à “pequena empresa”, aliás, de modo algum estranha ao Encontro, sobressai uma visão bastante pragmática quanto as potencialidades trazidas pela industrialização via incentivos fiscais da SUDENE, então em forte ascenso. Longe de uma adesão motivada por uma perspectiva genérica do “desenvolvimento”, já havia entre os industriais feirenses, ao que parece, uma percepção madura o suficiente da expansão capitalista em curso, que tomava esse processo como as “regras do jogo”. Cabia tentar uma prática de *modulação*, de modo a garantir interesses próprios no bojo dele, ainda que de maneira subordinada (daí a palavra de ordem “pequena empresa”), e explorar ao máximo as possibilidades advindas. É plausível pensar que o próprio espaço do I ECFIB funcionou com “sintetizador” dessa maturidade, na medida em que possibilitou, no mínimo, uma “estadualização” da consciência de pertencimento a um grupo social particular.

Se os industriais já tinham o seu “projeto de futuro”, cabia então, à Feira de Santana ter o seu, e à indústria definir seu lugar central neste. A realização do I Encontro para o Desenvolvimento da Região de Feira de Santana, entre 11 e 14 de outubro, fornece indícios que corroboram a idéia de um movimento progressivo das “classes produtoras” em geral, e dos industriais em específico, no sentido de colocar o desenvolvimento local em *novas bases*. O Encontro foi patrocinado, segundo o parco e “semi-genérico” registro obtido, pela Prefeitura Municipal, CIFS, ACFS, Diocese, Associação de Pastores, Lojas Maçônicas, Clube dos Dirigentes Lojistas e “diversas outras associações de classes”. Além disso, a breve nota que serve de fonte, ainda informa acerca do “sucesso” do evento, que no seu transcurso foi apresentado o “plano de Desenvolvimento da Feira” e feito o lançamento do “programa de industrialização do interior”. Somou-se também “[...] esclarecimento a respeito dos incentivos para a industrialização da Feira de Santana”.¹³⁹

Quanto ao Programa de Industrialização do Interior (PROINTER), efetivamente o relatório de seu primeiro ano de atividades registra que o governo estadual escolheu a ocasião

138 Idem, p. 12-14.

139 PRIMEIRO Encontro para o Desenvolvimento. **Folha do Norte**. 14 de outubro de 1967, p. 6. Uma nota do colunista social Eme Portugal, no mês anterior, informou que “Está sendo escolhida a Comissão Executiva que organizará o I Simpósio de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana, que reunirá inúmeras pessoas interessadas no nosso progresso”. PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 9 de setembro de 1967, p. 2.

para lançamento da iniciativa.¹⁴⁰ A mesma especificação, infelizmente, não pôde ser obtida sobre o “plano de Desenvolvimento da Feira” e, em relação aos incentivos, é possível apenas imaginar, com base na programação do evento, que se tratou da conferência da FIEB. De qualquer sorte, a mesma programação permite três ilações que, embora sobre evidências limitadas, conformam um caminho possível de interpretação desse acontecimento. O evento teria cumprido a seguinte agenda:

DIA 11—QUARTA-FEIRA

9 horas—Sessão de instalação na Biblioteca Municipal

Inscrição e entrega de credenciais

Composição da Mesa Diretora

Formação de Comissões

11 horas—Coquetel e almoço no Feira Tênis Clube

15 horas—1ª sessão plenária no salão da Biblioteca Municipal

20 horas—Continuação da 1ª sessão plenária – Biblioteca Municipal

DIA 12—QUINTA-FEIRA

9 horas—2ª sessão plenária no salão da Biblioteca Municipal

11 horas—Reunião do Conselho Executivo do 1º Encontro

11,30 horas—Coquetel na INCOVEG, aos participantes do 1º Encontro

15 horas—3ª sessão plenária no salão da Biblioteca Municipal

20 horas—FIEB, papel no desenvolvimento industrialização

DIA 13—SEXTA-FEIRA

9 horas—4ª sessão plenária no salão da Biblioteca Municipal

11 horas—Reunião da Comissão Técnica

14 horas—5ª sessão plenária no salão da Biblioteca Municipal

16 horas—Apresentação de sugestões e proposições pela Mesa Diretora

DIA 14—SÁBADO

10 horas—Inauguração da Cerâmica S. Antônio

10,30 horas—Inauguração da Indústria de Águas SAN Juliano

11 horas—Instalação da Estação Rodoviária

12 horas—Almôço à comitiva do Governador

14,30—Visita ao Museu Regional

15 às 17 horas—Sessão de encerramento do 1º Encontro, Forum Filinto Bastos, com a presença do Governador do Estado

21 horas—Banquete em homenagem ao Governador e aos participantes do 1º Encontro, no Clube de Campo Cajueiro¹⁴¹

A primeira consideração diz respeito ao próprio acontecimento do Encontro. Um evento viabilizado por boa parte das mais influentes entidades da estrutura de dominação local, com programação tão intensa no tocante às horas, bem como extensa quanto aos dias, significa no mínimo que se vivia um momento em que a busca de “alternativas de desenvolvimento” deveria ser, particularmente, importante. Em segundo lugar, a julgar pela configuração como um momento com ênfase no debate (eram cinco sessões plenárias) e

140 O relato está em BAHIA, Governo do Estado. Secretaria da Indústria e Comércio. **Programa de Fomento à Indústria no Interior**. Relatório do primeiro ano de atividades 1967/1968. Salvador: SIC, 1968, p. 7.

141 PRIMEIRO Encontro para o Desenvolvimento. **Folha do Norte**. 14 de outubro de 1967, p. 6.

outros momentos de sistematização, sem predominância da intenção de esclarecimento do “público”, indica que seus organizadores acreditavam que essa alternativa não seria automática, mas necessitava de forte discussão para ser concertada entre eles. Por fim, a predominância de “momentos sociais” ligados à indústria e o fato que o único espaço, tematicamente, delimitado foi aquele reservado à FIEB, sobre industrialização, sinaliza que mesmo com prováveis dissensos a tônica industrializante se constituía no eixo orientador do debate sobre alternativas para Feira de Santana.

Por seu turno, não há confirmação formal da participação da PRODEFESA na articulação desse fórum, mas o envolvimento do CIFS serve como indicador dessa presença. Como visto, a delegação feirense no I ECFIB foi constituída de industriais dirigentes ou com ligações estreitas com o Centro. Manoel da Costa Falcão, ao que parece, exercia a presidência simultânea do CIFS e da PRODEFESA.¹⁴² Aqui, é importante ressaltar que, desde início de 1967, somava a essas posições outra de essencial função na vida pública da cidade, presidente da Câmara Municipal. Foi nesta última posição que, em pronunciamento no dia 7 de novembro deste mesmo ano, lamentaria a impossibilidade momentânea de comparecimento feirense no II Encontro de Investidores do Nordeste e prosseguiu apontando “que para tal não ocorresse mais era necessária soerguer a PRODEFESA, pois [com] êle na sua plenitude poderemos pensar em industrializar nossa cidade mais rapidamente”.¹⁴³ Ainda, na mesma sessão, o vereador José Falcão da Silva manifestou “sua surprêsa em saber que os poderes públicos não contribuíram para que esta cidade se fizesse representar no 2º encontro de investidores”, ao que Manoel Falcão replicou que a participação não se deu por “razões técnicas” e porque “faltou tempo e não por falta de ajuda dos poderes públicos”. M. Falcão terminou sua réplica afirmando “que daqui por diante encetará uma luta visando reestruturar a PRODEFESA pois não se pode pensar em progresso sem industrialização”.¹⁴⁴

A discussão tem três facetas, do ponto de vista que aqui interessa, que merecem um comentário. A primeira indica que a PRODEFESA passava por dificuldades, mas não fica claro se por “razões técnicas” ou, de fato, por um esvaziamento político de outra ordem. De qualquer sorte, em segundo lugar, isso ressalta mais ainda que ao menos para M. Falcão, o comitê deveria e poderia cumprir função central na industrialização da cidade e não apenas auxiliar. Mais que isso, em terceiro e último lugar, aponta uma mudança qualitativa no

142 FIEB. Feira de Santana ganha Centro de preparação de mão de obra industrial. **Boletim Industrial**, ano III, n. 28, jul. 1968, p. 20.

143 ATA da 36ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 7 de novembro de 1967. **Folha do Norte**. 24 de fevereiro de 1968, p. 3.

144 Idem.

discurso sobre a questão da indústria: da discussão sobre o espaço para os industriais, o “Bairro Industrial”, passou-se ao reconhecimento da necessidade de instaurar um processo sobre toda a cidade. Tanto mais que em coerência com isso é possível encontrar, no ano de 1968, o ainda presidente da Câmara Municipal, Manoel Falcão, intervindo no debate parlamentar de forma a operacionalizar esse processo. Em sessão da Câmara Municipal, em 18 de abril, fez intervenção em favor do projeto que autorizaria o executivo municipal a “desapropriar áreas de terras necessárias à execução da política de estímulo ao processo de industrialização do município”. Nesse sentido, apelou “ao seus pares para que o aprovasse o mais urgente, vez que se encontravam nesta cidade dois grupos de industriais do sul do país à procura de terreno para aqui se instalar fábricas”.¹⁴⁵ No mês de junho, durante a inauguração do Centro de Educação Profissional do SENAI da cidade, essa prática articuladora foi reconhecida publicamente. Em presença do governador Luís Viana Filho, prefeito João Durval Carneiro e do próprio Manoel Falcão, o presidente da FIEB, Ulísses Barbosa Filho, expressou que a ocasião não se tratava apenas da inauguração de um centro profissional, mas, a um só tempo, o pagamento de uma dívida com Feira de Santana, cujo programa industrial “entusiasma a tôda a Bahia”. Tal pioneirismo da cidade estava relacionado, segundo ele, com o “dinamismo” do presidente da PRODEFESA, Manoel Falcão.¹⁴⁶

Efetivamente, em 1968, o reconhecimento acerca da necessidade de um projeto industrializante encontrava-se com razoável prioridade na agenda da sociedade política local. Sintomática disso, a movimentação do Rotary Clube para provocar um “Fórum de Debates

145 ATA da 5ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 18 de abril de 1968. **Folha do Norte**. 25 de maio de 1968, p. 3.

146 FIEB. Feira de Santana ganha Centro de preparação de mão de obra industrial. **Boletim Industrial**, ano III, n. 28, jul. 1968, p. 20. A “condensação” de múltiplas funções na articulação do projeto de modernização industrializante em um mesmo agente, Manoel da Costa Falcão, indica a concretização *em ato* da remodulação das relações de hegemonia em curso: a prática desse dirigente articulava, simultaneamente, as instâncias de representação corporativa, de elaboração do substrato ideológico “técnico” e a ação direta na sociedade política. Em suma, também é um indício do processo de produção de lideranças *orgânicas* da remodulação hegemônica feirense. Em sua análise acerca do *Risorgimento*, o processo de unificação do que veio a ser o Estado nacional italiano contemporâneo, Antonio Gramsci se atentou para como esse aspecto é central para dirigir uma dada formação social. Para Gramsci, os *moderados* foram vitoriosos nesse na condução da unificação italiana porque, entre outros aspectos, “eram intelectuais já naturalmente 'condensados' pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram a expressão (para toda uma série deles, realizava-se a identidade de representado e representante, isto é, os moderados eram uma vanguarda real, orgânica, das classes altas, porque eles mesmos pertenciam economicamente às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais, etc.)”. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, V. 5: o Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 64.

sobre Industrialização”, com o objetivo de “congregar tôda a cidade em tôrno do Prefeito João Durval, dentro do seu programa de industrializar Feira de Santana”.¹⁴⁷

Daí para frente escasseiam informações, nas fontes disponíveis, sobre a atuação pública da PRODEFESA. Precisamente só há breves referências da participação feirense no III Encontro de Comitês de Fomento à Indústria, em julho, na cidade de Itapetinga. Nelas três outros nomes são vinculados à PRODEFESA. Jonathas Telles de Carvalho, em reunião de 6 de agosto, com representantes da FIEB e prefeito João Durval, ficou responsável de “coordenar a formação de uma equipe para representar a Feira no importante conclave”.¹⁴⁸ A referida “equipe” foi constituída pelo arquiteto Raimundo Torres e o vereador José Manoel Araújo Freitas, que foram os representantes no III ECFIB.¹⁴⁹ Em comparação com a participação no primeiro desses encontros, exclusivamente composta por dirigentes industriais, a representação no Encontro de Itapetinga guarda uma distinção quanto à composição dos representantes no sentido de incorporar um “profissional liberal”. O que seria, ademais, coerente com a diretriz da FUNDINOR de aglutinação nos comitês não só de industriais, mas também comerciantes, fazendeiros, agentes ligados aos clubes de serviços e profissionais liberais. Entretanto, além dessa última referência, a PRODEFESA aparentemente “desapareceu”. Isso poderia ser interpretado como a confirmação das dificuldades sinalizadas em 1968, por Manoel Falcão, intensificadas ao ponto da inoperância total do comitê. Contudo, dois indícios corroboram para uma interpretação diferente.

Segundo informação da FIEB, com o propósito de ativar a “Campanha de Motivação de Municípios para o Desenvolvimento Industrial”, a FUNDINOR manteve no seu orçamento de custeio para o exercício de 1969, uma quota específica para despesas ligadas à cobertura

147 PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 17 de agosto de 1968, p. 6. Para além da detecção dessa relação de apoio ao projeto de modernização industrializante local, A. Valente indicou a possibilidade de uma ligação mais profunda do Rotary Clube com a gestação do que aqui é chamado de remodulação da hegemonia em Feira de Santana. Para esse autor, amparado nas reflexões de A. Gramsci sobre a penetração do Rotary na Itália, a criação de uma seção feirense dessa entidade, em 1941, guarda correlação com o início do processo de diversificação de negócios por parte das classes dominantes de Feira de Santana. Associado a isso também, o Rotary serviu como difusor, entre as “classes produtoras”, de um novo “espírito capitalista” em que indústria e comércio foram vistas como um “serviço à comunidade” e, portanto, os empresários foram estimulados ao envolvimento mais ostensivo com as atividades de dominação fora do âmbito estrito de seus empreendimentos econômicos. Nesse sentido, ainda que careça de análise mais minuciosa, é provável que o estímulo rotaryano tenha fortalecido, em muito, a disposição das classes dominantes em engajar-se na construção de programa geral de modernização da cidade. Contudo, o desdobramento propriamente industrializante dessa disposição, como demonstrado no primeiro capítulo, foi determinado mais diretamente pelo contexto e vínculos extra-locais de classe relacionados à segunda metade da década de 1960. Cf. VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006 (Sem publicação).

148 III ENCONTRO de Comitês de Fomento Industrial da Bahia. **Folha do Norte**. 9 de agosto de 1969. p. 2.

149 FEIRA de Santana brilhou no III Encontro de Itapetinga. **Folha do Norte**. 23 de agosto de 1969, p. 2.

parcial dos “Planos de Ação” dos comitês existentes nas diferentes localidades, bem como outros gastos ligados ao referido programa. O resultado disso foi o convênio firmado entre a Fundação e a FIEB, coordenadora da ação dos comitês na Bahia, cujo repasse foi de Cr\$ 16.960,00.¹⁵⁰ De acordo com os parâmetros mínimos dos planos de ação, cabia aos comitês: i) levantamento sócio-econômico do município; ii) realizar um cadastramento industrial; e iii) treinamento de pessoal. Era previsto, ainda, que esse trabalho de mapeamento resultaria na elaboração, em conjunto com o Departamento de Promoção Industrial (DPI) da FIEB, de uma “brochura promocional”. Dentro desse processo, a PRODEFESA recebeu repasse de Cr\$ 2.359,50, o maior entre todos os demais comitês do estado no ano de 1969.¹⁵¹ Destarte, isso indica a continuidade operacional da PRODEFESA, mas também indica, além do grau de coordenação com a FUNDINOR, a continuidade de suas atividades nesse ano. Mas, se assim o era, resta a questão do aparente declínio da sua atividade pública. Quanto a isso, uma outra informação do *Boletim Industrial* permite uma inferência do caminho provável desse importante fórum, das classes dominantes locais, com os movimentos de centralização de classe exigidos pela expansão capitalista de então. Segundo informativo:

O Dr. João Durval Carneiro, Prefeito do Município, promoveu uma reunião com os industriais para resolver problemas do Comitê. Estão sendo concluídas as demarches visando a possibilidade de fusão da PRODEFESA com o Centro das Indústrias de Feira de Santana, pois os dois órgãos têm a mesma finalidade.¹⁵²

A partir da citação fica evidente qual hipótese é aventada: entre 1969 e 1970 ocorreu uma fusão total entre CIFS e PRODEFESA. Infelizmente, ela só pode ser enunciada como uma hipótese “inercial”, ou seja, se comprova à medida que um dos pólos da suposta fusão “desapareceu” e nenhuma informação adicional venha contradizê-la. Contudo, alguns elementos contribuem para validar a hipótese que tal fusão tenha ocorrido efetivamente. Primeiro, o próprio compartilhamento de membros indica uma imbricação significativa desde a origem da PRODEFESA. Além disso, foi a partir do grupo emergente de industriais organizados na AIFS/CIFS que a política da industrialização rumo ao interior da FIEB/FUNDINOR pôde ter acesso às classes dominantes locais e seus interlocutores políticos. Mas, especialmente, em terceiro lugar, o objetivo bastante evidente dos comitês era “politizar” a industrialização no sentido de construir um “campo de consenso” socialmente amplo, entre os estratos dominantes, acerca da necessidade de industrializar suas localidades.

150 FIEB. Notícias dos Comitês. **Boletim Industrial**, ano V, n. 33, 1ª quinzena-dez. 1970, p. 2.

151 Idem.

152 FIEB. Noticiário dos Comitês. **Boletim Industrial**, ano IV, n. 32, ago. 1969, p. 13.

Na Feira de Santana de 1969, os interesses industrializantes já haviam se inscrito na sociedade política ao ponto de ser considerada “meta máxima” da administração municipal a promoção da industrialização. Assim, uma vez já cumprida a “missão”, não havia mais a necessidade de uma aparato específico para fazer fluir interesses cuja representação era possível através do então plenamente reconhecido CIFS.¹⁵³ Esse reconhecimento foi resultante do próprio processo de emergência política de uma *fração industrial* em Feira de Santana.

Usar o termo *fração*, em seu sentido conceitual, pode soar demasiadamente forte para denominar agentes cujos vínculos com atividades econômicas tradicionais, agro-mercantis, persistiram e, em grande parte dos casos, eram a fonte de recursos para os investimentos industriais. Não obstante, a possibilidade de fracionamento dentro de uma classe social não está assentada, exclusivamente, no “lugar” no processo produtivo, *stricto sensu*, mas nas relações estabelecidas entre essa e as outras dimensões da vida social. Destarte, a questão do fracionamento é histórica, já que o *elemento novo* distintivo de uma *fração* de classe pode ser determinada, inclusive, por aspectos políticos conjunturais.¹⁵⁴ No caso em análise, uma *fração industrial* das classes dominantes feirenses pode ser delimitada, em primeiro, não por sua *exclusividade* fabril, mas por também o sê-lo. Mais precisamente, a marca dessa *fração* foi a escolha por *diversificar* suas atividades econômicas, para além das agro-mercantis.¹⁵⁵ Por sua

153 O CIFS foi considerado entidade de “utilidade pública” em 16 de agosto de 1967, através da Lei Municipal nº 539.

154 A definição da presença política específica de uma *fração* tem como critério aqui as características com se reveste uma política econômica, já que uma dada intervenção do Estado restrito concretiza uma determinada correlação de forças entre os interesses sociais, notadamente os dominantes. Nesse caso, as *frações* se constituiriam no processo mesmo de mobilização para implementar ou rejeitar certas medidas estatais. Sob essa perspectiva, os grupos diferenciados na esfera econômica devem ser reconhecidos através da mediação de sua atividade política, o que abre um amplo espectro de possibilidades de aglutinação de agentes. Uma vez que essa “aglutinação” não é dada de antemão, mas só potencialmente pelo *locus* econômico, o fracionamento precisa ser equacionado como uma situação de permanente trânsito histórico, que admite relações de maior ou de menor estabilidade. Para considerações sobre a questão ver FARIAS, Francisco Pereira de. *Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a parti do trabalho de Nicos Poulantzas*. **Crítica marxista**, n. 28, p. 81-98, 2009.

155 O argumento se baseia em uma analogia. Criticando as interpretações que viam os cafeicultores, na primeira República, como um todo homogêneo, R. M. Perssinoto interpretou a diversificação das atividades econômicas como um dos indícios do fracionamento entre o capital cafeeiro paulista no período. Enquanto a “lavoura” primava pela exclusividade na produção do café, os “comissários”, embora também tivessem investimentos na plantação de café, se distinguiam pela *diversificação* de empreendimentos, operando atividades comerciais, de exportação e industriais. Cf. PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: EDUNICAMP, 1994. Também foi um contributo para tal argumento uma análise acerca de como o sucesso econômico da oligarquia da província de Mendoza, na Argentina, permitiu o desenvolvimento de uma incipiente burguesia local, ainda em meados do século XIX. A crise do monocultivo “vitivinícola” e do “modelo oligárquico”, ao qual estava associada, fez com essa burguesia regional se integrasse ao processo nacional de substituição de importações através da diversificação industrial de seus negócios, a partir da década de 1930. Dessa forma, a *diversificação* de investimentos foi um dos traços econômicos distintivos do grupo social em vista. Cf. OZOLLO, Javier. Estado y empresas: relaciones inestables. Políticas estatales y conformación de una burguesía industrial regional [Resenha]. **Universum**, v. 19, n. 2, p. 173-175, 2004. Não foi possível, na medida em que esta análise não encontrou fontes biográficas mais precisas, sistematizar um indicador exaustivo acerca dessa *diversificação* em Feira de Santana, mas é possível recorrer novamente a

vez, em segundo lugar, no contexto histórico da busca por uma alternativa de sustentação econômica renovada para as relações de hegemonia locais, essa fração se distinguiu politicamente pela defesa da industrialização como essa saída. Isso não implicava em uma disputa com os interesses do comércio, mas, antes, em uma relação muito mais complexa, já que a indústria era vista, inclusive, como ponto mais *estável* de sustentação para as atividades comerciais do que a “ameaçada” posição de entroncamento rodoviário do município. Por outro lado, um indício fortalece a interpretação que, embora vinculado aos tradicionais comerciantes, o movimento de constituição de uma fração industrial não lhe era de todo subordinado. G. Lopes localizou em boletim da ACFS, datado de 1968, o relato acerca da aprovação dos comerciantes em fundir sua entidade com o CIFS. A fusão não se concretizou, mas um depoimento coletado pelo mesmo autor indica o quanto a relação entre comerciantes e industriais pode ser pensada enquanto uma *unidade contraditória*. O depoente foi José Nunes Macedo, presidente da ACFS entre 1967 e 1971, que afirmou que “comércio e indústria é uma coisa só, sempre se deu bem, sempre se reuniram juntos, quando tinha reunião do Centro das Indústrias a Associação Comercial tava presente, em todas as reuniões, todas as concentrações, sempre”. Não obstante, sobre a junção das entidades disse que

[...] não deu certo não, tava tudo programado, mas não deu certo. Ia ser bom ter o conjunto das Indústrias, da Associação Comercial e o Sindicato Rural, pra todos prestarem o mesmo serviço, mas ai não deu certo. O Centro das Indústrias foi quem saiu primeiro, porque estava criando a indústria aqui em Feira de Santana, ai eles já tinham ali o Centro das Indústrias, se reuniam ali e ai não deu certo.¹⁵⁶

G. Lopes esboçou a interpretação que, a partir da memória do depoente, é possível entrever que a relação entre comerciantes e industriais se modificou com a implantação do CIS, já que ela foi acompanhada pela consolidação de uma fração industrial com interesses específicos mais delimitados em relação aos da fração estritamente “agro-mercantil”. Esse processo foi intensificado à medida que a fração industrial, em formação, se sincronizou com a movimentação da fração industrial nordestina “associada” ao movimento expansionista do

família Falcão como indicação particular de um processo mais amplo. A observação da geração subsequente a João Marinho Falcão, como já expresso nos negócios do próprio patriarca, forte simultaneidade no envolvimento com os setores econômicos. Dessa forma: João Falcão, advogado, jornalista, empresário e político/Newton Falcão, auditor contábil, comerciante, fazendeiro/Antônio Falcão, fazendeiro/Valter Falcão, industrial e fazendeiro/José Falcão, industrial, comerciante e fazendeiro/Manoel Falcão, industrial, político e pecuarista/Luís Falcão, fazendeiro e industrial/Carlos Falcão, empresário e comerciante/Alfredo Falcão, economista, comerciante e construtor. Foram listados apenas os filhos de João Marinho Falcão com envolvimento, predominante, no “mundo dos negócios”. A fonte básica foi ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006, p. 217.

156 LOPES, Guilherme Augusto Almeida Santos. Pequenas disputas, grandes desdobramentos: um debate sobre as particularidades da hegemonia. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006 (Sem publicação).

capital do Centro-Sul. Essa vinculação propiciou o horizonte estratégico à remodulação da hegemonia em âmbito local: a “brecha” aberta pelo processo nacional de integração produtiva em curso. O CIFS foi a materialização organizativa da atualização histórica da hegemonia em Feira de Santana, na segunda metade da década de 60 do século XX. A partir de uma “reinvenção” da estrutura corporativista, a FUNDINOR, a fração industrial das classes dominantes nordestinas hegemônica pelas frações do Centro-Sul, buscou a centralização dos estratos dominantes periféricos da região em torno do seu projeto de inserção na integração produtiva nacional.¹⁵⁷ Pelo menos no que tange a Feira de Santana, o “comitê de fomento” ao fornecer os subsídios para a alternativa de desenvolvimento procurada em um contexto de restauração da ordem política local, foi o “ponto de injeção” desse movimento de classe: a PRODEFESA foi a formalização organizacional da soldadura dos interesses locais com o bloco no poder nacional, hegemônico no pós-1964. Resta, entretanto, observar como a modulação local, ao transformar interesses industrializantes nacionalizados em um projeto específico para Feira de Santana, criou politicamente uma alternativa singular. Em outras palavras: como a indústria fez política. Como se verá no capítulo seguinte, apesar dos possíveis e eventuais conflitos que esse processo pôde propiciar entre os estratos dominantes locais, é preciso ter em vista que os dirigentes industriais feirenses, à altura do fim dos anos 1960, eram essencialmente o “setor dinâmico” dos tradicionais e mais bem sucedidos comerciantes e fazendeiros locais, engajados no intuito de construir novas bases econômicas para sustentar a sua hegemonia.

157 CANO, op. cit.

3 AS BOAS NOVAS DO DESENVOLVIMENTO

3.1 A promoção do desenvolvimento em benefício do futuro

Já é possível discernir na história de Feira de Santana, com relativa clareza se comparado a outros aspectos históricos, consistentes “elaborações discursivas” que associavam uma atividade econômica em expansão, o comércio, aos novos rumos que a cidade deveria tomar. Muito embora as abordagens sobre esses processos não os tenham visto enquanto relações de hegemonia, é possível entrever a partir deles que o que estava em construção, entre o final do século XIX e três primeiras décadas do século XX, era uma sociabilidade adequada aos anseios dos grupos dominantes locais em potencializar a “natureza” comercial feirense. Interesses emergentes no final do século XIX, mas que consolidam-se à medida que Feira de Santana articula-se comercialmente. Essa afirmação se deu, *pari passu*, à proscrição daquelas sociabilidades indesejadas, através da difusão de ideários “civilizadores” que disputaram a “desruralização” para impor uma condição de centro comercial e político.¹⁵⁸ A própria articulação comercial de Feira de Santana, ao ter como desdobramento o intenso aumento populacional, tornou ainda mais conflitiva a relação entre a “modernidade” propalada e as novas sociabilidades engendradas pelo próprio processo de expansão, como os migrantes. De qualquer sorte, na década de 1950 e no início da década de 1960, a primazia do comércio estava consolidada não só economicamente, mas no seu entrelaçamento ideológico com as idéias de “progresso” e “modernidade”.¹⁵⁹ A segunda metade da década de 1960 foi o momento em que ambas expressões redefiniram-se em torno de um novo eixo: a indústria. O projeto gestado nesse período e levado a termo na década subsequente não se distinguia *per se* no anseio pelo “progresso”, mas exatamente por estabelecer como seu *veículo* a industrialização. Tratou-se, nesse caso, de um projeto de *modernização industrializante*. Obviamente, essa íntima relação entre “elaborações

158 Cf. SILVA, Aldo José Morais. **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana**: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia, 1833-1937. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2000, *passim*; e OLIVEIRA, Clóvis F. Ramaiana Morais de. **De empório a Princesa do Sertão**. utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893–1937). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2000, *passim*.

159 Cf. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade**: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960). Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2008 especialmente p. 74-101.

discursivas” sobre a urbe e interesses hegemônicos, não é de usufruto privativo feirense.¹⁶⁰ Destarte, o que é posto em relevo é a possibilidade de tomar a presença política de expressões como “civilização”, “comércio”, “moderno”, “progresso”, “indústria”, “desenvolvimento”, como indicadores das disputas e tensões que permeavam a dominação social.

Já foi visto o processo formativo pelo qual emergiu politicamente uma fração industrial das classes dominantes locais, no contexto de forte tensão social e político do pré-1964 e, através de sua articulação extra-local, reuniu os recursos necessários à sua afirmação, bem como sistematização de um projeto industrializante para Feira de Santana. Do ponto de vista interpretativo, a intenção aqui é “despassivizar” a posição atribuída às classes dominantes locais, pelo menos quanto à fração aqui analisada, no projeto de modernização industrializante em que uma das expressões mais tangíveis foi a criação do CIS, em 1970. Não obstante, esse caminho não seria completo se não se atentasse para a forma específica como esses interesses foram inscritos na sociedade política local, ou seja, universalizaram-se através de ações estatais. Esse “como”, na experiência analisada, foi propiciado pela maneira como certas “condições ambientais” nacionais e internacionais confluíram, à época, para determinar a particularidade da forma institucional do projeto de modernização feirense.

A dinâmica econômica do capitalismo internacional, na segunda metade da década de 1960, era marcada pela expansão das economias japonesas e européias, uma vez concluso o processo de sua reconstrução do pós-2ª Guerra Mundial. O cenário de “policentria” propiciou uma significativa oferta de capitais aos países “subdesenvolvidos”. Foi nos interstícios desse panorama mundial que, desde o governo Juscelino Kubitschek, o financiamento da expansão capitalista brasileira se deu. O Brasil assumia crescentemente um novo “lugar”, ainda subordinado, na reorganização da divisão internacional do trabalho em curso. Esse lugar possibilitava a expansão do parque industrial, coordenada pelos interesses capitalistas alocados nos países centrais do sistema, em um ritmo extremamente intenso.

O regime ditatorial instaurado com o golpe aprofundou essa internacionalização da economia nacional e, a partir disso, uma retomada expansionista tendo como centro indutor a produção de bens de consumo duráveis. Entretanto, se tal esboço é válido para o final da década de 1960 até meados da década subsequente, os anos imediatamente posteriores ao

160 Para uma referência mais geral Cf. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Para uma análise da movimentação de grupos dominantes de uma área periférica, inclusive sob a perspectiva de como o “coronelismo” se mesclou ao desenvolvimentismo, em prol de uma ação industrializante, ver PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros anos 50: entre a esperança e a frustração. **Unimontes Científica**, v. 1, n. 1, p. 01-11, mar. 2001.

golpe, período inicial da organização específica dos industriais em Feira de Santana, apresentam alguns matizes importantes. Aí o cenário era francamente recessivo, inclusive, com fortes impactos sobre as pequenas e médias empresas, categoria na qual se encaixava a ampla maioria dos empreendimentos de uma cidade na margem da periferia do capitalismo brasileiro.¹⁶¹ Assim, se sobre a perspectiva dos efeitos econômicos imediatos há que se relativizar o estímulo exercido pela conjuntura na percepção dos industriais feirenses, essas redefinições internacionais, no mínimo, podem ser vistas como um elã mais genérico, na medida em que estimularam forte propaganda sobre as “etapas do desenvolvimento” e a função da industrialização na promoção do desenvolvimento.

Contudo, outra influência internacional se fazia mais concreta como “condicionamento ambiental” imediato: a Guerra Fria. A detecção da União Soviética e do movimento comunista internacional como principais adversários a serem combatidos pela sua política externa, marcou a ação dos EUA logo após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, foi a vitória da Revolução Cubana, em 1959, que jogou os “holofotes” dos EUA sobre a América Latina. Como resposta à potencial influência que a insurgência de Cuba poderia causar no sub-continente, em 1961, o governo John Kennedy lançou a Aliança para o Progresso, programa de colaboração para o desenvolvimento com ênfase na mobilização de capital privado e relações bilaterais. Dentre as múltiplas agências norte americanas que atuavam em consonância com essa política, destacava-se a United States Agency for International Development (USAID). Durante a vigência da Política Externa Independente (PEI), elaborada por Santiago Dantas, no governo Goulart, o Brasil situou-se à margem de uma vinculação mais ostensiva com as políticas de promoção do desenvolvimento dos EUA. Após o golpe essa situação muda rapidamente, com o alinhamento pró-“Ocidente” do regime.¹⁶²

A própria Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR), conforme abordado no capítulo anterior, pode ser considerada uma expressão concreta dessa

161 Segundo S. Velasco e Cruz as políticas econômico-financeiras governamentais, entre 1965 e 1966, geraram significativa hostilidade entre pequenos médios e empresários dos ramos “tradicionais”, perfil predominante do capital em Feira de Santana. CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Interesses de classe e organização estatal: o caso do COSPLAN. In:_____. **O presente como história: economia e política no Brasil pós-64.** Campinas: IFCH-UNICAMP, 1997, p. 17-53.

162 VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. **Revista brasileira de história**, v. 24, n. 3, 1994, p. 103. O próprio Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado pelo governo ditatorial em 1964, trouxe inscrito essa reorientação política, já que previa uma “política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo que acelerasse a taxa de desenvolvimento econômico”. RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 214.

inflexão. Todavia, no caso de Feira de Santana, outras relações foram estabelecidas com a USAID. Já em setembro 1964, o prefeito Joselito F. Amorim (1964-1967) recebeu a visita de Carlos Silva Lemos, diretor estadual da Fundação Serviço de Saúde Pública (SESP), e de Charles Trigg, assistente do coordenador da Aliança para o Progresso no Brasil. As conversações foram sobre ampliação sobre o serviço de água e construção de 200 casas populares¹⁶³. No ano seguinte, a indústria local Cal Sublime não só contataria a Aliança para o Progresso, mas conseguiu com ela empréstimo para aumentar sua capacidade produtiva.¹⁶⁴ Os contatos se maturaram ao ponto de, em setembro 1966, o prefeito Joselito Amorim viajar para os EUA a convite da USAID.¹⁶⁵

Ainda que seja inviável, com a documentação analisada, recompor o sentido exato dessa viagem, é plenamente factível apontar que contribuiu em muito para o contato de Joselito Amorim com a idéia do desenvolvimento econômico enquanto “estabilizador” das tensões sociais, um dos elementos estruturantes da política externa dos EUA na América Latina. Para um prefeito que substituiu Francisco Pinto, político amparado em considerável apoio popular, mediante um golpe, a idéia provavelmente soou bastante atrativa. Ainda mais, se considerado que apesar do golpe ter instituído uma correlação de forças amplamente favorável ao pólo político conservador local, não eliminou a existência de agentes políticos orientados por projetos políticos dissonantes ao regime ditatorial. Tanto mais, o próprio Folha do Norte deixa entrever, em meio a sua habitual terminologia anti-comunista, a presença ativa desses “elementos” no cenário político feirense

É impressionante o volume de trabalho que o Prefeito revolucionário promove em benefício do Município e do seu povo, com o emprêgo fiel e escrupuloso dos dinheiros públicos.

Discute-se, hoje na área federal, o *mudus faciendi* [sic] das eleições que se aproximam. A Feira de Santana está atravessando uma fase de prosperidade, mas não de tranqüilidade. A máquina subversiva, expulsa da Prefeitura, continua montada para esmagar, por processos desonestos, a Revolução e a Democracia.

Elementos *manjados* por suas falcatruas e outros por seu doentio partidarismo anti-revolucionário-comunista conservam posições chaves para o controle da política local.

Esses elementos já demonstraram aqui e em outras terras o que podem. Estão desesperados e sedentos de vingança. São monstros vorazes dispostos a tudo, até ao crime. Enquanto mantiverem os postos nos quais tantos malefícios podem promover e vêm promovendo, a Feira de Santana será uma cidade sitiada.¹⁶⁶

163 AUTORIDADES visitam o prefeito. **Folha do Norte**. 5 de setembro de 1964, p. 1.

164 DESENVOLVIMENTO industrial em Feira de Santana. **Folha do Norte**. 5 de junho de 1965, p. 1.

165 PREFEITO visitará os Estados Unidos. **Folha do Norte**. 30 de julho de 1966, p. 1; e VIAJOU o prefeito. **Folha do Norte**. 10 de setembro de 1966, p. 1.

166 FEIRA, cidade sitiada. **Folha do Norte**. 8 de janeiro de 1966, p. 1.

Nesse sentido, é possível pensar que a penetração na sociedade política da remodulação das relações hegemônicas foi acelerada pela busca, por parte dos “políticos profissionais” pró-golpe, de uma agenda política capaz de enfrentar a tríplice demanda de i) corresponder à primazia política conquistada depois de 1964, ii) dar continuidade à tônica do “progresso” reivindicada pelas gestões da UDN imediatamente anteriores ao governo de Francisco Pinto,¹⁶⁷ e, especialmente, iii) reduzisse a ressonância social das posições políticas divergentes do regime instaurado que mantiveram-se influentes. Aliás, esse último aspecto remete a outro mais nacionalizado, mas mais difuso: o fortalecimento, naquela conjuntura, do binômio *desenvolvimento-segurança*. A relação indissociável proposta para os termos esteve ligada, no contexto da década de 1960, à influência adquirida pelo pensamento estratégico na Escola Superior de Guerra (ESG), sistematizado na Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina relacionava, necessariamente, desenvolvimento com garantia do *Poder Nacional* ante os inimigos externos, mas também ante aos possíveis *distúrbios internos*. Isso significou politicamente a aproximação da ESG, bem como dos militares e civis sob sua influência, de um projeto “modernizante autoritário”. Não à toa, no pós-1964, com a ascensão desses agentes sociais às posições chaves do Estado, a temática do desenvolvimento econômico adquiriu centralidade na agenda política nacional. Nesse sentido, ainda que o *adesguismo* só se mostrasse perceptível na década de 1970 em Feira de Santana,¹⁶⁸ é mais que presumível que a cidade não passou ao largo dessa influência.

Evidentemente, a centralidade do desenvolvimento, enquanto pauta política, não se restringia a esse âmbito. Um outro tocava diretamente a dinâmica dos municípios brasileiros depois de 1964. A partir de 1965 o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU),

167 A gestão de João Marinho Falcão (1955-1959) era difundida como uma vitória do “progresso” de Feira de Santana, bem como a gestão de Arnold Ferreira da Silva (1959-1962) foi apresentada como o momento de consolidação desse “progresso”. Cf. OLIVEIRA, **Feira de...** op. cit., p. 83.

168 A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) replica, através de diferentes atividades formativas, a doutrina da ESG. Somente a partir de julho de 1976, contando com forte presença dos dirigentes industriais, a ADESG iniciou movimentação pública em Feira de Santana: foram constituídos grupos de trabalho para participação no I Ciclo de Estudos sobre Desenvolvimento e Segurança. R. Martins considera que o binômio *desenvolvimento e segurança* só se constituiu em princípio da Doutrina de Segurança Nacional a partir de 1967, depois da síntese feita por Robert Mac Namara, secretário de Defesa dos EUA. Com esse impulso, se expandiu na América Latina, como medida anti-comunista, a perspectiva que a “segurança é filha do desenvolvimento”. De qualquer sorte, esse ideário pôde se espalhar porque logo se colocou para as forças golpistas a necessidade ir além do lema básico de “combate à corrupção e à subversão”. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico e, mais especificamente, o “progresso industrial” conformaram parte imprescindível do repertório político dos agentes do regime ditatorial. A argumentação tem apoio em MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 37-40; e RAGO FILHO, Antonio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. **Cadernos AEL: tempo de ditadura**, v. 8, n. 14/15, 2001, p. 179 et seq. Sobre ADESG em Feira de Santana: ADESG constitui grupo de trabalho. **Feira Hoje**. 3 de julho de 1976, p. 3.

criado no ano anterior, estimulou institucionalmente às administrações municipais a construírem seu desenvolvimento elaborando planos de desenvolvimento. Tanto mais, em 1969, foi criado o Plano de Ação Concentrada (PAC), em que foram selecionados como prioritários 457 municípios de todo o país para a elaboração de planos de desenvolvimento.¹⁶⁹

As relações, quanto a esse aspecto em Feira de Santana, são extremamente diretas. Em 1966, o *Folha do Norte* reproduziu matéria do jornal *A Tarde* cujo o título era “Ministro Roberto Campos Elogia Prefeitura da Feira”. O motivo do elogio foi a adoção, singularmente precoce, de um “Plano Integrado de Desenvolvimento para o Município”. Roberto campos teria ainda recomendado que “[...] fôsse seguido o exemplo para a racionalização administrativa e possibilitar financiamentos nos órgãos específicos”.¹⁷⁰ Por sua vez, três anos depois, ao ser inquirido sobre o funcionamento do “Programa de Ação Concentrada”, o Ministro do Interior, Cel Costa Cavalcanti, declarou que

Conforme se sabe, a cidade de Feira de Santana serviu de projeto piloto para implantação do programa. Aproveitou-se para isso a existência de um programa definido de atividades na região. Foram então realizados levantamentos sobre as características principais da área, cujos resultados ainda não são conhecidos. O programa previsto abrange, inicialmente, 439 municípios, escolhidos a partir de critérios adotados pelo IBGE e IPEA, e que congregam cerca de dois terços da população urbana brasileira, de onde se pode inferir o seu alcance”.¹⁷¹

Apesar da discrepância terminológica em relação à iniciativa do SERFHAU, pode tratar-se da mesma iniciativa, mas mesmo que não o fosse isso não inviabiliza o essencial do argumento: o “micro-universo” feirense era atravessado pelos imperativos da racionalização nacional ligada à configuração que o capitalismo adquiriu durante o regime ditatorial.¹⁷²

Do ponto de vista regional, a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) colocava de forma radical a questão da industrialização do Nordeste no debate político sobre a região. Mesmo antes de sua criação formal, em 1959, a perspectiva que orientou a sua proposição já indicava o requisito da industrialização articulada pelo setor público, como fundamental para a promoção do desenvolvimento nordestino. Nesse sentido, o

169 BEZZON, José Carlos F. **Ação coordenada para o desenvolvimento urbano**: a institucionalização da política e do planejamento urbano no Brasil na década de 1970. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/pesquisa/grupos/e-urb/Relatorios/trabalhos%202006/3_3_8.doc> Acesso em: 7 de julho de 2009.

170 MINISTRO Roberto Campos elogia prefeitura de Feira. **A Tarde** Apud **Folha do Norte**. 9 de julho de 1966, p. 1.

171 FEIRA de Santana e o Plano de Ação Concentrada. **Folha do Norte**. 4 de outubro de 1969, p. 1.

172 Mais especificamente, é possível encontrar uma abordagem acerca da centralidade adquirida pela relação planejamento/economia, na nova configuração do capitalismo brasileiro no pós-1964, em PRESTES, Anita Leocádia. **A formação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades. Temas de ciências humanas**, v. 8, p. 41-77, 1980.

documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que baseou a criação da Superintendência, indicava como uma das diretrizes básicas a “intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira”.¹⁷³

Após 1964, com o abandono definitivo das intenções de reformas estruturais redistributivas na região, a SUDENE intensificou uma estratégia de industrialização intensiva, amparada em inversões maciças de capital do Centro-Sul, via mecanismo de incentivos fiscais, e na política de “pólos de desenvolvimento”. A SUDENE, inicialmente, subscrevia o capital de empresas implantadas na região através do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), viabilizado a partir do sistema 34/18, que permitia a dedução do imposto de renda de pessoas jurídicas dos recursos mobilizados para investimentos na área. O sistema 34/18 beneficiou os grandes depositantes que aplicavam em seus próprios projetos e não necessitavam pagar comissões aos corretores, e os grandes projetos, que conseguiam mobilizar recursos a taxas bastante inferiores às praticadas no mercado.¹⁷⁴ Por essa razão, a política de industrialização da SUDENE facilitou a expansão, em direção ao Nordeste, dos principais grupos oligopólicos em atividade na economia brasileira, processo que já foi qualificado de “transferência da hegemonia burguesa” para a região.¹⁷⁵

Por outro lado, essa integração produtiva da região, na medida em que significou uma forte entrada de capitais, não aconteceu homogeneamente: os investimentos tenderam a alocar-se nas áreas que, seja por ação estatal ou inversões anteriores, apresentavam mais “economias externas”, reproduzindo na dinâmica intra-regional a forte concentração espacial dos investimentos industriais característica da estrutura produtiva nacional. Concretamente, essa *desconcentração industrial concentrada*,¹⁷⁶ fez com que os investimentos se

173 BRASIL, Governo do. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste** (Estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). 2. ed. Recife: SUDENE, 1967, p. 14.

174 Em 1974, foi criado o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) para substituir o 34/18. Operacionalizado pelo Banco do Nordeste, o FINOR possibilitava até 75% dos recursos necessários à implantação do projeto. Além disso, esse fundo também favorecia aos grupos econômicos de maior porte, uma vez que havia um limite mínimo para os investimentos incentivados. CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX**. Salvador: FIEB, 2008, p. 97-102.

175 OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 120.

176 Em W. Cano o termo mais usual é *desconcentração industrial regional*, mas se considera aqui a sua apropriação por CRUZ, Rossine. **A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional**. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, 1999; Cf.

destinassem, prioritariamente, ao entorno imediato de Salvador, Recife e Fortaleza (em ordem decrescente de primazia). Não obstante, a perspectiva teórica que informava a atuação institucional da SUDENE, não pressupunha somente a existência desses “pólos de desenvolvimento estratégicos”, com expectativas de grande efeito “germinativo” na dinamização econômica do seu entorno, força de atração de novos investimentos, definidos por escolhas macro- econômicas. Também eram previstos pólos “auxiliares”, em que as funções atribuídas à iniciativa privada local e municipalidades ganhava relevo. Dessa forma, o documento da SUDENE *Diretrizes para uma Política de Pólos de Desenvolvimento no Nordeste*, produzido por Dario Tosi em 1966, especificava que

[...]quando um Pólo de Desenvolvimento faz parte de uma rede estratégica e, por causa disso, o seu tamanho é geralmente grande, o efeito germinativo pode ter também um outro sentido; queremos dizer que o Pólo de Desenvolvimento estratégico induz o tamanho de alguns Pólos ou áreas locais. O caso principal que se pode considerar é aquele de Pólos de Desenvolvimento locais que surgem ao longo das vias de transporte ligando dois ou mais Pólos de Desenvolvimento (estratégicos) graças ao fluxo de intercâmbio que se realiza entre estes últimos.¹⁷⁷

Mais adiante, chamando a atenção para a necessidade de compatibilizar operacionalmente esses “pólos locais”, constitutivo da “rede integrante” dos pólos principais, com o planejamento geral da SUDENE, o documento aponta que

Embora a criação da rede de integração dos P.D. não obrigue a SUDENE a mudar substancialmente a distribuição espacial dos investimentos previstos pelo III Plano Diretor, é bom lembrar-se que o III Plano Diretor prevê um grande campo para a iniciativa local (municipalidades, das Associações de Produtores e das Cooperativas), campo onde o tempo e amplitude para a iniciativa local não são regulamentados pelo Plano. Uma vez que o número de P.D. locais deverá ser relativamente grande e, por causa disso, eles absorverão um grande montante de recursos tanto públicos, quanto privados, deve-se cuidar que a iniciativa local não ultrapasse dentro de um período dado os limites a serem fixados pela SUDENE.¹⁷⁸

Assim, a ação da SUDENE não só previa como pretendia estimular a relação com centros periféricos. É presumível que, muito embora à margem dos investimentos principais, os agentes da modernização industrializante feirense enxergassem no “Modelo SUDENE” potencialidades inclusivas. Nesse sentido, é bastante ilustrativa a postura da AIMMEFS, ao lamentar em 1965, a “perda de oportunidade” em não ter participado da reunião com a

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2 ed. Campinas: EDUNICAMP, 1998, p. 312-320.

177 TOSI, Dario. **Diretrizes para uma política de pólos do desenvolvimento no Nordeste**. Recife: SUDENE, 1966, p. 13.

178 Idem, p. 20.

agência estatal. Outrossim, as proposições da Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana (PRODEFESA), no I Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia (ECFIB), são ainda mais significativas disso, já que se referiam, grosso modo, ao acesso à política de incentivo da SUDENE. Como se verá, incentivos fiscais e a idéia de um “pólo complementar” foram elementos essenciais da modulação específica com que Feira de Santana fez sua integração aos capitais em expansão do Centro-Sul. Contudo, resta ainda antes de observá-la atentar para alguns condicionantes estaduais da experiência feirense.

Especialmente a partir da década de 1940 ganhou força na Bahia um projeto liberal estruturado, ainda que relativamente maleável, capitaneado pela fração burguesa mercantil e financeira do estado, cuja expressão organizacional era a Associação Comercial da Bahia (ACB) e o Banco da Bahia. Sua agenda centrava-se na disputa da política cambial, meios de transporte, petróleo e energia elétrica.¹⁷⁹ Na década seguinte, a movimentação das classes dominantes baianas em torno dessas temáticas aparecia também matizada por uma tônica regionalista, notadamente através dos chamados “interesses baianos”, que encontrava sistematização nas páginas do jornal *A Tarde*.¹⁸⁰ Foi dentro desse quadro geral que, sem romper com ele, adquiriu contornos mais consistentes um projeto que, baseando-se na idéia de intervenção estatal planejada, indicava a necessidade de desenvolvimento mais equilibrado, porque integraria a agricultura de exportação, agricultura de mercado interno e indústria. A industrialização atuaria como “estabilizador das variações cíclicas do comércio e da produção de bens agrícolas”.¹⁸¹ Como expressão desse processo, o governo Antonio Balbino (1955-1959) se notabilizou politicamente pela adoção do planejamento como aspecto estratégico de sua gestão. A criação, ainda em 1955, do Conselho de Desenvolvimento da Bahia, responsável pela definição das políticas econômicas, e da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), com atribuição de produzir os subsídios técnicos à elaboração daquelas, marcaram o início da institucionalização do sistema de planejamento estadual. Um desdobramento dessas duas iniciativas foi, em 1956, a criação do Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO), com a função de financiar e coordenar um complexo agroindustrial formado por várias empresas estatais.¹⁸²

179 GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, 2003, p. 52-60.

180 *Idem*, p. 69-90.

181 *Idem*, p. 65 e especialmente p. 60-68.

182 As principais eram: Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado da Bahia (CASEB), Companhia de Alimentos e Sementes da Bahia (CASEMBA), Matadouros Frigoríficos S. A. (MAFRISA), Empresa de Conservação de Solos e Mecanização Agrícola (ECOSAMA), Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia (CAMAB), Produtos Alimentares da Bahia S. A. (ALIMBA). Cf. BAPTISTA, Celeste Maria Pedreira

O governo Juracy Magalhães (1959-1963) valendo-se dessa estrutura instalada elaborou o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB). O documento recomendava que a política de industrialização estadual criasse condições para implantação da infra-estrutura necessária ao funcionamento de um parque industrial concentrado em áreas propícias do território baiano. Em paralelo, indicava que o governo estadual instituísse facilidades fiscais e financeiras para indústrias.¹⁸³ Convém ressaltar que as iniciativas estaduais no campo da industrialização, até então, caracterizavam-se pela política de desenvolvimento “agroindustrial”, adotada em meados dos anos 1950, corporificada no FUNDAGRO. Pelas evidentes relações com as atividades agrárias, inevitavelmente essa política atingiu o interior do estado. Feira de Santana foi incluída a partir da tentativa de potencializar o tradicional comércio de gado com a instalação de um matadouro industrial, a MAFRISA. Nesse sentido, o PLANDEB representou uma inflexão, já que dialogava notadamente com as diretrizes do levantamento inicial da SUDENE sobre viabilidade industrial na Bahia.¹⁸⁴

Nos marcos consolidados dessa opção de política de desenvolvimento, em 1967, foi lançado o primeiro programa com ênfase específica na industrialização do interior, no governo Luís Viana Filho (1967-1971). Grosso modo, o Programa de Industrialização do Interior (PROINTER), bem como seus desdobramentos institucionais, se caracterizou pela ênfase no auxílio às pequenas indústrias, no sentido de sua modernização gerencial e, em consequência, facilitação do acesso às formas de financiamento público.¹⁸⁵ Conformava também o “campo de possibilidades” dos agentes da modernização industrializante feirense (que tornava a industrialização local não só desejável, mas historicamente possível),

Philigret. A intervenção planejada do Estado – uma interpretação do caso baiano. **Planejamento**, v. 7, n. 1, p. 71-111, jan./mar. 1979, p. 103-106.

183 UDERMAN, Simone. **Indústria e desenvolvimento regional**: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia. Salvador: FIEB, 2008, p. 155-56.

184 A referência é o trabalho da primeira equipe técnica da então recém criada SUDENE sobre as potencialidades industriais baianas. O documento produzido por dois economistas da referida equipe técnica, Aécio C. Galvão e Jairo Simões, foi republicado em 1979. A indicação central foi o desenvolvimento de um projeto industrial siderúrgico, de grande porte, e a perspectiva de integrá-lo a um projeto complementar de petroquímica. As áreas indicadas para abrigarem esses projetos foram Camaçari-Pojuca, na parte oriental da Baía de Todos os Santos, e Saubara-São Roque, na sua parte ocidental. Evidentemente, se correlacionadas com desenvolvimento posterior da industrialização baiana as diretrizes presentes no documento demonstram forte presença, ao menos quanto à lógica da estratégia preconizada, com a opção de política industrial do estado. GALVÃO, Aécio Cândido e SIMÕES, Jairo. Localização industrial na Bahia. **Planejamento**, v. 7, n. 2, p. 153-179, abr./jun. 1979.

185 Os serviços prestados eram: i) assistência financeira, pelo diagnóstico das necessidades financeiras das empresas e elaboração de pedidos de financiamento de longo prazo ao Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (BANDEB); ii) elaboração de projetos de novas indústrias, desde a orientação técnica e econômica, projeção e preparação de pedido de financiamento a longo prazo ao BANDEB; e iii) assistência técnica, na organização jurídica dos empreendimentos, na organização contábil e na melhoria de métodos administrativos. BAHIA, Governo do Estado da. Secretaria da Indústria e Comércio. **PROINTER- Programa de Industrialização do Interior**. Relatório de dois anos de atividades 1967/1968. Salvador: SIC, 1969, p. 1.

estruturado no cruzamento da reorganização da divisão internacional do trabalho, elementos da disputa ideológica da Guerra Fria, movimentos nacionais de sincronização com o bloco no poder, políticas regionais de industrialização, racionalização administrativa dos municípios e políticas estaduais de desenvolvimento. Entretanto, a sua correlação mais direta e explícita com os interesses industrializantes em Feira de Santana permite, daqui por diante, uma abordagem entrelaçada com a evolução desses mesmos interesses na sociedade política local, uma vez delimitadas algumas das prováveis influências que “saturavam” o horizonte dos agentes do projeto de modernização industrializante.

Algo passível de atenção no ano de 1963 é a inexistência, à exceção da pequena nota que informava sobre a fundação da AIMMEFS,¹⁸⁶ de qualquer menção sobre a temática da “industrialização” ou “indústria” nas páginas do principal periódico feirense. Além disso, não sem certa licenciosidade, também pode ser incluída uma breve nota que reproduzia dois telegramas, um da ACFS e outro do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL). Em outubro, ambos foram endereçados ao vice-presidente da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB), Gastão Pedreira, informando que “Comércio e Indústria” sentiam-se “prejudicados” pela “falta constante” de energia na cidade. O foco prioritário da publicação dos telegramas era, ao que parece, o desgaste político do Executivo Municipal; como ademais, o próprio *Folha do Norte* deixa transparecer: “o comércio local, devido a inércia do Prefeito [Francisco Pinto], resolveu dirigir-se diretamente à C.E.E.B”.¹⁸⁷

As novas condições políticas, depois do golpe, a princípio também não modificaram esse panorama. A notícia mais ampla sobre a pauta política inicial do prefeito nomeado pelos golpistas, não indicou qualquer alusão, mesmo indireta, à industrialização. Na reunião, em agosto de 1964, sobre os “principais problemas” do município com o governador Lomanto Junior, os pontos em discussão foram: i) ampliação do serviço de água; ii) construção do Fórum Filinto Bastos; iii) construção da Estação Rodoviária; iv) instalação do serviço de telefones automáticos; v) construção do novo prédio para a Cadeia pública; vi) implantação dos serviços de “rádio patrulha”; vii) construção de prédios escolares; viii) eletrificação dos distritos rurais; e ix) instalação de serviços de esgotos.¹⁸⁸ Embora, evidentemente, boa parte dos pontos vincularam-se aos requisitos da modernização da infra-estrutura urbana, ainda não estavam articulados, pelo menos explicitamente, em torno de um programa econômico. Há

186 ASSOCIAÇÃO Feirense de Proprietários de Oficinas Mecânica, Industrial e Eletromecânica – Informe de fundação. *Folha do Norte*. 22 de junho de 1963, p. 1.

187 COMÉRCIO protesta. *Folha do Norte*. 19 de outubro de 1963, p. 4.

188 PREFEITO Joselito Amorim busca auxílio do estado para a Feira de Santana. *Folha do Norte*. 29 de outubro de 1964, p. 1.

que se ressaltar, contudo, que no mês seguinte a essa reunião o prefeito travou os primeiros contatos diretos com a Aliança para o Progresso.¹⁸⁹

Todavia, na abertura do terceiro período de atividades do legislativo municipal eleito em 1962, 7 de abril de 1964, Joselito Amorim enviou mensagem à Câmara Municipal com a síntese de suas realizações ao longo do ano. Nela, o prefeito nomeado informava sobre contato estabelecido com a secretaria de Desenvolvimento do estado, com o FUNDAGRO, com a Associação Comercial e com a FIEB, “a fim de oferecer vantagens para a vi[n]da de novas indústrias”. Além disso, houve a contratação de uma empresa especializada para estudar matérias primas da região de Feira de Santana e o mercado de consumo para as mesmas. Entretanto, a outra iniciativa especificada é pouco precisa e muito ambígua quanto a sua destinação específica, se indústria ou comércio. Segundo o documento, a prefeitura contratou “projetos pilotos em condições de serem financiados pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste ou SUDENE, com o fito de oferecermos como contribuição do Município, ao comércio local”.¹⁹⁰

A ambivalência pode ser expressão da relativamente tênue diferenciação da indústria em relação ao comércio, sobre a perspectiva da organização de interesses. Apesar de não ficar claro se a Associação Comercial citada era a ACFS ou a ACB, em caso afirmativo da primeira, isso corroboraria a hipótese de que o CIFS foi bem sucedido, em hegemonizar a representação setorial, porque tributário direto do “tronco” principal da organização das classes dominantes locais, tradicionalmente comercial. Mas, mesmo que essa conjectura não se sustente, é possível tomar o silêncio sobre a AIMMEFS como sinal de marginalização do centro de decisão política local. Há, ainda, um último aspecto da mensagem que merece ser destacado: “Esta nossa atitude [o apoio à industrialização] não visa o enriquecimento de grupos econômicos, visa somente amparar o grande números de desempregados no Município e proporcionar mais circulação de riquezas em nossa terra”.¹⁹¹

É provável que no contexto de forte tensão política e social, em que, havia pouco tempo atrás, a palavra de ordem era criticar a “burguesia” e o debate político crivado por proposições distributivas, iniciativas em torno da industrialização do município tivessem que ser defendidas, politicamente, como uma medida social e desvinculada do interesse de “grupos econômicos”. Nesse sentido, é importante ter em vista que a oposição aos golpistas estava reprimida, mas não era inexistente.

189 AUTORIDADES visitam o prefeito. **Folha do Norte**. 5 de setembro de 1964, p. 1.

190 AS REALIZAÇÕES do prefeito. **Folha do Norte**. 10 de abril de 1965, p. 6.

191 Idem.

A mensagem lida na Câmara em 12 de abril de 1966 foi mais enfática, definindo a “luta em prol da industrialização” com “uma das grandes aspirações do Govêrno Municipal nêste período”. Mas não só do ponto de vista retórico houve essa definição, já que as iniciativas “em prol” do objetivo também avançaram: i) “visando incrementar a mentalidade industrial” trouxe Rômulo Almeida,¹⁹² equipe de técnicos da SUDENE, FIEB e SESI; ii) estabeleceu contato com SUDENE, FUNDAGRO, CPE “e outros órgãos, a fim de estudar a possibilidade de trazer para Feira de Santana indústrias novas”; iii) adquiriu, no bairro Campo Limpo, terreno destinado as novas indústrias; e iv) recebeu visitas de “inúmeros industriais do Sul” e ofereceu terrenos e isenção de impostos, desde que para “indústria pioneira”. Como última medida, ainda estava o apoio às “iniciativas da nova Associação das Indústrias, inclusive abrindo crédito de ajuda à recém-criada PRODEFESA”.¹⁹³

Duas constatações saltam aos olhos: o conjunto de iniciativas se tornou não só mais amplo, mas também mais articulado, indo de medidas para “mudar a mentalidade”, passando por subsídios técnicos para as escolhas, até a operacionalização do processo quanto a infraestrutura básica. Além disso, rapidamente a “nova Associação das Indústrias” e seu desdobramento, a PRODEFESA, conseguiram acesso, enquanto agentes específicos, à sociedade política local.

Cabe ainda ressaltar que as modificações se deram também nos termos de defesa da industrialização. Uma vez garantida maior estabilidade política, não havia mais a necessidade de defendê-la de críticas que, por ventura, explicitassem sua associação ao “enriquecimento de alguns”. Nesse momento, a industrialização tornou-se a impulsora do “progresso”, garantia de “estabilidade” e meio de amparo das “massas desempregadas”:

Entendemos a industrialização como a grande meta para impulsionar o progresso, e assegurar a estabilidade desenvolvimentista de qualquer cidade ou região.

Além disso teremos na indústria o amparo para essa grande massa que vive a procura do trabalho e que infelizmente o Govêrno do Município não possui condições de ampará-la de outra maneira”.¹⁹⁴

O acontecimento mais significativo, entre o momento da primeira e da segunda menção a industrialização nas mensagens do prefeito à Câmara Municipal, foi notado,

192 Intelectual mais destacado no processo de formulação e coordenação das primeiras iniciativas de intervenção planejada na economia baiana, na década de 1950, R. Almeida se manteve ativo durante décadas como figura de referência do “desenvolvimentismo baiano”. Para relatos de sua atividade Cf. ALMEIDA, Aristeu Barreto de (org.). **Rômulo Almeida** – O construtor de sonhos. Salvador: CORECON-BA, 1995; e SOUZA, Aristeu e ASSIS, J. Carlos de. **A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida**. Rio de Janeiro: A. Souza, 2006.

193 MENSAGEM do Prefeito provoca entusiasmo popular. **Folha do Norte**. 16 de abril de 1966, p. 1.

194 Idem.

inclusive, pela percepção do próprio agente: a criação da AIFS, em maio de 1965, e a organização da PRODEFESA, em fevereiro de 1966. Nesse sentido, é pertinente pensar que a emergência de industriais organizados tenha contribuído para uma melhor definição das propostas referentes ao setor.

Na mensagem em que fez retrospectiva do período em que foi prefeito, em abril de 1967, reiterou apenas duas dessas iniciativas: a área adquirida no Campo Limpo e a concessão de benefícios fiscais. Efetivamente, a essa altura, a temática da industrialização encontrou guarida definitiva na pauta política local. A antiga reivindicação da AIMMEFS foi, enfim, atendida. Contudo, em meados de 1967, a perspectiva dos industriais já não se referia somente ao “Bairro Industrial”, mas a uma série articulada de iniciativas que desencadeasse um processo de transformações no conjunto da cidade. Além disso, em terceiro lugar, todas as iniciativas feitas eram ainda contingentes, ou melhor, eram dependentes da postura particular do gestor do aparelho municipal no momento. Eram, essencialmente, uma *vontade política* e não um *programa institucional*.

Por sua vez, a própria experiência local confirmava aos agentes da modernização, as boas possibilidades de lidar com as “regras do jogo”: a mensagem foi precedida pela inauguração da Indústria e Comércio de Óleos Vegetais S. A. (INCOVEG), com a presença do presidente Castello Branco (1964-1967) e outros agentes ligados ao poder político estadual. Não obstante, o importante a ser salientado não é esse aspecto do episódio, mas que a INCOVEG foi viabilizada através da política de financiamento da SUDENE. Para tanto, os industriais articuladores do projeto se associaram à NORSUL, consultoria de São Paulo, especializada em operar a captação de recursos de fundo público. A INCOVEG foi, durante alguns anos, o paradigma do capital feirense bem sucedido. Não sem sentido, as proposições da PRODEFESA, no I ECFIB, pautaram-se exatamente no acesso ao financiamento, notadamente do sistema 34/18, e no assessoramento técnico que possibilitasse esse acesso. Afinal, um dos representantes da PRODEFESA no Evento, Argemiro São Leão, era diretor da INCOVEG.¹⁹⁵

195 FIEB. 1º Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia, em Conquista, foi sucesso e apresentou sugestões para melhorar industrialização. **Boletim Industrial**, ano II, n. 15, mar. 1967, p. 15. A Indústria e Comércio de Óleos Vegetais S. A. foi a principal iniciativa de empreendimento econômico privado condizente com o projeto de remodelação das relações de hegemonia. Não à toa, os sócios mais destacados nas fontes eram diretores do CIFS e/ou PRODEFESA: Jonathas Telles de Carvalho, Argemiro São Leão Franco. Única exceção aparente foi João Mendes da Costa Filho, militante anti-comunista que dirigiu o IBAD em Feira de Santana. Além disso, a INCOVEG teve projeto e plano de captação de recursos desenvolvidos pela NORSUL Ltda. A empresa nacional de assessoria técnica NORSUL – Serviços Técnicos de Economia e Finanças Ltda cumpriu, em Feira de Santana, a dupla função de *intermediadora* com o capital extra-local e assessorou a captação de recursos, em especial de fundo público, para parte dos investimentos realizados no CIS. Ao contrário do que poderia supor uma perspectiva “ingênua”, não houve hostilidade do capital industrial local à função

Aliás, todo ano de 1967 foi atravessado por pequenos episódios que reafirmaram a percepção da necessidade de engendrar estratégia que compatibilizasse, em um mesmo movimento, o assédio externo e os interesses locais: em setembro, a cidade foi visitada por técnicos da USAID para avaliar as possibilidades industriais;¹⁹⁶ em novembro, uma equipe de técnicos da Secretária da Indústria e Comércio (SIC) chegou para “iniciar campanha de industrialização do interior”;¹⁹⁷ já em dezembro, chegaram à cidade telegramas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando informações sobre Feira de Santana.¹⁹⁸

Entretanto, a principal sinalização que o anseio por um projeto sistemático era premente naquele momento dos anos 1960, foi a realização em outubro, do I Encontro para o Desenvolvimento da Região de Feira de Santana. As informações disponíveis sobre esse evento já foram analisadas no capítulo precedente, mas algo pode ainda ser salientado sobre a importância política desse fórum. Primeiro, a semana foi escolhida pelo governo estadual como momento de lançamento da minuta do PROINTER, no término do evento, em 14 de outubro. Em que pese, no tocante à Feira de Santana, o documento não especificar nenhuma distinção sobre a situação local, com exceção de informações que reafirmavam sua posição como segundo pólo industrial do estado, provavelmente, a iniciativa funcionou como uma resposta institucional do governo estadual à movimentação dos “comitês de fomento” da FUNDINOR, naquele ano. Em segundo lugar, o encaminhamento de um plano integrado para Feira de Santana, remete ainda ao ano de 1966, mas foi após I Encontro que efetivamente o debate na sociedade política local foi centralizado pela intenção de *institucionalizar* uma política de industrialização do município. Coerente com isso, o prefeito João Durval Carneiro

desempenhada pela NORSUL, mas uma dinâmica de aproximação de interesses. Tanto mais, embora o escritório local da NORSUL date de 1970, suas ramificações locais já eram bem anteriores a essa data, como demonstra sua relação com própria INCOVEG. Todos os eleitos para o Conselho Diretor da INCOVEG em 1965 eram de Feira de Santana e, portanto, essa indústria ocupava um lugar de expoente do capital industrial local. Entretanto, em 1970, o presidente nacional da própria NORSUL, Ignácio de Aragão, foi incorporado na direção da INCOVEG como *diretor conselheiro*, o que reforça a idéia de um *imbricamento* entre capital extra-local e interesses locais. Em meados da década de 1970 a INCOVEG faliu, mas a direção do CIFS procurou reativar a empresa no bojo da política nacional de produção de combustíveis baseados em extratos vegetais. A iniciativa de reativação não logrou êxito, mas indica como a INCOVEG guardava ligações íntimas com o CIFS, núcleo orgânico do projeto de modernização industrializante. Cf. “NORSUL” incentiva industrialização [Coluna Indústria e Negócios]. **Feira Hoje**. 12 de setembro de 1970, p. 4.

196 “A Feira de Santana recebeu, segunda última, a visita do Sr. Gilberto Santos, da USAID, que veio estudar as possibilidades industriais da nossa terra. Ficou encantado com o progresso da Feira de Santana”, em PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 30 de setembro de 1967, p. 2.

197 “Uma equipe de técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio liderada pelo sr. Manoel Barros, já se encontra nesta cidade, para início da Campanha de Industrialização do Interior”, em PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 4 de novembro de 1967, p. 2.

198 “As Federações das Indústrias de São Paulo e Rio Grande do Sul telegrafaram para esta cidade solicitando dados e informações sobre a Feira de Santana”, em: PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 23 de dezembro de 1967, p. 2.

(1967-1971), em mensagem lida na Câmara Municipal, em 7 de abril de 1968, assim afirmou sua perspectiva de gestão:

Levamos para o Governo da Feira de Santana a convicção plena de que o progresso da nossa terra estava necessitando de obras de infra-estrutura, que alicerçasse em termos concretos, o seu futuro.

Construir o presente, mas com o pensamento voltado para o futuro, tem sido a constante da nossa administração, certo de que olhando o futuro estamos realizando o mais proveitoso para a Feira de Santana.

Procuramos, nestes doze meses, conduzir a Feira de Santana dentro de um clima de paz, tranqüilidade e harmonia, que possibilite ao seu povo condições de trabalhar e produzir, entrelaçando a força do público com a força da iniciativa privada.

A Feira de Santana atravessa um momento difícil da sua História. Necessita, urgente, de desenvolver-se, de maneira considerável, no setor econômico, para que possa realizar as grandes obras de que precisa.

Este é o momento da arrancada definitiva da Feira de Santana para o seu magnífico destino. E, para isso, ela convoca todos os seus filhos e habitantes, todos os que aqui empregam os seus esforços.

O desenvolvimento da Feira de Santana é fator preponderante para a vida do Município. A sua significação é tão grande que êle não pode ficar restrito a partidos, a grupos, a classes. Ele deve ser de todo um povo, um povo conscientizado, que tem a missão maravilhosa de lutar pelo bem e pela felicidade das gerações do porvir.

E a meta primordial do nosso Governo é esta: a promoção do desenvolvimento em benefício do futuro.¹⁹⁹

Se é possível deduzir uma diretriz política concreta do discurso acima, ela necessariamente vinculou-se à centralidade adquirida pelo termo futuro da mensagem à Câmara Municipal. A reivindicação de uma gestão que, por estar comprometida com o “futuro”, deveria reestruturar o presente. Um governo mais comprometido em construir um horizonte estratégico para Feira de Santana, do que com a política de “varejo”. A palavra que melhor corporificou essas aspirações foi planejamento. O governo João Durval estabeleceu seu traço de distinção política pelo uso do *planejamento*.²⁰⁰ Isso é válido em relação ao Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), utilizado como recurso administrativo e de propaganda, mas também em como outro tipo de recurso: o planejamento como mecanismo político de *composição e mobilização de interesses*. Foi através desse discurso político “racionalizador” que a industrialização, bem como os interesses subjacentes que lhe sustentavam como no caminho para Feira de Santana, foi institucionalizada, tornando-se *Estado*. A mensagem de 7 de abril, no tocante a industrialização, informava uma política industrial, inclusive, mais simplória que a da gestão de Joselito Amorim:

199 MENSAGEM do prefeito JD. **Folha do Norte**. 20 de abril de 1968, p. 1.

200 A percepção teórica sobre a função do planejamento segue as indicações teóricas contidas em CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 177.

Tudo tem feito o nosso govêrno para industrializar a Cidade, dando base sólidas à sua economia. Temos colaborado em tôdas as iniciativas nêste sentido e desapropriamos áreas na Rodovia Feira-Salvador para doações as indústrias que aqui desejem se instalar. Assim é que Metalúrgica de Tubos S.A., INCOBAL, Tecnitec, Válvulas Scheredas [sic] e Feira Mármore e Granitos já se acham com áreas escolhidas para instalação de suas fábricas. Outras indústrias têm mantido contacto com o Poder Executivo Municipal, para sua implantação nesta Cidade.²⁰¹

Entretanto, na Câmara Municipal se dava um intenso fluxo de projetos de leis relacionados à “política de estímulo ao processo de industrialização” e questões correlatas de infra-estrutura. Manoel Falcão, em sessão na semana seguinte a esse pronunciamento do prefeito, “apelava aos seus pares para que o aprovasse o mais urgente [o projeto de desapropriação], vez que se encontram nesta cidade dois grupos de industriais do sul do País a procura de terreno para instalar fábricas”.²⁰² Da mesma forma, o vereador Manoel Araújo Freitas (ARENA), com ligações com a PRODEFESA, criticou o andamento dos trabalhos, afirmando que “[...] de coisas sérias é o que menos se fala, continuando os problemas de infraestrutura dêste município a carecer de melhor atenção desta Casa, pois como de pode observar os Projetos encaminhados pelo Executivo tramitam a mercê da sorte porque se perde muito tempo discutindo coisas sem nenhuma valia”. Concluiu ajuizando “[...] que nesta casa devemos deixar as polêmicas sem expressão e se unirem [sic] pela solução dos problemas de infraestrutura”. O requerimento, apresentado logo em seguida, dá dimensão do que era prioritário para Araújo Freitas: requeria “ao diretor da COPLAN para que o mesmo marque data para que nesta casa preste esclarecimentos a respeito do Plano Local Integrado de Feira de Santana”.²⁰³

As intervenções de Manoel Falcão e J. M. Araújo Freitas correspondiam, cada uma ao seu modo, as facetas assumidas pelo projeto de modernização industrializante ao longo de 1968: por um lado, o encaminhamento operacional do processo de industrialização, ampliando o arco de iniciativas,²⁰⁴ por outro, na defesa de sua institucionalização a partir da penetração no planejamento de longo prazo do município. Evidentemente, já havia uma disputa para reestruturar Feira de Santana em função da industrialização. Não à toa, quando

201 MENSAGEM do prefeito JD. **Folha do Norte**. 20 de abril de 1968, p. 1.

202 ATA da 5ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 18 de abril de 1968. **Folha do Norte**. 25 de maio de 1968, p. 3.

203 ATA da 6ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 7 de maio de 1968. **Folha do Norte**. 3 de agosto de 1968, p. 3.

204 Um exemplo disso era o encaminhamento, através de projeto de lei nº 28/68, da produção de um “documentário cinematográfico” como parte da estratégia de promoção da industrialização do Executivo Municipal. ATA da 18ª Sessão Extraordinária da Câmara de Feira de Santana, realizada em 30 de julho de 1968. **Folha do Norte**. 4 de janeiro de 1969, p. 2.

da notícia que o município teria acesso a energia da Hidroelétrica de Paulo Afonso, o Folha do Norte chamou atenção justamente para uso da energia “inclusive para o seu desenvolvimento industrial”²⁰⁵. Nesse sentido, o PDLI foi um passo decisivo e sofisticado. Em que pese, ao longo de seu processo de elaboração ser associado pelo Folha do Norte, prioritariamente, ao “ordenamento urbano”, o Plano notabilizou-se pelos vínculos com uma nova estratégia de desenvolvimento econômico para o município. Publicado em 1968, o PDLI foi a materialização de interesses específicos que poderiam, então, apresentar-se enquanto política institucional do município, como “interesses feirenses”. Efetivamente, através dele os interesses industrializantes, gestados ao longo dos anos precedentes, se tornaram os “interesses feirenses”, com a sua transformação nas diretrizes “técnicas” que conduziram as gestões municipais doravante. O documento, fundamento teórico e programático para Feira de Santana dar os “passos largos para alcançar a sua industrialização”, preconizava a industrialização como “mais importante passo para o desenvolvimento econômico da cidade”.²⁰⁶ Assim, a indústria foi vista como o elemento de renovação das outras atividades econômicas, passo necessário para por em bases renovadas o próprio o processo de dominação social local.

Tudo leva a crer que estê venha a ser o mais importante passo para o desenvolvimento da cidade. A indústria poderá induzir o crescimento dos demais setores por seu poder dinâmico de aumentar a demanda de bens agrícolas, e de serviços. Assim seu crescimento geraria novos empregos diretos e indiretos, e faria crescer a renda da comunidade.²⁰⁷

Embora salientasse a necessidade de integração entre os setores econômicos do município, as transformações previstas se relacionavam, no contexto, muito mais com dotar Feira de Santana de infra-estrutura que maximizasse a atração de capitais forâneos. A análise era que “a oferta de serviços básicos e organização do espaço físico, facilidades de transporte

205 FEIRA terá energia abundante. **Folha do Norte**. 22 de junho de 1968, p. 1.

206 FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana**. Feira de Santana: COPLAN, 1968, p.154.

207 Idem, p.150. Aliás, esse aspecto renovador das atividades econômicas tradicionais, potencialmente propiciado pela industrialização, foi salientado pelo próprio prefeito João Durval Carneiro, em maio de 1969, a propósito da II Exposição de Animais e Produtos Derivados: “A meta principal do nosso Govêrno tem sido a industrialização de Feira de Santana. Consideramos que êste constitui o objetivo básico de tôda a comunidade que visa o desenvolvimento. Longe de nós, entretanto, desprezar os demais aspêctos [sic] da atividade social do povo feirense, principalmente aquêles que estão intimamente ligados às nossas tradições históricas”. O então prefeito enfatizou ainda que “A pecuária e o comércio do gado sempre foram grandes sustentáculos da economia local. O surgimento de indústrias nesta cidade, ao contrário de prejudicar outros setores, contribuirá ainda mais para maior valorização do trabalho dos nossos criadores, engordadores, comerciantes e pecuaristas de modo geral. Como exemplos, poderíamos citar os estabelecimentos industriais de beneficiamento do leite ou matadouros frigoríficos, que encontram sua matéria prima no gado”. Cf. MENSAGEM [de João Durval Carneiro]. CARLOS CARNEIRO LANÇAMENTOS E PROMOÇÕES. **Feira de Santana** [Revista publicada por ocasião da II Exposição de Animais e Produtos Derivados]. [s.n.], mai. 1969, [s.p.].

e comunicações e localização apropriada, dotada de infraestrutura constituem o melhor incentivo à instalação de indústrias”. Assim, o PDLI expressava a institucionalização da estratégia de remodelação da hegemonia a partir da articulação local ao processo de desconcentração industrial em curso. Em torno desse ponto central, o Plano consubstanciava intuídos modernizadores em quase todos os âmbitos da vida social feirense. Não obstante, a pretensão não é uma análise exaustiva do PDLI, mas apontar quanto o Plano era expressão política do projeto de modernização industrializante articulado pela fração mais “nacionalizada” das classes dominantes feirenses. Nessa direção, a mensagem de João Durval à Câmara Municipal, em 7 de abril de 1970, reúne indícios ainda mais significativos disso. As diretrizes do PDLI permeiam toda a mensagem e, não à toa, a própria apresentação das obras executadas foi feita após a afirmação taxativa “Industrialização pressupõe infra estrutura”. Contudo, o sentido atribuído ao PDLI e as motivações para a escolha da industrialização como “caminho” permitem uma demonstração, conclusiva, dos interesses subjacentes ao esforço “planejador” do prefeito.

Esse planejamento definiu, perante o Brasil, com repercussões internacionais, a nova Feira em que estamos começando a viver, construída pelo igual espírito de compreensão do seu Governo, – Executivo e Legislativo – e do seu povo.

São os resultados dessa política de compreensão e planejamento que trazemos hoje à apreciação desta Colenda Câmara.

E começamos pela industrialização.

Nossa comunidade, prestes a deixar de ser aquele <<pôrto rodoviário>> obrigatório, a que se referem os estudiosos de geografia econômica, percebeu em tempo a necessidade de iniciar, sem delongas, um novo ciclo de sua economia. O caminho escolhido não poderia ser outro que não o de transformar-se o centro pecuário comercial, já de avantajadas proporções, também, num parque industrial capaz de atender aos nossos mais justos anseios desenvolvimentistas.²⁰⁸

O PDLI aparece, então, como instrumento para a concretização da “nova Feira”, cuja principal marca era a industrialização. Mas, mais que isso, a gestão de J. Durval operava a industrialização a partir de motivações que precediam ao seu próprio governo. A necessidade de iniciar um “novo ciclo” em Feira de Santana, transformando-a em um “parque industrial”, era movida pela percepção da “nossa comunidade” da perda da posição de “pôrto rodoviário” exercida pelo município. Se relacionada com o “alerta” do CIFS, em 1966, que esse risco pedia o “toque de reunir”, a “comunidade” referida por João Durval apresenta sua verdadeira face. A análise do momento atravessado por Feira e Santana era a mesma, os termos eram análogos, somente o programa aparecia então mais sistematizado. Tanto mais, no mesmo ano

208 MENSAGEM do prefeito. **Folha do Norte**. 11 de abril de 1970, p. 1.

dessa mensagem à Câmara Municipal, João Durval deu contornos institucionais ainda mais acabados à principal expressão do projeto de modernização industrializante: o CIS, efetivamente instituído como autarquia municipal, pela lei nº 690, de 14 de dezembro de 1970. O Centro Industrial do Subaé foi o sinal que a “nova Feira” estava pronta para “integrar-se”.²⁰⁹

O colunista Eme Portugal, do Folha do Norte, relatou um episódio que pode ser tomado como simbólico do quanto a gestão João Durval foi “confortável” para os novos interesses industrializantes. Segundo ele, a indústria Válvulas Scharader do Nordeste S.A. Homenageou o prefeito com um jantar, no dia 10 de agosto de 1968. Na oportunidade, um de seus diretores afirmou que “a história desta terra tem duas fases, antes e depois de João Durval”.²¹⁰ Não sem sentido, o diretor da Válvulas Scharader considerou que a história de Feira de Santana tinha como momento de inflexão a gestão então em curso. O estrato social ao qual se vinculava, havia conseguido, através de um hábil articulador político, tornar sua adesão às “regras do jogo” da integração produtiva nacional o regramento para o conjunto de Feira de Santana. Ainda assim, esse foi apenas um dos momentos do projeto industrializante enquanto remodulação da hegemonia local. *Pari passu* à afirmação política enquanto programa econômico se fez necessário garantir a sua sustentação como “idéia da época”.

209 Embora demarque sua diferença pela disposição em encaminhar uma alternativa municipal, o que ademais demonstra o seu *sentido de urgência*, o “caminho feirense” não destoa da “opção baiana” de complementaridade ao centro do capitalismo nacional. O intuito “integrador” das políticas de industrialização baiana conformaram uma opção distinta dos demais estados nordestinos, que, em alguma medida, buscaram uma estrutura industrial que replicasse aquela existente no Centro-Sul, ao almejarem uma industrialização *labour intensive*. Cf. CAVALCANTE, op. cit., p. 105. Mais especificamente, as agências do Estado restrito responsáveis por impulsionar o desenvolvimento no Nordeste atuavam, sistematicamente, na operacionalização dessas possibilidades integrativas. Em 1969 o presidente do BNB, Rubens V. Da Costa, salientava que “O Nordeste, de hoje, diferentemente da região deprimida e quase revoltada da década de 1950, é área que prospera e rapidamente se desenvolve, apesar de sua pobreza relativa”. O fator central desse “prosperar” seriam os incentivos fiscais, articulados pelo Estado brasileiro em um “mecanismo” superior a outras experiências porque organizado como “um sistema de mercado, no qual o beneficiário dos incentivos fiscais escolhe os projetos a que deseja associar-se, tornando-se seu acionista”. Obviamente, a proposição do CIS partilhava dessa ambiência ideológica, tanto mais, seu Plano Diretor tinha como folha de rosto a resolução nº 6.389 da SUDENE, que transformou o CIS em “de interesse para a economia regional e, assim, merecedor da colaboração financeira do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)”. COSTA, Rubens Vaz da. **O desenvolvimento regional no Brasil e no mundo**. Fortaleza: BNB, 1969, p. 33-34; FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Plano diretor do Centro Industrial do Subaé**. 2. ed. Salvador: IURAM, 1971, [s.p.].

210 PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 17 de agosto de 1968, p. 6.

3.2 Por que Feira não tem um jornal?

Em 1970 foi criado o jornal Feira Hoje. Comparado ao outro tradicional periódico de Feira de Santana, o Folha do Norte, guardava especificidades que o ligavam visceralmente ao projeto de modernização industrializante da cidade. Segundo a narrativa do próprio Feira Hoje sobre esse processo, a sua origem se deveu à inquietação acerca da inexistência de um jornal na cidade. Nessa mesma narrativa, diante desse questionamento inicial um grupo de “jovens” se decidiu pela criação do periódico, após diversas reuniões de preparação do que seria o seu perfil editorial e método de editoração.

Corria o ano de 1970. Havia uma pergunta em cada boca: por que Feira de Santana não tem um jornal? É a maior cidade do interior da Bahia, desenvolvendo-se, e ainda não possui um jornal? Pergunta também que se fazia um grupo de pessoas que um dia pensou que chegara a hora de se dar o primeiro passo para tal realização.

Não foram poucas noites e nem poucos encontros que motivaram Raimundo Gama, Raimundo Pinto, Luís Almeida, José Carlos Teixeira, Hélder Alencar e Egberto Costa, discutindo o assunto. Primeiro era descobrir um local, em Salvador, para fazer a impressão dos primeiros números, já que faltava dinheiro para adquirir uma oficina. Foi aí que se descobriu Dímpino Carvalho e sua Climape. De onde saiu o primeiro número do jornal e por dois anos ele chegara as bancas uma vez por semana.

[...]

No dia 5 de setembro de 1970 o primeiro número de FEIRA HOJE chegou aos seus leitores com uma proposta de luta pelo desenvolvimento da comunidade principalmente sua infra-estrutura, sua universidade (ainda em [rasura na fonte]), a industrialização (embalada pela febre da Sudene), a duplicação da Feira-Salvador (que até hoje se arrasta) entre outros itens.²¹¹

Embora, essa narrativa informe a percepção dos sujeitos envolvidos e motivação para criação do Feira Hoje, não explicita, porém, o sentido mais profundo da sua relação com as transformações então em curso na estrutura de dominação social de Feira de Santana. Como abordado no capítulo anterior, a segunda metade dos anos 60 do século XX, foi marcada por um projeto político local cujo eixo era a transformação do conjunto da cidade via industrialização, a partir da sua inserção na “integração produtiva nacional”. Contudo, se esse projeto já havia iniciado a sua inscrição hegemônica no âmbito da sociedade política local, o que garantiria o efetivo sucesso dessa inscrição não seriam somente os canais privilegiados de acesso aos “políticos profissionais” vitoriosos na correlação de força instaurada no pós-golpe de 1964. Através da repressão a determinados projetos, a ditadura restringiu o campo de projetos conflitantes, mas não o tornou *monolítico*. Mesmo em um regime de feição ditatorial, sustentado no comportamento autocrático das classes dominantes, não estava excluída a

211 DOZE anos de imprensa livre. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1982, [s.p.].

necessidade da produção social do consenso, imprescindível às condições de hegemonia dos projetos conflitantes na sociedade civil. Embora, o próprio Estado restrito cumpra essa função em alguma medida, ela é operacionalizada, essencialmente, a partir da força obtida pelos interesses na sociedade civil, ao se configurarem em “senso comum” da época, ou seja, nos pressupostos “naturais” da prática dos agentes sociais. Nesse sentido, a criação do Feira Hoje pode ser considerada o elemento cuja funcionalidade primordial foi ser operacional, no caso em análise, à disputa do projeto de modernização industrializante em Feira de Santana. Destarte, isso pode ser percebido pelo caráter explicitamente programático com que o próprio jornal delimitava o tipo de jornalismo que faria. O editorial da primeira edição expressou o tipo de participação que o Feira Hoje pretendia ter:

Qualquer pessoa de sã consciência, que mora nesta terra, sente que a lacuna existe. Todos indagam: por que não temos um – ou mais de um – jornal à altura do progresso de Feira de Santana? Um grupo de jovens, incomodado de tanto ouvir essa pergunta, resolveu tomá-la como desafio. O resultado está aí em suas mãos.

[...]

Desejamos ter uma ativa e constante participação política, equidistante, todavia, das paixões políticas, das lutas partidárias e de interesses outros que não reflitam os mais elevados anseios da comunidade. Também não seremos governistas bajuladores, nem opositores sistemáticos. Um objetivo nos apaixona e nos obrigará sempre a ficar na primeira linha de ataque: o desenvolvimento de Feira de Santana – município e região – em todos os sentidos, seja econômico, social, político ou cultural.

As críticas destrutivas, as futricas dos mal intencionados e a defesa de interesses contrários à coletividade receberão – em qualquer época e circunstância – o nosso maior repúdio e todo o vigor do nosso combate. Os que lutam pela industrialização, os que querem a Universidade feirense e os que desejam o progresso social podem contar com o nosso apoio entusiástico e integral.²¹²

Em meio ao tom favorável ao “progresso social”, genericamente colocado, dois pontos adquiriam especial concretude nesse primeiro anúncio de intenções. O primeiro deles é a forma como a industrialização foi considerada, explicitamente, um princípio que contaria com o posicionamento ativo do periódico. O segundo, o apoio da luta por uma “Universidade feirense” seria, também, outra causa que contaria com o apoio “entusiástico e integral” do jornal.²¹³ Serem especificamente mencionados, indica que esses aspectos eram considerados

212 CHEGAMOS. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1970, p. 2.

213 Quanto a esse aspecto, é interessante notar que o próprio documento apresentado ao Conselho Federal de Educação para autorização do funcionamento da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) indicou, realmente, certas conexões entre os anseios que disputaram a instalação da instituição na cidade e o projeto de remodelação da hegemonia local em curso no período. Inicialmente, o documento critica a “racionalidade instrumental”, vista como “empírica” e “imediatista”, mas aponta logo em seguida, a partir do PDLI, as demandas econômicas para a existência da universidade, inclusive retomando uma das “Diretrizes

pontos fundamentais e incontornáveis para o “desenvolvimento” de Feira de Santana, objetivo capaz de colocar o Feira Hoje em “primeira linha de ataque”. De maneira coerente com esse posicionamento inicial, esse “programa” não foi apenas anunciado, mas se constituiu em um eixo programático concreto e metodologicamente especificado de ação voltada para a consecução dos seus fins. Sob esse último aspecto, sua corporificação seria a um primeiro momento, o planejamento. Este seria o meio apropriado à racionalização dos esforços em prol do desenvolvimento e dessa forma evitar o “desviar do caminho”.

A atual administração deu uma especial ênfase à industrialização, tendo lutado pela solução dos mais graves problemas de infraestrutura e oferecendo incentivos para atrair as grandes indústrias. Coerente com a posição inicial de sempre adotar o planejamento como norma de ação, quis o Chefe do Executivo Municipal que o Centro Industrial merecesse um estudo prévio e cuidadoso, se precavendo contra o perigo de um não recomendável salto no escuro.

Este jornal firmou um compromisso de seguir uma linha de total independência, principalmente diante dos poderes públicos. Isto, todavia, não nos impede de expressar o aplauso pelos efeitos benéficos na vida da comunidade. No caso de um plano para racionalizar a implantação das futuras indústrias no Centro Industrial de Feira de Santana, trata-se de uma iniciativa das mais louváveis.

[...]

Ninguém desconhece a impossibilidade de a atual administração concluir a execução desse plano. O desafio para que a obra não seja interrompida tran[s]fere-se, portanto, ao próximo prefeito. Seja ele quem fôr. Pertença a que partido pertencer. Interessa a Feira de Santana que o futuro chefe do executivo tenha o porte e a dignidade de estar à altura da presente fase da história deste município.²¹⁴

A relação com a tônica planejadora que marcou a gestão de João Durval Carneiro é por si evidente: havia uma convergência com os propósitos de, ao colocá-los em um plano de longo prazo, universalizar os interesses específicos moventes do projeto de modernização industrializante, através de sua “institucionalização”. Não à toa, essa defesa do planejamento se articulava com a pauta pelo avanço da consolidação do Centro Industrial Subaé. Do ponto de vista da disputa de interesses na sociedade civil tratava-se, aí, da relocação da industrialização para uma esfera dos “interesses feirenses”, de uma maneira “irremovível”. Também nesse caso o ponto programático corrobora a movimentação, mencionada na seção, no sentido de viabilizar os interesses industrializantes locais ao transformá-los em política institucional do município, na própria “ossatura” de seu desenvolvimento.

Programáticas” desse Plano. UEFS. **Universidade Estadual de Feira de Santana – Razões de uma instituição**. [s.l.]: Setor de Publicação – UEFS, [1975], p. 2 e 5-8.

214 DESENVOLVIMENTO planejado. **Feira Hoje**. 19 de setembro de 1970, p. 2.

Concomitantemente à defesa desse ponto, bem como articulado nela, a reivindicação da necessária unidade política em prol da industrialização foi também estruturante da ação do *Feira Hoje*. A tônica geral apontava a necessidade de colocar o CIS “acima das paixões”, ou seja, o seu encaminhamento não deveria ser afetado pelo “varejo” político. Esse ponto era, particularmente, relacionado a um quadro político local que já sinalizava, ao que parece, com a reorganização das forças de oposição aglutinadas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ameaça potencial ao projeto de modernização industrializante que tinha a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como sua interlocutora privilegiada na sociedade política (ver APÊNDICE B). Assim, por ocasião da aprovação na Câmara Municipal do Plano Diretor do CIS, o jornal salientou que a criação oficial do CIS era “culminância de todo um esforço” da administração João Durval Carneiro para “transformar a face econômica do nosso município; no sentido de torná-lo um centro industrial importante no Nordeste e, até, no Brasil”, prosseguindo:

Muito ainda se tem a realizar no campo da industrialização em Feira de Santana. Os passos iniciais, entretanto, foram dados com muita firmeza, pois tiveram como base o planejamento. A obra que agora apenas começamos não pode sofrer descontinuidade, nem arrefecimento em seu acelerado ritmo. A trajetória é longa e certamente abrangerá várias administrações. O sr Newton Falcão já manifestou várias vezes, inclusive em praças públicas, a sua intenção de dar prosseguimento às medidas de implantação do C.I.S. Sua responsabilidade é grande, vez que caberá a êle, nos próximos 2 anos, criar condições para tornar irreversível aquêle empreendimento.

É preciso, contudo, que a comunidade feirense tome consciência do que representa a industrialização para o desenvolvimento econômico de sua cidade, e mesmo da sua região. Se o Subaé conseguir se firmar – e disso já não se tem dúvida ninguém pode imaginar os benefícios que tal fato proporcionará a uma extensa faixa da população que hoje se debate com o grave problema do desemprego. Essa é uma conquista que temos de defender acima de tódas as paixões, pois a continuação do progresso da nossa terra reparsa [sic] principalmente na opção que fizemos pela industrialização.²¹⁵

Na semana subsequente, defendendo a opinião que o “progresso com bases sólidas e permanentes” só seria possível dentro de um “clima de paz”, o editorial segue

Na oportunidade, merece destaque especial um apêlo a todos aquêles que exercem lideranças nas diversas classes sociais de nossa terra. Jamais Feira de Santana precisou tanto da união de seus filhos, como no instante presente, em que dá uma célere arrancada para promissora fase da industrialização.²¹⁶

Como se verá, essa reivindicação de uma unidade política “acima das paixões”, em prol do processo de industrialização, foi constante ao longo de toda a década de 1970,

215 SUBAÉ. *Feira Hoje*. 19 de dezembro de 1970, p. 2.

216 1970-1971. *Feira Hoje*. 25 de dezembro de 1970, p. 2.

inclusive tornando-se mais intensa conjunturalmente.²¹⁷ Em associação direta com ela estava o quarto ponto programático básico do Feira Hoje, a operacionalização da viabilidade econômica do CIS através da dotação da sua infra-estrutura específica e da reforma da infra-estrutura geral da cidade.

Tida, até então como um entreposto comercial, desde o [tempo] do nascimento da cidade, com suas bases assentadas na agro-pecuária e na comercialização, servindo de escoadouro de um amplo mercado consumidor, a cidade precisava de um sério trabalho de criação das condições necessárias para entrar no ciclo industrial, consequência do crescimento deste setor, que a região e o país iniciava.

[...]

O trabalho realizado pela Prefeitura Municipal, para dotar o município de água, energia elétrica, esgotos, meios de transporte e de comunicações e educação, fatores infraestruturais indispensáveis para a vida de uma cidade que trilha no caminho da industrialização, ultrapassou toda a expectativa.

A cada dia que passa, uma nova fase do trabalho infraestrutural chega ao seu término daí resultando mais um ponto positivo assinalado pela consolidação do parque industrial e do desenvolvimento da região.

Os meios já estão sendo criados, a luta pela consolidação do Centro Industrial do Subaé é a palavra de ordem para todos aqueles que acreditam na Feira de Santana de amanhã.²¹⁸

A viabilidade do CIS estava associada à sua capacidade de mostrar-se atrativo aos capitais do Centro-Sul em expansão, o que implicava, por um lado, que o local particular onde as inversões produtivas seriam feitas demonstrasse o máximo de vantagens operacionais e, por outro lado, que a localidade como um todo demonstrasse possuir “economias externas” suficientemente vantajosas para os empreendimentos. Assim, urgia dotar o CIS e a cidade da estrutura considerada imprescindível para o sucesso da estratégia de inserção na integração produtiva e nos seus desdobramentos de desconcentração industrial.

Como aspectos ideológicos subjacentes a este programa, o Feira Hoje, trazia inevitavelmente a industrialização como “interesse geral” e fonte definitiva da solidez do desenvolvimento de Feira de Santana. Dessa forma, a tônica inicial do jornal, era particularmente agressiva em relação à necessidade de “outro suporte”, para além do comércio e às atividades agrárias do município.

[...] Feira de Santana, devido a certas circunstâncias especiais que lhe dão uma condição privilegiada no momento, deve fazer um grande esforço para

217 A. Valente localizou no Feira Hoje uma atitude de relativa “independência” política e “intransigência” na cobrança do cumprimento das metas de desenvolvimento previstas pelo planejamento de Feira de Santana. Como demonstrado a seguir, esse posicionamento correspondia ao vínculo orgânico direto com os interesses de “longo prazo” da remodulação das relações de hegemonia em curso à época e, por isso, era pouco afeito aos reveses cotidianos ditados pelo “varejo” político. Cf. VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006 (Sem publicação).

218 INDUSTRIALIZAÇÃO – Uma realidade. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1970, p. 8.

tirar o maior proveito da fase que ora atravessamos. A experiência histórica registra que o progresso com base única no comércio pode ser passageiro, com ameaça de cessar, se retirada a sua causa fundamental.

Nossa cidade ganhou muito pela sua posição geográfica, tornado-se importante centro rodoviário. Quem nos garante que êsse fator permanecerá indefinidamente? O caminho certo, portanto, é industrializar.²¹⁹

Quase quatro anos depois de seu surgimento, o Feira Hoje mantinha o mesmo posicionamento:

Não se pode mais retroceder, o comércio, por si só, não tem mais condições para manter o desenvolvimento que a cidade alcançou, o outro suporte, já que a agricultura é bem rudimentar, quase primária, está na industrialização, na euforia que se tem graças aos incentivos, que já estão ficando escassos em razão da paralização de recursos.²²⁰

A argumentação análoga ao “toque de reunir” dos industriais, em 1966, e do prefeito João Durval, em sua mensagem à Câmara Municipal no começo do ano de 1970, era mais uma expressão de um projeto de remodelação hegemônica cujas engrenagens estavam em movimento desde muitos anos antes: o *sentido de urgência* na busca de ampliar a base de sustentação econômica das relações de hegemonia. A disputa dos valores correspondentes a esse projeto na sociedade civil admitia, inclusive, um discurso agressivo que reforçasse as possibilidades de sua penetração social. Assim, no Feira Hoje a crítica dirigida ao comércio, na impossibilidade de negar a importância dessa atividade em uma cidade cuja distinção tradicionalmente ligava-se a ela, foi acerca da sua efemeridade. O comércio seria uma atividade econômica que embora presente, de maneira ampla, no cotidiano feirense, do ponto de vista econômico seria não só instável, mas passível de regressão, à medida que os fluxos de mercadoria pudessem deslocar-se para outros centros urbanos emergentes na região. Quanto às atividades agrícolas, a denominação era bastante ilustrativa do papel atribuído a elas na nova etapa industrial que a cidade estaria ingressando, “rudimentar”. A crítica aí, era ao caráter incipiente e aos métodos “rudimentares” da produção local. Aspectos incapazes de dar sustentabilidade a uma cidade com o ritmo de crescimento como o de Feira de Santana, que na visão do jornal “marchava para o progresso” à época.

Esse “programa básico” do Feira Hoje foi lançado às vésperas do processo eleitoral de outubro de 1970. Embora, durante as eleições, a intervenção do jornal já tenha sido pautada na indicação, ainda que sutil, do candidato “mais preparado” para a continuidade da grande obra de desenvolvimento de João Durval Carneiro, foi nos marcos da gestão desse “continuador”, Newton Falcão (1971-1973), que se consolidou. Fundamentalmente, a atuação

219 INDUSTRIALIZAÇÃO. **Feira Hoje**. 28 de novembro de 1970, p. 2.

220 EUFORIA industrial. **Feira Hoje**. 24 de outubro de 1974, p. 3.

do jornal foi direcionada para a ênfase na necessidade que essa continuidade se concretizasse em iniciativas que dessem materialidade ao CIS e, por extensão, às suas condições de sucesso aos interesses que lhe eram subjacentes. Nesse sentido, o início dessa gestão foi especialmente tensionado para que o prefeito reiterasse como meta prioritária de sua gestão a dotação de infra-estrutura para o CIS, bem como a execução do Plano Diretor deste.

O povo feirense, através de eleição direta transcorrida na mais absoluta normalidade, escolheu o seu futuro prefeito na pessoa do Sr. Newton da Costa Falcão. Apesar da nossa neutralidade no pleito, nada nos impede de agora reconhecer que, dentro da opção oferecida ao eleitorado, a preferência popular foi acertada e demonstrou maturidade política.

É difícil acreditar que, se eleito alguém da oposição, este enfrentaria grandes obstáculos junto aos governos estadual e federal, com grandes prejuízos para a próxima administração municipal. As consequências não seriam tão desastrosas como disseram os arenistas durante a campanha. Não há dúvida, todavia, que será melhor para o interesse desta comunidade que haja boas relações do prefeito com o chefe do executivo estadual.

[...]

Sabe-se que o prefeito eleito já possui as metas principais que dará ênfase no seu governo: esgotos sanitários, instalação do Centro Industrial do Subaé e Universidade. Mesmo já tendo definido os seus mais importantes objetivos, uma administração moderna não pode dispensar o plano detalhado da sua execução.²²¹

Grosso modo, esse programa se manteve estável até o final da década de 1970. Por sua vez, é importante notar que a primazia da industrialização como *telos*, do projeto defendido pelo jornal, não era ausência de interlocução com os interesses enraizados nos outros setores econômicos, o que implicaria em uma visão corporativista e não em projeto de hegemonia, que necessariamente precisava aglutinar outros interesses ao longo de sua existência. Destarte, a própria conotação dada ao comércio e atividades agrárias era, significativamente, dimensionada dentro do objetivo mais geral de modernizar Feira de Santana, tendo como centro desse processo a industrialização. Como exemplo disso, ao longo de 1971 foi publicada uma série de matérias que abordava a impossibilidade de uma visão exclusivista do desenvolvimento de Feira de Santana, que tomasse a indústria em detrimento do comércio. A matéria inicial, *Por que não comprar em Feira?*, criticava o consumo em outros centros urbanos, o que causaria uma “espoliação” de Feira de Santana.²²² Já a segunda matéria manteve o argumento, mas fundamentava de forma “técnica” a avaliação feita anteriormente e o caminho sugerido. Dessa maneira, apontou os dois caminhos “metodológicos” mais conhecidos para provocar o desenvolvimento econômico e social de uma região: i) incremento dos fatores de produção, a partir do aproveitamento dos recursos regionais

221 NÔVO prefeito. **Feira Hoje**. 21 de novembro de 1970, p. 2.

222 POR que não comprar em Feira. **Feira Hoje**. 12 de dezembro de 1970, p. 11.

disponíveis e atração de capitais externos; e ii) a formação de poupança interna, que o jornal considerou geralmente feita de forma “forçada”, direta ou indiretamente, e viável somente em termos de “economia nacional”. Essa argumentação inicial era a base das proposições específicas para Feira de Santana:

Em nosso caso específico, de região, poderemos recorrer a dois processos. Um já posto em prática com o esforço que se vem desenvolvendo para a implantação do Centro Industrial do Subaé, e o outro seria o de menor porte; mas de sensível valor para a economia regional e de frutos imediatos e de baixo custo. Trata-se de se implantar a política e o propósito de comprarem fora da região aquilo que não existir no nosso mercado.

Se os consumidores da região de Feira de Santana deixarem o “luxo” de fazer uma infinidade de compras fora da região estarão provocando o desenvolvimento comercial, impedindo que os recursos financeiros sejam enviados para outros centros, criando e ampliando a faixa de emprego, desenvolvendo o setor de prestação de serviços etc.²²³

Na semana seguinte, a matéria *Porque comprar em Feira III* reiterava a posição anterior e, aparentemente, esboçava uma crítica à centralidade adquirida pela industrialização na agenda política local

O desenvolvimento da região de Feira de Santana, para ser verdadeiramente sólido, tem de ser feito fundamentado não só no crescimento do setor industrial, mas também com bases no setor agro-pecuário. Um setor, também, que precisa ser estimulado e protegido. Na Área comercial, por exemplo, necessitamos com muita urgência de uma ação protecionista desenvolvida por uma política de esclarecimento popular a fim de evitar que recursos financeiros, depois de gerados na região, sejam enviados para outros centros econômicos em troca de bens de consumo que poderiam ser adquiridos no próprio mercado da região.²²⁴

Contudo, no Feira Hoje a industrialização não expressava um projeto corporativo, mas a alternativa adequada ao intuito de “desenvolver” Feira de Santana, ante a impossibilidade dos outros setores econômicos em impulsionar esse processo. Nesse sentido, estes não deveriam ser excluídos, mas serem subsumidos aos interesses industrializantes através de sua absorção na dinâmica de modernização geral esperada para a cidade. Tanto mais, após destacar que agricultura, pecuária e comércio, expressavam como o “setor privado” não respondeu às necessidades da “nossa comunidade” e nem acompanhou a “tecnologia moderna”, a quarta matéria da série explicitou que

Nosso objetivo é incorporar o comércio ao processo de desenvolvimento econômico e social da região, dedicando-lhe maior atenção, e dinamizando a sua atuação e o seu comportamento frente à problemática do desenvolvimento.²²⁵

223 PORQUE comprar em Feira II. **Feira Hoje**. 19 de dezembro de 1970, p. 3.

224 PORQUE comprar em Feira III. **Feira Hoje**. 25 de dezembro de 1970, p. 3.

225 PORQUE comprar em Feira IV. **Feira Hoje**. 2 de janeiro de 1971, p. 3. Para indicações nesse sentido Cf. LOPES, Guilherme Augusto Almeida Santos. A permanência de uma hegemonia: comerciantes e comerciantes

Também foram publicadas, em menor escala, matérias que indicavam as possibilidades de interação entre indústria e agricultura, ou mesmo, da importância desta última atividade econômica para o município. Com isto, se quer indicar o caráter não corporativista do programa expresso pelo *Feira Hoje*: a relativa estabilidade, aludida acima, não significou a incapacidade de absorção e expressão de interesses que não industriais, mas, o seu atendimento desigual dentro ao programa básico dirigido pelos interesses industrializante. Este mesmo ganhou, inclusive, outros pontos ligados à pauta industrializante na medida mesma em que o projeto de modernização industrializante sofreu reveses ao longo da década de 1970.

A partir do momento em que no horizonte já estava configurado um virtual declínio da política de industrialização via incentivos da SUDENE, o *Feira Hoje*, crescentemente, adotou a reivindicação que seria o momento de maximizar os esforços locais no aproveitamento desse “modelo”. Essa tônica se estruturou em primeiro momento com base em uma apologia da “nova mentalidade” instaurada pela ação da SUDENE,²²⁶ transitando para a crítica da inação do poder municipal frente às possibilidades colocadas pela Superintendência, para, em seguida, ganhar contornos mais nítidos e propositivos de “esforço” para aproveitar os incentivos (antes que se exaurissem). Para tanto, o jornal indicava a necessidade do “povo” integrar-se na política de incentivos, através de investimentos nos empreendimentos locais que se encaixavam nessa categoria.

Os órgãos de Classes (Centro das Indústrias e Associação Comercial) devem tomar uma posição reivindicatória mais consciente da necessidade da implantação do Centro Industrial. Esperar, apenas, que a iniciativa parta do poder público é uma posição demasiadamente cômoda, que não conduz a nada. O povo, principalmente, os comerciantes e as pequenas e médias empresas existentes também podem oferecer a sua colaboração procurando aplicar os incentivos fiscais em empresas que estão sendo implantadas na região ou nas que estão em fase de captação de recursos. Poderíamos citar várias empresas que são dignas desse incentivo, mas não o fazemos para não adotarmos uma posição unilateral. O que desejamos despertar e o que defendemos é que os investimentos sejam feitos em indústrias regionais, pois assim não enviaremos nossos recursos para outras regiões.

Se conseguirmos despertar e conscientizar os empresários regionais para as vantagens de aplicar os seus recursos na própria região, poderemos dá um passo bem seguro para a nossa industrialização.

varejistas em Feira de Santana entre 1970 e 1992. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: poder, cultura e diversidade**. Caetitê: ANPUH-BA/UNEB, 2007. [CD-ROM].

226 Referência à “Nova mentalidade que se instaurou no Nordeste depois da SUDENE, principalmente no setor industrial”. *NOVOS* prefeitos. **Feira Hoje**. 30 de janeiro de 1971, p. 2.

A industrialização representa, para nossa região, liderada pela Feira de Santana, a independência econômica. Sem ela estamos condenados à estagnação e à paralisação.²²⁷

Importante atentar que também nesse aspecto havia correlação direta com as reivindicações dos industriais na década passada, que viam e almejavam a possibilidade de integrar-se, favoravelmente, na expansão de capitais do Centro-Sul mediante as políticas de incentivo fiscal à industrialização no Nordeste.²²⁸ A “colaboração” demandada se articulava a outro ponto, incorporado no decorrer do tempo, pelo Feira Hoje. O esforço para viabilizar a industrialização de Feira de Santana deveria ser intensificado pela circunstância desfavorável “concorrencial” que a cidade se via então envolvida. O jornal, insistentemente, repisou a ameaça representada pela emergência de outros centros urbanos, circunvizinhos, ao desenvolvimento de Feira de Santana. Essa percepção se expressou, mais fortemente ainda, a partir do início das operações petroquímicas em Camaçari. O argumento era que os potenciais investimentos destinados a Feira de Santana poderiam girar para aquela cidade, caso os esforços para a consolidação do CIS não fossem tomados como prioridade absoluta das gestões municipais e da “comunidade feirense” como um todo. Dessa forma, em 1978, uma notícia informava sobre artigo intitulado *ATRASSO*, de “um dos mais assíduos colaboradores”, sobre a existência das primeiras feiras de gado na região sob controle da Torre de Garcia D'Avilla, na área correspondente às atuais cidades de Camaçari e Dias D'Avilla. A breve resenha foi mobilizada para as próprias conclusões do Feira Hoje sobre a situação do desenvolvimento em Feira de Santana:

Pois bem o artigo nos faz lembrar o que já foi Camaçari e nos alerta para o que será dentro de pouco tempo, em razão de um desenvolvimento muito bem planejado e executado sem intenções políticas ou nenhum contingenciamento partidário ou passional.

O brilho de nossa estrela, representado pela hegemonia que a nossa cidade sempre deteve, anda ameaçado de ser empanado pelo fulgor de um pólo mais dinâmico e organizado; devemos, unir as nossas forças para trabalhar num planejamento eficiente.²²⁹

227 INDUSTRIALIZAÇÃO. **Feira Hoje**. 05 de fevereiro de 1974, p. 2.

228 Embora o indício mais específico encontrado não seja do mesmo ano, ainda assim a movimentação do CIFS também correspondeu a esse esforço em difundir a necessidade de aproveitar os incentivos fiscais e financeiros do período. Nesse sentido, não parece fortuito que o CIFS tenha publicado, em janeiro de 1975, um longo informe acerca dos programas do BNB de “Financiamento e Assistência ao Desenvolvimento Industrial”. A justificativa do informe foi que, “considerando ser o assunto de maior relevância para a classe”, o CIFS “julga-se no dever de comunicar e difundir a todas as indústrias as principais linhas de crédito para atender a financiamentos de projetos industriais”. Curiosamente, esse informe foi publicado não no Feira Hoje, mas sim no Folha do Norte. Provavelmente, a intenção era estabelecer uma interlocução maior com aqueles setores dominantes que, via de regra, não liam o “jornal do CIFS”. CENTRO das Indústrias. **Folha do Norte**. 11 de janeiro de 1975, p. 1 e 6.

229 LEMBRAR para planejar. Informações e Negócios [Coluna]. **Feira Hoje**. 27 de maio de 1978, p. 7.

Como é perceptível, a avaliação da possível perda da “hegemonia” de Feira de Santana fundamentava a defesa, renovada, de outros pontos programáticos do jornal, o planejamento como recurso político para o desenvolvimento e a condução dos interesses industrializantes por uma política “acima das paixões”. Tanto mais, um editorial de alguns meses depois demonstra, sinteticamente, o entrelaçamento desses aspectos

Sempre que se inaugura uma indústria no Centro Industrial do Subaé, merecia da população uma grande festa. E temos razão em dizer isto.

A cidade está passando pela fase de transição comércio-indústria, sofrendo as consequências de despolarização de suas atividades econômicas. Agora mais do que nunca tem que segurar e assegurar a sua industrialização para não ser tragada por outros polos e venha a se tornar apenas um saudoso entroncamento rodoviário.

[...]

Já se viu e já se foi testemunha de muitas cidades que se acabaram com o passar do tempo, pelo sonho eterno de suas lideranças, onde tudo parecia irreversível. Feira está nesta situação atualmente. Pensa-se que tudo virá para aqui pela força do seu crescimento. Mas quem quiser que não vá buscar o que necessita, não ofereça condições que as coisas voarão pela janela, ou passarão por debaixo dela.

Bem que se está avisando, para depois não se dizer que o tempo passou e ninguém alertou, agora é tarde, ninguém viu e não se tem mais condições.

Os políticos, principalmente eles, são os responsáveis mais diretos para isto. Foi por esta razão que receberam o mandato popular, não para nomear delegados, remover professores, fazer picuinhas, mas lutar pelos reais interesses desta cidade. Sem esta luta não se fará, nada se terá de concreto. Mais tarde seremos a cidade do “já tivemos”.²³⁰

Esses acréscimos programáticos, apresentados de maneira não exaustiva, indicam a historicidade do programa do Feira Hoje que, ao longo do tempo, sofreu sensíveis alterações, oscilações conjunturais até por fim do seu abandono na década de 80 do século XX. Não se trata aqui de uma análise específica desse processo de continuidades e rupturas, expressas na linha editorial do periódico, mas de salientar a sua importância estratégica para o projeto de modernização industrializante, já que era o principal mecanismo organizado de *disputa pública* desses interesses na sociedade civil. De certa forma, essa função já foi apontada na análise de A. Santos sob a perspectiva que em Feira de Santana era difundido um “discurso” que associava “progresso” e “indústria”, no período analisado.²³¹ Embora essa análise reconheça a especificidade desse processo de disseminação ideológica, não o vincula a dinâmica das disputas dos grupos sociais e seus projetos conflitantes. Nesse sentido, não se atenta a quais vínculos orgânicos esse “discurso” estabelece com agentes concretos. São justamente essas relações que permitem melhor equacionar o sentido da produção desse

230 MOTIVO de festa. **Feira Hoje**. 17 de agosto de 1978, p. 2.

231 SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade**: O sonho da industrialização. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2002, p. 123-128.

“discurso”, mas para tanto é necessário retomar o processo de fundação do jornal e atentar para de que forma os agentes ali presentes estavam ligados ao projeto de modernização industrializante na sua prática cotidiana, para além do trabalho, especificamente, jornalístico que os diferenciava. Na observação desses aspectos é possível perceber relações diretas desses jornalistas com o núcleo organizado dos industriais locais, o CIFS e com seus agentes políticos.

Entretanto, sobre o “núcleo fundador” as informações são bastante desiguais quanto a profundidade de referências. Em relação a José Carlos Teixeira, só foi possível encontrar, em relato do próprio Feira Hoje, que permaneceu como um dos dirigentes do jornal até parte do terceiro ano de atividades do periódico. A mesma fonte indica, também, que Luís Almeida não permanecia vinculado ao Feira Hoje na marca do segundo ano de existência do jornal. Entretanto, não foi possível encontrar informações mais específicas sobre a trajetória de ambos, mas nos dois casos a desvinculação do periódico, ao que parece, implicou na saída de Feira de Santana. Outros envolvidos na criação do jornal, Egberto Tavares Costa e Hélder Alencar, embora não apresentassem vínculos diretos com os dirigentes industriais locais, estavam vinculados ao projeto de modernização industrializante, desde a década passada. O primeiro foi membro destacado do Rotary Clube, organização que, em inúmeras oportunidades, se posicionou publicamente a favor da institucionalização dos interesses industrializantes, além de ser composta fundamentalmente de integrantes dos estratos sociais dominantes locais.²³² O segundo estava vinculado ao campo de interlocutores políticos prioritários da modernização industrializante, tendo composto o secretariado da gestão Joselito Amorim e atuando como colunista do Folha do Norte.²³³ Outro dos sócios fundadores, Raimundo Pinto, também se desvinculou ainda antes de findo o primeiro biênio de existência do jornal, mas sobre a trajetória desse agente algumas informações contribuem para situar a construção da linha editorial “programática” característica do Feira Hoje.²³⁴

A primeira das conexões a ser destacada foi sua inserção na gestão João Durval Carneiro, cujo último ano, 1970, marcou o surgimento do Feira Hoje. Raimundo Pinto ocupou cargos de alta direção nessa administração: secretário de Educação, assistente do prefeito e secretário de Administração. Obviamente, é coerente pensar que ao ter ocupado essas posições na articulação política dessa gestão se envolveu, diretamente, na construção das

232 Inclusive foi presidente dessa entidade no período 1983/84. Cf. COSTA, Egberto Tavares. **50 anos do Rotary Clube de Feira de Santana**. Feira de Santana: Rotary Clube, 1991, p. 55.

233 ALMEIDA, Oscar Damiano de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006, p. 198 e 210.

234 DOZE anos de imprensa livre. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1982, [s.p.].

condições de encaminhamento político de diferentes medidas industrializantes promovidas no período. Além disso, a partir de 1971, integrou a chefia do Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), mantendo-se com trânsito intenso pelos meios industriais locais, cuja direção geral cabia ao ex-prefeito João Durval Carneiro.²³⁵ Nesse mesmo ano lançou *Pequena História de Feira de Santana*, livro “eminentemente didático”. O autor, ainda no prefácio, especificou que a obra não apresentava “qualquer nova revelação histórica” resultante de “profundas e longas pesquisas”, mas somente “fatos” conhecidos pelos estudiosos “alinhados obedecendo a um estilo bem particular meu”.²³⁶ O intuito era, dessa forma, massificar o conhecimento sobre a história da cidade, através de uma obra que fosse de fácil “compreensão” aos estudantes feirenses, que pudesse chegar para além dos círculos de especialistas. Um ponto chama à atenção na obra: o ponto de culminância da história de Feira de Santana seria a sua industrialização, em curso à época. Tanto mais, a narrativa histórica da obra foi estruturada do presente para o passado, se permitindo também algumas considerações sobre o futuro:

O que eu vou afirmar a você, quanto ao futuro de Feira de Santana, não é o resultado de alguma consulta a uma cartomante ou a um astrólogo. Nada do que irei dizer posso garantir que realmente acontecerá. Ocorre, entretanto, que qualquer homem normal, diante dos acontecimentos presentes, pode muito bem observar certas tendências que possibilitam antecipar determinados fatos futuros. No caso da nossa terra, verifica-se atualmente que ela desperta de modo indiscutível para a industrialização. O interesse pela instalação de fábricas e mais fábricas entre nós cresce acentuadamente. Os Governos, por seu lado, também fazem grande esforços para alcançar aquele objetivo. Tudo indica, portanto, que o destino de nossa querida cidade é de tornar-se um importante centro industrial. O comércio tende certamente a progredir ainda mais, contudo perderá sua antiga primasia [sic]. Com a criação da Universidade, não posso deixar de prever também um considerável avanço, nos próximos anos, no setor cultural. São essas as minhas previsões com relação ao futuro de Feira de Santana, emitidas com base na realidade do presente. Façamos votos de que tôdas elas sejam confirmadas, para a felicidade de todos os feirenses.²³⁷

A perspectiva geral do livro guardava grande convergência com a linha editorial do Feira Hoje e, por extensão, com o projeto de modernização industrializante. Além disso, a obra é marcada por explícita apologia a João Durval Carneiro como artífice da industrialização local. Não à toa, no livro, uma figura do ex-prefeito tem como legenda “Este é João Durval O Prefeito que mais trabalhou para industrializar Feira”.²³⁸ A vinculação entre

235 Informações extraídas de PINTO, Raimundo A. C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971, passim; e ALMEIDA, .**Dicionário...** op. cit., p. 248.

236 PINTO, op. cit., p. 3.

237 PINTO, op. cit., p. 51.

238 Idem, p. 61.

grandiosidade da gestão e o advento da indústria foi bastante enfatizado por Raimundo Pinto, ao que parece, uma clara estratégia de construção da memória condizente com os interesses industrializantes da cidade. Se assim o foi, é corroborada a interpretação de um movimento convergente entre parte da elite política local e os interesses da fração industrial das classes dominantes feirenses. Todavia, interessa explicitar aqui o vínculo direto de um articulador da criação do Feira Hoje, com forte influência sobre a sua linha editorial, e outros agentes da modernização industrializante feirense.

Nesse último sentido, a relação de Raimundo Gama foi ainda mais explícita ao longo da década de 1970, período em que ocupou diferentes cargos na condução do Feira Hoje: diretor, membro do conselho diretivo e diretor superintendente. Dessa forma, em reunião da diretoria do CIFS em 21 de julho de 1975, informou sobre a formação da biblioteca da entidade e propôs a criação de uma revista com “assuntos de interesse da indústria”.²³⁹ Alguns meses mais tarde, em outra reunião de diretoria, expôs aos demais industriais a necessidade do CIFS tomar parte na doação de livros para a biblioteca da UEFS.²⁴⁰ Foi possível encontrá-lo, ainda, formulando uma nova política de atração de sócios ou articulando a intermediação do CIFS ante desgaste público provocado pela poluição de uma fábrica de cal nas imediações do Centro da cidade.²⁴¹ Esteve presente em diferentes grupos de trabalho e comissões internas do CIFS, geralmente com função organizativa e de sistematização, como uma em que o objetivo era “[...] preparar uma pauta de exposição de trabalhos a ser apresentada no segundo semestre [de 1978] em reunião das Classes Produtoras”.²⁴² Foi possível perceber essa dupla atividade concomitante, pelo menos, desde 1973. Concretamente, esses vínculos com o CIFS eram formalizados, pelo menos desde 1975: diretor cultural do CIFS, diretoria 1975/76; se manteve nessa função na diretoria 1977/78; foi 1º vice-presidente, diretoria 1979/81; e suplente do conselho fiscal, diretoria 1981/83. Assim, a relação de Raimundo Gama foi ainda mais orgânica com os industriais locais, já que em diferentes momentos na década de 70 do século XX, esse dirigente do jornal foi também dirigente do principal núcleo organizativo dessa fração dominante local.

239 CIFS. 21 de julho de 1975. 3ª Reunião de Diretoria. **Livro de Ata de Reuniões Ordinárias** [1973], p 6.

240 CIFS. 22 de setembro de 1975. 6ª Reunião de Diretoria. **Livro de Ata de Reuniões Ordinárias** [1973], p 8.

241 Respectivamente CIFS. 1º de fevereiro de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p 12; CIFS. 13 de fevereiro de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p 14.

242 CIFS. 13 de março de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p 18.

Por sua vez, outro caso análogo foi o de Dímpino Carvalho. Ainda em 1970, foi indicado para compor o Conselho deliberativo do CEDIN²⁴³ e também atuou ao longo de toda a década como ativo associado do CIFS. O registro mais remoto sobre sua participação nos debates internos do CIFS data de 1973: durante uma discussão sobre qual medida de resistência os industriais tomariam quanto a negativa do executivo municipal em conceder licença de funcionamento para indústrias localizadas no perímetro urbano que estivessem em desacordo com o PDLI, na qualidade de associado, D. Carvalho se manifestou em apoio da iniciativa da entidade de entrada com mandado de segurança contra a prefeitura. É significativo das relações de reciprocidade entre CIFS e Feira Hoje o registro que especifica o apoio:

Presente a Reunião na pessoa do associado Dímpino Carvalho o jornal Feira Hoje pronunciou-se dando seu apoio incontesti à causa ora em pauta, prontificando a divulgar este apôio em matérias a serem publicadas naquele jornal.²⁴⁴

Em 1975, em evento organizado pelo CIFS, com a presença do ex-governador Luís Viana Filho, Dímpino Carvalho foi o representante da entidade na ocasião. Em seu discurso lembrou que

[...] Se períodos de dúvidas, de incertezas, de dificuldades, marcam a vida do processo de industrialização de nossa região, temos sido até demasiadamente benevolentes com os que, propositadamente, ou não põem os interesses pessoais das altas e legítimas forças do progresso e do desenvolvimento. Junto à nossa posição de expectativa ao ver diminuir a velocidade das soluções dos nossos grandes problemas de infraestrutura e até mesmo o reconhecimento da ampliação da área do nosso Centro Industrial, sempre esteve presente em tôda classe, a esperança de que em um tempo não muito distante, a razão supere os caprichos e os interesses pessoais e junto à razão as forças que têm de conduzir os destinos de nossa terra para colocá-la no lugar em que seu povo aspira e merece.²⁴⁵

Evidentemente, correlacionado o pronunciamento com a tônica regular do Feira Hoje, saltam aos olhos traços comuns, principalmente aqueles referentes à crítica da “política” e defesa da continuidade do “processo de industrialização”, e a particular ênfase na ausência de uma solução para os problemas de infra-estrutura do CIS. Até 1979 foi possível localizar intensa atividade desse agente no debate interno do CIFS. Em 1978, diante de um cenário considerado difícil pelos industriais locais, Dímpino Carvalho propôs a organização de uma série de espaços de discussão da classe “para fazer um diagnóstico sobre a estagnação na

243 CEDIN I. Indústria e Negócios [Coluna]. **Feira Hoje**. 24 de julho de 1971, p. 4.

244 CIFS. 5 de junho de 1973. Assembléia Geral Extraordinária. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p 1.

245 UNIVERSIDADE, esgoto, duplicação os temas de Viana Filho. **Feira Hoje**. 25 de fevereiro de 1975, p. 3.

instalação de novas indústrias”. A sua proposição previa, ainda, que a atividade fosse articulada “juntamente com os Centros Industriais de todo o interior”.²⁴⁶ A lista não é exaustiva já que, do ponto de vista formal, D. Carvalho foi secretário geral do CIFS, diretoria 1974/75, e se manteve ainda nesse mesmo cargo durante as diretorias 1975/76 e 1976/77.

Em relação ao Feira Hoje, Dímpino Carvalho foi diretor do jornal até 1975, ao que parece, quando deixou também de ser sócio proprietário do periódico. No entanto, não só Raimundo Gama continuou na direção do jornal até o início da década seguinte, quanto a partir desse ano, os vínculos, inclusive econômicos, entre dirigentes do CIFS e Feira Hoje se intensificaram. Na direção do jornal, em 1975, passaram a constar José Olympio Mascarenhas, e Carlos Falcão e Alfredo M. Falcão. Este último, nesse mesmo ano, exercia a presidência do CIFS, primeira formalização de uma ostensiva atividade como dirigente industrial. Alfredo Falcão foi presidente do CIFS, diretoria 1975/76; 1º vice-presidente, diretoria 1976/77; membro do Conselho Fiscal da entidade, período 1977/78; 1º vice-presidente, na diretoria 1981/83; e novamente presidente do CIFS, diretoria 1983/85. Além disso, nesse mesmo momento, o próprio jornal passou a ser publicado pela Editora Jornal Feira Hoje LTDA, dirigida por Alfredo Falcão. Um dos mais ativos dirigentes do CIFS, a partir dessa incorporação, tornou-se também dirigente do Feira Hoje, compondo ao longo de todo restante da década o Conselho Diretivo do jornal e controlando sua sustentação econômica.²⁴⁷

A partir dessas constatações é possível divisar que o posicionamento do Feira Hoje acerca da modernização industrializante não se constituiu em algo fortuito ou resultante de uma retransmissão mecânica da ambiência ideológica do “milagre econômico”. A própria atuação do jornal construiu, em âmbito local, as condições de vigência desse ambiente ideológico, disputando que os interesses e valores associados ao projeto de modernização industrializante se tornassem o “senso comum” da época em Feira de Santana.

Para reatualizar a penetração dos interesses industrializantes na sociedade política, era necessário transformá-los em apelos da “comunidade feirense” e para isso era, por sua vez, necessário disputar a afirmação desses interesses entre as diferentes classes. Para tanto, era premente a existência de um aparelho que, mobilizando diferentes referências culturais, difundisse coerente e sistematicamente o programa da modernização industrializante. O grau de adesão das diferentes classes a esse projeto e, portanto, sua força na sociedade civil, era o elemento indispensável que reporia, constantemente, na pauta da sociedade política local a

246 CIFS. 12 de abril de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 20.

247 ALMEIDA, op. cit. e DOZE anos de imprensa livre. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1982, [s.p.].

industrialização como requerimento incontornável. É nesse sentido que o Feira Hoje foi parte da “engenharia” do projeto de hegemonia em curso em Feira de Santana nas décadas de 60 e 70 do século XX.

Algo que ilustra o grau de capilaridade do projeto de modernização industrializante na sociedade política, em 1970, era que a industrialização foi a tônica essencial dos discursos *arenistas*, além, evidentemente, dos industriais que lhe serviam como uma das raízes. A música de campanha de Newton Falcão expressa bem essa penetração, na medida em que a industrialização é a única proposição que aparece de maneira explicitamente definida.

Newton Falcão
 Todo o meu povo deu a mão
 Formou-se de novo
 A corrente pra frente
 O voto da gente
 É de Newton Falcão.

Newton Falcão
 É pela industrialização
 É a esperança do povo
 É a corrente de novo
 É o voto pra frente
 É o prefeito da gente.

Falcão vai ganhar de primeira
 Prefeito do povo
 Prefeito da Feira.

Voto pra frente
 O presidente está com a gente
 Antônio Carlos já é governador
 Agora é Falcão
 Pra mostrar nosso valor.

Newton Falcão
 Vai ser eleito prefeito
 Feira vai ser a sensação
 Do Brasil que tomou jeito
 Depois da revolução.

Falcão vai ganhar de primeira
 Prefeito do povo
 Prefeito da Feira.

Na Feira formou-se a corrente
 A corrente do voto pra frente
 Voto a voto, com o voto na mão
 Todo voto que é voto
 É com Newton Falcão.

Falcão vai ganhar de primeira
 Prefeito do povo

Prefeito da Feira.²⁴⁸

Embora não se possa atribuir, exclusivamente, ao Feira Hoje a propagação local da “salvação sócio-econômica pela industrialização” presente em Feira de Santana nos anos 1970, como aponta V. D. Moreira,²⁴⁹ é inegável a presença desse agente coletivo na construção desse consenso, tendo-se em vista inclusive os seus propósitos explícitos.²⁵⁰ Nesse sentido, como um indício particular que permite entrever o relativo sucesso da generalização social do projeto de modernização industrializante, é possível tomar como referência o poema *A Feira de Santana já vai sair da rua*.

[...]
O progresso acelerou
Com a industrialização
Feita por Chico Pinto
Amorim e Mané Falcão
Também com o turismo
Que já lhe deita benção.

Mas Feira vai crescer mais
Duzentos mil habitantes
vão já pra 500 mil
Suas fábricas garantem
Tá estourando no Norte
como diz o bom cantante.

Indústria traz gente
Mais produção e riqueza
A exemplo de São Paulo
Que é a maior grandeza
Feira LÊ no Nordeste
Sua Lição com certeza.

Tem largas avenidas
E ficam interditadas
Dia de segunda-feira
Não pode ficar parada
Não se anda mais direito
Com bancas espalhadas.

248 Apud FALCÃO, Adnil D. **Olhares sobre Newton Falcão**. Salvador: Idea Design, 2008, p. 119.

249 O trecho tem dimensão de memória e, portanto, vale sua reprodução integral: “A Feira de Santana dos anos 70 também pensa enxergar em seus horizontes a salvação sócio-econômica pela industrialização e, conseqüentemente, a cidade é dominada pela febre visionária do *progresso*, do *moderno*, do *novo*, que se alastra, diretamente, entre as chamadas *classes produtoras*: instalava-se (anos 70) o Centro Industrial do Subaé (CIS)”. MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana – Primeira Fase-Texto nº 2: A Feira está morta. Viva a Feira! **Sitientibus**, n. 5, jan/jun, 1986, p. 172.

250 Em que pese as oscilações e incorporações, a atividade do Feira Hoje foi orgânica ao projeto de modernização industrializante ao longo de toda a década de 1970, bem como a presença de dirigentes do CIFS na sua direção até 1983, quando foi adquirido por Modezil Cerqueira. Embora Raimundo Gama se mantenha como diretor superintendente, a composição do Conselho Diretivo foi completamente reformulada: Modezil Ferreira de Cerqueira, Modesto Cerqueira e Zildete Ferreira de Cerqueira.

Ao comércio, trânsito
 E ao povo, já atrapalha
 Também dona Prefeitura
 Quando limpa lixo e palha
 Carece de área própria
 Isolada de sua malha.

Não é supermercado
 Terá lugar verdadeiro
 Com camelô, feirantes
 Propagandistas, vaqueiro,
 Fateira, carregador
 Motorista e açougueiro

Enfim, todos feirantes
 Até poetas de cordel
 Como eu, o Maxado
 Que andam de deo em deo
 Vendendo estes livrinhos
 No Centro, estamos no céu.

No Centro abastecedor
 Não terá artigos no chão
 Deve ser higiênico
 Marco da civilização
 Pois Feira é cidade
 Tem industrialização.²⁵¹

Escrito entre 1976 e 1977 por Franklin Maxado, intelectual de matiz politicamente progressista e de auto-reivindicado posicionamento a favor da “cultura popular nordestina”,²⁵² o poema ao reelaborar, artisticamente, a iminência da extinção da feira livre de Feira de Santana, mesmo lamentando a sua saída, a percebe como necessária em uma cidade que se industrializa. É possível entrever no poema os argumentos centrais mobilizados à época para extinção da feira livre do Centro de Feira de Santana, entre eles que a “etapa industrial” da cidade pressupunha uma erradicação dos seus traços considerados “arcaicos”, a padronização e racionalização de todas as atividades, bem como a sua inserção em um plano previamente definido.

251 Apud ROSA, Antonio L. R. **Franklin Maxado**: o poeta desnudo. Feira de Santana: UEFS, [1995], p. 32-34.

252 Idem, passim.

4 O CENTRO DAS PAIXÕES

4.1 O Subaé é de João?

Como visto no capítulo anterior, se é coerente tomar as intervenções do Feira Hoje como indicador, as expectativas dos industriais acerca da gestão de Newton Falcão (1971-1973) eram relacionadas não só ao aprofundamento do processo de institucionalização do interesses industrializantes, mas especialmente que as medidas necessárias à concretização da infra-estrutura do Centro Industrial do Subaé (CIS) fossem encaminhadas com relativa rapidez. No entanto, foi justamente no transcurso dessa gestão que amadureceram os primeiros impasses em relação a esses dois objetivos.

Do ponto de vista da percepção dos dirigentes industriais, ao que parece, o real entendimento que uma estratégia de institucionalização da modernização industrializante, essencialmente restrita ao âmbito municipal, não seria suficiente para garantir a infra-estrutura necessária à viabilidade econômica do CIS mostrou-se somente ao término da gestão Newton Falcão. A posição do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) até dezembro de 1970 era, essencialmente, de entusiasmo com o desencadeamento do processo de industrialização e relações “confortáveis” com o executivo municipal. Tanto mais, em relatório de atividades, seus dirigentes registraram a sua admiração aos fundadores da entidade e

Também nossa admiração ao Sr. Prefeito desta cidade, Sr. Dr. João Durval Carneiro, cujo apoio, através da sua invejável compreensão e boa vontade, vem elevando cada vez mais o nível industrial desta cidade, com a implantação de várias indústrias no Centro Industrial de Subaé e dando melhores condições à nossa entidade, com uma subvenção, neste ano, de Cr\$ 5.900,00, sendo que de início recebemos Cr\$ 5.000,00 cujo destino foi a aquisição do mobiliário das nossas Secretaria e Diretoria.²⁵³

Em outros momentos desta dissertação já foi apontado o caráter peculiar de uma alternativa municipal, em relação à criação de um distrito industrial, em âmbito da Bahia até então. Contudo, diferentes autores têm apontados o contexto de forte centralização, no âmbito

253 CIFS. **Relatório da Diretoria do Centro das Indústrias de Feira de Santana 1970**. 31 de dezembro de 1970, p. 1. Segundo orçamento previsto para a Secretária de Expansão Econômica de Feira de Santana, em 1970 o CIFS recebeu de fato Ncr\$ 5.900,00 e, em 1971, Cr\$ 2.000,00. Interessante notar que a “subvenção” era discriminada diretamente enquanto “Auxílio para o Centro das Indústrias de Feira de Santana”. Em 1971, conjuntamente com o CIFS, a ACFS também foi agraciada com uma subvenção de Cr\$ 5.000,00. FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei Orçamentária nº 652 de 5 de dezembro de 1969** (orça a receita e fixa a despesa do município de Feira de Santana para o exercício financeiro de 1970). 1969, p. 143; e FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei Orçamentária nº 688 de 8 de dezembro de 1970** (orça a receita e fixa a despesa do município de Feira de Santana para o exercício financeiro de 1971). 1970, p. 190.

federal, de decisões relacionadas ao desenvolvimento econômico e seu planejamento, durante o período do regime ditatorial de 1964. Nesse sentido, embora essa alternativa tenha possibilitado uma relativa vantagem inicial em relação aos outros potenciais espaços de atração de inversões do capital do Centro-Sul, essa “margem de manobra” mostrou-se, desde logo, limitada pelas debilidades financeiras inerentes à esfera administrativa municipal, insuficiente para estimular a infra-estrutura industrial em escala necessária, e, por outro lado, porque o grau de influência das classes dominantes locais e, em particular, dos industriais se mostrava excessivamente mediato para viabilizar esses interesses rapidamente, via outros níveis de ação estatal.

A gestão de Newton Falcão foi ainda um marco inicial de uma trajetória em que o CIS foi “pinçado” para dentro dos conflitos político-partidários. Em primeiro modo, esse aspecto se intensificou no quadro das disputas internas entre os interlocutores prioritários da modernização industrializante na sociedade política. Embora existam versões distintas sobre as motivações desses conflitos internos, que assumiram a forma pública de atritos entre a gestão de Newton Falcão e o governo estadual de Antonio Carlos Magalhães (1971-1974), é possível estabelecer que um dos seus efeitos mais diretos foi “truncar” a institucionalização dos interesses industrializantes.

Efetivamente, pelo menos, desde meados de 1972, a relação conflitiva entre o prefeito N. Falcão e João Durval Carneiro assumiu conotação pública. A divergência tornou-se aberta à medida que se configurou o boicote sistemático, por parte dos vereadores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sob direção de J. D. Carneiro, do encaminhamento de projeto do executivo que o autorizaria a contrair empréstimo de até Cr\$ 5.000.000,00, para execução de obras consideradas urgentes pela prefeitura. O *Feira Hoje* expressou a divergência nos seguintes termos

Como os vereadores que seguem a liderança do sr. João Durval não têm comparecido à Câmara, evitando a votação do projeto, que já conta com o apoio da bancada da oposição, os observadores políticos estão concluindo que os desentendimentos entre o prefeito Newton Falcão e o ex-prefeito já assumiram, de há muito, ares de rompimento.

Outros, vão mais além ao afirmarem que o rompimento entre o sr. João Durval e prefeito Newton Falcão já estava sendo esperado, tendo em vista as ligações entre o primeiro e o governador Antônio Carlos Magalhães, que, praticamente, lançou a candidatura do ex-prefeito à Prefeitura de Feira de Santana, e o vem apoiando de há muito tempo. O rompimento seria, para o sr. João Durval, uma demonstração de confiança e solidariedade ao governador Antônio Carlos Magalhães.²⁵⁴

254 SUCESSÃO. *Feira Política* [Coluna]. **Feira Hoje**. 29 de julho de 1972, p. 2.

Interessa salientar também que a inferência, feita pelo periódico, acerca das tensões internas da ARENA local, foi que, se o “rompimento” se configurasse de fato, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganharia mais um aliado na disputa eleitoral daquele ano, a família Falcão. Para o Feira Hoje, esta já demonstrava “a sua omissão, durante o processo eleitoral, no apoio do candidato do seu partido”, o que fortaleceria o “partido oposicionista”.²⁵⁵ Na memória de Adnil Falcão, chefe de gabinete do governo Newton Falcão, sobre essas circunstâncias, o elemento definidor da contenda entre o governador do estado e o prefeito de Feira de Santana era a perseguição à família Falcão, empreendida pelo primeiro devido ao seu conflito com o Jornal da Bahia, dirigido por João Falcão.²⁵⁶ Contudo, embora esse aspecto não precise ser descartado, a contenda adquire outra faceta se relacionada com outro aspecto da dinâmica arenista: a família Falcão era um tradicional e influente núcleo “juracisista” dentro da ARENA do interior baiano, o que para um político em rota ascensional movida, em parte, pela capacidade de “canibalismo” sobre os grupos políticos abrigados na sua legenda, deveria ser um obstáculo a ser neutralizado.²⁵⁷ Obviamente, esse quadro foi potencializado pelas próprias disputas internas da ARENA local, em torno do processo eleitoral de 1972.

Parte substancial dos recursos referentes ao possível empréstimo seriam direcionados à infra-estrutura do CIS, tida como uma das prioridades da gestão Newton Falcão. Dessa forma, provavelmente por um cálculo político que visava maximizar a ressonância do desgaste do executivo municipal, o CIS foi “instrumentalizado” como móbil de ataque pelo arenistas alinhados ao governador Antonio Carlos Magalhães. A memória de Adnil Falcão oferece uma descrição sintética, de uma agente centralmente vinculada ao processo, sobre como tornaram-se “terreno minado” as questões referentes ao CIS. Quanto a esse aspecto, o relato é bastante ilustrativo:

Essa obra – prioridade do governo anterior, que deu os primeiros e significativos passos para a industrialização local, com grande repercussão político-eleitoral – não podia render dividendos para o prefeito de então. Os seus opositores não admitiam que ele levasse o mérito pela instalação do CIS. A intenção era adiá-la até 1973, quando João Durval seria reconduzido, assim esperavam, à Prefeitura Municipal, e poderia dar continuidade ao processo industrial em curso, com o apoio de Antônio Carlos Magalhães. Os interesses do município que ficassem para depois!

Toda uma estratégia foi montada, para impedir a obtenção dos recursos necessários à implantação da infra-estrutura do Centro. As retaliações

255 Idem.

256 Cf. FALCÃO, Adnil Dias. **Olhares sobre Newton Falcão**. Salvador: Idea Design, 2008, p. 110-114 e 132-134.

257 DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, p. 559.

tornaram-se mais evidentes com a aproximação das eleições de 1972 e o encaminhamento à Câmara Municipal do projeto que pedia autorização para contrair o empréstimo, já mencionado, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Newton conquistou o apoio da oposição para a proposta. Receosos de que ele pudesse conseguir os pretendidos recursos, os ex-aliados mobilizaram-se: vereadores “durvalistas” começaram por boicotar a apreciação do projeto, deixando de comparecer às sessões da Câmara, e, depois, rejeitaram-no sumariamente, sem discussões. João Durval Carneiro – que tentou, durante toda a gestão do prefeito, montar um governo municipal paralelo, com sede no CEDIN – encaminhou, ao dirigente da comuna, correspondência solicitando que retirasse o projeto de empréstimo da Câmara de Vereadores (!). Na carta, ele assegurava que o “Governador Antônio Carlos Magalhães havia se comprometido em avocar para o Estado a total responsabilidade pela implantação da universidade, do projeto de esgotos e das obras de infra-estrutura do CIS”, não havendo, portanto, necessidade do projeto em questão.²⁵⁸

Nesse momento, a atuação do Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN),²⁵⁹ embora continuamente ligada à modernização econômica das unidades produtivas reivindicada pelos industriais desde a década anterior, se “politizará” precocemente: o ex-prefeito João Durval Carneiro, como o diretor geral desse órgão, cumpriu o papel de preposto principal da política de Antonio Carlos Magalhães na esfera local. Foi a partir desta posição

258 FALCÃO, **Olhares...** op. cit., p. 150.

259 O CEDIN foi a maturação da resposta do governo estadual à movimentação das classes dominantes do interior baiano, notadamente dos industriais, expressa no movimento de “comitês de fomento” da segunda metade da década de 60 do século XX. A princípio essa resposta foi dada através da criação do PROINTER, em 1967, como programa de assistência às pequenas e médias empresas. Como corolário desse programa houve a institucionalização dessa política, através da criação do CEDIN, em convênio com a United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), em 1970. O seu projeto, em 1968, já indicava Feira de Santana como sede. Para tanto, os argumentos arrolados apontavam para a primazia da cidade em relação aos outros pólos potenciais de crescimento industrial do interior do estado, do ponto de vista dos indicadores econômicos. Contudo, também era especificada a forte atividade de segmentos sociais interessados na industrialização como um desses argumentos. Destarte, o projeto corrobora a interpretação que a forte atuação local possibilitou a “captura” do CEDIN para o “raio de ação” das classes dominantes feirenses e, notadamente, para o de sua fração industrial. Importante notar que o tipo de assistência prestado pelo PROINTER e, posteriormente, pelo CEDIN confluía para as antigas reivindicações de auxílio para modernização gerencial e assistência para captação de financiamento. Por ora, basta reter que o CEDIN funcionou, nos marcos do projeto de modernização industrializante de Feira de Santana, como o centro de irradiação sistemática das inovações técnicas sem as quais o processo de integração preconizado pelos industriais locais não seria possível. Não obstante, o órgão também cumpriu a função de “trincheira” nas disputas da sociedade política local e, por motivos explicitados adiante, esse aspecto da atuação do CEDIN foi acompanhado prioritariamente aqui. Cf. BAHIA, Governo do Estado da. Secretaria da Indústria e Comércio. **Programa de Fomento à Indústria no Interior**. Relatório do primeiro ano de atividades 1967/1968. Salvador: SIC, 1968; BAHIA, Governo do Estado da. Secretaria da Indústria e Comércio. **PROINTER – Programa de Industrialização do Interior**. Relatório de dois anos de atividades 1967/1968. Salvador: SIC, 1969, p. 49-52; e BAHIA, Governo do Estado. Secretaria de Indústria e Comércio. **Pedido de assistência ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (fundo especial) para o estabelecimento e operação de um centro de assistência e desenvolvimento de pequenas e médias indústrias**. Salvador: SIC, 1968, p. 19 e 32-33. Ainda que sob outro enfoque teórico ou de maneira menos minuciosa, esse caráter convergente da atuação do CEDIN com o projeto de modernização industrializante local também foi percebido, respectivamente, por SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: O sonho da industrialização**. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2002, p. 123-128; e VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006 (Sem publicação).

institucional que João Durval fez suas intervenções no debate político local tendo como justificativa central as “limitações” do município em assegurar a política de industrialização, em clara tentativa de “instrumentalizar” politicamente o CIS. No entanto, essa “instrumentalização” se sustentava porque a movimentação do governo estadual já incluía, desde 1971, um Programa de Distritos Industriais do Interior, baseado na experiência do próprio CIS em conjunto com a do Centro Industrial de Aratu (CIA).²⁶⁰ Os objetivos básicos do programa eram: i) estimular a criação e ampliação de unidades industriais (especialmente, empresas processadoras de bens produzidos regionalmente) nos maiores centros urbanos do interior, mediante a oferta de terrenos equipados a baixo custo e outros incentivos fiscais e financeiros; ii) promover o disciplinamento locacional dos projetos industriais a serem implantados ou realocados no interior; iii) evitar que se agravassem os efeitos negativos da alta concentração industrial que se formava na Região Metropolitana de Salvador (RMS), promovendo-se condições para aumentar a renda e o emprego no interior.²⁶¹ Ao que tudo indica a iniciativa do governo Antônio Carlos Magalhães era ampliar politicamente a absorção institucional daqueles segmentos das classes dominantes da Bahia que, desde meados da década anterior, pautaram a necessidade de expandir a industrialização ao interior do estado, a partir de seus “pólos de crescimento”.²⁶²

Nesse sentido, de dupla condição de manobra política conjuntural e expressão de interesses sociais de médio prazo, aconteceu a assinatura por Antônio Carlos Magalhães, do decreto nº 23.119, em 12 de outubro de 1972, que destinava recursos correspondentes a 5% dos *royalties* do petróleo recebido pelo estado baiano, ao programa de industrialização estadual. Nesse mesmo lance, ainda segundo a chefe de gabinete de Newton Falcão à época, o

260 PINHEIRO, José Moura. **Industrialização baiana**: o Programa de Distritos Industriais do Interior. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFBA, 1991, p.29.

261 Idem, p. 26-27.

262 Das cidades que, na década de 1960, tinham “comitês de fomento” da Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR), três delas foram “abrigadas” dentro do Programa de Distritos Industriais do Interior: Vitória da Conquista, Ilhéus e Jequié. Havia, inclusive, críticas técnicas à viabilidade econômica da iniciativa. José Almeida, por exemplo, criticou a ausência de interesse do governo estadual no desenvolvimento agrícola e a imitação da política nacional, cujo resultado era a intenção de “interiorizar a industrialização”. Entre outros aspectos equívocos, segundo ele, o tipo de industrialização almejada não seria capaz de induzir o desenvolvimento na agricultura e, além disso, não serviria como “remédio” para o desemprego, devido ao perfil intensivo em capital das indústrias atraídas pela política estadual. A crítica era, inclusive, à vinculação do CEDIN ao Programa de Distritos Industriais do Interior, já que para J. Almeida esse órgão deveria se concentrar no combate ao “hiato tecnológico” dos empreendimentos locais e possibilitar um programa de agroindústrias. A avaliação final foi que o comprometimento do órgão com a política de Distritos Industriais sacrificaria tanto a sua “missão” quanto seus “objetivos” Cf. ALMEIDA, José. O desenvolvimento econômico da Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, ano 3, n. 13, p. 19-40, jul./set. 1972. De qualquer sorte, a resolução política do governador em executar a “interiorização da indústria” se mostrou substancial. O primeiro governo estadual de Antonio Carlos Magalhães concentrou a maior parte dos recursos aplicados nos distritos ao longo do período em análise: 62% dos recursos foram aplicados na fase de instalação, entre 1971-75, enquanto no período de 1976-1980 declinaram para 15%, considerando uma série até 1986. Cf. PINHEIRO, op. cit., p. 33.

governador prometeu recursos de Cr\$ 450.000,00 para Feira de Santana, que se destinariam às obras de infra-estrutura do CIS, através do CEDIN. No entanto, a condição exigida pelo executivo estadual era “que o órgão municipal – perdendo a sua autonomia – passasse para a órbita do Estado”.²⁶³ De forma articulada, seguiu-se uma tentativa na Câmara Municipal, através de projeto datada de 28 de novembro de 1972, de revogar a lei que criou a autarquia municipal Centro Industrial do Subaé, bem como declarações do secretário de Indústria e Comércio, Fernando Talma Sampaio, pressionando pela estadualização do CIS. Contudo, provavelmente diante da derrota de João Durval Carneiro, no pleito eleitoral desse ano, o governo estadual paralisou, no início de dezembro, os “entendimentos” sobre a incorporação do CIS ao programa do governo do estado.²⁶⁴

Na mensagem em que fez um balanço de sua gestão, Newton Falcão explicitou a sua percepção das iniciativas do governo estadual, enquanto manobra de “desgaste” e efetuou uma associação que marcaria toda década de 1970: ter o controle sobre a política de industrialização, em termos compatíveis com as diretrizes nacionais, era algo do qual dependia a própria autonomia de Feira de Santana.

Com surpresa, entretanto, tomei conhecimento da apresentação de um projeto, por um Vereador da ARENA, extinguindo o Centro Industrial do Subaé; proposição que a Câmara Municipal reconheceu ilegal vez que não partira do Executivo. Posteriormente, provocado sobre este assunto pelo Sr. Secretário da Indústria e Comércio através de ofício datado de 30 de novembro do ano passado, em que o Governo do Estado avocava à responsabilidade da execução das obras de infra-estrutura do CIS; ofício logo substituído por outro, em que o Estado chamava à sua responsabilidade a implantação e a administração do Centro. Convoquei o Conselho Deliberativo do CIS que, opinando, entregou a resolução político-administrativa ao Prefeito, como Chefe da Comuna. Muita publicidade se fez sobre o assunto. Mas, analisando todos os aspectos do problema optei pela autonomia, pela liderança e pela autodeterminação de Feira em sua luta pela industrialização, dentro, evidentemente da política global do Presidente Médici e da orientação da SUDENE. O objetivo de Feira de Santana é a realização de serviços que contribuam para o seu progresso. Pouco importa a origem dos recursos, se Federal, Estadual ou Municipal, desde que sujeitos a uma orientação e planejamento acertados. O que se buscava contudo no episódio da estadualização do CIS, era enfraquecer a Administração Municipal, era diminuí-la, com o que não poderia eu concordar, face ao respeito que nos homens de bem se traçam e que a função pública exige. As portas ficaram abertas para um convênio. A função do Estado deveria ser a de co-participação e não a de exclusão. Feira deseja a ação conjugada e não a sua eliminação. O Centro Industrial do Subaé continuará a ser a mola mestra da nossa industrialização.²⁶⁵

263 FALCÃO, *Olhares...* op. cit., p. 51.

264 SUBAÉ, afinal uma decisão. *Feira Hoje*. 13 de dezembro de 1972, p. 2.

265 PREFEITURA Municipal de Feira de Santana. Mensagem do prefeito. *Feira Hoje*. 1º de fevereiro de 1973, p. 13-14.

Entretanto, a movimentação dos industriais locais não passou ao largo das possibilidades trazidas por uma possível estadualização dos seus interesses. No quadro de conflitos entre o executivo municipal e o executivo estadual, a tática adotada pelo CIFS se pautou pragmaticamente, pela escolha do ponto de apoio mais forte e que oferecesse as melhores condições de estabilidade aos seus interesses, mesmo em detrimento de outros vínculos tradicionais.²⁶⁶ Nos relatos disponíveis sobre as circunstâncias, é possível entrever uma forte movimentação no sentido de incluir as outras frações dominantes locais no esforço impulsor da continuidade da institucionalização dos interesses industrializantes e, para tanto, aproveitar a “brecha” aberta em âmbito estadual. Essa movimentação, concretamente, se configurou ainda em 1972 na primeira tentativa de estadualizar o CIS por parte dos dirigentes industriais feirenses.

Como é notório, após as eleições de 15.11.72 Feira de Santana passou a ter um governo de oposição.

As Representações de Classe a esta altura já haviam percebido de que o Plano de Desenvolvimento Integrado da Prefeitura Municipal de Feira de Santana que garantia a infra-estrutura imprescindível aos dois Distritos Industriais em formação, o Plano Piloto ao longo da BR 324 e o Distrito do Tomba, somente poderia ser concretizada com o apoio do governo Estadual. O então Presidente do CIFS, Sr. José Alexandrino de Souza, convocou, em 08.12.72, uma reunião com a presença de todas as Representações de Classe locais (Associação Comercial, Centro das Indústrias, Sindicato Rural e Clube dos Diretores Lojistas), o Prefeito em exercício, o Prefeito eleito, o Superintendente do CIS, o Diretor Geral do CEDIN e o Representante do Secretário da Indústria e Comércio objetivando transferir a administração dos Distritos Industriais de Feira de Santana para a esfera estadual, tendo em vista a impossibilidade técnica e financeira do município para concluir a infra-estrutura dos nossos Distritos Industriais.²⁶⁷

Todavia, o próprio quadro de disputa interna na ARENA, que acelerou a adoção dessa tática entre os industriais, inviabilizou o sucesso da tentativa de estadualização²⁶⁸ na medida

266 N. Falcão, então prefeito, pertencia à família Falcão, núcleo familiar com sólidas relações com o CIFS desde a sua fundação e fonte de alguns de seus principais dirigentes. Manoel Falcão, seu irmão, foi o presidente da entidade nas suas duas primeiras gestões, mantendo-se ativo e influente nas suas decisões internas do Centro. Outro de seus irmãos, Alfredo Falcão, foi um dos principais dirigentes do CIFS, a partir da segunda metade dos anos 1970.

267 A seção do documento de onde foi extraído o trecho chama-se, não ao acaso, *Influências e Paixões Políticas*. CIFS. **O Centro das Indústrias de Feira de Santana**. [1979], p. 3-4. O insucesso em estadualizar o CIS, nesse momento, reverberou na memória dos industriais como ponto crucial de inflexão negativa do projeto de industrialização gestado no final da década de 1960. Cf. CIFS. **Razões fundamentais para instalação de uma indústria e a escolha do município**. [1979]; CIFS. **Centro Industrial de Feira de Santana**. 7 de março de 1978; CIFS. **Discurso de posse de Francisco Serafin**. 12 de junho de 1981; e CIFS. **30 anos – CIFS**. 1995.

268 Para os industriais a perspectiva de estadualização, provavelmente, ganhou contornos mais definidos com a movimentação do governo estadual de implementação dos distritos industriais do interior. Inclusive, o discurso oficial era que “a implantação planejada de distritos industriais foi a opção central de política de industrialização do interior”. Vide texto do secretário de Indústria e Comércio, Fernando Talma Sampaio, em 1973. SAMPAIO, Fernando Talma. *Estratégia do desenvolvimento industrial da Bahia*. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 5, n. 18, p. 32-36, out./dez. 1973.

mesma em que a sua aprovação dependia de uma estabilidade entre seus interlocutores políticos prioritários, fora de alcance no momento. Essa instabilidade foi acentuada sobremaneira pela derrota política da ARENA na eleição municipal de 1972.²⁶⁹ Embora seja sensato relativizar qualquer “surpresa” arenista quanto a referida derrota, uma vez que um traço da atividade política é a necessidade de antevisão, o seu efeito não de todo previsto foi colocar, através da vitória do MDB, a questão da política industrial municipal ainda mais no centro das “paixões”. Dessa forma, já em setembro de 1973 o CIS era utilizado como um *móvil* nas disputas políticas locais: a bancada da ARENA se manteria sem comparecer às sessões extraordinárias da Câmara Municipal, segundo declaração de seu líder Dival Machado, enquanto não fosse especificado no projeto do executivo para contratação de empréstimo de Cr\$ 2.000.000,00, a destinação de Cr\$ 800.000,00 para aquisição de equipamentos para a Superintendência de Urbanização de Feira de Santana (SURFEIRA) e Cr\$ 1200.000,00 para implantação do sistema viário do CIS.²⁷⁰ Efetivamente, a emenda ao projeto nº 13/73, de 20 de agosto de 1973, foi apresentado pela bancada da ARENA, com ampla cobertura do *Feira Hoje*.²⁷¹ Aliás, diante de um recuo do prefeito José Falcão (1973-1977), em relação ao projeto original, o periódico noticiou em primeira página: “Prefeito cede Subaé receberá benefícios”.²⁷² Mesmo salientando os outros projetos que seriam encaminhados depois dessa movimentação da ARENA, um referente à SURFEIRA e outros sobre pagamentos do funcionalismo, a ênfase da notícia foi que:

A grande vitória da oposição foi conseguida, porém, no que diz respeito ao problema da consolidação do Centro Industrial do Subaé. O prefeito municipal que tinha enviado à Câmara projeto de lei solicitando empréstimo

269 A ARENA disputou o processo eleitoral dividida: Alberto Oliveira, candidato pela ARENA I, e João Durval, pela ARENA II. Por sua vez, o candidato do MDB foi José Falcão da Silva. A dinâmica específica desse revés eleitoral da ARENA, conjuntamente com outros aspectos da sociedade política, não foi objeto de análise própria aqui. No entanto, é possível indicar, como uma possibilidade interpretativa, que os interesses industrializantes conseguiram se institucionalizar, com relativa facilidade enquanto a alternativa hegemônica de desenvolvimento local devido ao ambiente repressivo da época, já que este proporcionou o seu encaminhamento na sociedade política local sem a necessidade da construção de um consenso na sociedade civil muito mais amplo que aquele estabelecido entre as “classes produtoras”. Dessa maneira, diante de uma oposição política local em franco processo de reorganização, as eleições de 1972 podem ter revelado a debilidade, fora do âmbito do Estado restrito, do projeto ao qual a ARENA era a representante prioritária. Essa interpretação tem por referência a análise de F. H. Cardoso acerca dos traços gerais da experiência de planejamento no Brasil até então: segundo ele, “[...] os planos foram definidos por grupos restritos de técnicos e políticos e foram aprovados pelo sistema político tradicional, embora sua justificativa mais geral tenha sido apresentada, quase sempre, em nome dos que não estão participando do progresso econômico e dele devem vir a beneficiar-se por imperativos éticos-políticos e para assegurar o crescimento nacional. Tudo isso ocorreu dentro de um quadro geral de baixa informação política e de consenso limitado quanto às soluções políticas e econômicas concretas, embora com a aceitação generalizada, no plano ideológico, quanto à necessidade do fortalecimento da Nação”. CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 172.

270 ARENA quer consolidar Subaé. **Feira Hoje**. 8 de setembro de 1973, p. 1.

271 EMENDA do ARENA a favor do Subaé. **Feira Hoje**. 20 de setembro de 1973, p. 1.

272 PREFEITO cede Subaé receberá benefícios. **Feira Hoje**. 27 de setembro de 1973, p. 1.

de dois milhões de cruzeiro, sendo Cr\$ 900 mil cruzeiros para a aquisição de máquinas e um milhão e duzentos mil cruzeiros para “outros fins” retirou o projeto, para transformá-lo em dois: o primeiro, solicitando créditos de um milhão de cruzeiros para a Surfeira e o segundo solicitando um milhão de cruzeiros para o sistema viário do Subaé.

Assumiu, ainda, o prefeito José da Silva, um compromisso de honra com a bancada da Arena, através do líder Dival Machado, para aumentar a verba orçamentária destinada ao CIS.

É que no orçamento para 1974 o executivo destinou, numa previsão de vinte e dois milhões de cruzeiro, apenas seiscentos e cinquenta mil cruzeiros para o Subaé, o que não demonstrava muita boa vontade no sentido de consolidar o Centro Industrial do Subaé.²⁷³

De maneira correlata a esse processo de “politização”, no CIFS o ponto programático de institucionalização da modernização industrializante assumiu, progressivamente, a tônica de crítica da “política” e sua “ingerência” no CIS. Concomitantemente a isso, se configurou a radicalização das acusações, em que essa política era vista como “interesses pessoais” e “caprichos” colocados acima do “progresso” e do “desenvolvimento”, e, portanto, empecilho ao processo de industrialização, já que impedia o encaminhamento da infra-estrutura necessária para o CIS. Assim, na Assembléia Geral Extraordinária, em 20 de maio de 1974, convocada para eleição de nova diretoria do CIFS, ambos os aspectos atravessaram as principais intervenções dos dirigentes: depois das falas de Manoel Falcão e Dímpino Carvalho acerca das necessidades industriais de infra-estrutura, Francisco Serafin frisou que “[...] indústria é Progresso, e só com assistência e apoio aos industriais que o Setor industrial de Feira de Santana sem política e com unificação [terá] possibilidade de ver crescer o Centro das Indústrias”.²⁷⁴ Interessante notar que a crítica da “política” se referia, inclusive, ao próprio funcionamento da entidade, pelos menos ao nível discursivo, já que nessa mesma ocasião, o ex-vereador, Manoel Falcão fez um relato sobre seus cinco anos na direção do CIFS, dizendo que “[...] política partidária não teve nenhuma influência no Centro, uma vez que pelos estatutos do Centro não (era) é aceita”.²⁷⁵ A síntese proposta, no debate interno do CIFS, foi o intuito de ampliar as atividades da entidade, estreitando os vínculos com as outras entidades,

273 Idem.

274 CIFS. 20 de maio de 1974. Assembléia Geral Extraordinária. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 4. Esse dirigente industrial serve como um indicador particular de um processo mais amplo de integração política, que teve o CIFS como *locus* privilegiado, das classes dominantes locais com agentes forâneos. Nascido na Alemanha, em 1925, Frank Serafin Niwiadomaky chegou ao Brasil com naturalidade italiana e com o nome de Francesco, em 1952. Depois se naturalizou brasileiro, adotando o nome Francisco, e dirigiu várias empresas no Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. Chegou em Feira de Santana em 18 de setembro de 1972, como diretor da PETERCO do Nordeste Produtos Elétricos S. A. A partir daí, como demonstrado a seguir, manteve intensa atividade enquanto dirigente do CIFS, sendo presidente da entidade entre 1976 e 1983. Cf. FRANCISCO Serafin, o alemão da indústria feirense. **Blog da Feira** [Edição impressa]. 12 de agosto de 2009, [s.p.].

275 CIFS. 20 de maio de 1974. Assembléia Geral Extraordinária. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 4-5.

representativas das outras frações dominantes, e um maior envolvimento do próprio CIFS na condução daquelas atividades relacionadas às modificações no conjunto social em Feira de Santana, necessárias à indústria. A situação era vista como um impasse no “desenvolvimento dos industriais locais”, tanto mais que dessa avaliação, em reunião de diretoria em 7 de julho de 1975, ficou “[...] definido que o Centro deve ampliar suas atividades no sentido de uma solução dos problemas gerais”.²⁷⁶

Não à toa, a gestão José Falcão da Silva, em que pese ser do MDB, sinalizou uma convergência considerável com esses interesses industrializantes, na medida em que a avaliação dos industriais reunidos no CIFS sobre ela, notadamente no período 1974-1976, foi considerada de “ótimas relações”. Nesse sentido, documento interno do CIFS, *O Centro das Indústrias de Feira de Santana*, ao apresentar narrativa sobre a ação da entidade na resolução dos problemas do CIS, fez um balanço do período:

Naquela época o entrosamento entre as Classes Empresariais, a Prefeitura e seu Secretariado, foi excelente e inclusive, graças aos esforços em conjunto da Prefeitura e das Representações de Classe, algumas melhorias nas prestações de serviços foram alcançadas.²⁷⁷

Em balanço informal, sobre seus anos iniciais de gestão, José Falcão considerava que já havia cumprido “40 por cento” do que prometeu “em praças públicas”. Entre os elementos destacados, embora pretendesse ainda maior assistência ao CIS no restante do mandato, estava a avaliação que o Centro Industrial já tinha um “mínimo” de infra-estrutura necessária ao seu funcionamento nos cinco anos seguintes.²⁷⁸ Efetivamente, essa gestão se notabilizou por um esforço considerável em operacionalizar aspectos infra-estruturais necessários ao CIS. Somado a isso, também se distinguiu pelo aprofundamento qualitativo das mudanças estruturais requeridas, de racionalização do conjunto de Feira de Santana, pelo projeto de modernização industrializante: foi essa gestão que encaminhou os procedimentos de extinção da feira livre de Feira de Santana, concretizada em 10 de janeiro de 1977. Significativo da convergência apontada, foi que, quando inquirido acerca das motivações da extinção da feira, a declaração de José Falcão não deixa dúvidas:

[...] tomando todo o raio de ações das artérias centrais da cidade os problemas por ela evocados passaram a incomodar a cidade de Feira de Santana que passa de uma fase estreitamente comercial para etapa industrial.²⁷⁹

276 CIFS. 7 de julho de 1975. 2ª Reunião de Diretoria. **Livro de Ata de Reuniões Ordinárias** [1973], p. 5.

277 CIFS. **O Centro das Indústrias de Feira de Santana**. [1979], p. 6.

278 PREFEITO se diz feliz nestes dois anos. **Feira Hoje**. 1º de fevereiro de 1975, p. 3.

279 Apud SANTOS, op. cit., p. 121.

Contudo, os industriais se orientavam nesse período pela tentativa de estabilizar a política municipal de industrialização, ainda de forma coerente com o intuito de institucionalização dos seus interesses. Foi na busca dessa “estabilidade” que, taticamente, sua ação se orientou em direção de uma reformulação do pleito de estadualização do CIS para uma outra medida que, no horizonte momentâneo, indicava maior probabilidade de ser bem sucedida.²⁸⁰ Nesse sentido, a partir de julho de 1976, o CIFS pautou sistematicamente a possibilidade do “reconhecimento” estadual do CIS através de um convênio entre a prefeitura municipal de Feira de Santana e o Governo Estadual, com o objetivo de garantir a infraestrutura necessária ao Centro Industrial. Em visita a Feira de Santana, por ocasião de solenidade de posse conjunta das diretorias do CIFS, ACFS e Sindicato Rural de Feira de Santana (SRFS), o próprio secretário de Indústria e Comércio, Emanuel Vargas, publicizou a possibilidade do convênio:

O Governo, há cerca de dez ou oito meses atrás, encaminhamos [sic] uma minuta de um convênio à Prefeitura Municipal e o convênio é uma pretensão do Governo, que deseja celebrá-lo desde dezembro do ano passado. No entanto, o fato não se concretizou, dependendo ainda de uma resposta do prefeito municipal, em relação ao documento que está em suas mãos.²⁸¹

No princípio, essa movimentação dos dirigentes industriais tentou encaminhar pragmaticamente a reivindicação através da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sem um debate público mais ostensivo que, por ventura, voltasse a “politizar” a questão. Todavia, em agosto de 1976, o convênio já era a principal temática de críticas de João Durval Carneiro à gestão de José Falcão. Novamente, João Durval foi a público para criticar a “negativa” do Executivo Municipal em assinar o convênio, o que segundo ele, implicava na fuga de

280 Embora não tenha sido possível determinar isso a partir de indícios da própria percepção dos agentes, a intensificação nesse momento dos esforços dos industriais em promover essa estabilidade do CIS provavelmente se configurou no quadro mais amplo das expectativas de reaquietação econômica no Nordeste. A provável base das expectativas era dupla. A redefinição do sistema de incentivos fiscais federais, consubstanciada no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) em 1974, objetivava dar maior fluência ao processo de integração produtiva, como indica declaração do presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Nilson Holanda, em 9 de julho de 1976. Esperava-se que 1976 marcasse uma retomada do dinamismo da industrialização via incentivos. Além disso, as intenções governamentais expressas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) geraram, também, otimismo nos meios empresariais nordestinos. Vinculado a esse Plano, o governo federal lançou um programa específico para o Nordeste. Um dos seus trechos afirma que a “estratégia de crescimento acelerado e da transformação social para o Nordeste, concebida no II PND, ao definir o objetivo de expansão da economia regional a taxas superiores às visualizadas para o Brasil como um todo, confere à indústria, cujo crescimento deverá ocorrer a ritmo anual da ordem de 15%, caráter altamente prioritário e função eminentemente dinamizadora do processo de desenvolvimento”. Não sem conexão, Nilson Holanda, também em 1976, afirmou que “temos seguros indícios de que o período do II PND constituirá uma nova etapa na política de desenvolvimento regional do País, de importância decisiva para os destinos do Nordeste”. Fontes respectivas: HOLANDA, Nilson. O FINOR e o Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 7, n. 3, p. 381-386, jul./set. 1976.; HOLANDA, Nilson. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 7, n. 2, p. 219-321, abr./jun. 1976, p. 227; e BRASIL, Governo do. Ministério do Interior. **SUDENE. II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1975, p. 108-109.

281 OFICIALIZAÇÃO do CIS depende da prefeitura. **Feira Hoje**. 18 de julho de 1976, p. 3.

potenciais industriais interessados em se instalar na cidade, mas que desistiam ante a falta de infra-estrutura. J. Durval, inclusive, lembrou seu papel na criação do CIS, bem como a tentativa de incluí-lo no Programa de Industrialização Estadual, para dizer que:

Agora no governo do professor Roberto Santos, voltamos a pleitear a ajuda do Governo do Estado, na implantação das obras de infraestrutura do Centro Industrial do Subaé, o que contou com a decisiva compreensão do governador, que chegou a autorizar a celebração de convênio entre o Governo do Estado, através [d]a SIC, e Prefeitura municipal, com a interveniência do Cedin, para que o CIS fosse administrado diretamente pelo Estado, através do Cedin, e se responsabilizava pela implantação da infraestrutura. Infelizmente, porém, a minuta do convênio foi remetida à Prefeitura de Feira, há mais de oito meses, e se encontra preso na gaveta do senhor prefeito municipal.²⁸²

O arremate da argumentação foi dizer “que com essa atitude o prefeito só tem prejudicado Feira de Santana”. Por sua vez, na semana subsequente às declarações de João Durval, foi publicada a justificativa do prefeito, em que é possível perceber similitudes com os argumentos mobilizados por Newton Falcão, em 1973. Segundo José Falcão

O convênio pretendido pelo governo estadual, através da Secretaria de Indústria e Comércio, para administração do Centro Industrial do Subaé, contraria totalmente os interesses do município, desde quando toda autonomia até então exercida, seria transferida para a área estadual, ficando porém com Feira de Santana, com a sua Prefeitura, os encargos maiores [referentes a desapropriação de toda área do CIS].

[...]

O que não é certo é que não se trata de um problema pessoal, pois hoje sou o prefeito e amanhã será outro. Não fica bem a um município que já tem a sua autonomia reduzida, abdicar desse direito.²⁸³

Ambas as falas eram polarizadas pelo então iminente processo eleitoral, previsto para novembro de 1976. A sucessão de citações ainda necessita ser complementada por uma outra que, publicamente, expressava o “estado de espírito” dos dirigentes industriais de Feira de Santana. Poucos dias antes das declarações do diretor geral do CEDIN e do prefeito, o *Feira Hoje* já se posicionava, em editorial, sintomaticamente, intitulado “Acima das Paixões”, sobre a “responsabilidade” do voto nas eleições vindouras. Depois de advertir que o “simples voto de protesto se transformaria em instrumento de suplício para quatro anos de estagnação subsequente”, o jornal apontou que

Civismo é procurar o engrandecimento de sua terra. Sabe-se que dezenas de industriais estão dispostos a investir em Feira de Santana, com novas fábricas e mais empregos. Aguardam a escolha do prefeito, que contando com o governo tenha condições de levar infraestrutura para o incipiente parque industrial. Não vale a pena entrar no clube de certos “heróis” que

282 CIS precisa de infraestrutura. **Feira Hoje**. 5 de agosto de 1976, p. 3.

283 É PREJUÍZO o Cis ficar com o estado. **Feira Hoje**. 12 de agosto de 1976, p. 3.

vivem nas delícias dos grandes centros e só nos tempos de eleições aparecem como mentores. As promessas são sempre adiadas como as linhas do horizonte. Isso seria até uma negociata com a opinião das massas sofredoras, mas por índole brasileira, sem laivos de revolta. Será que voltamos aos políticos profissionais?²⁸⁴

Em um contexto em que o bipartidarismo deu um tom “plebiscitário” aos processos eleitorais, já que o voto diretamente vinculava-se a “aprovação” ou não do governo, censurar o “simples voto de protesto” indicava uma tentativa de incidir sobre a base eleitoral daquele que era o maior canalizador institucional dessas manifestações, o MDB.²⁸⁵ A intenção subjacente é clara: defender o alinhamento com a ARENA como meio para o “engrandecimento” de Feira de Santana. Além disso, a referência aos “heróis” se configurava, ao que tudo indica, em uma alusão à Francisco Pinto, agente com forte apelo popular e capaz de provocar grande agitação política na cidade, que cumpria funções partidárias fora do âmbito feirense. Contudo, a citação interessa menos aqui por esses aspectos conjunturais e mais pela reivindicação geral de uma prática política “acima das paixões”, coincidente com o posicionamento adotado pelos industriais. Como apontado, no capítulo anterior, essa semelhança não era fortuita, mas sim resultante de relações de reciprocidade organizativa entre dirigentes do CIFS e a direção do Feira Hoje. Conjuntamente à posição intransigente a favor da “transferência” do CIS para o governo estadual, expressa na atuação da ARENA, e da defesa da “autonomia” municipal sobre a decisão da política de industrialização, expressa via MDB, esse posicionamento do jornal conformava uma das linhas fundamentais no debate público sobre o CIS, ao longo da década de 1970.

Nesse cenário de indesejada “politização”, a própria interlocução privilegiada que ARENA oferecia aos interesses industrializantes se viu, ela própria, “truncada” pela fragilidade da unidade arenista, devido a persistência dos conflitos entre a família Falcão, tradicional sustentáculo do partido localmente, e a trajetória ascendente de Antonio Carlos Magalhães. Tanto mais, que ao saber da vinda do então presidente das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS), Antonio Carlos Magalhães, para o comício do candidato arenista ao executivo municipal, o deputado federal Wilson Falcão teve que afirmar publicamente que essa participação em nada modificaria “a posição da família Falcão, de integral apoio à candidatura de Angelo Mario”, o candidato da ARENA a prefeito.²⁸⁶

284 ACIMA das paixões. **Feira Hoje**. 28 de julho de 1976, p. 2.

285 A argumentação se baseia em FLEISCHER, David. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. **Revista de Ciência Política**, v. 23, n. 1, p. 12-39, jan./mar. 1986, p. 29.

286 NÃO há rompimento político. **Feira Hoje**. 5 de novembro de 1976, p. 1.

A linha de discurso público adotada pela prefeitura municipal, em dezembro, foi apontar que a autonomia administrativa local, acerca da política de industrialização, garantia que no quadro estadual de “corte” de verbas para os distritos industriais estaduais, o CIS não fosse afetado. Não obstante, o posicionamento “autonomista” não parecia se dever, unicamente, às finalidades “instrumentais” da política partidária. Exemplar disso era o posicionamento de Raimundo Torres, superintendente do CIS e, inclusive, representante da PRODEFESA no III Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia (ECFIB), em 1969.²⁸⁷ Comentando sobre como esse corte de verbas estadual não afetaria o CIS, em vários momentos defendeu uma “alternativa municipal” como melhor saída institucional, que deveria ser replicada em outros municípios, como garantia do seu próprio desenvolvimento. Tanto mais, concluiu afirmando

[...] que as comunidades não devem ficar isoladas dos seus problemas e aspirações pois sempre que ouço falar de que industrialização deve ser obra do Estado, vejo o município abrindo mão de uma prerrogativa que é sua, de lutar pelo seu desenvolvimento, e ficar sujeito às mudanças de posicionamento do governo, com relação à industrialização no interior.²⁸⁸

Concretamente o CIS foi colocado, incontornavelmente, no centro do debate político, assumindo polarizações institucionais, prefeitura *versus* governo estadual, e conotações político partidárias, ARENA *versus* MDB em âmbito local. Essa situação do “cabo de guerra”, tendo a política de industrialização como “corda”, foi vista com profunda hostilidade pelos dirigentes industriais. A avaliação feita pelos dirigentes do CIFS era que o intenso processo de “politização” do CIS inviabilizou a efetiva continuidade dos seus interesses e, por extensão pode também ser dito, da modernização industrializante. Nesse sentido, é significativo que o presidente do CIFS, Francisco Serafin, quando questionado quanto às suas perspectivas para 1977, respondeu que “este ano foi um ano político, e no próximo todos estaremos livres, para trabalharmos mais e melhor”.²⁸⁹

Se a perspectiva dos industriais, ao término de 1976, era a efetiva possibilidade do encaminhamento mais estável dos seus interesses e concretização da tática adotada, o convênio CIS/SIC, o ano de 1977 não implicou mudanças muitos substanciais do quadro. O impasse sobre o convênio se arrastou ao longo de todo o ano, embora tenha havido um momento em que seu desenlace pareceu estar próximo, já que o superintendente do CIS, Raimundo Torres, e o secretário de Indústria e Comércio, Emanuel Vargas Leal, retomaram as conversações para um novo convênio, dessa vez oriundo de uma articulação entre o

287 Vide o primeiro capítulo.

288 CIS continuará crescendo. **Feira Hoje**. 11 de dezembro de 1976, p. 3.

289 PROBLEMAS do CIFS foram analisados. **Feira Hoje**. 10 de dezembro de 1976, p. 1.

Conselho Nacional de Planejamento Urbano, da SUDENE, e o governo do estado.²⁹⁰ No entanto, um breve parêntese se faz necessário aqui. Esse ano fornece um indício interessante para evidenciar o caráter da crítica da “política” promovida pelos dirigentes industriais feirenses.

Como é evidente pela descrição da dinâmica de ação dos industriais, a veemência dos ataques à “política” referia-se, ora mais ou menos explicitamente, ao contexto de prevalência do MDB na sociedade política local (vide APÊNDICE B). Se considerado que o quadro político que possibilitou o rápido encaminhamento dos interesses industrializantes foi marcado pela primazia arenista, construída a partir da repressão aberta propiciada pelo golpe de 1964, aparece ainda mais claro o sentido do posicionamento dos industriais. A industrialização de Feira de Santana, enquanto centro da agenda política local, foi constituída em uma ambiência política “comprimida”, quanto aos projetos em disputa, cujo acesso da fração industrial teve fluência devido à relação orgânica com a força política predominante na circunstância, a ARENA. Uma vez desfeitas essas condições, com o fortalecimento da oposição ao regime ditatorial, a “política” se tornou campo muito mais complexo e conflitivo para o encaminhamento dos interesses dessa fração, habituada ao conforto de um cenário político “exclusivista”.²⁹¹ Nesse sentido, a crítica à “política” não era uma recusa *in totum* das relações políticas, inclusive, partidárias, mas a reiteração de um posicionamento que tentava bloquear a rediscussão na sociedade política da identidade estabelecida entre seus interesses e os “interesses feirenses”, conquistada em fins da década anterior.

Dessa forma, embora a “instrumentalização” do CIS pelos arenistas causasse pontos de insatisfação, esses agentes eram vistos como os prepostos *naturais* desse posicionamento. Nesse tocante, uma carta do CIFS ao secretário de Indústria e Comércio, Emanuel Vargas Leal, é ilustrativa de que a crítica às “paixões políticas” tinha alvo bastante preciso e, portanto, não conformava uma aversão à política. O objetivo da carta era obtenção de recursos

290 SUPERINTENDENTE do CIS com Emanuel Vargas. **Feira Hoje**. 25 de agosto de 1977, p. 1.

291 Nesse sentido, como uma indicação teórica mais geral, é importante considerar que o aspecto autocrático da burguesia no Brasil não se caracteriza por um “obscurantismo”, mas pela tentativa de controle *exclusivo* das condições e efeitos das inovações sociais. Cf. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 384. Além disso, a partir de análises referentes aos anos 1970, é possível constatar que a percepção dos industriais sobre o regime político, via de regra, não era de contrariedade à sua dimensão autoritária, mas de crítica aos possíveis bloqueios ao seu acesso privilegiado às arenas decisórias da política econômica. Logo, a crítica se revestia de uma dimensão *particularista* e revelava traços autoritários, já que o Estado poderia “continuar como 'campo privado das elites', desde que os empresários sejam incluídos no jogo do poder”. Essa perspectiva estava associada à tendência de valorização da supressão do conflito, uma vez que a *ordem* e a *estabilidade* eram consideradas condições necessárias para o desempenho de suas atividades econômicas. Cf. BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 157-60 e 175-179.

para estruturar os serviços de orientação e assistência às pequenas indústrias locais, dificultados pela falta de recursos financeiros da entidade. Depois de circunstanciar as dificuldades das pequenas indústrias e a afluência dessa demanda sobre o CIFS, o argumento final foi que

Se por sua vez queremos analisar o aspecto político de nossa comunidade, facilmente podemos deduzir que também neste ponto o Centro das Indústrias leva vantagem por ter como objetivo principal o desenvolvimento e apóio às classes produtoras, seja isto no sentido jurídico, técnico ou financeiro.

Pelo meu ver, prezado Dr. Emanuel, dispomos de uma penetração muito sadia de homens que gozam de todo o prestígio e consideração na comunidade. Falta-nos apenas o meio para podermos transformar o Centro das Indústrias em eficiente instrumento de apóio ao Govêrno na luta para o desenvolvimento desta região.²⁹²

Dois aspectos merecem relevo. Primeiro, a menção sutil, mas evidente, da possibilidade de mobilizar politicamente a “penetração” do CIFS. Em segundo, a ambivalente sugestão que essa mobilização seria em torno de uma “política de desenvolvimento”, embora a referência ao “prestígio e consideração na comunidade” não deixe de insinuar possibilidades de seu uso no “varejo” político. Entretanto, essa não era uma abertura à política “em geral”, mas remetida especificamente aos seus interlocutores políticos prioritários, seja pela origem e vinculação social de seus componentes, seja pela capacidade governamental de acionar recursos para execução dos interesses dos industriais. Uma vez determinado o caráter da crítica à “política” feita pelos industriais, é possível fechar o parêntese e retomar o curso da narrativa, tendo em vista, inclusive, que essas relações de reciprocidade política delineadas continuaram presentes na movimentação do CIFS ao longo de todo o período analisado.

Todo o “arrastar”, ao longo de 1977, de uma resolução sobre o convênio motivou que o CIFS promovesse uma ofensiva ao longo do ano 1978. Embora os dois primeiros meses do ano não fossem marcados por movimentação muito expressiva, março foi iniciado com uma tentativa de acionar o Ministério do Interior para intervir na situação industrial feirense e iniciativas de diagnóstico do quadro para subsidiar esses contatos.

Em que pese não ser possível mensurar as conexões diretas entre esse movimento inicial dos industriais e o reaquecimento da polêmica sobre o controle do CIS, é significativo de relações de reciprocidade a retomada das contendas públicas pouco mais de uma semana depois desse esforço de síntese dos dirigentes industriais. Esse reaquecimento se deu através das considerações ásperas trocadas por dirigentes de dois importantes órgãos relacionadas à modernização industrializante, o CEDIN e a autarquia do CIS. Em março, Luís Oliveira de

292 CIFS. *Carta ao Secretário da Indústria e Comércio, Emanuel Vargas Leal*. 18 de janeiro de 1977, p. 2.

Almeida, diretor administrativo do CEDIN, na qualidade de “feirense”, declarou que “estimaria” que o CIS fosse integrado ao Programa de Distritos Industriais do Estado da Bahia, o que só traria “benefício” ao município.²⁹³ Por seu turno, essa declaração motivou outra do superintendente do CIS, Raimundo Torres, que retrucou a intenção do governo estadual, criticando a sobreposição dos órgãos ligados ao desenvolvimento industrial, bem como afirmando entendimento do CIS com os centros industriais de Itabuna e Alagoinhas, no sentido de criar um “órgão próprio” de apoio a industrialização do interior.²⁹⁴

Em 24 de abril de 1978, o CIFS promoveu uma reunião especial com a presença do superintendente do CIS, Raimundo Torres, cujo objetivo foi o debate dos problemas infra-estruturais: esgotos, pavimentação das vias de acesso, transportes, melhoria no fornecimento de energia elétrica, telefone e telex, e, evidentemente, o convênio entre prefeitura e governo estadual. Interessante notar que a avaliação dos industriais sobre a situação indica que havia ceticismo quanto ao impasse no encaminhamento de seus interesses.

Essa exploração de todos os problemas encontrados no CIS para tentar conseguir executar o plano [diretor], foi muito bom por sabermos que muitas portas estão fechadas. Pergunto se existe alguma porta entre aberta ou alguma esperança.²⁹⁵

No mês seguinte, em 15 de maio, outra reunião especial foi realizada, dessa vez com a presença do diretor geral do CEDIN, Jairo Carneiro, com o propósito de discutir o que o órgão estadual poderia fazer “para melhorar a infra-estrutura” do CIS. O posicionamento, ao longo de toda a reunião, de J. Carneiro foi o de ressaltar o entrave constituído pela administração local do CIS. Tanto mais, quando perguntado acerca das atribuições do CEDIN em relação ao centro industrial feirense, esse agente foi taxativo: “o órgão não tem competência para envolver-se na dotação ou melhoria de infra-estrutura física do Centro Industrial do Subaé”. Entretanto, sinalizou com duas possibilidades que indicam o aspecto, prioritariamente, político da sua presença na reunião. A primeira seria, um “mecanismo de cooperação e a articulação” entre o executivo municipal e o governo estadual. Contudo, a sua ênfase foi em relação ao segundo caminho aventado

[...] outra que já foi concebida há algum tempo e poderá ser novamente concebida com alguma estratégia, seria se transferir para a competência do Estado, toda a responsabilidade pela gestão do programa [municipal de industrialização].²⁹⁶

293 O GOVERNO quer é estadualizar os centros industriais da Bahia. **Feira Hoje**. 16 de março de 1978, p. 3; e a retificação de L. O. de Almeida em “O GOVERNO quer é estadualizar os centros industriais da Bahia”. **Feira Hoje**. 18 de março de 1978, p. 3.

294 EMPRESA é para desenvolver os centros. **Feira Hoje**. 19 de março de 1978. p. 3.

295 CIFS. 24 de abril de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 24-25.

296 CIFS. 15 de maio de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 27.

Via de regra, o diretor do CEDIN procurou exacerbar a percepção dos industriais acerca do entrave representado pelo governo municipal aos seus interesses, em linha de atuação que, por contraste das possibilidades oferecidas pelo governo estadual, reiterava os vínculos prioritários entre arenistas e industriais. Nesse sentido, Jairo Carneiro terminou sua participação no encontro se colocando ao lado dos industriais “por não se conformar com os empecilhos que atrapalham o progresso do Município, sem estar contra ninguém, mas sempre do lado do bem estar da comunidade”.²⁹⁷

Na percepção interna do CIFS, o momento se apresentava como de extrema fragilidade do processo de industrialização local e já configurando o seu possível “esvaziamento”. Não à toa, o debate interno da entidade girou em torno de iniciativas de formulação e compreensão do processo em curso. Basta ter em vista, nesse caso, a proposição do dirigente industrial e ex-diretor do Feira Hoje Dímpino Carvalho, em abril de 1978, de organização de uma série de espaços de discussão da classe “para fazer um diagnóstico sobre a estagnação na instalação de novas indústrias”.²⁹⁸ No entanto, após esse processo inicial de sistematização de uma análise de conjuntura, o CIFS adotou uma tática de pressão direta sobre aqueles órgãos do aparato estatal que estavam ao seu alcance imediato.

No dia 18 de maio de 1978, depois de reunião preparatória, foi realizada reunião com a presença dos industriais, do prefeito, diretor da SURFEIRA, secretário de Serviços Urbanos, secretário de Expansão Econômica e secretário de Finanças, bem como o superintendente do CIS.²⁹⁹ Nesse “Encontro do CIS” foi estabelecida uma comissão com a finalidade de definir as medidas necessárias para a melhoria e adequação da infra-estrutura do CIS. Efetivamente essa comissão funcionou até julho, pelo menos ao nível dos registros encontrados. A comissão centrou esforços em dois sentidos complementares, por um lado, produziu um memorial sintetizando a situação do CIS e, por outro lado pretendia acionar Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Departamento Estadual de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Telecomunicações da Bahia S. A. (TELEBAHIA) E Empresa Baiana de Saneamento e Esgoto S. A. (EMBASA).³⁰⁰

É possível perceber a adoção de uma tática de encaminhamento de interesses que, provavelmente, se orientou pela percepção que o acesso direto a essas agências de Estado

297 Idem, p. 29.

298 CIFS. 12 de abril de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p 20.

299 ENCONTRO com industriais marcado pelo CIS: dia 18. **Feira Hoje**. 16 de maio de 1978, p. 1; e NECESSIDADE industrial vai ser analisada hoje. **Feira Hoje**. 18 de maio de 1978, p. 1.

300 COMISSÃO estuda as propostas dos empresários. **Feira Hoje**. 15 de junho de 1978, p. 1.

seriam menos “política” e, portanto, mais efetiva. Contudo, essa comissão continuou “crivada” pelas disputas políticas que envolviam a questão da industrialização feirense e, nesse sentido, teve efetividade bastante limitada para encaminhar soluções que correspondessem aos interesses industrializantes.³⁰¹ Tanto mais, rotarianos, com conexões diretas com o CIFS, se pronunciaram logo após o término dos trabalhos dessa comissão. A tônica, não por mera coincidência, era de crítica à “politização” do desenvolvimento e seu conseqüente entrave por essa razão.³⁰² Nessa perspectiva, no mesmo período, o CIFS tenta articular outros canais institucionais, de escala regional e nacional. Dessa forma, o contato com o Ministério do Interior, realizado em novembro, manteve a tônica, mais pragmática que a usada em âmbito local, de crítica ao uso “político” da infra-estrutura dos distritos industriais. A tática adotada de tentar encaminhar “tecnicamente” os seus interesses é confirmada através de proposição apresentada, pelo CIFS, ao Ministro do Interior, Ignácio Rangel Reis, em novembro de 1978. A proposta era a criação de um grupo de trabalho regional para encaminhar o “problema dos Distritos Industriais”, com técnicos da SUDENE, representações de classe e os próprios empresários, objetivando “encontrar uma solução”. Entretanto, a sugestão tinha pretensões maiores que a idéia de um grupo de trabalho deixa entrever

A criação deste Grupo de Trabalho e, eventualmente como resultado um Setor permanente com sede nos Escritórios Regionais da SUDENE e sob responsabilidade conjunta da SUDENE e dos empresários ou suas Representações de Classe, evitaria, de um lado, desperdício desnecessário de recursos canalizados aos Órgãos Municipais e Estaduais, responsáveis pela administração dos Distritos Industriais, e, por outro lado, a utilização desses recursos com objetivos políticos, criando infra-estrutura sadia em municípios sem indústrias, porém de interesse político, em prejuízo de Centros ou Distritos Industriais já existentes, como no caso de Feira de Santana.³⁰³

O objetivo expresso, evidentemente, era reduzir a mediação exercida pelos agentes da sociedade política, pelo menos em nível estadual e local, na condução direta dos interesses industriais. Desde 1978, pelo menos, os dirigentes industriais tentaram viabilizar uma institucionalização de seus interesses a partir da articulação de outras instâncias fora da polarização entre Executivo Municipal e o Executivo Estadual, através do Ministério do Interior e da SUDENE. A proposição, como visto, consistia em impulsionar a transformação do CIS em uma “figura jurídica” independente de ambas as instâncias de poder político, estadual e municipal, e administrada pela própria SUDENE. Uma carta do CIFS ao

301 COMO anda o projeto de infraestrutura do CIS? **Feira Hoje**. 7 de julho de 1978, p. 3.

302 Os rotarianos foram Jonathas Telles de Carvalho e Teódulo Bastos de Carvalho Jr. Cf. **ROTARY** se preocupa com o desenvolvimento local. **Feira Hoje**. 2 de agosto de 1978, p. 3.

303 CIFS. **Carta ao Ministro do Interior Inácio Rangel Reis**. 20 de novembro de 1978, p. 3.

Superintendente da SUDENE, assinada por Francisco Serafin, em 9 de abril, explicita ainda mais os condicionamentos da proposta, bem como indica que o formato institucional proposto era pautado desde o ano anterior

Volto a insistir naquilo que já me permiti dizer-lhe perante a câmera de televisão em São Paulo quando fui convidado para participar de um diálogo com V. Sa.: “a melhor solução de consolidar a infra-estrutura dos Distritos Industriais (não só os de Feira de Santana) é de transformar os mesmos em pessoa jurídica, com projeto aprovado pela SUDENE, criando sua própria administração executiva composta por elementos do Órgão controlador que é a SUDENE e a colaboração gratuita dos próprios empresários dos Distritos ou suas Representações de Classe e a participação consultiva dos Órgãos Estaduais e Municipais” [Grifo no original].³⁰⁴

Como fica patente, pelo formato institucional proposto, a ação dos industriais visava “blindar” seus interesses corporificados no CIS. A composição sugerida para a “administração executiva” da “pessoa jurídica” reservava função “consultiva” às instâncias estaduais e municipais, atribuindo papel central ao controle extra-local da SUDENE. Não obstante, a amplitude das “engrenagens institucionais”, necessárias à implementação de tal forma de institucionalização de interesses, sobrepujou a capacidade mobilizatória dos industriais aglutinados no CIFS.³⁰⁵ Provavelmente, pela incapacidade de acionar de maneira favorável arenas decisórias de escala tão ampla, a ação dos industriais girou, a partir desse ponto, cada vez mais para o âmbito estadual, em um processo de recrudescimento da relação prioritária com a ARENA enquanto executora mais apta de suas necessidades de institucionalização de interesses.³⁰⁶

304 CIFS. **Carta ao Superintendente da SUDENE Valfrido Salmite**. 9 de abril de 1979, p. 2. Essa proposição dos dirigentes industriais feirenses parece ser uma radicalização das resoluções do III Encontro de Distritos Industriais, realizado em Belo Horizonte, em 1975. Tanto mais, segundo o *Boletim Industrial*, nesse evento um dos posicionamentos finais foi que “os órgãos que cuidam da planificação e administração de distritos industriais, no Nordeste, acreditam que a transformação dessas entidades em sociedades anônimas, sob controle acionário do Governo é recomendável, como ponto de partida para torná-las auto-suficientes de recursos”. FIEB. S/A nos Distritos Industriais. **Boletim Industrial**, ano XI, n. 149, 1ª quinzena-jul. 1975, p. 5.

305 Sob certo ângulo, além de corresponder aos anseios locais já salientados, a medida proposta estava sintonizada com a própria movimentação do empresariado industrial baiano. Desde 1976, parte do empresariado do país movia uma campanha “antiestatizante”, cujo objetivo era “retirar” a presença direta do Estado de vários ramos da atividade industrial e do reduzir o controle exercido sobre a iniciativa privada. No entanto, a Bahia foi um dos estados em que o empresariado industrial guardou distância da campanha. A presença do Estado como “alavanca” do processo de industrialização baiano, assim como em outras áreas periféricas, tornou os industriais locais pouco predispostos à desvinculação de seu parceiro preferencial. Cf. CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: EDUNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995, p. 79-84.

306 É interessante notar uma relação de reciprocidade entre a movimentação dos industriais feirenses e o governo estadual que se estendia, inclusive, aos diagnósticos técnicos deste último sobre a situação do CIS. Nesse mesmo ano, um documento do Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), diagnosticava que “Este distrito é administrado pela Prefeitura local e o empresário não conta com muitos incentivos, arcando com a maior parte dos gastos”. Cf. BAHIA, Governo do Estado da. SEPLANTEC. CEPLAB. **Economia baiana**: subsídios para um plano de governo; Tomo 4 – diagnóstico do setor industrial. Bahia: CEPLAB, 1978, p. 85.

Entrementes, a ARENA intensificou a carga de ataques à prefeitura municipal. Nesse tocante, 1979 foi iniciado com uma reivindicação de “posse” do CIS por parte daquele que era considerado pelos dirigentes industriais, o seu “homem de confiança”, João Durval Carneiro. Através de uma matéria do jornal *Feira Hoje* intitulada “Subaé é de João”, o então diretor do CEDIN, desfechou uma série de considerações acerca do “abandono” do CIS, por parte da administração municipal. Segundo a matéria, durante apresentação ao futuro secretário de Indústria e Comércio, Manuel Castro, o futuro secretário de Saneamento, João Durval Carneiro, teria dito:

Quero uma atenção especial para o meu Subaé. Aquilo lá está completamente abandonado, precisa fazer tudo e eu quero fazer, não abro mão. Agora é preciso afastar a prefeitura do esquema. Nada de Prefeitura.³⁰⁷

As respostas do MDB não se fizeram tardar também. Poucos dias depois, o prefeito Colbert Martins declarou “ser lamentável” a atitude do deputado João Durval, enquanto “homem público”, ao falar no “afastamento da prefeitura”. Já o deputado eleito, Francisco Pinto, foi mais incisivo na sua resposta:

É até louvável a sua preocupação quando ele considera o CIS coisa sua. Afinal é um regime onde o capitalismo se plantou, e o Sr. João Durval é um representante da burguesia e não dos trabalhadores. Seria importante que ele estendesse as suas preocupações em minorar o sofrimento da classe operária que não se confunde com os interesses da burguesia, esta sim, beneficiária do golpe de estado que se implantou desde 1964.³⁰⁸

Em abril, João Durval, já enquanto secretário de Saneamento, criticou a administração municipal por a cidade estar, supostamente, “coberta de lixo” e não se atentar “para a importância do Centro Industrial Subaé”, defendendo a sua “entrega” ao estado.³⁰⁹ Ao que, por sua vez, Colbert Martins respondeu que quando o secretário de Saneamento foi prefeito de Feira de Santana, fez uma administração “voltada para os interesses de grupos e extremamente pálida”, além de outras críticas a sua “incapacidade” legislativa e desempenho eleitoral.³¹⁰ Em tom menos aberto de enfrentamento, o secretário de Indústria e Comércio, Manoel Castro, em audiência concedida ao CIFS, considerou que a “situação de Feira é grave”.³¹¹

As polêmicas foram intensificadas ainda mais durante o mês de maio, polarizando publicamente o campo de disputa política a partir do CIS como eixo. Diante da exclusão do

307 O SUBAÉ é de João. Etc e Tal [Coluna]. *Feira Hoje*. 20 de janeiro de 1979, p. 2.

308 COLBERT diz ser “lamentável” as pretensões de João Durval. *Feira Hoje*. 23 de janeiro de 1979, p. 9.

309 JOÃO Durval faz críticas ao governo do município. *Feira Hoje*. 4 de abril de 1979, p. 3.

310 COLBERT Martins responde. *Feira Hoje*. 4 de abril de 1979, p. 3.

311 CASTRO promete apoio. *Feira Hoje*. 4 de abril de 1979, p. 3.

CIS de participação nos recursos alocados pelo governo estadual para os distritos industriais do interior, oriundos de um convênio firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o CIFS retomou o debate público criticando que assuntos do interesse da comunidade, como “o desenvolvimento industrial”, fossem confundidos com “ vaidades políticas”.³¹² Evidentemente, as “ingerências políticas” eram apontadas como motivadoras “naturais” da exclusão do CIS. Por sua vez, logo em seguida foi a vez da ACFS, através de seu presidente Fernando Saback de Oliveira, criticar a “teimosia” da prefeitura em manter o CIS sob seu controle.³¹³ Antônio Navarro Silva, diretor geral do CEDIN, na mesma oportunidade se disse “preocupado” com a situação de “marginalização” do CIS por parte das “autoridades municipais”.³¹⁴

A reação do MDB, por seu turno, não se fez tardar na medida em que, radicalizando o tom de 1976, o prefeito Colbert Martins denunciou que a “exclusão” do CIS do convênio foi por motivo político. A exclusão do CIS, segundo Colbert Martins, se deveu à “posições radicais de políticos e líderes governistas em Feira de Santana”. Em apoio ao prefeito, o deputado estadual Luciano Ribeiro, do MDB, acusou o governador Antônio Carlos Magalhães de estar “querendo dar o golpe de misericórdia” no CIS, ou então, “forçar a Prefeitura Municipal entregá-lo ao Governo do Estado”.³¹⁵ Por sua vez, mantendo a linha ofensiva que caracterizava sua atuação desde 1978, os dirigentes do CIFS ampliaram suas intervenções no debate público na medida em que, aparentemente, os canais privativos de acesso à sociedade política se mostraram insuficientes para encaminhar os interesses industrializantes, no contexto de primazia do MDB em âmbito local.

Foi nesse cenário em que Francisco Serafin fez um pronunciamento na Câmara Municipal sobre a “situação caótica” do CIS. Nesse sentido, as sugestões pautadas durante essa sessão especial transitaram entre a transformação do CIS em uma fundação, uma empresa de “capital misto”, “da qual participariam o município, o governo estadual e a SUDENE”; ou a “transferência” para o governo do estado; e ainda sua manutenção sob a responsabilidade do governo municipal, dinamizando-se suas instâncias de direção. Interessante notar o posicionamento do diretor do CIFS, José Manuel de Araújo Freitas, que reivindicou a instalação de uma superintendência para o CIS, com “existência jurídica, técnica

312 SERAFIM lamenta exclusão do CIS do convênio com o BNDE. **Feira Hoje**. 8 de maio de 1979, p.3.

313 SABACK culpa governo municipal por exclusão do CIS: convênio. **Feira Hoje**. 10 de maio de 1979, p. 3.

314 NAVARRO preocupado. **Feira Hoje**. 10 de maio de 1979, p. 13.

315 Respectivamente: CIS foi excluído do convênio por motivos políticos diz Colbert. **Feira Hoje**. 11 de maio de 1979, p. 3; e LUCIANO acusa ACM de governar contra Feira. **Feira Hoje**. 11 de maio de 1979, p. 3.

e financeira, isenta de injunções políticas que o levaram ao lastimável estado”.³¹⁶ Importante salientar que, na oportunidade do pronunciamento, as ambigüidades das alternativas colocadas para o CIS pelos próprios dirigentes industriais expressavam uma correlação de forças desfavorável aos seus interesses específicos. Provavelmente, a posição agressiva da crítica habitual às “injunções políticas” era contrabalanceada por uma indecisão da tática mais viável para o momento. Por outro lado, de maneira coordenada com essa movimentação, o *Feira Hoje* publicou, no dia 30 de maio de 1979, matéria com declaração de vários dirigentes industriais denunciando a “crise econômico-financeira no CIS”. Embora as declarações abordassem problemas distintos dessa “crise”, o tom de todas elas foi sintetizado pelo diretor da JOSSAN da Bahia, Luís Carlos Mota, que afirmou:

Se pudessemos, não esperaríamos nem 24 horas para transferirmos a fábrica. Estamos esperando a solução para esses problemas há cinco anos e estamos sendo muito prejudicados em decorrência da elevação do custo operacional, em virtude da falta de infra-estrutura.³¹⁷

Efetivamente os pronunciamentos públicos dos dirigentes do CIFS, como na solenidade de inauguração da sede própria, em 25 de maio do mesmo ano, expressavam a expectativa que “dentro de algumas semanas” seria “encontrada uma solução para os problemas que estão angustiando nossa classe”, segundo declaração de Francisco Serafin.³¹⁸ A expectativa residia em nova sessão especial, em 30 de maio, cujo objetivo era ser um espaço de encaminhamentos de propostas consensuais entre vereadores das duas bancadas, lideranças empresariais e representantes dos governos estadual e municipal. Contudo, a descrição do *Feira Hoje* indica a “implosão” dessa iniciativa:

Não foi isto, no entanto, o que ocorreu. Apesar do aparente consenso entre os interessados a discutir o problema “acima das paixões político-partidárias” de maneira “imparcial”, inclusive sem a intenção de “apontar os responsáveis pela situação crítica do CIS”, o que se viu na sessão da última quarta-feira, foi o confronto entre duas tendências vigentes nos meios políticos e empresariais locais: uma defende a transferência do distrito industrial feirense para a responsabilidade do governo do Estado (tendência esta, representada pela maioria da bancada arenista e por alguns líderes empresariais), e, a outra, que pretende a manutenção do CIS sob a tutela do governo municipal (no interior da qual se alinham a bancada do MDB, o prefeito municipal, dois vereadores arenistas e alguns líderes empresariais).³¹⁹

316 Oportuno lembrar que J. M. Araújo Freitas, além de ex-vereador arenista, foi membro da PRODEFESA ao que parece (vide o segundo capítulo). SERAFIN, reivindicou, na Câmara, medidas urgentes para o fortalecimento do CIS. **Feira Hoje**. 25 de maio de 1979, p. 2.

317 INDUSTRIAIS denunciam crise econômico-financeira no CIS. **Feira Hoje**. 30 de maio de 1979, p. 3.

318 CIFS inaugura sede conferindo títulos de sócios beneméritos. **Feira Hoje**. 27 de maio de 1979, p. 3.

319 REUNIÃO da Câmara não resultou, ainda, em soluções para os problemas do Subaé. **Feira Hoje**. 1º de junho de 1979, p. 2.

Concretamente, havia uma correlação de forças na Câmara Municipal desfavorável à estadualização do CIS, em que pese os esforços arenistas em mobilizar o apoio do governo estadual como recurso de enfrentamento político. Não à toa, o *Feira Hoje* salientava ainda que a “tendência” que defendia a continuidade do controle municipal sobre o CIS saiu vitoriosa, não tanto pela “consistência dos seus argumentos”, mas pela “eloquência” na tribuna e pelo “fato da superioridade numérica”. Nesse momento, o início do mês de junho, houve na sociedade política uma maior demarcação de posições da ARENA e do MDB ante a questão da industrialização em Feira de Santana. Ilustrativa da primeira era o posicionamento do vereador Adessil Guimarães, que, mesmo sem ter comparecido à sessão, defendia que a “única solução para o CIS é a sua estadualização”.³²⁰ Do lado do MDB, a posição do deputado estadual Roque Aras que na Câmara reclamou do governo estadual “as obras necessárias para consolidação” do CIS, na medida em que a jurisdição do CIS não seria um empecilho para a efetivação de obras de infra-estrutura necessária.³²¹ Nesse sentido, é perceptível a “cristalização” de posicionamentos que perdurariam até o debate final de estadualização, no início da década de 1980.

O próprio governador Antônio Carlos Magalhães (1979-1983), em audiência com o prefeito Colbert Martins reiterou a proposta de um convênio como possibilidade.³²² No entanto, em uma avaliação retrospectiva, é possível pensar que o aceno se assemelhava mais com uma manobra para intensificar o desgaste político do prefeito local com os estratos dominantes, já descontentes com a condução da política de industrialização municipal. Assim, no bojo deste aceno, o CIFS encaminhou um memorial para o governador onde era reivindicada uma posição mais incisiva na resolução do impasse que envolvia a institucionalização dos interesses industriais feirenses. No documento, inicialmente, foi salientado que o CIFS vinha “há muito tempo lutando para que haja um reconhecimento pleno por parte das Autoridades do Estado e as da União quanto à realidade do nosso Parque Industrial”. Foi apontado “tudo” que faltava em aspectos infra-estruturais no CIS e, também, enfatizada a posição feirense de “principal Pólo de Desenvolvimento do interior da Bahia”, bem como os “atrativos naturais” propícios à industrialização. No entanto, o memorial interessa, especialmente, porque através de um tom laudatório, que atribuía “o que existe de efetivo” no CIS ao que “Vossa Excia. deixou quando de seu primeiro Governo”, pressionava

320 ESTADUALIZAÇÃO. Etc e Tal [Coluna]. *Feira Hoje*. 2 de junho de 1979, p. 2.

321 SUBAÉ. Etc e Tal [Coluna]. *Feira Hoje*. 9 de junho de 1979, p. 2.

322 ACM sugere convênio entre prefeitura e estado para realizar obras no Subaé. *Feira Hoje*. 13 de junho de 1979, p. 2.

pela contrapartida às relações de reciprocidade com o campo político de Antônio Carlos Magalhães.

Sabemos que Vossa Excelência não irá permitir que industrialmente Feira de Santana permaneça na estagnação em que ora se encontra. As Classes empresariais confiam no alto tirocínio administrativo, já comprovado, de Vossa Excelência.

Temos certeza que o Centro Industrial do Subaé alcançará, com a ajuda de Vossa Excelência, o apogeu com que sonhara ao idealizá-lo o Dr. João Durval Carneiro quando Prefeito de nossa cidade.

Estamos confiantes pois a Bahia inteira sabe que com o Governador que tem, nestes quatro anos tornar-se-á a metropole do Nordeste e as nossas indústrias de hoje multiplicar-se-ão, permitindo que também o número de empregados se multiplique, dando melhores condições a milhares de outros patrícios. Industrializar é contribuir para que os desassistidos de hoje não emigrem para os Estados do Sul à cata de oportunidades que, se não achadas, poderão transformar-los, por preservação da própria vida, em elementos nocivos à sociedade.³²³

Entretanto, as solicitações dos industriais locais ainda encontravam pouco abrigo entre as diretrizes prioritárias do governador se considerado o documento *Diretrizes e metas*, elaborado em 1979. Nesse documento, o compromisso fundamental era ampliar a competitividade da RMS, inclusive, desaconselhando a desconcentração espacial dos investimentos industriais, tida como prematura, exceção reservada ao caso de aproveitamento de matérias-primas e outras vantagens específicas. Efetivamente, o governador do estado teria um lugar central na superação daquilo que os dirigentes industriais consideravam um “descaminho” da industrialização.³²⁴ Não obstante, como se verá, essa atuação obedeceu, muito mais, à lógica da política do que às razões da economia.

Aqui já é possível tecer algumas considerações sintéticas acerca da movimentação dos industriais organizados no CIFS, ao longo do período descrito acima. Primeiro, os interesses de institucionalização do projeto de modernização industrializante esbarraram na disputa política entre ARENA e MDB, já que seu desenvolvimento, apesar da primazia arenista nacional e estadual, se deu circunscrita em um movimento ascensional do MDB em âmbito local. Considerando que, desde a origem do projeto de modernização industrializante, os agentes políticos organizados na ARENA eram os seus interlocutores prioritários na sociedade política, isso significou uma maior dificuldade dos interesses industrializantes em se encaminhar “suavemente” enquanto ação estatal, já que os canais privativos de acesso ao aparato estatal, no nível municipal, estavam bloqueados ou reduzidos quanto à eficácia.

323 CIFS. **Memorial ao M. D. Governador do Estado Dr. Antonio Carlos Magalhães**. 2 de julho de 1979, p. 2.

324 UDERMAN, Simone. **Indústria e desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia**. Salvador: FIEB, 2008, p. 171.

Entretanto, é importante notar também que as polarizações na condução do CIS aparentemente não resultavam apenas do “varejo” político local, mas se deviam também ao efetivo consenso sobre a necessidade de uma política de desenvolvimento sob controle local, inclusive amparado em parte das classes dominantes em Feira de Santana. Dessa forma, o consenso produzido socialmente – e nesse aspecto é importante ressaltar a ação do Feira Hoje como aparelho de hegemonia – tornou a industrialização parte do eixo da agenda política local ao ponto de haver uma posição “autonomista”, ao menos insinuada, que pressupunha a necessidade de *poder de decisão local* sobre a política de desenvolvimento.

Assim, embora a percepção dos dirigentes industriais salientasse negativamente apenas as “paixões” político-partidárias, o “nó górdio” do projeto de modernização industrializante era constituído por posicionamentos que extrapolavam a “pequena política” de desgaste mútuo entre MDB e ARENA. Essa variável foi o “fiel da balança” para uma espécie de “redução de expectativas” dos dirigentes industriais feirenses quanto ao alcance desse projeto, na medida em que sua viabilidade dependia, substancialmente, da rápida transformação de Feira de Santana de forma adequada ao aproveitamento de um momento excepcional da expansão capitalista no Brasil. Devido ao caráter de “alternativa municipal” com que o projeto se revestiu, a estabilidade no cenário político local era fator crucial à continuidade da sua institucionalização em ritmo acelerado.³²⁵ Efetivamente, a “politização” da industrialização, em período de predomínio relativo do MDB, não impediu de todo essa institucionalização, mas “truncou” o seu ritmo de desenvolvimento.³²⁶ Dessa maneira, as condições históricas de “gestação” do projeto de remodelação econômica da hegemonia local começaram a se desfazer antes que os interesses industrializantes pudessem se institucionalizar plenamente. Do ponto de vista mais específico da ação dos dirigentes industriais, a movimentação inicialmente era em torno de institucionalizar esses interesses enquanto eixo do desenvolvimento global de Feira de Santana. No entanto, isso se modificou à medida que as condições originais de possibilidade da modernização industrializante

325 A argumentação toma por base a constatação que, de modo geral, o “padrão” de ação dos políticos no Nordeste, durante o processo de industrialização analisado, exacerbou o a mediação exercida pela sociedade política. Na medida em que os investimentos governamentais e as políticas de estímulos cumpriram papel, particularmente, central na industrialização nordestina, abriu maiores possibilidades de sua “instrumentalização” pelos agentes políticos para ampliar suas bases sociais de apoio. Sob outra perspectiva teórica, esse processo foi descrito por FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. **Empresários e políticos na industrialização do Nordeste**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1989, especialmente p. 83-107.

326 Documento produzido pela CEPLAB, em 1980, ao fazer análise da industrialização local, “diagnosticou” a pouca competitividade do CIS, face ao cenário econômico previsto para os anos 1980. A avaliação geral era a vantagem relativa do CIA sobre o CIS, conjugada à valorização negativa da ação da prefeitura na gestão do Centro Industrial do Subaé. É interessante que um documento de Estado, novamente, traduzia “tecnicamente” a percepção dos industriais locais sobre o assunto. Cf. BAHIA, Governo do Estado da. SEPLANTEC. CEPLAB. **Programa indicativo de investimentos Feira de Santana – 1980/1983**. Salvador: CEPLAB, 1980.

mostraram-se prontas a “cair por terra”, com o declínio do “modelo SUDENE”; cada vez mais evidentes limites do sobre-fôlego do “milagre econômico”, o II PND; e, pode-se dizer também, crescente incapacidade do regime ditatorial em conter as tensões sociais e suas expressões políticas. Uma carta ao Superintendente da SUDENE, em 1979, fornece indicador da percepção dos próprios industriais acerca desse processo

Reconhecemos que tanto Sua Excia. o Ministro do Interior como V. Sa. têm problemas para solucionar que são muito mais graves do que os que nos afligem. No entanto, levando em consideração que passada a euforia inicial das Autoridades locais em atrair empreendimentos e das empresas que se instalaram atraídas pela fartura dos Incentivos Federais, Estaduais e Municipais, quer nos parecer que já está na hora de serem corrigidas as consequências negativas dessa dupla euforia e uma vez que as inversões foram feitas pelos dois lados, é necessário que os mesmos se sentem juntos e procurem corrigir as distorções e falhas que com o decorrer do tempo vieram a se cristalizar.³²⁷

É possível interpretar a referência ao período de “euforia” como, justamente, aquele em que a remodulação da hegemonia em Feira de Santana encontrou condições locais e, especialmente, nacionais favoráveis ao seu desenvolvimento. Em 1979, a avaliação feita pelos industriais era que esse quadro, amplamente, favorável estava desfeito. Por outro lado, essa percepção implicou na reformulação dos horizontes de ação da fração industrial: a transição de uma perspectiva, prioritariamente orientada para a transformação geral de Feira de Santana, para outra, pautada na reivindicação mais corporativa de infra-estrutura para o CIS. Tanto mais, a argumentação que o crescimento das “despesas operacionais” levaria ao “desinteresse geral” dos empresários e suas representações “em ajudar o Governo Federal a desenvolver o Nordeste sócio-economicamente”.³²⁸ Isso implicou na conversão, sob a mesma tônica de “despolitização” da industrialização do município, do intuito de institucionalizar um projeto industrializante enquanto hegemônico em uma tentativa de “insular” seus interesses corporativos, através da estadualização. Uma transição de interesses industrializantes a interesses, simplesmente, industriais.

4.2 Quase epílogo: a “transferência” como avesso da política

O início dos anos 1980 evidenciou, através de uma profunda crise econômica, os limites assumidos pelas formas com que a acumulação de capital se revestiu no Brasil, bem

³²⁷ CIFS. Carta ao Superintendente da SUDENE, Valfrido Salmito. 9 de abril de 1979, p. 2.

³²⁸ Idem, p. 3.

como internacionalmente.³²⁹ O período anterior, a década de 1970, em que pese alguns reveses, foi marcado por ininterrupto processo de expansão capitalista e significativa desconcentração industrial. Não obstante, esse desenvolvimento econômico teve como traços mais evidentes o aprofundamento da dependência do país ao centro do capitalismo mundial com a ampliação constante das importações de bens de capital, o aumento acelerado do consumo de petróleo e o crescimento do endividamento nacional diante dos agentes financeiros internacionais.

Em 1973 a Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC) quadruplicou os preços do petróleo, o que provocou, no caso brasileiro, a intensificação das contradições inerentes a um processo de desenvolvimento econômico nacional que, simultaneamente, tinha componentes centrais realizados de maneira exógena. Entrementes, o governo Geisel (1974-1979) formulou o II PND como a solução que poderia atender a um duplo objetivo político: por um lado, manter as altas taxas de crescimento econômico que haviam caracterizado o “milagre econômico” e, por outro, ampliar a legitimidade do governo em um quadro de fortalecimento das forças políticas e sociais de oposição ao regime ditatorial. Nesse sentido, o II PND pretendia reduzir a vulnerabilidade externa do país, ao menos do ponto de vista energético e da importação de bens de capital. Sob a perspectiva dos industriais em atividade em Feira de Santana, ainda que sem um registro explícito nas fontes, o período de vigência desse plano ensejou expectativas de potencializar a remodelação hegemônica que almejavam, na medida em que o Plano previa, explicitamente, a desconcentração industrial como forma de reduzir os “desequilíbrios regionais”.³³⁰ Contudo, essa iniciativa de um relativo ajuste estrutural da economia brasileira, embora tenha conseguido internalizar a produção de bens de capital, foi atravessado por um conflito distributivo permanente: a inflação crescente do período expressava o repasse aos preços finais dos custos internacionalizados de componentes do processo produtivo e, em contrapartida, as manifestações de contrariedade das camadas populares, especialmente através da retomada das mobilizações sindicais, diante da deterioração constante de sua renda.

O segundo “choque do petróleo”, em 1979, com outra grande elevação do preço desse insumo, obrigou a uma inflexão da política econômica adotada no Brasil rumo a um aberto

329 Em linhas gerais, as considerações acerca do financiamento da economia brasileira e sua crise no início da década de 1980 têm por base CARNEIRO, Dionísio Dias. *Crise e esperança: 1974-1980*. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 295-322; e CARNEIRO, Dionísio Dias e MODIANO, Eduardo. *Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984*. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 323-346.

330 GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; e TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997, p. 194.

processo de crise. Em termos gerais, as circunstâncias internacionais implicaram na debilitação dos esquemas de financiamento da economia brasileira já que restringiram as exportações nacionais aos países centrais e, portanto, a obtenção de divisas em moeda internacional. Esse cenário implicou também no aumento das despesas com a dívida externa, uma vez que sua “rolagem” era feita mediante taxas fixadas internacionalmente e em processo de forte elevação. Além disso, acarretou dificuldades ainda maiores para obtenção de novos empréstimos, se comparado com o quadro de maior “liquidez” financeira que tornou factível, durante certo tempo, o II PND.³³¹ Dessa forma, para a atração de financiamento externo o governo brasileiro continuou elevando suas taxas de juros, o que agravou o processo inflacionário. Não à toa, especialmente a partir de 1980, as medidas governamentais anti-inflacionárias sobrepujaram as iniciativas de incentivo ao crescimento econômico. Assim, o início da década de 1980, no Brasil, foi marcado por acentuada recessão. O PIB encolheu 2,2 % ao ano, em média, no período entre 1981 e 1983.³³² Se comparados com o período 1974-1980, em que a inflação anual média foi de 51,8%, nos anos compreendidos entre 1981-1984 o ascenso inflacionário se agudizou em muito, ao ponto da mesma média subir para 150,3%.³³³ Foi esse quadro macro-estrutural adverso que agravou o impasse acerca da estadualização do CIS.

A solução para o impasse na estratégia dos industriais, ao menos sob o ângulo específico do controle do CIS, se deu pela sua convergência com a trajetória ascensional de um agente do campo político conservador da Bahia. Antonio Carlos Magalhães distinguiu-se, de outros agentes da política baiana, pela particular capacidade de vincular sua trajetória individual à fluência do projeto de modernização conservadora hegemônico entre as classes dominantes baianas, que lhe era, inclusive, anterior. Nos anos iniciais da década de 1980, o então governador Antônio Carlos Magalhães atuava em dois sentidos complementares: “nacionalizar” sua inserção política e também consolidar, como medida necessária à primeira intenção, seu campo político no controle do aparato estatal, em sentido restrito, no âmbito estadual.³³⁴ Foi, justamente, esse último aspecto de sua atuação que permitiu a construção de uma correlação de forças favorável aos interesses industriais. Como apontado em outras circunstâncias, mais uma vez foram os requerimentos políticos que anteciparam e

331 *Idem*, p. 215.

332 Cf. HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 110.

333 Indicadores extraídos de GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 418.

334 Essas considerações são extrapolações, especialmente, a partir de DANTAS NETO, *op. cit.*, p. 451-473.

viabilizaram os imperativos da economia. Essa convergência se deveu menos ao caráter “estratégico” da economia de Feira de Santana para o conjunto da modernização baiana como um todo, já que para os principais interesses econômicos em atuação no estado é improvável que a cidade fosse prioritária nesse momento. Aspecto esse, inclusive, salientado pela tônica “concorrencial”, em relação aos outros centros urbanos, que a defesa do “desenvolvimento” de Feira de Santana assumiu nas páginas do *Feira Hoje*.³³⁵ Efetivamente, as “bases eleitorais” devem ter contado mais do que a “base econômica”, na medida em que a consolidação estadual carlista dependia, ou, pelo menos, percebia aí sim como “estratégico” o controle do segundo maior eleitorado do estado.³³⁶

O ano de 1980 começou com a continuidade do debate sobre o possível convênio, mas a principal mudança qualitativa no cenário se deu com o anúncio que a “reconquista” da prefeitura de Feira de Santana era prioridade nos planos do carlismo em 1982. Desde junho do ano anterior, em audiência com o prefeito Colbert Martins (1977-1982), do MDB, o governador Antonio Carlos Magalhães havia acenado novamente com a possibilidade de um convênio para resolução dos problemas do CIS, mas, efetivamente, as negociações só se intensificaram em janeiro de 1979.³³⁷ Não obstante, a reunião entre o secretário de Indústria e Comércio, Manuel Castro, e o prefeito de Feira de Santana, em 28 de janeiro sinalizou um impasse que perduraria durante todo o ano: a SIC condicionou a assinatura do convênio à reserva de áreas para expansão do CIS, por parte da prefeitura,³³⁸ ao que Colbert Martins retrucou:

Economicamente, seria interessante para a Prefeitura ter essa reserva, mas não temos condições e espero que isso não seja motivo para impedir a assinatura do convênio, pois o estágio de desenvolvimento que o centro industrial já alcançou, merece que ele seja dotado de uma melhor infraestrutura”.³³⁹

335 Vide segundo capítulo.

336 As forças políticas e sociais que instauraram o regime ditatorial, com o golpe de 1964, o fizeram sob o lema da defesa da “democracia”. Nesse sentido, o desenvolvimento ulterior da ditadura foi marcado pela tentativa, por parte dos agentes do regime, de manter procedimentos “democráticos” e, simultaneamente, estabilizar uma maioria pró-regime na sociedade política. Isso implicou sucessivos “casuísmos” institucionais, principalmente no que se refere aos processos eleitorais. Em Feira de Santana, os desdobramentos dessa “engenharia política” não impediram uma relativa primazia do MDB, quando não favoreceram as forças locais de oposição. O mandato “tampão” de Newton Falcão, com apenas dois anos, e a prorrogação do mandato de Colbert Martins, por mais dois anos, foram alguns desses desdobramentos em âmbito local. Essa movimentação de Antonio Carlos Magalhães era compatibilizada com mais uma das modificações que visavam garantir “governabilidade” ao regime ditatorial, no período da “abertura”. Contudo, a estratégia governamental do voto vinculado para governos estadual e municipal, no processo eleitoral de 1982, propiciou condições bastante favoráveis à “reconquista” do Executivo Municipal pelo PDS. Não à toa, o partido do governo obteve vitória estadual em todos os estados nordestinos.. Considerações a partir de FLEISCHER, op. cit., p. 34.

337 PREFEITO recebe minuta de convênio. **Feira Hoje**. 19 de janeiro de 1980, p. 5; CONVÊNIO beneficiará o Subaé. **Feira Hoje**. 20 de janeiro de 1980, p. 17.

338 SUBAÉ: nenhuma decisão. **Feira Hoje**. 29 de janeiro de 1980, p. 3.

339 LEVANTAMENTO da área do CIS fica pronto até segunda-feira. **Feira Hoje**. 2 de fevereiro de 1980, p. 3.

Tanto mais, o impasse perdurou ao ponto que o *Feira Hoje* publicou matéria, no mês de julho, em que se noticiava a “descrença” do prefeito em relação à assinatura do convênio, já que até aquele momento a SIC não enviara a minuta reformulada, como havia se comprometido nas negociações de janeiro-fevereiro. Além disso, também como motivo da “descrença” estava, ainda segundo o jornal, a declaração do governador Antonio Carlos Magalhães que o prefeito não pretendia entregar o controle do CIS para o estado porque não desejava o seu desenvolvimento.³⁴⁰ Efetivamente, o debate sobre o convênio foi, crescentemente, inviabilizado pelo cenário político: durante II Encontro Regional de Vereadores, em entrevista coletiva à imprensa, o governador Antonio Carlos Magalhães afirmou laconicamente que, quanto ao convênio, “É só o prefeito assinar o que propusemos a ele. A minuta está pronta”. Entretanto, a resposta sumária sobre o convênio revelava seu próprio esvaziamento diante da pauta prioritária do governador:

[...] com o trabalho que o governo pretende realizar [em Feira de Santana] e com o apoio de outros líderes que em outras eleições não estiveram conosco, nós podemos reconquistar a prefeitura de Feira.³⁴¹

Simultaneamente, ao anúncio público que o convênio do CIS dependia da prefeitura municipal de Feira de Santana, o governador também reafirmou a meta de “reconquistar” o executivo local. Nesse clima exacerbado de tensões político partidárias, o período final do ano até janeiro de 1981 foi marcado pelos desdobramentos desse duplo anúncio. Ao longo de outubro o prefeito Colbert Martins, novamente, polemizou com o governo estadual acerca das intenções efetivas deste para a assinatura do convênio.³⁴² Entrementes, o próprio Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) local seria fragilizado pelo início do processo de adesão de quadros locais ao Partido Democrático Social (PDS), entre novembro de 1980 e janeiro de 1981. No começo de novembro nove ex-integrantes do MDB integraram-se ao PDS: o ex-prefeito José Falcão da Silva; o ex-deputado estadual Oscar Marques; o suplente de deputado federal Noide Cerqueira; o empresário Modezil Cerqueira; o ex-secretário de Administração do governo Colbert Martins, Antônio Alves Barreto; o ex-secretário de Educação do governo Colbert Martins, Wilson Mascarenhas; os ex-suplentes de vereador, Marcus Miranda e Anacleto Moreira Reis; e Rômulo Oliveira.³⁴³ Esse processo prosseguiria absorvendo ex-lideranças do MDB ao ponto que figuras importantes na sua articulação local, em janeiro de 1981, cumpriam função análoga no PDS, como foi o caso de Antônio Carlos

340 PREFEITO não crê que convênio seja firmado. *Feira Hoje*. 1º de julho de 1980, p. 3.

341 A RECONQUISTA da prefeitura. *Feira Hoje*. 26 de julho de 1980, p. 3.

342 PREFEITO desafia estado com obras. *Feira Hoje*. 24 de outubro de 1980, p. 2.

343 FILIAÇÃO. *Feira Hoje*. 9 de novembro de 1980, p. 2.

Coelho, presidente da Câmara Municipal.³⁴⁴ Efetivamente a disputa eleitoral em Feira de Santana parecia ter centralidade nos planos do PDS baiano, tendo-se em vista que desde fevereiro havia planos que o lançamento estadual da legenda acontecesse na cidade.³⁴⁵

Ao longo do ano o CIFS se colocou em “compasso de espera”, não apresentando intervenções públicas significativas. É provável que o contexto de redefinições na sociedade política local tenha estimulado uma intervenção mais cautelosa dos dirigentes industriais. Entretanto, o caráter secundário que o diálogo com os industriais adquiriu ao longo da gestão Colbert Martins, juntamente com impasse relacionado ao controle e infra-estrutura do CIS, bem como outras medidas pontuais, conformaram um campo amplo e sólido de hostilidades dos dirigentes do CIFS em relação ao prefeito. No bojo das tensões provocadas por novas medidas de arrecadação fiscal do governo municipal,³⁴⁶ uma carta, de um dirigente do CIFS para um assessor contábil, possibilita o acesso à avaliação dos industriais e, mesmo, das classes dominantes feirenses sobre essa gestão.

Como é do conhecimento do prezado amigo, nosso Executivo Municipal atual é o pior que Feira de Santana já teve desde sua existência. As Representações de Classe que barbaramente sofrem esta inércia de nossa administração municipal manifestaram seu desagrado publicamente.

Temos, pois, a impressão que nosso Prefeito, devidamente aconselhado por seus pares de mesma mentalidade que ele, quis mostrar a força que ele tem utilizando a lei para castigar aqueles que tiveram a coragem de reclamar contra esta desastrosa administração.

Ao elevar tão desproporcionalmente os tributos provoca automaticamente um choque. As empresas deixam de pagar essas exorbitâncias e ele utiliza isso depois como argumento político em suas andanças pelos bairros que o elegeram afirmando que não pode fazer um melhor governo porque o empresariado está lhe boicotando.³⁴⁷

Nesse cenário as intervenções públicas do CIFS, de um modo geral, estiveram pautadas em expressar insatisfação com as restrições creditícias incidentes sobre a indústria naquele momento, bem como externar preocupação com os “impactos sociais” da recessão.³⁴⁸

344 COELHO vê um PDS fortalecido e comprometido com as aspirações democráticas do eleitorado. **Feira Hoje**. 13 de janeiro de 1981, p. 2.

345 CAMPANHA de filiação ao PDS começará por Feira. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 26 de fevereiro de 1980, p. 2.

346 Foi aprovado, em dezembro de 1979, um novo Código Tributário para o município que provocou reação, extremamente, agressiva das classes dominantes feirenses, com manifestações em contrário da ACFS, CDL e SRFs. O CIFS acionou, inclusive, seus mecanismos de pressão sobre os agentes políticos que lhe eram próximos, como foi o caso de Antônio Carlos Coelho, presidente da Câmara Municipal. Além disso, os industriais tentaram pressionar diretamente Colbert Martins, motivando matérias no **Feira Hoje** “denunciando” a situação. Cf. EMPRESÁRIOS tentam modificar o código tributário do município. **Feira Hoje**. 15 de fevereiro de 1980, p. 3.

347 CIFS. **Carta ao Dr. Silvio Santos Faria**. 20 de fevereiro de 1980, p. 2.

348 Desde o ano anterior, as intervenções públicas dos dirigentes industriais sinalizavam o alargamento da preocupação com dois temas nacionalizados: a recessão econômica, especificamente na sua relação com o

As poucas intervenções relacionadas ao convênio expressaram uma perspectiva cética em relação a sua concretização, embora apresentassem a manutenção das reivindicações ligadas a infra-estrutura do CIS. Aliás, em matéria publicada pelo *Feira Hoje* abordando a “estagnação” do CIS e o impasse em relação ao convênio, aparecia essa percepção. Francisco Serafin, presidente do CIFS, afirmou que: os problemas existentes no CIS continuavam a ser os mesmos “já amplamente divulgados durante os últimos anos”. Por sua vez, seguindo o mesmo argumento, o diretor executivo da JOSSAN da Bahia se mostrou “descrente” na efetivação do convênio, “já que a quase dois anos nos mobilizamos e no final não deu em nada”. O industrial defendeu como uma solução para os problemas de infra-estrutura do CIS a organização de uma “empresa mista”, solução preconizada por Francisco Serafin, segundo ele. Interessante reter que a proposição não aparecia como uma forma de solucionar o problema em abstrato, mas, ao contrário, o formato institucional que poderia “insular” os seus interesses das “ingerências políticas”. Dessa forma, a justificativa era que: “Como a Prefeitura alega sempre que não tem recursos para realizar as melhorias e o Estado mantém a sua posição política, esta seria a melhor solução”.³⁴⁹ De qualquer sorte, a posição de “compasso de espera” se manifestou na indefinição quanto à forma concreta que assumiria a tática para viabilizar a continuidade de institucionalização dos interesses industriais. Essa indefinição atravessou diferentes momentos do ano até setembro, quando sofreu uma inflexão inédita.

No mês subsequente, Colbert Martins assinou o convênio. No entanto, a medida de parceria já se encontrava politicamente “esvaziada”.³⁵⁰ Tanto mais, ambas as instâncias de governos envolvidas na questão, sucessivamente sinalizaram pouca disposição em dar encaminhamento prático ao convênio, o que reforça a interpretação que o expediente não passou de um movimento de desgaste político mútuo, o que, por sua vez, tornou inócua a assinatura da medida. É possível inferir que foi essa pouca efetividade do governo estadual em encaminhar aquilo que, aos olhos dos dirigentes industriais, aparecia como a solução mais imediata das problemáticas do CIS, que levou ao próprio CIFS, conjuntamente com outras entidades representativas das classes dominantes locais, a empreender uma manobra eleitoral própria.

Dessa forma, em dezembro de 1981, apareceu a primeira nota no *Feira Hoje* que mencionava o nome de Alfredo Muller Falcão, 1º vice-presidente do CIFS, como possível

Nordeste, e o aumento do desemprego. Neste último âmbito, Francisco Serafin pediu aos empresários locais que fizessem “das tripas coração para evitar o caos, uma convulsão social”, advertindo que “trabalhador que não come, não dorme por causa das preocupações, pode fazer coisas desaconselháveis”. SERAFIN pede para evitar convulsão social. **Feira Hoje**. 20 de agosto de 1981, p. 3.

349 CIS continua estagnado à espera de recursos para executar obras. **Feira Hoje**. 5 de abril de 1981, p. 3.

350 COLBERT já assinou o convênio. **Feira Hoje**. 15 de agosto de 1981, p. 3.

candidato a prefeito no pleito de 1982. Na oportunidade, a nota dizia que Alfredo Falcão considerou inviável a sua candidatura, pelo PDS, pois os seus negócios o impediam de cogitar tal possibilidade. Segundo o jornal o industrial teria dito:

Não posso aceitar concorrer ao cargo de prefeito, não estou preparado. Além do mais, os meus negócios não permitem. Acredito que só poderia aceitar esta indicação na medida em que os meus negócios não dependessem exclusivamente de mim, ou não tivesse qualquer negócio.³⁵¹

Entretanto, a notícia não informava quem havia feito a indicação e dava a entender que a iniciativa cessou ainda no nascedouro. Não obstante, em 9 de março foi publicado um anúncio de grande destaque em que parte das “classes produtoras” lançaram oficialmente o nome de Alfredo Falcão, oficialmente, para “apreciação” do empresariado.³⁵² A justificativa do nome, segundo o manifesto, se pautou pela procura de um “nome fácil e livre acesso em todas as áreas e classes que, ao mesmo tempo, possuísse capacidade administrativa, honradez e dinamismo”. Alfredo Falcão era considerado uma escolha condizente com essa procura, salientando-se ainda ser filho de João Marinho Falcão e irmão de Newton Falcão, bem como seus “inúmeros serviços prestados à comunidade”. Dessa forma seu nome foi apresentado como um que “parece atingir o ideal sonhado”. Interessante notar ainda que toda argumentação era baseada na importância econômica do empresariado, tanto mais que o item *Explore a sua importância*, conclamava:

Conscientize-se, portanto, empresário, de sua importância. Através das suas idéias, de sua capacidade, de sua força de trabalho, do seu desenvolvimento, que este município cresceu e sobreviveu.³⁵³

Argumentação que servia de base para avaliação propriamente política que justificou o lançamento da candidatura:

Nós, os empresários, sabemos que poderíamos render muito mais. Durante todo esses anos, contamos com algumas contribuições valiosas de nossos representantes na Câmara, tanto Municipal, Estadual como Federal. Porém, consideramos também que poderiam ser muito mais em comparação à nossa força de Classes Produtoras do município. Desta vez, dentro daquele espírito de abertura, decidimos lançar um nome para disputar as eleições de 82. Para Prefeito Municipal de Feira de Santana.³⁵⁴

O manifesto foi assinado por Antônio Alves Franco, presidente da ACFS; Francisco Serafin, presidente do CIFS; e José Carlos Morais Lima, presidente do CDL e também da Associação do Comércio Varejista e Atacadista de Feira de Santana. O documento trazia

351 NÃO aceita. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 30 de dezembro de 1981, p. 2.

352 EMPRESÁRIO. **Feira Hoje**. 9 de março de 1982, p. 9.

353 Idem.

354 Idem.

ainda o símbolo de cada uma dessas entidades. Em que pese a novidade representada por uma candidatura, explicitamente, das “classes produtoras”, não foi possível encontrar sinais de ressonância prolongada sobre o episódio, a não ser em colunas sociais e de bastidores políticos do próprio *Feira Hoje*, nos dias imediatamente posteriores ao lançamento.³⁵⁵

Ainda que seja difícil precisar até quando a manobra foi mantida, é possível definir que persistiu até maio porque ainda nesse mês o presidente do CIFS expressou uma ligeira oscilação na crítica pública à “política” no CIS. Em entrevista ao *Feira Hoje*, Francisco Serafin abordou as motivações da “crise” do CIS. Várias foram arroladas, mais é significativo que, diferente de outras oportunidades em que o governo do estado não era mencionado diretamente, sua crítica citava ambos os agentes, executivos municipal e estadual, como partes ativas no problema.

Por outro lado, não é novidade para vocês que nosso Centro industrial do Subaé tem sofrido barbaramente nesta divergência de opinião entre os governos municipal e estadual. O governo municipal, com a falta de recurso e pela falta de técnicos nada tem feito nestes últimos dez anos para melhorar a estrutura do CIS.

O governo estadual, por sua vez, não quis entregar seus recursos – Se os tinha ou não, isto foge do nosso conhecimento –, não quis apoiar decisivamente a Prefeitura na melhoria da infra-estrutura.³⁵⁶

A ligeira oscilação discursiva, na responsabilização do governo estadual, mesmo que sutil, pode ser interpretada como um requisito de um movimento tático mais amplo, complementar ao lançamento da candidatura de Alfredo Falcão, objetivando potencializar a atenção sobre seus interesses por parte dos seus interlocutores prioritários na sociedade política. Não ao acaso, a crítica da política do *Feira Hoje* adquiriu, no mesmo período, forma semelhante.

Por razões de ordem político-partidárias, os governos oposicionistas que se sucederam nos últimos 10 anos, em Feira, se recusaram a passar a responsabilidade do CIS para o Governo do Estado. A esfera estadual, por sua vez, se acha desobrigada em apoiá-lo porque está sob o controle do município, que não pode torná-lo atrativo pela falta de recurso e sobretudo pela falta de interesse até então.³⁵⁷

Embora nenhuma declaração direta tenha sido encontrada nesse sentido, é provável que a manobra visasse, antes de tudo, pelo menos no caso dos industriais, pressionar a esfera estadual a um comprometimento consistente com o encaminhamento dos seus interesses, de

355 CLASSES produtoras lançam nome. Acontece [Coluna]. *Feira Hoje*. 10 de março de 1982, p. 13; e MATURANDO a idéia. Etc e Tal [Coluna]. *Feira Hoje*. 13 de março de 1982, p. 2.

356 SERAFIN: o CIS afundou no retrocesso. *Feira Hoje*. Caderno Indústria. 25 de maio de 1982, p. 6.

357 EMPRESAS tiveram prejuízos de mais de Cr\$ 3 bilhões. *Feira Hoje*. Caderno Indústria. 25 de maio de 1982, p. 7.

certa forma “instrumentalizados” no “varejo” político durante a longa polêmica que envolvia o debate sobre o controle do CIS. Se assim o foi, o cálculo dos agentes era relativamente simples: segundo anúncio do próprio Antonio Carlos Magalhães, a meta de “reconquistar” a prefeitura de Feira de Santana era central na sua estratégia de consolidação no estado; ao lançar uma candidatura cuja disputa incidiria potencialmente sobre boa parte da mesma base eleitoral do candidato do PDS na cidade, isso poderia fragilizar as possibilidades dessa “reconquista” se efetivar. Em caso de coerência da análise, é difícil determinar o quanto essa manobra poderia se sustentar, notadamente caso precisasse protelar-se ao longo do processo de definição das candidaturas que realmente disputariam o processo eleitoral de 1982, mas também é pertinente interpretar que, pelos desdobramentos posteriores, a “ameaça” surtiu efeito. Não obstante, não foi possível localizar nas fontes analisadas algo que pudesse ser tomado como indicador explícito desse resultado. A divulgação, em julho, que o governo estadual programava investimentos Cr\$ 970 milhões nos distritos industriais do interior, entre 1982 e 1983, pela ausência de qualquer referência ao CIS, pode ser considerada, no máximo, uma demonstração de força do PDS para reiterar o lugar de “aliado preferencial”.³⁵⁸

De qualquer sorte, a inexistência de uma manifestação pública não quer dizer, necessariamente, inexistência total de qualquer interação do PDS, ao nível estadual, com os interesses dos industriais de Feira de Santana. Segundo pequena nota na coluna Negócios e Cia, do *Feira Hoje*, em 18 de outubro, o CIFS formalizou em reunião seu apoio à candidatura de João Durval Carneiro, do PDS, ao governo da Bahia. A notícia salientava que a decisão foi aprovada por “quase totalidade” dos associados, com alguns deles “deixando de lado alguns pontos de vista políticos partidários, por acharem que está em jogo é a sobrevivência do Centro Industrial do Subaé”.³⁵⁹ Ainda segundo o colunista, Francisco Serafin teria declarado que um governador feirense e responsável pela implantação do CIS seria a “oportunidade que estava faltando” e depois

[...] o nosso Centro Industrial não recebe nenhum incentivo da Prefeitura local. Pelo contrário, daqui só arrecadam. Todos os recursos aplicados no

358 DISTRITOS Industriais terão Cr\$ 790 [sic] milhões do governo. **Feira Hoje**. 28 de julho de 1982, p. 13. Informação também confirmada em FIEB. CR\$ 970 milhões para Distritos Industriais. **Boletim Industrial**, ano XVI, n. 306, jul. 1982, p. 7.

359 Essa tônica, como é presumível, encontrou coro na FIEB, vide FIEB. Centro Industrial do Subaé atinge níveis excelentes de crescimento. **Boletim Industrial**, ano XVI, n. 310, nov. 1982, p. 6. Apesar do título, o tom geral foi o de apontar as dificuldades do CIS. Expressou a preocupação com a “ida em embora” das indústrias que haviam se instalado, através dos incentivos da SUDENE, em Feira de Santana e prosseguiu informando que “Esta preocupação foi motivo de carta dirigida ao superintendente da Sudene, Valfrido Salmito e assinada pelo então prefeito Colbert Martins; pelo presidente da Câmara de Vereadores, Renato Sá; pelo presidente do Centro das Indústrias de Feira de Santana, Francisco Serafin; pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Jonas Francisco de Souza e pelo próprio [superintendente do CIS] Humberto Mascarenhas”.

CIS são oriundos do governo estadual e os industriais feirenses não podem ficar passivos em uma ocasião como esta.

Para concluir que

[...] esta é uma meta que deveria ser incluída nos planos de todos os industriais de Feira de Santana que prezam por suas indústrias.³⁶⁰

Embora, não tenha sido possível encontrar o registro dessa reunião na documentação interna do CIFS, o relato e declarações foram credibilizados pela própria movimentação dos dirigentes industriais, uma vez configurada a vitória de João Durval e do candidato do PDS ao executivo municipal, José Falcão da Silva. Assim, apesar da ausência de uma sinalização, manifesta publicamente, do governo do estado em atender os anseios dos industriais de Feira de Santana, o CIFS deliberou pelo apoio ao candidato do PDS ao governo do estado, mas, mais significativo das relações de reciprocidade, tornou esse apoio co-extensivo ao candidato a prefeito do PDS, José Falcão, através da “suspensão” da candidatura de Alfredo Falcão.

Logo após eleições de outubro, em 23 de novembro, foi noticiado que o recém eleito José Falcão (1983-1988) pretendia firmar um convênio com o governo do estado, com o objetivo de dotar o CIS de infra-estrutura e conceder incentivos para implantação de novas indústrias.³⁶¹ Contudo, o convênio se mostrava, nesse momento, uma solução defasada aos dirigentes industriais feirenses que, diante do seu particular esforço para inserir seus interesses de forma prioritária no arranjo de forças vitorioso na eleição, considerava possível diante da nova conjuntura política o encaminhamento do seu “programa máximo”, a estadualização do CIS.

Nesse sentido, em um claro movimento de divergência em relação ao anúncio da retomada das intenções de um convênio, o CIFS ensejou uma unificação dos esforços em torno da estadualização, com a re-sistematização dessa exigência e de outras ligadas às necessidades infra-estruturais imediatas do CIS, bem como anúncio, público, da disposição em tensionar o quanto necessário os gestores estatais envolvidos no impasse. Em 14 de dezembro, um grupo de quinze “dos principais empresários” do setor se reuniu no CIFS para debater a situação do CIS, tendo como resultado o posicionamento a favor da “transferência do controle” deste para o governo do estado e a defesa da atualização e implantação do Plano Piloto do Centro Industrial Subaé. Foi organizado um grupo de trabalho, sob direção de Alfredo Falcão, para sistematizar um documento síntese das posições debatidas, a ser entregue ao governador eleito e ao prefeito eleito. Evidentemente, as declarações dos

360 É A HORA da verdade. Negócios e Cia. **Feira Hoje**. 20 de outubro de 1982, p. 10.

361 CONVÊNIO no CIS. **Feira Hoje**. 23 de novembro de 1982, p. 4.

dirigentes industriais, registradas na ocasião, acusavam a presença do tom habitual de referência à política. No entanto, com a diferença que os industriais expressavam a clara percepção da nova correlação de forças instaurada na sociedade política. Francisco Serafim, nessa perspectiva, declarou que “chegou a vez de Feira e de nossas indústrias. O abandono do CIS pode chegar ao fim, pois a partir de agora não enfrentaremos mais as conseqüências das brigas políticas”. Contudo, já foi ressaltado em outros momentos deste trabalho que a movimentação dos industriais orientava-se no intuito de viabilizar seus interesses para além de uma conjuntura favorável, que ademais sua experiência indicava como excepcional. Sob esse ângulo, a matéria do Feira Hoje que noticiou a reunião é bastante conclusiva:

Serafim [sic] e outros dirigentes industriais acham que a proposta de se efetuar um convênio entre Prefeitura e Governo de Estado para dotar o CIS de infra-estrutura não resolverá a situação do setor, mesmo porque, no futuro, o quadro político pode inverter-se ou sofrer algumas alterações.

Portanto, eles defendem que o “mais seguro” para o CIS será a transferência definitiva do controle para o Governo Estadual que, mesmo em outras circunstâncias, terá maiores condições de gerenciá-lo.

E para conseguir isso, os empresários prometem pressionar as autoridades e chegam a observar que não será difícil a transferência, mesmo porque João Durval tem um sério compromisso com o município. Serafim também observou que os empresários do CIS deram uma importante contribuição para a vitória do PDS a nível municipal.³⁶²

A citação tem elementos que sintetizam os aspectos fundamentais da ação dos industriais feirenses, no contexto do início da década de 1980. Em primeiro, corrobora com a percepção de que não se tratava simplesmente de resolver as questões de infra-estrutura do CIS, mas, prioritariamente, “blindá-lo” o máximo possível das “paixões políticas”. Nesse sentido, embora ambas as reivindicações estivessem “umbilicalmente” ligadas, sendo a primeira base essencial do argumento para a segunda, era o interesse de estadualizar o CIS que moveu essa fração estruturalmente. Assim, em segundo lugar, apesar de os industriais perceberem a nova correlação de forças como extremamente favorável aos seus interesses específicos, estes só estariam efetivamente garantidos se o quadro político momentâneo fosse “ultrapassado” por uma institucionalização dos seus interesses qualitativamente nova, a estadualização do CIS. Em terceiro, graças a sua atuação na construção do arranjo político vitorioso no processo eleitoral de 1982, a sua “importante contribuição”, os industriais avaliavam possível articular os seus interlocutores políticos prioritários para, aproveitando o momento, viabilizar seus interesses de médio prazo.

362 EMPRESÁRIOS querem CIS em poder do governador. **Feira Hoje**. 16 de dezembro de 1982, p. 3.

O virtual impacto dessa pressão do CIFS, sobre a disposição do executivo municipal eleito em retomar a proposição de um convênio com o governo estadual, pode ser visto de uma perspectiva de linearidade cronológica: em novembro de 1982, José Falcão anunciou sua disposição em fazer o convênio com a SIC; em dezembro, o CIFS reagiu sinalizando o intuito de pressionar pela estadualização; e, por fim, em 6 de janeiro, o prefeito eleito José Falcão da Silva confirmou que o CIS seria, de fato, “transferido” para o nível estadual do Estado como “única alternativa” para viabilizar o processo de industrialização no município.³⁶³

Dessa forma, convergiram, novamente, em uma correlação de força favorável, a movimentação dos industriais para uma nova institucionalização de seus interesses e o “raio de ação” dos seus interlocutores prioritários na sociedade política, agora abrigados sob a sigla do PDS. Entretanto, “favorável” significava que os elementos necessários estavam em uma disposição melhor que em qualquer outro contexto, depois da inflexão ocorrida na gestão Newton Falcão. Longe de “deslizar” por qualquer “automatismo”, a institucionalização preconizada pelos industriais ainda enfrentaria seu “teste de fogo”.

O ano de 1983 foi o momento em que, efetivamente, a estadualização disputada desde o início da década anterior se configurou. Apesar disso, essa aparente vitória da fração industrial, o que poderia ser descrito como uma institucionalização qualitativamente nova de seus interesses, explicitou, contraditoriamente, os próprios limites da iniciativa, na medida mesma em que o perseguido “insulamento” do CIS das “paixões” havia perdido escala de eficácia em um contexto já aberto de crise econômica nacional e de seus desdobramentos em uma região periférica integrada. No entanto, antes de atentar para esse sentido mais geral que o processo de estadualização se revestiu, é importante especificar que ele ainda era central para o posicionamento mais vantajoso dos interesses corporativos da fração industrial em contexto de crise. Tanto mais, após o anúncio da concordância do executivo municipal com a “transferência” do CIS, os industriais organizados no CIFS pautaram suas intervenções públicas por dois aspectos. Um primeiro era o realce das dificuldades atravessadas pela indústria em Feira de Santana, embora esse procedimento aparecesse matizado por críticas à política econômica nacional era também sintomático das transformações na composição dessa própria fração de classe. Diante da concordata da INCOBAL, Francisco Serafin comentou que a situação da indústria local “Pior do que o que estar não pode ficar. Daqui pra frente a tendência é melhorar”.³⁶⁴ Nesse momento, a sinalização de que a indústria vivia “a pior situação” era potencializada pelo por várias concordatas e falências, desencadeadas entre

363 CIS vai para o estado. **Feira Hoje**. 7 de janeiro de 1983, p. 2.

364 PRESIDENTE do CIFS considera indústrias na pior situação. **Feira Hoje**. 4 de fevereiro de 1983, p. 3.

1982 e o início de 1983. Em segundo, mais de forma articulada, era mantida a tônica de que esse quadro de crise melhoraria com a estadualização.³⁶⁵

Entre as metas do novo presidente do CIFS, Alfredo Falcão, estava a “transferência do CIS”, embora frisasse que somente esse procedimento não abria perspectivas de reativação do setor industrial local, devido aos seus vínculos com a “realidade econômico-financeira global, a nível nacional”.³⁶⁶ Na solenidade de posse da nova diretoria do CIFS, em 27 de maio de 1983, o discurso de Alfredo Falcão conclamou unidade entre “políticos” e “lideranças empresariais” para enfrentar a situação econômica do município, e, especialmente, “reacender” o CIS.³⁶⁷ Logo em seguida, em junho, a intervenção pública da entidade radicalizou o discurso acerca do “controle total” estadual sobre o CIS como medida indispensável ao desenvolvimento econômico municipal. Em entrevista, quando questionado sobre o processo de transferência, Alfredo Falcão voltou a expressar o ponto programático básico dos industriais:

Isto está sendo discutido tanto pela Prefeitura quanto pelo Governo do Estado. Mas a Prefeitura não quer entregar o controle total do Centro Industrial do Subaé e está estudando e propondo uma fórmula para transferí-lo. Nós, os empresários, temos a opinião de que deve ser passado o controle total, porque no futuro não sabemos quais serão as circunstâncias políticas. A coisa pode se complicar se viermos a ter um governo do PMDB em Feira e outro do PDS no Estado ou vice-versa. Isto poderia complicar a situação e voltariamos a ter aqueles mesmos problemas. Eu acho que o Estado deve assumir completamente o CIS.³⁶⁸

A fala de Alfredo Falcão não apresenta novidade substantiva, tanto no que tange a reivindicação quanto à tônica anti-política partidária que ela se revestia. Todavia, o último aspecto merece relevo por destacar a singularidade da movimentação dos industriais em meio às “classes produtoras”: a posição de Alfredo Falcão, reivindicando falar pelo “empresariado” na questão da transferência denota um esforço em sobrepujar às possíveis dissonâncias existentes entre as classes dominantes feirenses sobre o assunto.

O prefeito José Falcão convocou assembléia do Conselho Deliberativo do CIS, para o dia 5 de julho de 1983, para debater a transferência.³⁶⁹ Alguns dias antes desta data, em 30 de junho, os dirigentes do CIFS fizeram uma reunião preparatória, ratificando a posição favorável da entidade pela “transferência total” do CIS e implantação do seu Plano Piloto,

365 UM monte de esperanças depositadas na estadualização. **Feira Hoje**. 15 de março de 1983, p. 3.

366 AS METAS do novo presidente. **Feira Hoje**. 25 de maio de 1983, p. 4.

367 ALFREDO toma posse pedindo união de políticos e empresários. **Feira Hoje**. 29 de maio de 1983, p. 3.

368 O PROCESSO de industrialização de Feira, segundo Alfredo Falcão. **Feira Hoje**. Caderno Indústria. 16 de junho de 1983, p. 3.

369 CONSELHO vai discutir transferência do CIS. **Feira Hoje**. 22 de junho de 1983, p. 5.

com as “atualizações necessárias”.³⁷⁰ Essa reunião, às vésperas de uma reunião do Conselho Deliberativo do CIS convocado exclusivamente para debater a questão, evidencia que o “preparatório” significava a discussão dos passos táticos necessários à consolidação de sua estratégia. A especificidade da mobilização do CIFS, aludida acima, adquire um sentido ainda mais explícito diante do indício que as classes dominantes feirenses não tinham posição monolítica sobre como deveria institucionalizar-se seu controle sobre um aspecto vital da atividade econômica de Feira de Santana. Destarte, na iminência da reunião do Conselho Deliberativo do CIS, os dirigentes da ACFS e do CIFS expressavam, publicamente, posicionamentos distintos quanto ao que cada uma das entidades defenderia na reunião de 5 de julho. O presidente da ACFS, Osvaldo Ottan, expôs publicamente, no dia 3 de julho, sua avaliação que para que o governo estadual implementasse as obras de “reativação” do CIS e a atração de novas indústrias não havia obrigatoriedade, necessariamente, do controle estadual total sobre o Centro Industrial do Subaé.

Eu acho que a Prefeitura deve continuar mantendo um certo contato, uma certo controle direto do CIS, sendo que o governo do estado deve ter uma participação maior.³⁷¹

Essa evidência, embora careça de análise da trajetória específica da ACFS, talvez ilumine parte das bases sociais das posições “autonomistas” expressa, por exemplo, por Raimundo Torres, ex-superintendente do CIS. Por seu lado, a posição do CIFS, ao que foi possível aferir, efetivamente era orgânica aos interesses do segmento mais forte, economicamente, dos industriais locais. Ilustrativo disso, às vésperas da reunião do Conselho Deliberativo do CIS, o diretor da PHEBO do Nordeste, Cássio Ramalho se pronunciou afirmando que “esta transferência já deveria ter sido feita há muito tempo”.³⁷²

Efetivamente, Osvaldo Ottan chegou a apresentar a proposta, que assumiu a forma da sugestão de uma empresa mista para gerir o CIS, mas foi dissuadido durante o debate no Conselho Deliberativo. O representante da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Raimundo Gama, reafirmou a posição favorável à “transferência” que defendia desde quando era diretor do CIFS. Entretanto, a principal intervenção, além da apresentação do

370 Além desses dois pontos principais o documento trazia nove itens referentes a infra-estrutura do CIS: i) acesso do contorno para o distrito industrial do Tomba, com construção das “pernas” do viaduto ali existente; ii) central de tratamento de afluentes líquidos, de acordo com as recomendações do Plano Piloto; iii) equacionamento do problema de transporte; iv) pavimentação das vias internas já existentes; v) complementação do sistema viário; vi) sinalização de todo o CIS; vii) posto de saúde; viii) confirmar a eliminação dos viadutos da BR 324 entre o Cajueiro e o Limoeiro, a criação do acesso secundário ao núcleo piloto; e ix) compra de áreas para implantação de novas indústrias. EMPRESÁRIOS querem que o controle do CIS seja transferido totalmente. **Feira Hoje**. 1º de julho de 1983, p. 3.

371 EMPRESÁRIOS divergem quanto a transferência total do CIS. **Feira Hoje**. 3 de julho de 1983, p. 3.

372 Idem.

projeto de “transferência” pelo prefeito, foi a de Alfredo Falcão, que fez um histórico de todo o processo de industrialização do município até então, bem como explicou sua “teoria do poder” para defender a medida. As divergências foram diluídas ao ponto que o Conselho Deliberativo aprovou por unanimidade a “transferência” do CIS para a alçada do governo estadual.³⁷³ O prefeito José Falcão, por sua vez, encaminhou o projeto de estadualização com celeridade: no dia seguinte, 6 de julho de 1983, a sua mensagem e o referido projeto chegaram à Câmara Municipal.³⁷⁴

Não sem relação, no dia 7 de julho o *Feira Hoje* publicou matéria em que alguns industriais demonstravam suas expectativas em relação ao posicionamento que a Câmara Municipal deveria tomar. O gerente industrial da TROMBINI, César Alvim Battistoti afirmou que “nada mais justo do que a prefeitura passar o controle do CIS para o Estado, que dispõe de mais recursos para melhorar as condições atuais”. Salientando que “os homens que compõe a Câmara são pessoas sensatas” e que acreditava que iriam “olhar a coisa com muito cuidado”, C.A Battistoti considerava “importante que o Estado tenha toda autonomia sobre o CIS para desenvolver os projetos de infra-estrutura, sem que haja interferência estranha que pode atrasar o seu desenvolvimento”. Por sua vez, o gerente industrial da CONDUGEL, João Luís Martinelli, também defendeu a deliberação do Conselho Industrial do Subaé, enfatizando que “há muito tempo os empresários vem lutando por isso”, além de assinalar as condições “precárias” do CIS. Marcos Soledade, gerente da JOSSAN da Bahia, chamou atenção para as condições políticas da “transferência”: para ele, era provável a aprovação do projeto na Câmara Municipal, mais caso dependesse de dois terços para a aprovação “a coisa pode se complicar, mais se for por maioria simples, o PDS conseguirá isto tranqüilamente”.³⁷⁵

Contudo, antes mesmo do PDS fazer valer na Câmara municipal a confiança que lhe era depositada pelos interesses industriais, a sua movimentação estadual reiterava esses vínculos de reciprocidade. Em homenagem promovida pelo empresariado local, no dia 7 de julho, o governador João Durval Carneiro (1983-1986) anunciou a existência de recursos de Cr\$ 2,5 bilhões para o CIS, oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em caso de aprovação do projeto de “transferência”. Na oportunidade o governador afirmou que confiava “na inteligência e no bom senso dos vereadores” e que não acreditava “que o PMDB vote contra a transferência para estado”. Segundo o governador, “um voto contra significa um voto contra o desenvolvimento de Feira”, e disse, ainda, que o

373 TRANSFÊNCIA do CIS para o estado só depende da Câmara. **Feira Hoje**. 6 de julho de 1983, p. 3.

374 CIS. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 7 de julho de 1983, p. 2.

375 MUDANÇA do CIS deixa empresários otimistas. **Feira Hoje**. 7 de julho de 1983, p. 3.

momento era o de colocar “os interesses da coletividade acima de questiúnculas partidárias”, diante da informação que a bancada do PMDB pretendia “fechar questão” contra o projeto encaminhado pelo prefeito.³⁷⁶

Acima foi dito que a defesa por parte do PMDB, ou menos da maioria dos agentes abrigados nessa legenda, do controle municipal do CIS não pertencia, exclusivamente, ao “varejo” político, mas era determinada também por interesses sociais mais amplos que o de simples desgaste político dos adversários oriundos da extinta ARENA. Nesse sentido, também não parece fortuito que na primeira sessão da Câmara convocada para a apreciação do projeto, em 13 de julho, o PMDB não tivesse posição de bancada, ou seja, não apresentou posicionamento unitário sobre a questão em debate.³⁷⁷

Efetivamente, o PMDB “fechou questão” contra o projeto quando da sessão especial da Câmara Municipal, no dia 19 de julho. Essa sessão, além dos próprios vereadores, contou como debatedores com os procuradores jurídicos da SIC e da prefeitura, o assessor jurídico da Câmara Municipal, os presidentes do CIFS e da ACFS. Estes últimos, segundo a fonte consultada, tentariam “convencer os vereadores e especialmente a bancada do PMDB sobre a necessidade de entregar o controle do CIS ao governo do Estado”. Ao que parece, a ação do CIFS na sessão tentou incidir sobre alguma possível dissonância interna do PMDB. Na sua intervenção na Câmara Municipal, Alfredo Muller Falcão ressaltou, especialmente, a coerência econômica do projeto, enfatizando sua dimensão de procedimento técnico mais acertado.³⁷⁸ Talvez por isso, o debate tenha se deslocado ao longo do mês de julho para a

376 GOVERNADOR anuncia Cr\$ 2,5 Bi para o CIS. **Feira Hoje**. 8 de julho de 1983, p. 1; e GOVERNADOR diz que confia na inteligência do PMDB. **Feira Hoje**. 9 de julho de 1983, p. 3. Em janeiro a diretoria da FIEB havia feito uma visita, em “clima informal”, ao governador eleito. O encontro, realizado na residência de João Durval, visava “hipotecar a solidariedade e o apoio da entidade ao futuro governo”. Em contrapartida, o governador eleito reiterou os seus laços de reciprocidade com essa fração dominante: “apesar de não ser um industrial, vivi muito, no passado, ligado a esse setor, pois implantei o Distrito Industrial do Subaé, em Feira de Santana. Presidi também o Cedin, instalando distritos industriais no Estado. Se no passado voltei minha atenção para a área industrial, agora estarei mais voltado a ela, na condição de governador”. Nesse sentido, não parece fortuito que a principal intenção expressa, pelo menos ao nível do registro na fonte, foi interiorizar a industrialização: “Farei tudo no meu governo para consolidar, cada vez mais, os distritos industriais e, se possível, criarei novos polos industriais no interior”. Cf. FIEB. João Durval garante manter o diálogo com os industriais. **Boletim Industrial**, ano XVII, n. 312, jan. 1983, p. 10. A aliança de João Durval com os interesses industriais do interior, e de Feira de Santana em particular, encontrou expressão programática, inclusive, no seu Programa de ação governamental para a Bahia. O documento enfatiza mais a ação promocional e os efeitos de aglomeração já disponíveis na RMS do que a execução de novos investimentos infra-estruturais. No entanto, apresentava um ponto de inflexão em relação às diretrizes do seu predecessor, Antonio Carlos Magalhães, por manifestar a intenção de promover a interiorização do desenvolvimento, sugerindo a extensão da experiência estadual de investimentos concentrados em áreas selecionadas do interior do estado. Cf. UDERMAN, op. cit., p. 172-173.

377 PROJETO. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 13 de julho de 1983, p. 2.

378 ADVOGADOS, vereadores e empresários travam debate sobre transferência: CIS. **Feira Hoje**. 19 de julho de 1983, p. 3.

contestação, por parte do PMDB, da possibilidade do projeto ser aprovado por maioria simples, como defendia o PDS.

As tensões se ampliam a medida que o PMDB “fechou questão” contra o projeto, com a direção partidária centralizando, dessa forma, as diferentes posições internas em torno da contrariedade à estadualização. O posicionamento do PMDB alinhava vários argumentos diferentes. O vereador Messias Gonzaga afirmava que “por baixo desta transferência do CIS há uma alta jogada política” enquanto o secretário geral do partido, Hosannah Leite, disse que PDS de Feira sabia “muito bem que seu poder é pouco, é muito transitório, e que na próxima eleição pode não ter mais o controle da Prefeitura. Por isso estão tentando esvaziar o município”. Ainda nesse aspecto político, o suplente de vereador e membro do diretório do PMDB, Clóvis Lima, argumentava que uma das perdas mais “graves” trazidas pelo projeto seria a desapareção do Conselho Deliberativo do CIS, que “se não é dos democráticos, é dos mais abertos, dos mais liberais. E que embora não tenha a representação operária, conta com a participação de vários setores da comunidade”. Em que pese esses argumentos mais diretamente políticos, que se mantiveram constantes ao longo de todo debate sobre a “transferência”, o PMDB tinha dois outros argumentos principais: em primeiro, que se o governo estadual efetivamente quisesse investir no CIS isso poderia ser feito mediante o convênio ou outro procedimento de parceria. Em segundo, como o projeto de “transferência” teria incidência sobre o Plano de Desenvolvimento do município e poderia onerar o erário público municipal, seria legalmente necessário dois terços de votos na Câmara Municipal para a sua aprovação.³⁷⁹

A impossibilidade de qualquer consenso suficiente para viabilizar suavemente a “transferência” levou à convocação de uma nova sessão especial para dar continuidade ao debate. Efetivamente, a discussão sobre o CIS polarizou a sociedade política local, motivando declarações públicas de quase todos os dirigentes partidários e parlamentares. Todavia, mesmo alguns vereadores do PMDB se declarando insatisfeitos com o posicionamento da sua bancada, o PDS resolveu não contar com uma possível dissidência e executar a disposição, anunciada anteriormente, de aprovar o projeto por maioria simples. O líder do PDS na Câmara, Antonio Carlos Coelho, foi taxativo ao afirmar que a “bancada do PDS está convencida de que o projeto deve ser aprovado por maioria simples”.³⁸⁰ Tanto mais, que na primeira sessão para deliberação sobre o assunto, em 28 de julho, o projeto recebeu a primeira

379 DIREÇÃO do PMDB fecha questão contra transferência. **Feira Hoje**. 17 de julho de 1983, p. 2.

380 PDS contra. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 29 de julho de 1983, p. 2.

aprovação, por nove votos contra oito, estando presentes dezoito do total de dezenove vereadores da Câmara Municipal.³⁸¹

Provavelmente, a percepção que uma correlação de forças desfavorável havia se formado motivou ao PMDB lançar nota pública em que justificava o posicionamento do partido de “fechar questão” contra a “transferência” para “manter a já diluída autonomia municipal e zelar pelos interesses do nosso povo”. A nota contra-argumentava a idéia que a infra-estrutura seria a raiz dos problemas do CIS, apontando como responsável pela situação o modelo econômico “implantando pelo governo do PDS”. Todavia, a nota se concentrava em apresentar “os verdadeiros motivos” do projeto de “transferência”:

O governador do Estado tem um projeto político pessoal para Feira de Santana que colide com as ambições do grupo que cerca o Sr. José Falcão da Silva. O Sr. João Durval tem um mandato de quatro anos e o prefeito tem um mandato de seis anos. As aspirações políticas do governador, em Feira de Santana, dependeriam da fidelidade do grupo José Falcão e o governador sabe que lealdade não é o forte de pula-muros. Transfugas são fiéis, apenas, ao poder e o poder é transitório.

Assim, o Sr. João Durval tenciona esvaziar o poder municipal, criando cargos bem remunerados, no município, no novo órgão que administraria o CIS para seus fiéis correligionários, desde já se garantindo e amparando os seus, pois sabe que a Prefeitura de Feira com o PDS é uma situação acidental, efêmera e episódica.³⁸²

Não obstante, as denúncias do PMDB sobre o caráter de “manobra política” do projeto de “transferência” do CIS para o governo estadual não foram suficientes para conter a ação daqueles que há muito tempo se distinguiram pela interlocução prioritária com os interesses industriais. Nesse sentido, embora seja evidente que a estadualização do CIS obedecia aos requerimentos políticos mais imediatos, era fortemente amparada por uma fração de classe consciente da oportunidade aberta pela correlação de forças político-partidárias. Dessa forma, a sessão final de apreciação do projeto, em 4 de agosto, foi concretamente o clímax do encaminhamento de interesses sociais bastante delimitadas, ou seja, foi o ponto de desenlace formal da mobilização dos industriais locais para inscrever seus interesses no Estado de uma maneira qualitativamente nova.

Segundo o Feira Hoje, a sessão foi marcada por discussões acirradas no plenário e tumultos na galeria da Câmara Municipal. O ápice das tensões foi a expulsão do suplente de vereador, pelo PMDB, Joaquim Porto Filho, por um reforço da polícia militar, requisitado pelo presidente da Câmara, Renato Sá, do PDS. O projeto de “transferência” do CIS para o governo estadual foi aprovado já nos primeiros minutos do dia 5 de agosto, com dez votos a

381 BANCADA do PDS aprova projeto. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 30 de julho de 1983, p. 2.

382 PMDB divulga nota. **Feira Hoje**. 2 de agosto de 1983, p. 2.

favor do PDS e nenhum contra, devido à retirada do PMDB, em virtude da expulsão de Joaquim Porto Filho e a forma de encaminhamento da votação.³⁸³ O projeto foi aprovado mesmo com as acusações do PMDB de “unilateralidade e parcialidade” da presidência da Câmara e que acionar a polícia militar “ não passou de uma perseguição política e manobra para aprovar o projeto de transferência do CIS”.³⁸⁴

Na semana subsequente, o *Feira Hoje* já considerava que o episódio estava “passando para ala dos fatos puramente históricos e de pouca evidência”.³⁸⁵ Por outro lado, dirigentes do PMDB declararam intenção de tentar reverter juridicamente a aprovação da “transferência” do CIS.³⁸⁶ Contudo, essas intenções, a julgar pela sua rápida dissipação, esbarraram em interesses sociais bastante articulados e poucos dispostos a retroceder em uma posição disputada desde 1972.

Ainda assim, a estadualização foi uma disputa ganha, embora não exclusivamente, pelos interesses industriais, mas já, amplamente, insuficiente para o momento histórico. Se no momento original de sua concepção, no início dos anos 1970, sua aprovação se daria no contexto mais dinâmico da industrialização incentivada via SUDENE, em meio ao chamado “milagre econômico”, bem como no começo do Programa de Distritos Industriais estadual;³⁸⁷ no início da década de 1980, seu encaminhamento abriu algumas possibilidades de minorar as debilidades infra-estruturais do CIS sem, no entanto, conseguir “blindar” os interesses industriais das instabilidades, agora não mais da política local, e sim da situação econômica nacional e internacional. Em meados da década de 1960 a vinculação dos industriais locais ao bloco no poder se fez, prioritariamente, pelos requerimentos políticos da sincronização de seus movimentos com a fração industrial regional, o que permitiu que esses agentes modulassem um projeto específico de hegemonia em âmbito local, mas esse mesmo projeto redimensionou as suas ligações nacionais, inclusive economicamente.

A integração produtiva nacional aprofundou o imbricamento da dinâmica social em Feira de Santana com os esquemas centrais de reprodução da formação social brasileira, tendo incidência diferenciada na reprodução de cada classe social no interior da cidade: no caso dos industriais eles foram “nacionalizados”, a princípio politicamente e, à medida que esses vínculos se processavam, também pelos imperativos da economia. Destarte, um aspecto que

383 CÂMARA aprova mudança do CIS. **Feira Hoje**. 5 de agosto de 1983, p. 1.

384 SUPLENTEs se defendem. **Feira Hoje**. 9 de agosto de 1983, p. 2.

385 CORRESPONDÊNCIAS. **Feira Hoje**. 11 de agosto de 1983, p. 2.

386 MANDATO de segurança. **Feira Hoje**. 12 de agosto de 1983, p. 2.

387 No período 1981-1986 foram investidos US\$ 3.819 milhões no programa, mas 78% desse montante foi concentrado entre 1981 e 1982. A partir de 1983, ano da estadualização do CIS, as inversões declinaram, permanecendo em baixa até fins dos anos 1990. Cf. PINHEIRO, op. cit., p. 34.

merece relevo, devido ao seu caráter orgânico à remodelação das relações de hegemonia local, é a transformação do próprio CIFS, enquanto agente coletivo do projeto de modernização industrializante feirense. A observância disso, inclusive, permite equacionar melhor a intensificação dos esforços dos dirigentes da entidade em estadualizar o CIS, em fins da década de 1970 e início da década ulterior. Ainda no primeiro capítulo foram destacados alguns traços distintivos do CIFS, especialmente quanto a sua composição e vínculos políticos extra-locais, no contexto da segunda metade da década de 1960. Não obstante, esses traços iniciais foram, significativamente, alterados pelo próprio andamento do processo de industrialização da década de 1970.

Do ponto de vista político, o CIFS foi o espaço organizativo adequado à integração dos industriais locais com os prepostos do capital do Centro-Sul, já que a PRODEFESA, embora importante para o amadurecimento dessa disposição “integrativa”, foi uma organização *provisória*. Em relatório da direção, datado de 1970, Jonathas Telles de Carvalho já vislumbrava que “[...] num futuro próximo, após a implantação das várias indústrias que se estão instalando no Centro Industrial do Subaé, teremos possibilidade de um considerável aumento de associados”.³⁸⁸ Efetivamente, esse intuito de aglutinar os industriais dos grupos econômicos em instalação na cidade se manifestou desde os momentos iniciais da vida da entidade. A propósito disso, Manoel Falcão, presidente do CIFS nas duas primeiras diretorias, em Assembléia Geral Extraordinária, ocorrida em 5 de junho de 1973, relatou sobre “[...] convites feitos aos primeiros industriais do Subaé para participar da Diretoria do Centro das Indústrias”, salientando ainda não ter “logrado êxito” na ocasião.³⁸⁹ No entanto, em que pese a falta de “êxito” inicial, o CIFS se configurou em um espaço central de convergência política de interesses entre agentes de origem local e aqueles vindos com os novos empreendimentos do capital extra-local. Ao longo da década de 1970, notadamente na segunda metade, as principais empresas extra-locais se associaram ao CIFS.³⁹⁰ Embora o número de associados de origem local sempre tenha sobrepujado os forâneos, a presença dos grupos econômicos com sede no Centro-Sul logo se fez sentir ao nível da representação nos cargos centrais da direção da entidade. Se considerado as diretorias eleitas em 1976 e 1977, para as quais foi possível encontrar referência completa da empresa de cada diretor, essa penetração se torna

388 CIFS. **Relatório da Diretoria do Centro das Indústrias de Feira de Santana 1970**. 31 de dezembro de 1970, p. 13

389 CIFS. 20 de maio de 1974. Assembléia Geral Extraordinária. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 5.

390 Não foi encontrado, na documentação do CIFS, qualquer registro completo referente a esse aspecto. Foi utilizada como base da assertiva uma lista parcial de associados, com data de ingresso, presente em um relatório da diretoria do ano de 1989 (vide APÊNDICE C).

mais evidente. No caso da primeira, eleita em 14 de junho de 1976, os seguintes cargos denotam essa presença: PETERCO (Presidente), PHEBO (3º Vice presidente), METALOMÉCANICA (1º Secretário), PNEUS TROPICAL (2º Tesoureiro), TROMBINI (Diretor Cultural). Em relação a segunda, eleita em 14 de novembro de 1977: PETERCO (Presidente), PHEBO (Secretário Geral), VIGOR (Diretor Industrial), JOSSAN (1º Secretário), PNEUS TROPICAL (Conselho Fiscal) e TROMBINI (Conselho Fiscal).³⁹¹ Se tomado como referência o ano de 1979, boa parte dessas indústrias estava na lista, organizada pela FIEB, das duzentas maiores indústrias do estado da Bahia (vide APÊNDICE D). Nesse sentido, não foi fortuito que Francisco Serafin, diretor da unidade local da PETERCO do Nordeste, tenha sido o presidente do CIFS entre 1976 e 1983: o projeto de remodelação da hegemonia local, pelo seu caráter “integrativo”, pressupôs um *locus* de gestão cotidiana dos “interesses feirenses” e os interesses forâneos, ambos implicados na industrialização em curso, que permitisse a sua fusão ao nível da política de classe local. Dessa forma, a formação de uma fração industrial em meio às classes dominantes de Feira de Santana se deu sob o influxo de absorção política de dirigentes industriais dos empreendimentos de capital forâneo. Evidentemente, esse processo de “fazer-se”, enquanto fração de classe, marcou também as demandas prioritárias desses agentes, na medida em que, no transcurso do estreitamento de vínculos, se agudizou a reivindicação de estadualizar o CIS. Um depoimento, em época posterior, de Francisco Serafin sobre esse ponto fornece um indício que corrobora esse argumento:

Fizemos uma reunião com o representante do governo do Estado e o prefeito eleito da época [José Falcão]. Pedimos a transferência do CIS da prefeitura para o governo do Estado. Esse foi meu trabalho. Outros ajudaram, mas 95% deve ser agradecido a mim, Francisco Serafin. Eu disse a eles que tínhamos que nos afastar dos partidos. E nós, indústria e comércio, dependíamos do apoio do governo do Estado, que não estava unido com a Prefeitura. Eles concordaram totalmente. E conseguimos. Em 17 de novembro de 1983, João Durval instalou o CIS e transferiu a autarquia para o governo do Estado. E graças a essa transferência o CIS subiu. De 1983 em diante as indústrias subiram em Feira de Santana..³⁹²

Pela trajetória analisada é possível dizer que a presença no CIFS, cada vez mais ostensiva, de dirigentes industriais mais preocupados em reduzir os “custos operacionais” de suas unidades produtivas, conforme determinação de suas matrizes, do que com as vicissitudes políticas locais tenha implicado no fortalecimento de uma visão corporativista mais acentuada acerca da “transferência” do CIS, bem como ampliado o pragmatismo político

391 CIFS. **Relatório de Atividades 1979**. 30 de abril de 1979, p. 3.

392 Cf. FRANCISCO Serafin, o alemão da indústria feirense. **Blog da Feira** [Edição impressa]. 12 de agosto de 2009, [s.p.].

no sentido de estreitar as relações com a administração estadual. Todavia, as últimas “lições” dessas experiências formativas foram dadas pela crise do início da década de 1980. Sem querer fazer uma análise específica, mas justificando o caráter de quase epílogo desta seção, foi expressivo do processo descrito imediatamente acima que, ainda no fim do mês de agosto de 1983, a atuação do CIFS tenha convergido para um movimento local, aglutinador de outras entidades das classes dominantes locais, cujo objetivo era reagir à política econômica nacional, notadamente naqueles aspectos de incidência direta sobre o Nordeste.

Em 22 de agosto, foi divulgado o documento *Organização, Sinceridade e Combate à Corrupção*. No manifesto, inicialmente, era apontada a ausência da “merecida acolhida” de propostas pelo do governo federal, em um momento considerado fértil em manifestações e pronunciamentos oriundos de mais variados segmentos sociais e políticos. As motivações indicadas para tal cenário eram “a recente abertura política e a já prolongada crise econômica”. Mesmo assim, os líderes empresariais de Feira de Santana consideravam seu “dever” manifestar publicamente as “inquietações” que os “afligiam” e que se constituíam “também em preocupações de toda comunidade”. Entre as reivindicações estavam: i) uma “composição de débito” que garantisse aos credores o retorno de suas aplicações com “juros honestos”, mais levasse em conta as limitações de “nosso povo” para gerar excedentes de riqueza a curto prazo; ii) “sinceridade e humildade” do governo no trato com a “comunidade financeira internacional”, mais também “altivez e dignidade” para manutenção da soberania, com o objetivo de contratar prazos que permitissem soldar os débitos sem exigência da “submissão de nosso povo à sacrifícios ainda maiores”; iii) “sinceridade e humildade” com o “povo brasileiro, com exposição da real situação do governo para enfrentar os problemas da escassez de divisas, suprimento de petróleo e matérias primas importadas”; iv) reivindicava “um tratamento altamente diferenciado” para o Nordeste, baseado na persistência da “calamidade da estiagem”, “emoldurada por décadas de expropriação tributária”; e v) apelava ainda para que o poder de “maior legitimidade”, o Congresso Nacional, assumisse “com determinação a sua tarefa legisladora, cuja iniciativa tem permanecido com o Poder Executivo dos últimos anos”.

Sem fazer uma análise minuciosa do documento, é possível identificar três linhas gerais de argumentação no manifesto. A primeira, uma sistemática identificação entre o empresariado e o “povo” em geral. Em segundo lugar, um forte acento “regionalista”, que estabelecia uma oposição entre o Centro-Sul e a posição “frágil” da economia nordestina. Além disso, em terceiro lugar, os pontos mais concretos do programa eram aqueles de maior incidência sobre a indústria. O documento era assinado pelos presidentes da ACFS, Osvaldo

Ottan Soares; do CIFS, Alfredo Falcão; do CDL, José Bezerra; da Associação Profissional do Comércio Lojista de Feira, José Carlos Moraes Lima; e do SRFS, Milton Falcão de Carvalho. No entanto, o único trecho explicitamente referido à Feira de Santana reproduz parte das características gerais apontadas acima:

Além dos problemas que toda a nação enfrenta, nós, de Feira de Santana, enfrentamos ainda os problemas específicos da região nordestina, que, produtora de matérias primeiras, inclusive energética, recebeu parcela irrisória das inversões derivadas do crédito externo e se constitui em mercado garantido, sem barreiras alfandegárias para o parque industrial Centro-Sul. E este quadro é agravado pela transferência de recursos decorrente da perversa sistemática tributária, que privilegia o Estado produtor em detrimento do Estado consumidor de produtos industrializados.³⁹³

Embora seja difícil determinar com precisão o “peso” específico de cada uma das entidades signatárias do documento, o ponto acima parece possibilita uma última assertiva: as circunstâncias nacionais desvaneceram, completamente, a potência prevista para a remodulação da hegemonia em Feira de Santana que, outrora, pressupôs viabilizar-se a partir da sua integração subordinada aos capitais do Centro-Sul em expansão. Sintomaticamente, o mês em que a “transferência” do CIS foi operada terminou com a ameaça do empresariado local de “paralisar” suas atividades, como medida de “protesto”.³⁹⁴

393 EMPRESÁRIOS divulgam o documento (Organização, Sinceridade e Combate à Corrupção). **Feira Hoje**. 23 de agosto de 1983, p. 3.

394 EMPRESÁRIOS ameaçam fazer greve. **Feira Hoje**. 31 de agosto de 1983, p. 3.

5 REFLEXÕES FINAIS

Em 1983, ano final do período abarcado por esta análise, Alfredo Falcão concedeu uma entrevista ao *Feira Hoje* em que, como ativo participante do processo que avaliava, fez um “balanço” da experiência industrial feirense. Interessa notar dois elementos expressos por esse dirigente industrial e que servem como “porta de entrada” para algumas reflexões derradeiras. Obviamente, se considerado o trajeto apresentado nas páginas precedentes, a percepção de Alfredo Falcão guardava certo tom de autocrítica e o próprio jornal, dirigido já por outros interesses, fazia o papel de “consciência” do projeto ao qual, até bem pouco tempo, era um dos elementos constitutivos. Por isso mesmo, vale uma reprodução integral de um elucidativo trecho da entrevista

FEIRA HOJE – Aí entra a questão político partidária que, para muitos, atrapalhou o processo de consolidação do CIS. Você acha que a interferência política atrapalhou o setor?

Alfredo – Não tenho dúvida. Além da diferença partidária – a Prefeitura em mãos do PMDB e o Governo do Estado do PDS – havia também a incompatibilidade de conduta, isto é, a forma como a coisa era conduzida levava a um conflito. Outra coisa era o problema de competência. O município, embora com recursos escassos, não deu a atenção que o CIS merecia. Quer dizer: não foram colocadas as pessoas competentes para conduzi-lo.

FEIRA HOJE – Ainda sobre o processo de industrialização, gostaria de saber se o tipo de empresa implantada aqui, como as que fabricam reatores, cabos elétricos, processam produtos químicos e outras, foi o ideal para as condições locais e regionais?

Alfredo – Talvez não seriam as ideais. Mas na época estávamos numa fase em que não se tinha quase nada e pegávamos o que aparecia. Então, qualquer tipo de indústria que viesse era importante. O importante era ter mais indústrias.

FEIRA HOJE – Você concorda que a industrialização em Feira criou uma grande expectativa de emprego, provocando uma grande migração e em consequência gerando uma série de problemas sociais, a exemplo do aumento do número de invasões e favelas?

Alfredo – Houve isso mesmo. Feira era uma cidade que há 15 anos dificilmente você via uma sub-habitação. Também a cidade era administrada por bons governos que se preocupavam com a habitação. Com o êxodo rural em função da expectativa de emprego na indústria, o município não pôde mais suportar essa demanda. Surgiram sub-habitações, surgiram invasões e sobre este aspecto houve um prejuízo, mas sobretudo porque o CIS não teve o desenvolvimento que deveria ter.³⁹⁵

395 O PROCESSO de industrialização de Feira, segundo Alfredo Falcão. *Feira Hoje*. 16 de junho de 1983, p. 3.

O primeiro ponto de apoio, oferecido pelas palavras do dirigente industrial, para estas considerações finais é que a sua percepção corrobora a interpretação que, longe de representar uma ameaça aos industriais locais, a presença dos grupos econômicos exógenos à Feira de Santana era visto como parte do próprio projeto feirense. Nesse sentido, a perspectiva do presidente do CIFS, à época, reitera também a interpretação que a industrialização da cidade tinha como pressuposto deliberado a integração local na rota da desconcentração industrial brasileira, na década de 1960. O segundo ponto merecedor de relevo é que havia, claramente, um *telos* a ser alcançado com a industrialização. Tanto mais, diante da pergunta sobre as contradições sociais engendradas pela *nova indústria feirense*, o industrial evidencia esse aspecto: “mas sobretudo porque o CIS não teve o desenvolvimento que deveria ter”. Como é perceptível, inclusive na vinculação da industrialização a resolução de outras dimensões da vida social, o projeto industrializante não dizia respeito aos interesses corporativos dos industriais somente, mas articulava-se com toda uma perspectiva do que a cidade, no seu conjunto, *deveria ser*. Ainda mais demonstrativo que esse projeto, embora contasse centralmente com o engajamento dos industriais locais, excedia os limites da consciência corporativa ao se constituir em programa de reordenamento da composição relativa dos setores econômicos e de encaminhamento das transformações sociais necessárias para tanto. A questão seguinte, feita pelo Feira Hoje, à resposta de Alfredo Falcão sobre o relativo malogro do CIS obteve a expressão justamente desse aspecto

FEIRA HOJE – O sonho do desenvolvimento baseado na indústria não acabou sendo atropelado pelas próprias circunstâncias econômicas do país, já que requer altos investimentos? Não seria o caso, agora, de priorizar o comércio, quanto a Feira?

Alfredo – O comércio só se desenvolve com a criação de consumidores e estes são formados pela indústria, que dá emprego, que paga bons salários. Tem que haver sincronia entre os dois setores. O comércio é desenvolvido onde tem um parque industrial bom e vice-versa. Feira não podia continuar no ciclo da pecuária e o comércio ficar se mantendo em torno dela. Já imaginou o que o comércio estaria passando com estas estiagens?³⁹⁶

O argumento da insustentabilidade de uma Feira de Santana “agro-mercantil” não é novo, afinal, o próprio Feira Hoje, no início da década de 1970, expressou-a de forma sistemática. O significativo, na citação acima, é a maneira como essa “ausência de qualquer novidade” reapareceu: não se tratava da afirmação única do interesses dos industriais na “Grande Feira”, mas, ao contrário, a partir da industrialização propiciar uma *sustentação econômica renovada* às outras frações das classes dominantes, ou pelo menos, à principal ramificação delas, os comerciantes. Dessa forma, o projeto industrializante feirense era,

396 Idem.

necessariamente, inclusivo dos outros interesses dominantes por se tratar, não da disputa entre industriais e os outros dominantes, mas uma nova *modulação* da hegemonia precedente, potencializada pelas circunstâncias nacionais. Entretanto, e foi isso que se procurou demonstrar nas páginas precedentes, a especificidade da atividade da fração industrial foi a centralidade na formulação e articulação de uma “alternativa municipal” enraizada na disposição madura de associar-se com os capitais em expansão do Centro-Sul. Evidentemente, essa função articuladora teve sua própria historicidade, a qual se procurou descrever e analisar aqui, considerando suas transformações através da atividade de seus dirigentes. Como salientado, entre outros momentos deste trabalho, a opção metodológica foi a de “marcar” um agente e, a partir do perscrutar dos seus movimentos particulares, entrever a “arquitetura íntima” de um processo muito mais amplo que o ponto focalizado.

Nesse processo foi possível perceber que a sua emergência, ocorrida nos marcos da transição da *articulação comercial* de Feira de Santana para a sua *integração produtiva* à dinâmica de capitais em expansão do Centro-Sul, teve como elemento “fermentador” o contexto de forte tensão social e política do pré-golpe de 1964. Essas circunstâncias estimularam a organização autônoma, em relação à ACFS, de um núcleo dirigente especificamente vinculado a uma identidade industrial. Como indicado pela própria percepção dos agentes envolvidos no processo, o surgimento da AIMMEFS situou-se, justamente, em uma “encruzilhada” histórica de acentuada mobilização popular, elemento percebido pela então incipiente fração industrial das classes dominantes locais como algo que colocava, imperativamente, a necessidade de sua auto-organização.

Ao observar essa primeira experiência de uma aglutinação formal de industriais, foi possível detectar a presença, já bastante delineada, da reivindicação de um “Bairro Industrial”, o que indicou que interesses industriais específicos já estavam constituídos, nesse período, ao menos do ponto de vista corporativo. Contudo, foi a partir de 1965, com a criação da AIFS (logo transformada no CIFS), que esses interesses corporativos serviram de base à elaboração de um projeto muito mais amplo do que a simples garantia das condições estritas de desenvolvimento da atividade industrial, em seu sentido mais imediato.

Efetivamente o CIFS hegemonizou a representação da fração industrial, conseguindo crescentemente expressar a “fala legítima” dessa parte das “classes produtoras” feirenses. Dois foram os elementos fundamentais que contribuíram para essa hegemonia setorial exercida pelo CIFS. O primeiro, foi que a sua constituição envolveu, desde o início, agentes ligados ao “tronco”, principal da dominação de classe em Feira de Santana, na medida mesmo em que mobilizou os membros da família Falcão e também vários outros agentes ligados à

ACFS. No entanto, esse aspecto, embora relevante para afirmação do CIFS enquanto principal entidade corporativa de defesa dos industriais locais, por si só não explicou o papel de intenso protagonismo de seus dirigentes na condução do projeto industrializante que marcou a segunda metade da década de 1960 e primeira metade da década de 1970. O elemento dinamizador da função do CIFS na construção dos novos caminhos pretendidos para Feira de Santana foram seus vínculos extra-locais que, ao sincronizar seus movimentos com a fração industrial regional, propiciaram o engajamento do CIFS em uma atividade mais ampla que a defesa restrita dos interesses da indústria. A partir dessa vinculação foi possível observar o “ponto de injunção” concreto que soldou a aliança desses grupos dominantes locais com o *bloco no poder* nacional.

A PRODEFESA, viabilizada a partir desses vínculos, foi o aparelho sistemático de disseminação desses interesses integradores. Mesmo não sendo possível definir a sua dinâmica interna de funcionamento e total extensão das suas atividades, é plausível afirmar que esse “comitê de fomento” forneceu grande parte dos subsídios mais elaborados para a “gestação” de uma nova modulação da hegemonia das “classes produtoras” feirenses, que teve como pressuposto a integração de Feira de Santana à expansão capitalista em curso no Brasil. Dessa forma, em que pese os industriais locais já perceberem a necessidade de organização específica desde 1963, e de dotar a estrutura de dominação da cidade de uma base econômica mais ampla que o circuito agrário-comercial estritamente, foram os elementos propagados pela PRODEFESA que deram um horizonte mais tangível para ambos os aspectos.

Apesar dos agentes que dirigiam a sociedade política local, nas novas condições instauradas pelo golpe de 1964, não terem sido alvo de análise específica aqui, foi possível perceber sua convergência com a movimentação dos industriais. Nesse sentido, a gestão de Joselito Falcão Amorim e, especialmente, a gestão de João Durval Carneiro se notabilizaram pela absorção dos interesses industrializantes e, notadamente o segundo, encaminhamento político da institucionalização dos interesses industrializantes. Assim, principalmente com a sua mescla com os planos institucionais que regeriam a vida do município, esses interesses foram “universalizados” como interesse do conjunto do “povo feirense”. Dentro desse processo a antiga reivindicação do “Bairro Industrial” foi reelaborada para a de um centro industrial, cujo desenvolvimento dependia da reestruturação da cidade em sua função. Como mecanismo impulsor dessa industrialização feirense estava, claramente, expressa a intenção prioritária de viabilizá-la através das possibilidades advindas dos incentivos fiscais e financeiros vigentes no período, o “modelo SUDENE”. Pelo menos, desde 1966, o programa

dos industriais já trazia inclusa essa perspectiva, mas agora tratava-se da estratégia de adequação do conjunto da vida social feirense aos desígnios dessa opção pela integração subordinada no desenvolvimento capitalista brasileiro. Destarte, a criação do CIS não só simbolizou uma nova modulação da hegemonia local, mas foi o grande recurso desse rearranjo hegemônico para maximizar essa atração dos capitais produtivos exógenos.

Por sua vez, as condições estruturais do período eram extremamente favoráveis ao projeto local sem, no entanto, determinar automaticamente uma prioridade de investimentos em uma área na margem da periferia do capitalismo nacional, como Feira de Santana; obrigando, dessa maneira, a que o engajamento dos agentes industrializantes fosse canalizado para a construção de uma “alternativa institucional” municipal. Concretamente, foi esse o condicionamento básico para a criação do CIS enquanto uma *autarquia municipal*, formato distinto da maioria dos outros distritos industriais no Nordeste e na própria experiência baiana na época. O esforço em centralizar a agenda política local a partir da industrialização foi expresso pela rápida absorção por parte dos seus interlocutores prioritários da tônica industrializante na sociedade política – primeiro UDN, depois a ARENA e, por fim, PDS. Também nesse ponto, a análise aqui empreendida, só pôde atentar para os contornos políticos que circunstanciavam a ação dos dirigentes industriais feirenses, passando ao largo de uma investigação minuciosa da atuação dos “políticos profissionais”. Porém, diante das evidências encontradas encontra fundamento a inferência que essa rápida absorção da industrialização como “grande meta” das administrações municipais foi resultante do relativo crescimento industrial local, do forte crescimento urbano, mas, principalmente, da necessidade de reconstruir a legitimidade dos seus “lugares de poder”. Dessa forma, o “desenvolvimento”, capitaneado pela indústria, serviu de forte alento aos agentes políticos responsáveis pela repressão de projeto político de forte matiz popular, expresso na gestão Francisco Pinto, inclusive ao incorporar, subordinadamente, as demandas trazidas pela complexificação social advinda do acelerado ritmo de crescimento urbano de Feira de Santana no período.

Todavia, a rápida absorção da industrialização como eixo da política institucional de desenvolvimento do município implicou também na necessidade de intensificar a disputa desse projeto industrializante na própria sociedade civil. Como dito em outros momentos deste trabalho, o regime ditatorial não aboliu por completo a necessidade de produção do consenso já que suprimiu da disputa alguns projetos, via repressão, mas não todos. Manteve-se o processo pelo qual a inscrição de interesses no aparato estatal restrito se dá através da força fora dele. A criação do Feira Hoje atendeu, justamente, a essa necessidade do projeto industrializante feirense, muito embora não seja possível atribuir, exclusivamente, ao

periódico a função de universalizar os interesses industrializantes. Na análise aqui empreendida foram observados estreitos vínculos de reciprocidade de agentes entre a direção do jornal e a de outro aparelho privado de hegemonia, central no processo analisado, o CIFS. Nesse sentido, se procurou demonstrar que o periódico tinha uma ação programática em relação à defesa dos interesses industrializantes. Para tanto, as intervenções do Feira Hoje nos mais diferentes âmbitos envolvidos na reorganização de Feira de Santana em torno desse projeto se fizeram presentes ao longo de toda década de 1970 e primeiro triênio da década de 1980. O forte vínculo da direção do jornal com os dirigentes industriais foi tomada como indicador do envolvimento desses agentes com a construção de um aparelho voltado à transformação do projeto industrializante no “senso comum da época”.

Efetivamente, na sociedade política, os interesses industrializantes se tornaram ponto central da agenda de prioridades institucionais. Contudo, a contrapartida desse processo foi sua transformação em *móvil* da disputa partidária, pelo menos, desde 1972. Em meio a esse cenário, os industriais tentaram, por um lado, dar continuidade à institucionalização do projeto em que estavam engajados e, por outro lado, garantir os requisitos corporativos relacionados a infra-estrutura do CIS. Discursivamente, essa movimentação teve expressão na crítica da “política” e na intenção de colocar a política de industrialização local “acima das paixões”. Entretanto, essa estratégia e suas diferentes táticas tiveram seu conteúdo substantivo modificado na medida em que as condições nacionais e regionais que viabilizaram o projeto de integração de Feira de Santana na *desconcentração industrial* nacional “caíram por terra”, em fins da década de 1970. Em que pese a primazia nacional e estadual da ARENA, em âmbito local, esse período foi caracterizado por um ascenso das forças políticas de oposição ao regime aglutinadas no MDB, o que implicou no entrave do ritmo de institucionalização do projeto industrializante, determinando a inviabilidade das transformações estruturais da cidade no tempo requerido pelos industriais locais. Nesse cenário, de instabilidade política local e desarranjo da combinação de fatores nacionais que dariam sustentabilidade ao projeto industrializante feirense, a ação do CIFS, crescentemente, se orientou pela manutenção da institucionalização dos interesses que representava, entretanto, oscilando de uma posição original de engajamento em um projeto de hegemonia para à defesa prioritária dos interesses corporativos. A reivindicação concreta sob a qual essa dinâmica se desenrolou foi a estadualização do CIS.

A relativa fragilidade local dos interlocutores políticos prioritários dos interesses industriais, os arenistas, fez com a medida preconizada pelos industriais fosse inviável politicamente ao longo de quase uma década. Somente com o realinhamento de forças que

implicou no enfraquecimento do PMDB local, no contexto eleitoral de 1982, pela absorção de parte de seus quadros nos marcos da consolidação política nacional e estadual de Antonio Carlos Magalhães, foi recolocada a possibilidade da efetiva estadualização do CIS através da vitória eleitoral de um arranjo político amplamente favorável aos interesses industriais. Efetivamente, após vários movimentos táticos, inclusive com engajamento dos dirigentes industriais em uma “manobra eleitoral” que lançou o nome de um de seus principais dirigentes como candidato a prefeito, esses agentes conseguiram encaminhar a estadualização do CIS ainda nos momentos iniciais da gestão José Falcão da Silva. A “transferência” do controle sobre o CIS se deu em meio a intenso conflito na sociedade política, já que, além dos percalços provocados pela disputa PDS-PMDB, esbarrou em uma posição “autonomista” em vários momentos presente na disputa de direção política da industrialização feirense. Ainda assim, no momento mesmo em que se concretizou a estadualização, objetivo perseguido pelos dirigentes industriais desde o início da década de 1970, as próprias contradições da integração de Feira de Santana fizeram bem menor o alcance da medida em comparação ao seu momento de formulação original. O projeto em que os industriais estiveram engajados durante a segunda metade dos anos de 1960 e primeira metade da década seguinte, “nacionalizou” esse grupo das classes dominantes locais, inicialmente como um requerimento político de sua sincronização ao *bloco no poder* no pós-1964 e, à medida de seu desenvolvimento, como imperativos econômicos de uma integração subordinada. O ano de 1983 marcou a manifestação madura desse processo, uma vez que os industriais feirenses, em meio a uma vitória local expressa na estadualização do CIS, reconheciam que a integração produtiva de Feira de Santana preconizada pelo seu próprio engajamento os havia colocado em situação de subordinação econômica aos movimentos dos capitais do Centro-Sul.

Diante de tais constatações, mais uma vez, é possível voltar às declarações de Alfredo Falcão que abriram essas breves palavras finais. O que a fala desse dirigente industrial indica, corroborando com a trajetória sumariada acima, é que o CIS e os investimentos econômicos que lhe infundiram vida não foram um movimento “fantasmagórico” de capitais, aparecidos em Feira de Santana como que por “razões do além”, mas resultante de uma remodulação da hegemonia local protagonizado (não exclusivamente) pela fração industrial das “classes produtoras” feirenses, cujo pressuposto de viabilidade era a atração do capital expansionista forâneo.

Evidentemente, a análise aqui empreendida não o fez e nem poderia “esgotar” as possibilidades de elucidação das “engrenagens” do processo de industrialização de Feira de Santana, *sob a perspectiva das relações de hegemonia*. Seria possível, nessa perspectiva, por

exemplo, a investigação acerca de como especificamente os interesses comerciais da cidade estiveram relacionados ao projeto industrializante, ou mesmo, analisar a interação dos segmentos mais estritamente agrários das classes dominantes feirenses. O próprio papel dos “políticos profissionais”, em relevo em diferentes momentos desta dissertação, poderia ser alvo de uma análise mais minuciosa quanto à sua lógica interna de funcionamento. Por sua vez, ainda a título de ilustração, um outro agente extremamente relevante para a compreensão de processos de hegemonia foi aqui somente insinuado em certos momentos: os grupos sociais subalternizados, para recuperar uma expressão de Gramsci. De acordo com o ângulo da problematização, mesmo em um campo teórico circunscrito ao uso da categoria hegemonia, as possibilidades de abordagens são extremamente amplas. Também nesse sentido, em muitos aspectos, este trabalho deixou mais questões do que respostas.

Mesmo tendo isso em vista, o objetivo desta investigação e o caminho metodológico percorrido se combinaram no intuito historiográfico de investigar a morfologia concreta da ação dos agentes em um caso de modernização na margem da periferia do capitalismo brasileiro, através do perscrutar dos passos de apenas um desses agentes. Essa opção, embora limitada em muitos momentos pelo desconhecimento da especificidade da atuação dos outros agentes envolvidos no processo, permitiu a observância dos movimentos da fração industrial local em nível de detalhamento inviável em outro caminho de abordagem. Esse detalhamento propiciou a elucidação de um aspecto do bloco do poder nacional a partir do foco inverso do habitual, na medida em que localizou os “pontos de injunção” de grupos sociais dominantes periféricos com um projeto hegemônico de expressão nacional. Diferentes autores têm utilizado o binômio *modernização conservadora–revolução passiva* para analisar as transformações da sociedade brasileira, enfatizando uma tendência histórica de que nessas transformações predomine a *conservação* em lugar da *mudança*, processo que assumiria a forma de uma pactuação “pelo alto” entre as classes dominantes. Nesse último sentido, ao analisar um processo de aprofundamento das relações capitalistas no Brasil de um ponto “periférico”, se esboçou uma contribuição para uma perspectiva mais complexa desses arranjos pelo alto. Mais uma vez é oportuno lembrar que a *morfologia* das relações importa tanto quanto suas similitudes estruturais.

REFERÊNCIAS

I Consulta geral

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: _____(Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 197-212.

ALMEIDA, Aristeu Barretto de (Org.). **Rômulo Almeida – O construtor de sonhos**. Salvador: CORECON-BA, 1995.

ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial**. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA. Salvador, 1990.

ARAÚJO, Ana Paula Queiróz. A Ditadura Militar em Itabuna (1964–1968). **Cadernos do CEDOC**. Publicação do centro de documentação e memória regional da UESC, v. 2, p. 57-60, jul. 2004.

BAPTISTA, Celeste Maria Pedreira Philigret. A intervenção planejada do Estado – uma interpretação do caso baiano. **Planejamento**, v. 7, n. 1, p. 71-111, jan./mar. 1979.

BARBOSA, Agnaldo de Souza. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira: um breve balanço. **Estudos de sociologia**, n. 15, p. 31-44, 2003.

BERMAN, MARSHALL. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BEZZON, José Carlos F. **Ação coordenada para o desenvolvimento urbano: a institucionalização da política e do planejamento urbano no Brasil na década de 1970**. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/pesquisa/grupos/e-urb/Relatorios/trabalhos%202006/3_3_8.doc> Acesso em: 7 de julho de 2009.

BIANCHI, Alvaro. **Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional de Bases Empresariais**. São Paulo: Xamã, 2001.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BRITTO, Antonio Batista de. **Aspectos históricos do desenvolvimento industrial de Feira de Santana**. Salvador: Edições CONTEMP, 1977.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2 ed. Campinas: EDUNICAMP, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 295-322.

CARNEIRO, Dionísio Dias e MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 323-346.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Texeira. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX**. Salvador: FIEB, 2008.

COUTINHO, Nelson Carlos. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Rossine. **A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional**. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, 1999.

CRUZ, Rossine Cerqueira e MONTEIRO, Jhonatas Lima. Ação Política e Transformações Estruturais: a economia política da modernização industrializante em Feira de Santana, Bahia, Brasil (1970-1985). In: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local: desenvolvimento e gestão social de territórios [Anais]**. Salvador: CIAGS-UFBA, dezembro, 2006. [CD-ROM].

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas: EDUNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Interesses de classe e organização estatal: o caso do COSPLAN. In: _____. **O presente como história: economia e política no Brasil pós-64**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1997, p. 17-53.

DANTAS, Jorge Aliomar Barreiros. **Desempenho das empresas beneficiadas pelo Sistema FINOR em Feira de Santana: uma abordagem financeira**. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFPB, 1982.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DIAS, Luiz Antonio. O poder da imprensa e a imprensa do poder: a folha de São Paulo no Golpe de 64 [Resenha]. **Pós-História: Revista de pós-graduação em História**, [s.n.], p. 247-249, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a parti do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica marxista**, n. 28, p. 81-98, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Oliveiros S. **Os quarenta e cinco cavaleiros húngaros**: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Hucitec, 1986.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. ESG e Estadão em 1964: limites autoritários do liberalismo. **Revista Adusp**,[s.n.], p. 85-98, mai. 2005.

FLEISCHER, David. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. **Revista de Ciência Política**, v. 23, n. 1, p. 12-39, jan./mar. 1986.

FREITAS, Nacelice. **Urbanização em Feira de Santana**: Influência da industrialização. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA, 1995.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. **Empresários e políticos na industrialização do Nordeste**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1989.

GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GÓES FILHO, Edelvino da Silva. **Condições da industrialização em Feira de Santana (1969-1989)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFBA, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. In: _____. **A Questão Meridional**. Seleção e Introdução de Franco de Felice e Valentino Parlato; trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.135-165.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, V. 5**: o Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, V. 2**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, V. 3**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; e TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, 2003.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste** (da articulação comercial à integração produtiva). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

HEINZ, Flávio M. Introdução. In: _____(Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7-15.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 93-115.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu espaço**. Trad. Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, Guilherme Augusto Almeida Santos. Pequenas disputas, grandes desdobramentos: um debate sobre as particularidades da hegemonia. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006. (Sem publicação).

LOPES, Guilherme Augusto Almeida Santos. A permanência de uma hegemonia: comerciantes e comerciantes varejistas em Feira de Santana entre 1970 e 1992. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: poder, cultura e diversidade**. Caetité: ANPUH-BA/UNEB, 2007. [CD-ROM].

MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.

MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **Locus**: Revista de História, v.10, n. 1, p. 79-97, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Dez anos da economia brasileira: história e historiografia (1954-1964). **Revista brasileira de história**, v. 24, n. 3, p. 87-97, 1994.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Entidades patronais rurais no Brasil recente: indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial. In: _____(Org.) **O Estado brasileiro**: agências e agentes. Niterói: EDUFF/Vício de Leitura, 2005, p. 141-157.

MICELI, Paulo. Histórias da história da industrialização no Brasil: o projeto nacional-desenvolvimentista. In: _____. **História, histórias**: o jogo dos jogos. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1996, p. 113-147.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana – Primeira Fase-Texto nº 2: A Feira está morta. Viva a Feira! **Sitientibus**, n. 5, p. 171-176, jan/jun, 1986.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)**. Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2008.

OLIVEIRA, Clóvis F. Ramaiana Moraes de. **De empório a Princesa do Sertão. utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893–1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

OZOLLO, Javier. Estado y empresas: relaciones inestables. Políticas estatales y conformación de una burguesía industrial regional [Resenha]. **Universum**, v. 19, n. 2, p. 173-175, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros anos 50: entre a esperança e a frustração. **Unimontes Científica**, v. 1, n. 1, p. 01-11, mar. 2001.

PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

PINHEIRO, José Moura. **Industrialização baiana: o Programa de Distritos Industriais do Interior**. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFBA, 1991.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trad. Angelina Peralva. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRESTES, Anita Leocádia. A formação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades. **Temas de ciências humanas**, v. 8, p. 41-77, 1980.

RAGO FILHO, Antonio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. **Cadernos AEL: tempo de ditadura**, v. 8, n. 14/15, p. 157-201, 2001.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 213-231.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira. **Intelectuais, planejamento e clientelismo**. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: O sonho da industrialização**. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2002.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Sitientibus**, n. 24, p. 31-44, jan./jun. 2001.

SANTOS, Grazyelle Reis dos. **Literatura e cultura em Feira de Santana**: práticas, usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969). Dissertação (Mestrado em Literatura) – UEFS, 2008

SILVA, Aldo José Morais. **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana**: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia, 1833-1937. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, 2000.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil republicano, v. 4**: economia e cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 209-245. (História geral da civilização brasileira).

SOUZA, Aristeu e ASSIS, J. Carlos de. **A serviço do Brasil**: a trajetória de Rômulo Almeida. Rio de Janeiro: A. Souza, 2006.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional**: a experiência da Bahia. Salvador: UNIFACS, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. **Idéias**, ano 12 (2)/13(1), p. 41-52, 2005/2006.

UDERMAN, Simone. **Indústria e desenvolvimento regional**: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia. Salvador: FIEB, 2008.

VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção de classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. In: **I Seminário de pesquisa do LABELU**. Feira de Santana: UEFS, 2006. (Sem publicação).

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. **Revista brasileira de história**, v. 24, n. 3, p. 99-111, 1994.

ZORZO, Francisco Antônio. **Transporte e desenvolvimento urbano**: Feira de Santana e os fluxos de capital. Texto cedido pelo Autor, [s.d.].

II Documentos públicos, livros, revistas e textos utilizados como fonte

ALCÂNTARA, Marco Aurélio. **A Noiva da Revolução** [Resenha]. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/2009/02/04/opiniaio.asp>> Acesso em: 7de julho de 2009.

ALMEIDA, José. O desenvolvimento econômico da Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, ano 3, n. 13, p. 19-40, jul./set. 1972.

BAHIA, Governo do Estado. Secretaria de Indústria e Comércio. **Pedido de assistência ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (fundo especial) para o estabelecimento e operação de um centro de assistência e desenvolvimento de pequenas e médias indústrias.** Salvador: SIC, 1968.

BAHIA, Governo do Estado. Secretaria da Indústria e Comércio. **Programa de Fomento à Indústria no Interior.** Relatório do primeiro ano de atividades 1967/1968. Salvador: SIC, 1968.

BAHIA, Governo do Estado. Secretaria da Indústria e Comércio. **PROINTER- Programa de Industrialização do Interior.** Relatório de dois anos de atividades 1967/1968. Salvador: SIC, 1969.

BAHIA, Governo do Estado da. SEPLANTEC. CEPLAB. **Economia baiana:** subsídios para um plano de governo; Tomo 4 – diagnóstico do setor industrial. Bahia: CEPLAB, 1978.

BAHIA, Governo do Estado da. SEPLANTEC. CEPLAB. **Programa indicativo de investimentos Feira de Santana – 1980/1983.** Salvador: CEPLAB, 1980.

BARBOSA, Antonio. **Réquiem para o decano Miguel Vita.** Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/2008/10/18/opiniaio.asp>> Acesso em: 7 de julho de 2009.

BRASIL, Governo do. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste** (Estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

BRASIL, Governo do. Ministério do Interior. SUDENE. **II Plano Nacional de Desenvolvimento:** Programa de Ação do Governo para o Nordeste. Recife: SUDENE, 1975.

CARLOS CARNEIRO LANÇAMENTOS E PROMOÇÕES. **Feira de Santana** [Revista publicada por ocasião da II Exposição de Animais e Produtos Derivados]. [s.n.], mai. 1969.

CHICO Pinto, a voz do contra. **Panorama**, ano 2, n. 44, p. 10-16, 20 ago./04 de set. 1985.

COSTA, Egberto Tavares. **50 anos do Rotary Clube de Feira de Santana.** Feira de Santana: Rotary Clube, 1991.

COSTA, Rubens Vaz da. **O desenvolvimento regional no Brasil e no mundo.** Fortaleza: BNB, 1969.

FALCÃO, Adnil Dias. **Olhares sobre Newton Falcão.** Salvador: Idea Design, 2008.

FALCÃO, João. **A vida de João Marinho Falcão:** vitória do trabalho e da honra. Brasília: Pax Editora Gráfica e Fitolito Ltda., 1993.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana.** Feira de Santana: COPLAN, 1968.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei Orçamentária nº 652 de 5 de dezembro de 1969** (orça a receita e fixa a despesa do município de Feira de Santana para o exercício financeiro de 1970). 1969.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei Orçamentária nº 688 de 8 de dezembro de 1970** (orça a receita e fixa a despesa do município de Feira de Santana para o exercício financeiro de 1971). 1970.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Plano diretor do Centro Industrial do Subaé**. 2 ed. Salvador: IURAM, 1971.

FIEC. **José Raimundo Godin**: Interinidade proveitosa. Disponível em:<http://www.fiec.org.br/documentacao/hpre/jrg_t.htm> Acesso em: 7 de julho de 2009.

FUNDINOR. **O papel da iniciativa privada no desenvolvimento do Nordeste**. Recife: FUNDINOR, 1965.

FUNDINOR. **Por que investir na Bahia**. Recife: FUNDINOR, 1966.

FUNDINOR. **Distritos industriais no Nordeste**. Recife: FUNDINOR, 1967.

FUNDINOR. **O “Nôvo Nordeste” lhe oferece mais**. Recife: FUNDINOR, 1967.

GALVÃO, Aécio Cândido e SIMÕES, Jairo. Localização industrial na Bahia. **Planejamento**, v. 7, n. 2, p. 153-179, abr./jun. 1979.

HOLANDA, Nílson. O FINOR e o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 7, n. 3, p. 381-386, jul./set. 1976.

HOLANDA, Nílson. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 7, n. 2, p. 219-321, abr./jun. 1976.

JOSÉ Pinto. Tudo começou no velho PTB. **Panorama**, ano 1, n. 4, p. 9-11, 1º nov. 1983.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia**. Salvador: FIEB, 1997.

PINTO, Raimundo A. C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971.

ROSA, Antonio L. R. **Franklin Maxado: o poeta desnudo**. Feira de Santana: UEFS, [1995].

SAMPAIO, Fernando Talma. Estratégia do desenvolvimento industrial da Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 5, n. 18, p. 32-36, out./dez. 1973.

TESTEMUNHO de uma época. **Panorama**, ano 2, n. 25, p. 32-33, 16-30 set. 1984.

TOSI, Dario. **Diretrizes para uma política de pólos do desenvolvimento no Nordeste**. Recife: SUDENE, 1966.

UEFS. **Universidade Estadual de Feira de Santana – Razões de uma instituição.** [s.l.]: Setor de Publicação – UEFS, [1975].

III Atas da AIMMEFS (por data)

AIMMEFS. 20 de junho de 1963, Ata nº 1/63. **Livro de Ata** [1963], p. 1-2.

AIMMEFS. 25 de julho de 1963, Ata nº 2/63. **Livro de Ata** [1963], p. 3-4.

AIMMEFS. 1º de agosto de 1963, Ata nº 3/63. **Livro de Ata** [1963], p. 5-7.

AIMMEFS. 05 de setembro de 1963, Ata nº 7/63. **Livro de Ata** [1963], p. 12-14.

AIMMEFS. 03 de outubro de 1963, Ata nº 10/63. **Livro de Ata** [1963], p. 20-21.

AIMMEFS. 09 de janeiro de 1964, Ata nº 14/64. **Livro de Ata** [1963], p. 28.

AIMMEFS. 20 de julho de 1965, Ata nº 21/65. **Livro de Ata** [1963], p. 39-41.

AIMMEFS. 27 de julho de 1965, Ata nº 23/65. **Livro de Ata** [1963], p. 43-45.

AIMMEFS. 10 de agosto de 1965, Ata nº 25/65. **Livro de Ata** [1963], p. 47-48.

AIMMEFS. 21 de setembro de 1965, Ata s/nº. **Livro de Ata** [1963], p. 51.

IV Documentos produzidos pelo CIFS (por data)

CIFS. **Estatutos.** Março de 1966.

CIFS. **Materiais da Comissão Organizadora da Campanha pró-Construção da Sede Própria do Centro das Indústrias de Feira.** 28 de julho de 1966, [s.p.].

CIFS. **Relatório da Diretoria do Centro das Indústrias de Feira de Santana 1970.** 31 de dezembro de 1970.

CIFS. 5 de junho de 1973. Assembléia Geral Extraordinária. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 1-2.

CIFS. 20 de maio de 1974. Assembléia Geral Extraordinária. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 3-5.

CIFS. 7 de julho de 1975. 2ª Reunião de Diretoria. **Livro de Ata de Reuniões Ordinárias** [1973], p. 5-6.

CIFS. 21 de julho de 1975. 3ª Reunião de Diretoria. **Livro de Ata de Reuniões Ordinárias** [1973], p. 6.

CIFS. 22 de setembro de 1975. 6ª Reunião de Diretoria. **Livro de Ata de Reuniões Ordinárias** [1973], p. 8.

CIFS. **Carta ao Secretário da Indústria e Comércio, Emanuel Vargas Leal**. 18 de janeiro de 1977, p. 2.

CIFS. 1º de fevereiro de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 12-13.

CIFS. 13 de fevereiro de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 14-15.

CIFS. **Centro Industrial de Feira de Santana**. 7 de março de 1978.

CIFS. 13 de março de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 18.

CIFS. 12 de abril de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 20.

CIFS. 24 de abril de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 21-26.

CIFS. 15 de maio de 1978. Reunião de Diretoria. **Livro de Ata da Assembléia Geral** [1973], p. 26-29.

CIFS. **Carta ao Ministro do Interior Inácio Rangel Reis**. 20 de novembro de 1978.

CIFS. **O Centro das Indústrias de Feira de Santana** [1979].

CIFS. **Razões fundamentais para instalação de uma indústria e a escolha do município** [1979].

CIFS. **Carta ao Superintendente da SUDENE Valfrido Salmito**. 9 de abril de 1979.

CIFS. **Relatório de Atividades 1979**. 30 de abril de 1979.

CIFS. **Memorial ao M. D. Governador do Estado Dr. Antonio Carlos Magalhães**. 2 de julho de 1979.

CIFS. **Carta ao Dr. Silvio Santos Faria**. 20 de fevereiro de 1980.

CIFS. **Discurso de posse de Francisco Serafin**. 12 de junho de 1981.

CIFS. **Relatório de Atividades – Período: 06.07.87 a 30.05.89**. 30 de maio de 1989.

CIFS. **30 anos – CIFS**. 1995.

V Documentos produzidos pela FIEB (por data)

FIEB. **Campanha de motivação dos municípios para o desenvolvimento industrial.** Salvador: DPI-FIEB, 196[6].

FIEB. Notícias. **Boletim Industrial**, ano I, n. 02, fev. 1966, p. 29.

FIEB. A Federação vai ao interior. **Boletim Industrial**, ano I, n. 3, mar. 1966, p. 3.

FIEB. Caravana para fomento da industrialização no interior do Estado. **Boletim Industrial**, ano I, n. 3, mar. 1966, p. 6-10.

FIEB. Notícias. **Boletim Industrial**, ano I, n. 5, mai. 1966, p. 35.

FIEB. 1ª FEIRAM. **Boletim Industrial**, ano I, n. 11 e 12, nov./dez. 1966, p. 31.

FIEB. FIEB e FUNDINOR promovem encontro em Conquista buscando industrialização do interior. **Boletim Industrial**, ano II, n. 14, fev. 1967, p. 10.

FIEB. 1º Encontro de Comitês de Fomento Industrial da Bahia, em Conquista, foi sucesso e apresentou sugestões para melhorar industrialização. **Boletim Industrial**, ano II, n. 15, mar. 1967, p. 10-15.

FIEB. Feira de Santana ganha Centro de preparação de mão de obra industrial. **Boletim Industrial**, ano III, n. 28, jul. 1968, p. 20-21.

FIEB. Noticiário dos Comitês. **Boletim Industrial**, ano IV, n. 32, ago. 1969, p. 13.

FIEB. Notícias dos Comitês. **Boletim Industrial**, ano V, n. 33, 1ª quinzena-dez. 1970, p. 2.

FIEB. Promoção é com a FUNDINOR. **Boletim Industrial**, n. 42, 2ª quinzena-abr. 1971, p. 8.

FIEB. FUNDINOR tem nova diretoria. **Boletim Industrial**, n. 50, 2ª quinzena-ago. 1971, p. 2.

FIEB. S/A nos Distritos Industriais. **Boletim Industrial**, ano XI, n. 149, 1ª quinzena-jul. 1975, p. 5.

FIEB. **As 200 maiores indústrias da Bahia.** Salvador: Editora Gráfica Indústria e Comunicação, 1979.

FIEB. CR\$ 970 milhões para Distritos Industriais. **Boletim Industrial**, ano XVI, n. 306, jul. 1982, p. 7.

FIEB. Centro Industrial do Subaé atinge níveis excelentes de crescimento. **Boletim Industrial**, ano XVI, n. 310, nov. 1982, p. 6.

FIEB. João Durval garante manter o diálogo com os industriais. **Boletim Industrial**, ano XVII, n. 312, jan. 1983, p. 10.

VI Artigos e documentos publicados no Folha do Norte (por data)

SILVA, Hugo Navarro. As clarinadas dos sinos. **Folha do Norte**. 19 de janeiro de 1963, p. 1.

A GREVE como instrumento de assalto ao poder. **Folha do Norte**. 23 de fevereiro de 1963, p. 1.

ASSOCIAÇÃO Feirense de Proprietários de Oficinas Mecânica, Industrial e Eletromecânica – Informe de fundação. **Folha do Norte**. 22 de junho de 1963, p. 1.

SANTOS, Agenor. As reformas e os seus reformadores. **Folha do Norte**. 06 de julho de 1963, p. 1.

AO POVO e as autoridades da Feira de Santana. **Folha do Norte**. 14 de setembro de 1963, p. 1.

“DIREÇÃO do PSD desaprova Pinto” convite a Miguel Arraes. **Folha do Norte**. 28 de setembro de 1963, p. 1.

COMÉRCIO protesta. **Folha do Norte**. 19 de outubro de 1963, p. 4.

ATA da 76ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 12 de agosto de 1963. **Folha do Norte**. 23 de novembro de 1963, p.3.

PINTO comanda a desordem. **Folha do Norte**. 30 de novembro de 1963, p. 1.

AUTORIDADES visitam o prefeito. **Folha do Norte**. 5 de setembro de 1964, p. 1.

PREFEITO Joselito Amorim busca auxílio do estado para a Feira de Santana. **Folha do Norte**. 29 de outubro de 1964, p. 1.

AS REALIZAÇÕES do prefeito. **Folha do Norte**. 10 de abril de 1965, p. 6.

ASSOCIAÇÃO das Indústrias de Feira de Santana – Assembléia de Constituição. **Folha do Norte**. 08 de maio de 1965, p. 1.

ASSOCIAÇÃO das Indústrias de Feira de Santana. **Folha do Norte**. 15 de maio de 1965, p. 1.

CONVITE. **Folha do Norte**. 15 de maio de 1965, p. 1.

HÉLDER Alencar informa. **Folha do Norte**. 22 de maio de 1965, p. 1.

DESENVOLVIMENTO industrial em Feira de Santana. **Folha do Norte**. 5 de junho de 1965, p. 1.

MENSAGEM [AIFS]. **Folha do Norte**. 04 de setembro de 1965, p. 2.

FEIRA, cidade sitiada. **Folha do Norte**. 8 de janeiro de 1966, p.1.

MENSAGEM do Prefeito provoca entusiasmo popular. **Folha do Norte**. 16 de abril de 1966, p. 1.

ASSOCIAÇÃO das Indústrias comemora 1º aniversário. **Folha do Norte**. 14 de maio de 1966, p. 1.

PALESTRA sobre implantação de novas indústrias nesta cidade. **Folha do Norte**. 18 de junho de 1966, p. 1.

MINISTRO Roberto Campos elogia prefeitura de Feira. **A Tarde** apud **Folha do Norte**. 9 de julho de 1966, p.1.

CENTRO das Indústrias. **Folha do Norte**. 09 de julho de 1966, p. 1.

PREFEITO visitará os Estados Unidos. **Folha do Norte**. 30 de julho de 1966, p. 1.

PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 9 de setembro de 1967, p. 2.

VIAJOU o prefeito. **Folha do Norte**. 10 de setembro de 1966, p. 1.

PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 30 de setembro de 1967, p. 2.

PRIMEIRO Encontro para o Desenvolvimento. **Folha do Norte**. 14 de outubro de 1967, p. 6.

PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 4 de novembro de 1967, p. 2.

PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 23 de dezembro de 1967, p. 2.

ATA da 36ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 7 de novembro de 1967. **Folha do Norte**. 24 de fevereiro de 1968, p. 3.

MENSAGEM do prefeito JD. **Folha do Norte**. 20 de abril de 1968, p. 1.

ATA da 5ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 18 de abril de 1968. **Folha do Norte**. 25 de maio de 1968, p. 3.

FEIRA terá energia abundante. **Folha do Norte**. 22 de junho de 1968, p. 1.

ATA da 6ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 7 de maio de 1968. **Folha do Norte**. 3 de agosto de 1968, p. 3.

PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 17 de agosto de 1968, p. 6

ATA da 18ª Sessão Extraordinária da Câmara de Feira de Santana, realizada em 30 de julho de 1968. **Folha do Norte**. 4 de janeiro de 1969, p. 2.

III ENCONTRO de Comitês de Fomento Industrial da Bahia. **Folha do Norte**. 9 de agosto de 1969. p. 2.

PORTUGAL, Eme. Sociedade. **Folha do Norte**. 17 de agosto de 1968, p. 6.

FEIRA de Santana brilhou no III Encontro de Itapetinga. **Folha do Norte**. 23 de agosto de 1969, p. 2.

FEIRA de Santana e o Plano de Ação Concentrada. **Folha do Norte**. 4 de outubro de 1969, p. 1.

MENSAGEM do prefeito. **Folha do Norte**. 11 de abril de 1970, p. 1.

CENTRO das Indústrias. **Folha do Norte**. 11 de janeiro de 1975, p. 1 e 6.

VII Artigos e entrevistas publicadas no Feira Hoje (por data)

CHEGAMOS. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1970, p. 2.

INDUSTRIALIZAÇÃO – Uma realidade. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1970, p. 8.

“NORSUL” incentiva industrialização [Coluna Indústria e Negócios]. **Feira Hoje**. 12 de setembro de 1970, p. 4.

DESENVOLVIMENTO planejado. **Feira Hoje**. 19 de setembro de 1970, p. 2.

EUFORIA industrial. **Feira Hoje**. 24 de outubro de 1974, p.3.

NÔVO prefeito. **Feira Hoje**. 21 de novembro de 1970, p. 2.

INDUSTRIALIZAÇÃO. **Feira Hoje**. 28 de novembro de 1970, p.2.

POR que não comprar em Feira. **Feira Hoje**. 12 de dezembro de 1970, p. 11.

PORQUE comprar em Feira II. **Feira Hoje**. 19 de dezembro de 1970, p. 3.

SUBAÉ. **Feira Hoje**. 19 de dezembro de 1970, p. 2.

1970-1971. **Feira Hoje**. 25 de dezembro de 1970, p. 2.

PORQUE comprar em Feira III. **Feira Hoje**. 25 de dezembro de 1970, p. 3.

PORQUE comprar em Feira IV. **Feira Hoje**. 2 de janeiro de 1971, p. 3.

NOVOS prefeitos. **Feira Hoje**. 30 de janeiro de 1971, p.2.

CEDIN I. Indústria e Negócios [Coluna]. **Feira Hoje**. 24 de julho de 1971, p.4.

SUCESSÃO. Feira Política [Coluna]. **Feira Hoje**. 29 de julho de 1972, p.2.

SUBAÉ, afinal uma decisão. **Feira Hoje**. 13 de dezembro de 1972, p. 2.

PREFEITURA Municipal de Feira de Santana. Mensagem do prefeito. **Feira Hoje**. 1º de fevereiro de 1973, p. 13-14.

ARENA quer consolidar Subaé. **Feira Hoje**. 8 de setembro de 1973, p. 1.

EMENDA do ARENA a favor do Subaé. **Feira Hoje**. 20 de setembro de 1973, p. 1

PREFEITO cede Subaé receberá benefícios. **Feira Hoje**. 27 de setembro de 1973, p. 1.

INDUSTRIALIZAÇÃO. **Feira Hoje**. 05 de fevereiro de 1974, p. 2.

PREFEITO se diz feliz nestes dois anos. **Feira Hoje**. 1º de fevereiro de 1975, p. 3.

UNIVERSIDADE, esgoto, duplicação os temas de Viana Filho. **Feira Hoje**. 25 de fevereiro de 1975, p. 3.

ADESG constitui grupo de trabalho. **Feira Hoje**. 3 de julho de 1976, p. 3.

OFICIALIZAÇÃO do CIS depende da prefeitura. **Feira Hoje**. 18 de julho de 1976, p. 3.

ACIMA das paixões. **Feira Hoje**. 28 de julho de 1976, p. 2.

CIS precisa de infraestrutura. **Feira Hoje**. 5 de agosto de 1976, p. 3.

É PREJUÍZO o Cis ficar com o estado. **Feira Hoje**. 12 de agosto de 1976, p. 3.

NÃO há rompimento político. **Feira Hoje**. 5 de novembro de 1976, p. 1.

PROBLEMAS do CIFS foram analisados. **Feira Hoje**. 10 de dezembro de 1976, p. 1.

CIS continuará crescendo. **Feira Hoje**. 11 de dezembro de 1976, p. 3.

SUPERINTENDENTE do CIS com Emanuel Vargas. **Feira Hoje**. 25 de agosto de 1977, p. 1.

O GOVERNO quer é estadualizar os centros industriais da Bahia. **Feira Hoje**. 16 de março de 1978, p. 3;

“O GOVERNO quer é estadualizar os centros industriais da Bahia”. **Feira Hoje**. 18 de março de 1978, p. 3.

EMPRESA é para desenvolver os centros. **Feira Hoje**. 19 de março de 1978. p. 3.

ENCONTRO com industriais marcado pelo CIS: dia 18. **Feira Hoje**. 16 de maio de 1978, p.

NECESSIDADE industrial vai ser analisada hoje. **Feira Hoje**. 18 de maio de 1978, p.1.

LEMBRAR para planejar. Informações e Negócios [Coluna]. **Feira Hoje**. 27 de maio de 1978, p. 7.

- COMISSÃO estuda as propostas dos empresários. **Feira Hoje**. 15 de junho de 1978, p. 1.
- COMO anda o projeto de infraestrutura do CIS? **Feira Hoje**. 7 de julho de 1978, p. 3.
- ROTARY se preocupa com o desenvolvimento local. **Feira Hoje**. 2 de agosto de 1978, p. 3.
- MOTIVO de festa. **Feira Hoje**. 17 de agosto de 1978, p. 2.
- O SUBAÉ é de João. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 20 de janeiro de 1979, p. 2.
- COLBERT diz ser “lamentável” as pretensões de João Durval. **Feira Hoje**. 23 de janeiro de 1979, p. 9.
- CASTRO promete apoio. **Feira Hoje**. 4 de abril de 1979, p. 3.
- COLBERT Martins responde. **Feira Hoje**. 4 de abril de 1979, p. 3.
- JOÃO Durval faz críticas ao governo do município. **Feira Hoje**. 4 de abril de 1979, p. 3.
- SERAFIM lamenta exclusão do CIS do convênio com o BNDE. **Feira Hoje**. 8 de maio de 1979, p. 3.
- NAVARRO preocupado. **Feira Hoje**. 10 de maio de 1979, p. 13.
- SABACK culpa governo municipal por exclusão do CIS: convênio. **Feira Hoje**. 10 de maio de 1979, p. 3.
- CIS foi excluído do convênio por motivos políticos diz Colbert. **Feira Hoje**. 11 de maio de 1979, p. 3.
- LUCIANO acusa ACM de governar contra Feira. **Feira Hoje**. 11 de maio de 1979, p. 3.
- SERAFIN, reivindicou, na Câmara, medidas urgentes para o fortalecimento do CIS. **Feira Hoje**. 25 de maio de 1979, p. 2.
- CIFS inaugura sede conferindo títulos de sócios beneméritos. **Feira Hoje**. 27 de maio de 1979, p. 3.
- INDUSTRIAIS denunciam crise econômico-financeira no CIS. **Feira Hoje**. 30 de maio de 1979, p. 3.
- REUNIÃO da Câmara não resultou, ainda, em soluções para os problemas do Subaé. **Feira Hoje**. 1º de junho de 1979, p. 2.
- ESTADUALIZAÇÃO. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 2 de junho de 1979, p. 2.
- SUBAÉ. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 9 de junho de 1979, p. 2.
- ACM sugere convênio entre prefeitura e estado para realizar obras no Subaé. **Feira Hoje**. 13 de junho de 1979, p. 2.

PREFEITO recebe minuta de convênio. **Feira Hoje**. 19 de janeiro de 1980, p. 5.

CONVÊNIO beneficiará o Subaé. **Feira Hoje**. 20 de janeiro de 1980, p. 17.

SUBAÉ: nenhuma decisão. **Feira Hoje**. 29 de janeiro de 1980, p. 3.

LEVANTAMENTO da área do CIS fica pronto até segunda-feira. **Feira Hoje**. 2 de fevereiro de 1980, p. 3.

EMPRESÁRIOS tentam modificar o código tributário tributário do município. **Feira Hoje**. 15 de fevereiro de 1980, p. 3.

CAMPANHA de filiação ao PDS começará por Feira. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 26 de fevereiro de 1980, p. 2.

PREFEITO não crê que convênio seja firmado. **Feira Hoje**. 1º de julho de 1980, p. 3.

A RECONQUISTA da prefeitura. **Feira Hoje**. 26 de julho de 1980, p. 3.

PREFEITO desafia estado com obras. **Feira Hoje**. 24 de outubro de 1980, p. 2.

FILIAÇÃO. **Feira Hoje**. 9 de novembro de 1980, p. 2.

COELHO vê um PDS fortalecido e comprometido com as aspirações democráticas do eleitorado. **Feira Hoje**. 13 de janeiro de 1981, p. 2.

CIS continua estagnado à espera de recursos para executar obras. **Feira Hoje**. 5 de abril de 1981, p. 3.

COLBERT já assinou o convênio. **Feira Hoje**. 15 de agosto de 1981, p. 3.

SERAFIN pede para evitar convulsão social. **Feira Hoje**. 20 de agosto de 1981, p. 3.

NÃO aceita. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 30 de dezembro de 1981, p. 2.

EMPRESÁRIO. **Feira Hoje**. 9 de março de 1982, p. 9.

CLASSES produtoras lançam nome. Acontece [Coluna]. **Feira Hoje**. 10 de março de 1982, p. 13.

MATURANDO a idéia. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 13 de março de 1982, p. 2.

EMPRESAS tiveram prejuízos de mais de Cr\$ 3 bilhões. **Feira Hoje**. Caderno Indústria. 25 de maio de 1982, p. 7.

SERAFIN: o CIS afundou no retrocesso. **Feira Hoje**. Caderno Indústria. 25 de maio de 1982, p. 6.

DISTRITOS Industriais terão Cr\$ 790 [sic] milhões do governo. **Feira Hoje**. 28 de julho de 1982, p. 13.

DOZE anos de imprensa livre. **Feira Hoje**. 5 de setembro de 1982, s.p.

É A HORA da verdade. Negócios e Cia. **Feira Hoje**. 20 de outubro de 1982, p. 10.

CONVÊNIO no CIS. **Feira Hoje**. 23 de novembro de 1982, p. 4.

EMPRESÁRIOS querem CIS em poder do governador. **Feira Hoje**. 16 de dezembro de 1982, p. 3.

OS PRESENTES à festa do SIMMEB. **Feira Hoje**. Caderno 2. 22 de dezembro de 1982, p. 7.

POSSE e homenagem. **Feira Hoje**. Caderno 2. 22 de dezembro de 1982, p. 7.

CIS vai para o estado. **Feira Hoje**. 7 de janeiro de 1983, p. 2.

PRESIDENTE do CIFS considera indústrias na pior situação. **Feira Hoje**. 4 de fevereiro de 1983, p. 3.

UM monte de esperanças depositadas na estadualização. **Feira Hoje**. 15 de março de 1983, p. 3.

AS METAS do novo presidente. **Feira Hoje**. 25 de maio de 1983, p. 4.

ALFREDO toma posse pedindo união de políticos e empresários. **Feira Hoje**. 29 de maio de 1983, p. 3.

O PROCESSO de industrialização de Feira, segundo Alfredo Falcão. **Feira Hoje**. 16 de junho de 1983, p.3.

CONSELHO vai discutir transferência do CIS. **Feira Hoje**. 22 de junho de 1983, p. 5.

EMPRESÁRIOS querem que o controle do CIS seja transferido totalmente. **Feira Hoje**. 1º de julho de 1983, p. 3.

EMPRESÁRIOS divergem quanto a transferência total do CIS. **Feira Hoje**. 3 de julho de 1983, p. 3.

TRANSFÊNCIA do CIS para o estado só depende da Câmara. **Feira Hoje**. 6 de julho de 1983, p. 3.

CIS. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 7 de julho de 1983, p. 2.

MUDANÇA do CIS deixa empresários otimistas. **Feira Hoje**. 7 de julho de 1983, p. 3.

GOVERNADOR anuncia Cr\$ 2,5 Bi para o CIS. **Feira Hoje**. 8 de julho de 1983, p. 1.

GOVERNADOR diz que confia na inteligência do PMDB. **Feira Hoje**. 9 de julho de 1983, p. 3.

PROJETO. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 13 de julho de 1983, p. 2.

DIREÇÃO do PMDB fecha questão contra transferência. **Feira Hoje**. 17 de julho de 1983, p. 2.

ADVOGADOS, vereadores e empresários travam debate sobre transferência: CIS. **Feira Hoje**. 19 de julho de 1983, p. 3.

PDS contra. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 29 de julho de 1983, p. 2.

BANCADA do PDS aprova projeto. Etc e Tal [Coluna]. **Feira Hoje**. 30 de julho de 1983, p. 2.

PMDB divulga nota. **Feira Hoje**. 2 de agosto de 1983, p. 2.

CÂMARA aprova mudança do CIS. **Feira Hoje**. 5 de agosto de 1983, p. 1.

SUPLENTES se defendem. **Feira Hoje**. 9 de agosto de 1983, p. 2.

CORRESPONDÊNCIAS. **Feira Hoje**. 11 de agosto de 1983, p. 2.

MANDATO de segurança. **Feira Hoje**. 12 de agosto de 1983, p. 2.

EMPRESÁRIOS divulgam o documento (Organização, Sinceridade e Combate à Corrupção). **Feira Hoje**. 23 de agosto de 1983, p. 3.

EMPRESÁRIOS ameaçam fazer greve. **Feira Hoje**. 31 de agosto de 1983, p. 3.

VIII Artigos e entrevistas em outros jornais (por data)

CARMO, Judélio. O comércio e a indústria são o forte da economia feirense. **A Tarde**. Caderno Especial Feira de Santana. 18 de setembro de 2006, p. 2.

CARMO, Judélio. Industrialização promove o desenvolvimento de Feira. **A Tarde**. Caderno Especial Feira de Santana. 18 de setembro de 2006, p. 3.

FRANCISCO Serafin, o alemão da indústria feirense. **Blog da Feira** [Edição impressa]. 12 de agosto de 2009, [s.p.].

APÊNDICE A

CIFS: Relação de Dirigentes com Outras Entidades Patronais (Indicação por Amostra)

Agente	Posição no CIFS	Presença em Outra Entidade
Valdemar Pereira da Purificação	1º Signatário da criação da AIFS; Vice presidente 1965/67	Presidente da ACFS em 1960/63 e 1965/67
Jonathas Telles de Carvalho	Presidente gestão 1969/71	Presidente do SRFS entre 1962/63
José Alexandrino de Souza	Presidente gestão 1972/73	Presidente da ACFS entre 1976/78

Fonte: elaborado pelo Autor.

APÊNDICE B

Feira de Santana: Composição Partidária da Representação Política por Início de Mandato (1963-1983)

Ano	Câmara Municipal	Executivo Municipal
1963	4 UDN, 6 PSD, 1 PTB, 1 Sem Partido	PSD
1967	9 ARENA, 6 MDB	ARENA
1971	8 ARENA, 5 MDB, Sup.: 1 Partido não identificado	ARENA
1973	8 ARENA, 9 MDB, Sup.: 1 ARENA, 2 MDB	MDB
1977	7 ARENA, 8 MDB	MDB
1983	9 PDS, 9 MDB, Sup.: 1 MDB	PDS

Fonte: elaborado pelo Autor com base em ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário da Feira de Santana.** Feira de Santana: Santa Rita, 2006, p. 165-168.

APÊNDICE C

CIFS: origem dos associados (1965-1983)

Ano	Associados Locais	Associados Forâneos
1965	5 vínculos	X
1966	4 vínculos	X
1967	X	X
1968	1 vínculos	X
1969	1 vínculos	X
1970	X	X
1971	2 vínculos	X
1972	1 vínculos	X
1973	X	X
1974	1 vínculos	3 vínculos
1975	X	X
1976	X	X
1977	X	X
1978	3 vínculos	6 vínculos
1979	1 vínculos	X
1980	10 vínculos	1 vínculos
1981	1 vínculos	X
1982	1 vínculos	X
1983	4 vínculos	X

Fonte: elaborado pelo Autor com base em CIFS.
Relatório de Atividades – Período: 06.07.87 a 30.05.89. 30 de maio de 1989, [s.p.].

Observação: a indicação "x" é utilizada para as ausências de registro.

APÊNDICE D

Feira de Santana: Indústrias entre as 200 Maiores da Bahia (1979)

Empresa	Posição no Raking FIEB
PHEBO do Nordeste S/A	060
QUÍMICA GERAL DO NORDESTE S/A	077
MARAÚ S/A Agro-indústria e Comércio	081
PETERCO do Nordeste Produtos Elétricos S/A	082
JOSSAN da Bahia S/A Trefilaria de Ferro e Aço	091
CIA METALOMECÂNICA do Brasil	095
INCOBAL S/A Indústria, Comércio, Construções e Agropecuária	099
USINA ITAPETINGUI Indústria Açucareira S/A	111
TROMBINI Bahiana S/A Papel e Embalagem	124
Fábrica de Papel da Bahia S/A – SAPEL	128
ERMOR Indústria e Comércio de Fumos Ltda	133
VÁLVULAS SCHRADER do Nordeste S/A	169

Fonte: elaborado pelo Autor com base em FIEB. **As 200 maiores indústrias da Bahia.** Salvador: Editora Gráfica Indústria e Comunicação, 1979, passim.

ANEXO A

**Feira de Santana: Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado
Segundo Atividades Industriais Selecionadas (1970-1985)**

Atividades Industriais	Estabelecimentos				Pessoal Ocupado Total			
	1970	1975	1980	1985 *1	1970	1975	1980	1985 *1
Total Feira de Santana	541	471	525	583	3.150	5.580	8.340	8.183
Participação FS/MRH (%)	69,5	68,5	66,5	*1	82,1	85,2	82,9	*1
Participação FS/BA (%)	6,7	5,6	4,1	5,0	5,3	6,0	6,3	5,5
Extrativa Mineral	17	4	1		51	11	0	
Indústria de Transformação	524	467	524		3.098	5.569	8.340	
Minerais Não Metálicos	188	211	215		877	1.183	1.165	
Metalúrgica	13	17	36	63	60	405	1.008	740
Mecânica	19	9	11		81	267	1.082	
Mat. Elétrico e de Comunicação.	10	5	3		30	133	321	
Material de Transporte	29	8	8		159	223	262	
Madeira	17	16	20		237	275	539	
Mobiliário	71	39	47		401	259	292	
Borracha	5	7	11	11	55	467	484	536
Química	3	3	4	9	105	44	373	339
Perfumaria, Sabões e Velas	7	6	8	14	34	246	242	514
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	18	22	22		75	167	376	
Alimentares	95	76	66	129	718	860	1.046	1.271
Bebidas	12	11	8		68	108	61	
Editorial e Gráfica	11	18	17		64	169	275	
Indústrias do Grupo I *2	222	177	176	*1	1.419	1.854	2.544	*1
Indústrias do Grupo II *2	249	263	299	*1	1.393	2.385	3.981	*1
Indústrias do Grupo III *2	70	29	26	*1	305	667	1695	*1

Fonte: IBGE, Censos Industriais 1970 a 1985 apud CRUZ, Rossine. **A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional.** Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, 1999, p. 216.

Observações: *1 – Em 1985, o IBGE divulgou apenas os números relativos as cinco principais atividades, segundo o critério de maior VTI. Neste sentido, a agregação nos Grupos I, II e III e a comparação com a MRH ficou prejudicada.

*2 – Vide Nota (*1) da Tabela do Anexo 2.

ANEXO B

Feira de Santana: Estrutura do Valor da Transformação Industrial e Participação na Indústria Baiana (1970-1985)

Gênero Industrial	Estrutura (%)				Participação FS/BA (%)			
	1970	1975	1980	1985 ^{*1}	1970	1975	1980	1985 ^{*1}
Total de Feira de Santana	100,0	100,0	100,0	100,0	3,85	2,94	2,70	2,56
Participação FS / MRH (%)	-	-	-		93,85	94,34	95,11	^{*1}
Extrativa Mineral	3,4	0,1	0,0	nd	5,01	0,09	0,00	
Indústria de Transformação	96,6	99,9	100,0	nd	3,82	2,81	2,73	^{*1}
Minerais Não-Metálicos	12,5	10,0	4,9		3,58	3,51	2,76	
Metalúrgica	1,3	7,9	11,0	17,6	1,06	2,57	5,20	4,44
Mecânica	2,2	4,6	9,2		2,61	2,23	3,75	
Mat. Elétrico e de Comunicações	0,4	5,4	7,6		0,81	5,68	11,98	
Material de Transporte	3,2	4,4	3,3		8,19	7,67	26,62	
Madeira	8,2	4,6	7,1		10,77	4,67	9,98	
Mobiliário	7,9	3,0	1,7		15,41	9,54	7,65	
Papel e Papelão	x	x	11,1		X	x	40,59	
Borracha	1,6	2,0	8,9	12,9	16,76	13,54	41,40	61,32
Couros e Peles	0,1	x	x		0,56	x	x	
Química	4,2	0,9	7,0	9,6	0,52	0,08	0,40	0,46
Perfumaria, Sabões e Velas	1,0	16,9	7,9	10,1	4,86	51,33	45,32	40,11
Matérias Plásticas	x	x	x		X	x	x	
Têxtil	1,3	0,7	0,6		1,21	0,66	0,33	
Vest., Calçados, Artef. de Tecidos	1,5	1,4	2,0		4,36	3,57	5,71	
Alimentares	45,3	25,7	11,5	11,6	9,02	6,52	3,76	2,55
Bebidas	0,6	0,8	0,4		0,63	0,73	0,95	
Fumo	x	x	2,6		X	x	9,73	
Editorial e Gráfica	1,3	2,4	1,5		2,50	3,89	4,10	
Diversas	1,0	0,7	0,1		7,19	5,46	2,35	
Grupo I ^{*1}	58,9	51,1	28,3	^{*1}	6,78	6,60	4,20	^{*1}
Grupo II ^{*1}	31,4	25,6	50,0	^{*1}	2,16	1,23	2,10	^{*1}
Grupo III ^{*1}	6,8	15,0	20,3	^{*1}	3,55	4,06	6,19	^{*1}

Fonte: IBGE, Censos Industriais 1970-1985 CRUZ, op. cit., p. 215.

Observações: (*1) – Os estabelecimentos industriais estão aqui agrupados de acordo com as características majoritárias de uso final de seus produtos.

Grupo I – indústrias que, majoritariamente, produzem bens de consumo final, não duráveis (Mobiliário; Perfumaria, Sabões e Velas; Têxtil; Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos; Alimentos; Bebidas; Fumo; e Editorial e Gráfica);

Grupo II – indústrias produzem prioritariamente bens de consumo intermediário (Extrativa Mineral; Minerais Não-Metálicos; Metalúrgica; Madeira; Papel e Papelão; Borracha; Couros e Peles; Química; e Matérias Plásticas); e

Grupo III – indústrias que produzem bens de consumo duráveis e de capital (Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações; Material de Transporte; e Diversas).

nd = informação não disponível.

A indicação "x" é utilizada pelo IBGE, quando há risco de identificação do informante.

ANEXO C**Feira de Santana: Evolução da População Urbana (1940-1970)**

Anos	População
1940	14.131
1950	26.539
1960	69.884
1970	134.263

Fonte: IBGE e BNB apud BRITTO, Antonio Batista de. **Aspectos históricos do desenvolvimento industrial de Feira de Santana.** Salvador: Edições CONTEMP, 1977, p. 48.

ANEXO D

Bahia: Principais Municípios em Número de Estabelecimentos Industriais (1950-1965)

Municípios	1950	1960	1965
Feira de Santana	180	293	531
Ilhéus	216	105	136
Itabuna	148	105	112
Jequié	88	116	96
Juazeiro	146	157	71
Vitória da Conquista	131	98	70

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana apud BRITTO, op. cit., p. 47.

Bahia: Principais Municípios na Absorção de mão-de-obra industrial 1950-1965

Municípios	1950	1960	1965
Feira de Santana	949	2.051	2.704
Ilhéus	1.071	657	727
Itabuna	993	948	660
Jequié	420	506	523
Juazeiro	566	439	354
Vitória da Conquista	398	622	341

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana apud BRITTO, op. cit., p. 46.